

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE**

RAICK DE JESUS SOUZA

**MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE ALCOOLISMO
NO JORNALISMO MÉDICO E RELIGIOSO BRASILEIRO (1870-1909)**

**VITÓRIA DA CONQUISTA-BA
AGOSTO DE 2024**

RAICK DE JESUS SOUZA

**MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE ALCOOLISMO
NO JORNALISMO MÉDICO E RELIGIOSO BRASILEIRO (1870-1909)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS, como
requisito parcial e obrigatório para obtenção do título
de Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade

Área de Concentração: Multidisciplinaridade da
Memória

Linha de Pesquisa: Memória, Discursos e Narrativas

Projeto Temático: Memória, representações sociais e
políticas públicas sobre álcool e drogas

Orientadora: Profa. Dra. Luci Mara Bertoni

**VITÓRIA DA CONQUISTA-BA
AGOSTO DE 2024**

Souza, Raick de Jesus.

Memórias e representações sociais sobre alcoolismo no jornalismo médico e religioso brasileiro (1870-1909). / Raick de Jesus Souza, 2024.
205f.

Orientador (a): Dra. Luci Mara Bertoni.

Tese (doutorado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Vitória da Conquista, 2024.

Inclui referência F. 191 – 202.

1. Memória e Representações sociais - Alcoolismo. 2. Projetos políticos e sociais. 3. Progresso e civilização. 4. Ancoragem. I. Bertoni, Luci Mara. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. III. T.

CDD: 305

Catálogo na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890

UESB – *Campus* Vitória da Conquista – BA

Memories and social representations about alcoholism in Brazilian journalism (1870-1909).

Keywords: Anchoring; Objectification; Political and social projects; Progress and civilization.

Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade

Banca Examinadora: Profa. Dra. Luci Mara Bertoni (Presidente); Prof. Dr. José Alves Dias (Titular); Prof. Dr. Felipe Eduardo Marta (Titular); Prof. Dr. Rinaldo Cesar Nascimento Leite (Titular); Prof. Dr. José Patrício Bispo Júnior (Titular).

Data da Defesa: 08 de Agosto de 2024.

Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

FOLHA DE APROVAÇÃO

RAICK DE JESUS SOUZA

MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE ALCOOLISMO NO JORNALISMO MÉDICO E RELIGIOSO BRASILEIRO (1870-1909)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade

Local e Data da defesa: Vitória da Conquista/BA, 08 de agosto de 2024.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Luci Mara Bertoni – Presidente
Instituição: UESB

Ass.: Luci Mara Bertoni

Prof. Dr. José Alves Dias
Instituição: UESB

Ass.: _____

Prof. Dr. Felipe Eduardo Ferreira Marta
Instituição: UESB

Ass.: _____

Prof. Dr. Rinaldo Cesar Nascimento Leite
Instituição: UEFS

Ass.: Rinaldo Cesar Nascimento Leite

Prof. Dr. José Patrício Bispo Júnior
Instituição: UFBA

Ass.: _____

DEDICATÓRIA

Dedico esta Tese a Eliana de Jesus Souza, por ter sido a grande referência de mulher, trabalhadora e mãe que tive ao longo desta dura jornada que tem sido minha existência. Deixo aqui registrada minha dedicatória, para que sua morte prematura, em decorrência da COVID-19, não apague jamais sua contribuição e inspiração para o meu caminhar formativo.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de reconhecer a importância do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – órgão de fomento do conhecimento científico nacional –, pela cessão de uma bolsa de pesquisa, a qual foi fundamental para a realização deste empreendimento. Reconheço também a relevância da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), vinculada ao Ministério da Educação (MEC), ao longo de diversos estágios da minha formação acadêmica. Julgo que ambas as entidades são pilares para a construção de um Brasil mais justo, inclusivo, igualitário e democrático.

Meu sincero agradecimento à Profa. Dra. Luci Mara Bertoni por todo o empenho dedicado nestes últimos anos. Faço questão de deixar registrado que suas orientações serviram não apenas para a construção desta investigação, cujas metas incluíam o aprofundamento da perspectiva crítica na interpretação das fontes e a utilização de um estilo de escrita mais acessível e inteligível; pois, nossos contatos, encontros, reuniões, participações em eventos e interações extras acadêmicas, me afetaram e influenciaram (e ainda influenciam) nos processos de formação profissional e humanização. Seu acolhimento, sua atenção, seu rigor acadêmico, sua compreensão e seu engajamento no refinamento de minhas ideias, minhas interpretações e minhas visões de mundo foram indispensáveis para tornar esta investigação desafiadora, relevante e prazerosa.

Agradecimento especial ao quadro pessoal do Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS/UESB), pelo acolhimento afetuoso, pelo cuidado depositado em mim e pelo profissionalismo que adotam em suas atuações, sem deixarem de primar pelo tratamento humanizado, inclusivo e respeitoso. Os resultados dessas posturas incluem o seu protagonismo no cenário institucional de pós-graduação, seus ótimos desempenhos nos dispositivos nacionais de aferição da qualidade do ensino e da pesquisa dos programas de pós-graduação e a qualidade das Dissertações e Teses que são produzidas no PPGMLS. Meu sincero agradecimento aos profissionais da Diretoria, da Secretaria, do Corpo Docente (interno e externo) e aos colegas que compunham o Corpo Discente. Agradeço também à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, instituição pela qual nutro uma imensurável admiração, contudo, deixo registrado minha gratidão aos colaboradores, particularmente, os parceiros terceirizados que atuam no setor da limpeza, com os quais temos um contato mais cotidiano e que são essenciais para a manutenção de condições adequadas para nossas atividades.

Reconheço aqui minha gratidão aos pesquisadores e professores, Prof. Dr. José Alves Dias, Prof. Dr. Yuri Sá Oliveira Sousa, Prof. Dr. Felipe Eduardo Marta e Prof. Dr. Henrique Soares Carneiro, membros da Banca de Qualificação, pelas disponibilidades em colaborarem com esta pesquisa. Acredito que suas contribuições foram essenciais para a melhoria da qualidade desta investigação.

Agradeço, especialmente, aos Prof. Dr. José Patrício Bispo Júnior e Prof. Dr. Rinaldo Cesar Nascimento Leite pela participação no processo de avaliação final desta tese, pois suas considerações serão de fundamental importância para o refinamento do trabalho e certamente contribuirão para a melhoria da qualidade desta investigação.

Faço saber também minha gratidão aos meus familiares, amigos e colegas de pós-graduação ao longo deste processo de formação. Por assumir o risco de deixar de fora qualquer pessoa que tenha sido relevante, peço de antemão desculpas, porém, me reservo o direito de listar os nomes que me vieram a cabeça no ato deste arrolamento: Maíra, Alaíde (Nenza, minha avó, minha rainha e minha base), Eliana, Izzabella, Regina, Daiana, Roberta, Robério, Robert, Tallis, Thalia, Caly, Suely, Daiana, Vadinho, Adriana, Beatriz, Laura, Zaqueu, Dida (Rubenilda) entre outros. Aos meus amigos Joana, Ricardo Alexandre, Laila, Thaíse, Ramon, Éder, Priscilla, Marília, Jéssica e Antony.

Gostaria de deixar os meus sinceros agradecimentos aos membros do grupo de Pesquisa em Gênero, Políticas, Álcool e Drogas – GePAD, em especial, aos meus colegas de orientação, por terem sido peças fundamentais no processo de elaboração das ideias e discussões críticas, uma vez que muitas das discussões presentes nesta tese foram resultados da ação conjunta dos nossos encontros, debates e estudos.

Enquanto guardiões do organismo social excessivamente prejudicado pela intoxicação alcoólica vão se colocar na tarefa de esquadrihar preventivamente a sociedade atirando-se com ímpeto na identificação e supressão dos alcoolistas do convívio social por serem portadores e transmissores hereditários dos germes da degeneração. (SALES, 2010, p. 185).

RESUMO

O objeto de investigação deste estudo são as memórias e as representações sociais de médicos e religiosos envolvidos com a imprensa brasileira entre os anos de 1870 e 1909 sobre o alcoolismo. Tema que, desde meados do século XIX, havia se tornado uma pauta de discussão entre intelectuais e agentes públicos, sendo considerado uma patologia social, cuja superação urgia esforços, a fim de que os projetos políticos e sociais nacionais fossem alcançados. Assim, o objetivo central deste estudo é analisar as memórias e as representações sociais acerca do alcoolismo em circulação na imprensa médica e religiosa brasileira de fins do século XIX e início do XX. Dentre os objetivos específicos encontram-se conceituar as teorias da memória coletiva e das representações sociais, contextualizar historicamente o período estudado, com ênfase no fim da escravidão e no aumento da imigração de trabalhadores estrangeiros; examinar as discussões em circulação na imprensa brasileira entre 1870 e 1909 sobre o alcoolismo e as representações sociais acerca dos alcoolistas. O conjunto documental selecionado foi coligido a partir do repertório de jornais disponíveis no repositório do banco de dados da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (BN). Como referenciais teórico-metodológicos elegemos a teoria da memória coletiva, proposta por Maurice Halbwachs (1887-1945) e a Teoria das Representações Sociais desenvolvida por Serge Moscovici (1925-2014). O pressuposto colocado à prova foi de que o interesse em torno do debate sobre o alcoolismo na imprensa brasileira, estava diretamente ligado à discussão sobre o fim do regime de escravidão e à imigração europeia. Dessa forma, acreditamos que a notoriedade dessa pauta se relacionava aos anseios das elites intelectual, política, econômica, científica e religiosa em promover o embranquecimento, tendo em vista a ideia dominante de “progresso”. Dito isso, a expressão do alcoolismo enquanto problema de ordem pública antecede sua emergência enquanto um claro e definido problema de “saúde pública”, uma vez que a própria noção de “saúde pública” ainda estava em processo de gestação.

Palavras-chave: Ancoragem; Memórias; Objetivação; Projetos políticos e sociais; Progresso e civilização.

ABSTRACT

The object of investigation of this study are the memories and social representations of alcoholism of medical and religious agents involved with the Brazilian press between the years 1870 and 1909. Alcoholism, since the mid-nineteenth century, had become an agenda for discussion between intellectuals and public agents, considered a social pathology, overcoming urged efforts, so that the national political and social projects achieved. The central objective of the study is to analyze the memories and social representations about alcoholism in circulation in the Brazilian medical and religious press at the end of the 19th and beginning of the 20th centuries. The specific objectives to conceptualize the theories of collective memory and social representations, historically contextualize the period studied, with emphasis on the end of slavery and the increase in the immigration of foreign workers; examine the discussions circulating in the Brazilian press between 1870 and 1909 about alcoholism and social representations about alcoholics. The selected set of documents collected from the repertoire of newspapers available in the National Library's (BN) Network Digital database repository. As theoretical-methodological references, we chose the theory of collective memory, proposed by Maurice Halbwachs (1887-1945) and the Theory of Social Representations developed by Serge Moscovici (1925-2014). The assumption put to the test was that the interest around the debate on alcoholism in the Brazilian press directly linked to the discussion about the end of the slavery regime and European immigration. Thus, we believe that the notoriety of this agenda related to the desires of the intellectual, political, economic, scientific and religious elites to promote whitening, in view of the dominant idea of “progress”. That said, the expression of alcoholism as a public order problem precedes its emergence as a clear and defined “public health” problem, since the very notion of “public health” was still in the process of being conceived.

Keywords: Anchoring; Memoirs; Objectification; Political and social projects; Progress and civilization.

LISTA DE SIGLAS

BN - Biblioteca Nacional

COC/FIOCRUZ - Casa de Oswaldo Cruz

DGSP - Diretoria Geral de Saúde Pública

OMS - Organização Mundial da Saúde

PeNSE - Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar

TIC – Tecnologia de Informação e Comunicação

Unicamp - Universidade de Campinas

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Representação das hipóteses do continuísmo repressor e da ascensão punitiva	78
Figura 2 – Representação do campo de atuação da Teoria das Representações Sociais	88
Figura 3 – Dados estatístico das perturbações mentais entre as populações afro-brasileiras (1904)	132
Figura 4 – Número de registros de pacientes do Hospital da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1894-1903) a partir do critério étnico-racial	133
Figura 5 – “Doenças mentais” dos pacientes do Hospital Nacional (1904)	137
Figura 6 – Ilustração de um ébrio publicada no jornal Imprensa Evangelica (1873)	147
Figura 7 – Anúncio jornalístico de Remédio contra embriaguez, publicado em O Brazil-Médico (1897)	156
Figura 8 – Representação do sistema de normalização, conduta e criminalização dos grupos sociais e das práticas coletivas, (2012)	174

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Identificação das teses médicas defendidas na Faculdade de Medicina da Bahia (1876-1907), 2023	56
Quadro 2 – Identificação das teses médicas defendidas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1882-1907), 2023	57

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Identificação dos jornais médicos envolvidos nas discussões sobre alcoolismo (1870-1909), 2023	56
Tabela 2 – Identificação dos jornais religiosos envolvidos nas campanhas antialcoólicas (1870-1909), 2023	62
Tabela 3 – Relação dos jornais médicos e religiosos envolvidos com o debate sobre o alcoolismo, (1870-1909), 2023	67
Tabela 4 – Identificação dos jornais brasileiros envolvidos no debate sobre alcoolismo (1870-1879), 2023	69
Tabela 5 – Identificação dos jornais brasileiros envolvidos no debate sobre alcoolismo (1880-1889), 2023	70
Tabela 6 – Identificação dos jornais brasileiros envolvidos no debate sobre alcoolismo (1890-1899), 2023	71
Tabela 7 – Identificação dos jornais brasileiros envolvidos no debate sobre alcoolismo (1900-1909), 2023	71
Tabela 8 – Quantificação das ocorrências do tema da temperança nos jornais brasileiros (1870-1909), 2023	77

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 – Número de ocorrências e jornais envolvidos na discussão em torno do alcoolismo na imprensa periódica brasileira entre 1870 e 1909, a partir dos dados obtidos no banco de dados da Hemeroteca Digital da BN, a partir do termo de evocação “alcoolismo”, 2023** 67
- Gráfico 2 – Quantificação das ocorrências do tema do alcoolismo nos jornais brasileiros (1870-1909), 2023** 72

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 AS FACES DE UM BRASIL EM TRANSFORMAÇÃO: DO IMPÉRIO À REPÚBLICA.....	40
2.1 Panorama social do Brasil entre 1870 e 1909: política, economia e trabalho	47
2.2 Instituições, memórias e saberes médicos na luta antialcoólica no Brasil de fins do século XIX e alvorecer do século XX	53
2.3 Instituições religiosas, religiosidades e agentes religiosos na cruzada antialcoólica ..	59
2.3.1 Os usos e significados das bebidas alcólicas para as comunidades religiosas brasileiras	64
2.4 O enfrentamento do alcoolismo na imprensa brasileira de fins do século XIX e alvorecer do século XX.....	66
2.5 Os ecos do movimento da temperança no Brasil e as políticas proibitivas	75
3 MEMÓRIAS, REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E JORNALISMO IMPRESSO	83
3.1 Epistemologia da Memória Coletiva.....	83
3.2 A teoria das representações sociais: contribuições de Serge Moscovici à Psicologia Social e às Ciências Sociais e Humanas	88
3.3 Os jornais médicos e religiosos: escopo editorial e públicos-alvo	97
3.4 As interações entre Teoria da Memória Coletiva e Teoria das Representações Sociais na análise do jornalismo brasileiro	105
3.4.1 As categorias de análise.....	112
4 MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE ALCOOLISMO NA IMPRENSA BRASILEIRA	113
4.1 O trabalho, o uso racional do tempo e o aumento da capacidade produtiva dos corpos	113
4.2 A saúde física e mental e a salubridade	122
4.3 Os “vícios” e a propensão à criminalidade.....	138
4.4 A moralidade e a abstinência.....	146
4.5 Mortalidade.....	161
5 AS INTER-RELAÇÕES ENTRE ALCOOLISMO, PÓS-ESCRavidÃO E IMIGRAÇÃO ESTRANGEIRA	164
5.1 Alcoolismo: um problema de saúde pública?.....	164
5.2 O alcoolismo e a escravidão brasileira.....	170

5.2.1 O alcoolismo e as agendas abolicionistas.....	175
5.2.2 O alcoolismo no pós-abolição	176
5.2.3 O alcoolismo e as agendas trabalhistas.....	179
5.3 As campanhas antialcoólicas na imprensa brasileira e suas inter-relações com o pós-escravidão e com a imigração europeia	182
6 CONCLUSÃO.....	184
REFERÊNCIAS	18491
APÊNDICE I - ROTEIRO DE PESQUISA	2034

1 INTRODUÇÃO

O objeto desta investigação são as memórias e representações sociais do alcoolismo na imprensa brasileira. Este estudo tem como recorte o alvorecer da luta antialcoólica no Brasil – momento anterior à implantação das más sucedidas campanhas médicas de “erradicação” do alcoolismo (empreendidas pelos órgãos federais a partir da década de 1910). Dessa forma, nos interessou examinarmos como foram sendo construídos os conhecimentos, tanto científicos quanto populares, sobre o alcoolismo e a partir da popularização da discussão sobre o tema na imprensa periódica contribuiu para que fossem erigidas as bases da retórica antialcoólica.

Visto a partir do enquadramento acadêmico, o exame acerca das memórias e representações sociais sobre alcoolismo na imprensa médica e religiosa brasileira entre os anos de 1870 e 1909, apresenta-se como um estudo que contribui com a produção científica sobre este assunto, tendo em vista acreditarmos – a partir dos levantamentos bibliográficos que realizamos nos sítios digitais, particularmente, nos portais eletrônicos onde são depositados o conjunto dos trabalhos acadêmicos nacionais – que a temática ainda não recebeu a devida atenção por parte dos estudos históricos em Psicologia Social. Isto nos possibilitou compreendermos como os estigmas em torno do beber excessivo foram sendo gestados no imaginário popular do povo brasileiro.

Além disso, o exame das memórias e representações sociais dos médicos e agentes religiosos acerca do alcoolismo torna-se relevante na medida em que revela aspectos da população e da própria cultura nacional, como, por exemplo, o racismo e a falsa ideia de que os pobres são mais susceptíveis aos “vícios” e às condutas criminosas. Permitindo assim perceber que muitas das crenças, valores e representações sociais acerca do alcoolismo já estavam presentes no universo das ideias e nas práticas sociais de alguns dos intelectuais e agentes públicos envolvidos com o meio de comunicação de massa mais popularizado no Brasil durante o Império e início da experiência republicana: o jornalismo impresso.

As análises das memórias e das representações sociais dos médicos e agentes religiosos nos possibilitou observarmos também como o discurso antialcoolista mobilizou setores da sociedade, obrigando o Estado (monárquico e republicano) a estabelecer medidas de controle e tratamento, como, por exemplo, a construção de hospícios e a criação de códigos civis, criminais e de postura, a fim de salvaguardar a economia, promover o melhoramento social da nação e também da própria população, como esperavam os seus entusiastas. Observamos que muitos dos estigmas sociais compartilhados ainda nos dias de hoje acerca dos alcoolistas, já se

encontravam em circulação na imprensa de fins do século XIX e início do XX, sendo reatualizadas à luz das novas transformações sofridas na sociedade brasileira dos últimos anos¹.

O alcoolismo é convencionalmente definido atualmente como sendo uma síndrome multifacetada e caracterizada pela dependência às substâncias alcoólicas. O alcoolismo é tido pela Organização Panamericana de Saúde como a dependência etílica, cuja substância psicoativa é utilizada por diversas culturas ao longo da evolução da espécie humana. Além disso, a OPA afirma que:

O consumo de álcool é um fator causal em mais de 200 doenças e lesões. Está associado ao risco de desenvolvimento de problemas de saúde, tais como distúrbios mentais e comportamentais, incluindo dependência ao álcool, doenças não transmissíveis graves, como cirrose hepática, alguns tipos de câncer e doenças cardiovasculares, bem como lesões resultantes de violência e acidentes de trânsito. Uma proporção significativa da carga de doenças atribuíveis ao consumo de álcool decorre de lesões intencionais e não intencionais, incluindo aquelas causadas por acidentes de trânsito, violência e suicídios. Lesões fatais relacionadas ao álcool tendem a ocorrer em grupos relativamente mais jovens. (OPA, 2024, p. 1).

Com relação ao interesse pelo estudo do alcoolismo, ele surgiu após a conclusão do mestrado em História das Ciências e da Saúde, pela Casa de Oswaldo Cruz (COC/FIOCRUZ), quando ao trabalhar com a literatura naturalista brasileira, especialmente a partir do conjunto da obra de Aluísio Azevedo, nos deparamos com inúmeras representações acerca dos alcoolistas, tanto na literatura quanto no jornalismo. Sendo que muitas dessas representações ainda permeiam o imaginário comum. Outro fator a ser considerado diz respeito às próprias experiências familiares, atravessadas pelos transtornos causados pelo uso abusivo de bebidas alcoólicas por entes queridos, amigos e conhecidos próximos, o que nos fizeram adentrar ainda mais no estudo do tema.

No tocante à relevância social desta pesquisa, acreditamos que o exame pormenorizado das memórias e representações sociais sobre alcoolismo na imprensa médica e religiosa expandirá nossa compreensão dos aspectos importantes sobre alguns dos preconceitos, desconhecimentos e até certo ponto, nossos estigmas sociais em torno dos alcoolistas, sobretudo, aqueles sujeitos marginalizados da sociedade. Conhecer como o alcoolismo se transformou em uma pauta política capaz de mobilizar médicos e agentes religiosos é

¹ Estamos de acordo com Carneiro (2003) de que o combate ao uso de substâncias psicoativas no Brasil, historicamente, sempre esteve atrelado aos interesses políticos e sociais, sendo, portanto, o consumo e os impactos causados fenômenos complexos, pois envolvem não apenas as composições das substâncias; seus modos de produção, manipulação e comércio; bem como, os grupos que estão diretamente relacionados ao mercado produtivo e consumidor.

compreender suas transformações, suas discussões e suas implicações socioculturais no seio do próprio sistema de saúde, durante o período anterior à concepção de “saúde pública”.

A proposta desta tese, portanto, foi contribuir com os estudos que analisaram e analisarão as representações sociais por meio do jornalismo e a construção da memória coletiva em torno do tema e que persistindo ao tempo nos chegaram aos dias de hoje em suas múltiplas expressões. Desde já salientamos que não foi nossa pretensão esgotar esta discussão, uma vez que esse tema contém um volume substancial de ocorrências², o que pode auxiliar à consecução de pesquisas futuras, inclusive por parte de novos investigadores. Nossa pretensão foi alargar os horizontes acerca de um objeto em franco crescimento, nas pesquisas em ciências sociais e humanas: o alcoolismo e suas repercussões na imprensa brasileira.

Os estudos sobre o consumo das drogas e suas consequências sociais são temas profícuos para as investigações em ciências sociais e humanas, pois os mesmos são socialmente construídos, integrando aspectos da experiência individual e coletiva, e se constituem como campos de disputas políticas e econômicas, o que nos possibilitaram pensá-los a partir de suas dimensões culturais e sociais. O alcoolismo afeta a população brasileira e, segundo estudos mais recentes, o beber excessivo tem crescido, sobretudo, entre os jovens, sendo uma das maiores causas de morte entre este grupo³. Contudo, os problemas sociais advindos do alcoolismo não são novos na realidade brasileira, e muitas das nossas representações acerca desta dependência e dos alcoolistas já se encontram em voga há bastante tempo.

Ao longo da segunda metade do século XIX, o Brasil experimentou uma série de transformações em sua estrutura política e social, especialmente com o fim da escravidão (1888) e a Proclamação da República (1889), com a chegada de um enorme contingente populacional oriundo da Europa e da Ásia a fim de promover a modernização industrial, além do aumento expressivo dos centros urbanos, sobretudo, os litorâneos. Houve também, na passagem do século XIX para o XX, o “florescimento” científico e intelectual, possibilitado pela expansão da imprensa nacional e das atividades de pesquisa e ensino desenvolvidas pelas instituições locais, muitas delas ligadas aos mais proeminentes centros de produção do saber, especialmente os europeus. É precisamente nesse contexto que o alcoolismo se afirmou entre os intelectuais e cientistas como sendo um problema de ordem pública, que urgia medidas enérgicas por parte do Estado, seja ele monárquico ou republicano.

² “Ocorrência” é o termo designado para se referir ao número de vezes em que um determinado vocábulo aparece nas reportagens, crônicas, periódico ou período.

³ As informações foram apresentadas em um relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS) e os dados foram coletados a partir da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), publicados em 2015.

Vale ressaltar que o alcoolismo⁴ não era um problema hodierno, pois já havia estudos sobre suas causas e efeitos, bem como medidas legislativas que buscavam zelar pela ordem pública. Todavia, assistimos, ao longo dos anos finais do século XIX e início do XX, um vertiginoso crescimento no interesse sobre esse assunto por parte dos “homens de letras”, tendo a imprensa como principal veículo de divulgação e circulação de suas ideias. Cabe então nos questionarmos quais eram as representações sociais em trânsito, como as mesmas foram sendo construídas, quando elas apareceram e quem eram os seus produtores, possibilitando assim a formação de uma memória coletiva em torno do alcoolismo e dos alcoolistas no Brasil.

Optamos aqui por utilizar o conceito de “alcoolistas” na caracterização dos sujeitos, cujas vidas foram atravessadas e definidas a partir do consumo excessivo do álcool, mesmo que em nossas fontes existam uma profusão de vocabulários. Essa escolha se deu porque, como observado por Vagner Lapate (2001), em muitas sociedades a condenação não pesa sobre o álcool em si e sim sobre os sujeitos que o consome. Dessa forma, a escolha dos termos pode escamotear preconceitos, visões pejorativas e depreciativas, por isso a designação “alcoolista” pressupõe a dependência à bebida, enquanto “alcoólatra” – termo usualmente empregado – carrega consigo a ideia de “adorar o álcool”, entendida assim, a partir do sufixo “latra”.

O consumo de bebidas alcólicas é considerado uma prática bastante antiga em diversas sociedades, exercendo múltiplos significados e assumindo ao longo do tempo variadas funcionalidades, sejam elas recreativas ou ritualísticas, e estando sujeito às diversas clivagens socioculturais (CARNEIRO, 2002a; BERTONI, 2006; SALES, 2010; TORCATO, 2016). O uso de bebidas alcólicas historicamente esteve associado às suas capacidades terapêuticas e místico-religiosas. Na América, por exemplo, mesmo antes da chegada dos colonizadores europeus, já havia o consumo, sobretudo com fins ritualísticos, das bebidas fermentadas. A introdução da prática do destilar, entretanto, se deu durante os primeiros séculos de colonização, com a instalação dos alambiques, dedicados à produção da aguardente da cana-de-açúcar. Avaliando os problemas sociais advindos da introdução dos destilados entre os nativos, habitantes e colonizadores, Fernand Braudel ([1967] 1970, p. 189, grifo do autor) afirmou que, “[...] é inegável que a aguardente, o rum e a *agua ardiente* (o álcool da cana) tenham sido presentes envenenados da Europa para as civilizações da América”, pois seu consumo por parte das populações nativas passaram a representar uma forma de dominação do europeu àqueles

⁴ O conceito foi cunhado pelo médico sueco Magnus Huss, em seu artigo *Alcoholismus chronicus, eller chronisk alkoholsjukdom; ett bidrag till dyskrasiernas Kännedom, enligt egen och andras erfarenhet* (Alcoolismo crônico ou doença alcoólica crônica; uma contribuição ao conhecimento das discrasias, de acordo com a experiência deles e de outras pessoas), publicado pela primeira vez em 1849.

povos, que adotaram cada vez mais o consumo dos destilados em detrimento de suas bebidas fermentadas. O álcool destilado tornou-se, como afirmou o historiador francês, o principal produto de troca e de contato entre os dois mundos.

No Brasil, como em outras sociedades estruturadas em rígidas hierarquias sociais, o consumo de determinadas bebidas também esteve associado a grupos específicos. A cachaça, por exemplo, era vista como bebida de “preto” e de “pobre”, servindo também, juntamente com o tabaco, como principal moeda de troca para a obtenção de escravizados africanos (ALENCASTRO, 2000; SOUZA, 2004). Em linhas gerais, ainda hoje é possível encontrarmos este tipo de representação na qual o consumo de certas substâncias psicoativas é associado às populações pretas e pobres, estando carregadas de estigmas, não apenas com relação ao consumo da cachaça, como também de outros psicoativos, como o fumo e a maconha; todas elas correlacionadas negativamente aos grupos marginalizados de nossa sociedade.

Ressaltamos também que o álcool exercia um duplo papel nas emergentes sociedades capitalistas, especialmente, entre os setores urbanos, pois por um lado servia como elixir aos corpos esgotados das exaustivas jornadas de trabalho e o seu consumo público como o momento de lazer daqueles trabalhadores para além das fronteiras físicas de seus espaços de labor. No Brasil, os botequins, botecos, tavernas, bares e afins, foram identificados desde sempre como espaços por excelência dos malandros, vadios e desocupados, mesmo admitindo haver ali múltiplas sociabilidades em jogo. Isso se deu porque com a instalação tardia do modelo de vida capitalista, muitas das veleidades permitidas no contexto europeu já poderiam ser contornadas em sua versão americana, de modo que esses estabelecimentos apareciam recorrentemente associados aos lugares de desordem e confrontos.

Em relação ao Brasil, sociedade organizada em quase quatro séculos de exploração internacional e pelo trabalho escravo, associado ainda à perseguição e aniquilamento das populações originárias, o beber excessivo servia ao mesmo tempo como métodos de controle e exclusão. Os problemas sociais advindos do modelo de vida capitalista, contudo, ainda não estavam plenamente assentados no cotidiano brasileiro de fins do Oitocentos, uma vez que até então estávamos passando pelo lento processo de emancipação política e reestruturação dos modos de produção. Dessa forma, no período compreendido neste estudo, devemos ter em mente os significados do uso do álcool como meio de coerção, controle e cura, em uma sociedade que se adaptava aos novos padrões econômicos e políticos.

Como salientado por Eliana Sales (2010), é possível percebermos, com o advento do capitalismo, o deslocamento da prática assentada no convencionalismo para uma normatização mais estruturada a partir do saber médico-psiquiátrico e sancionada pelos emergentes estados

nacionais. Já em fins do século XVIII, o médico estadunidense Benjamin Rush, classificou o beber excessivo, ou seja, a embriaguez, como sendo uma “doença da vontade”⁵. Contudo, é precisamente durante o século XIX que o alcoolismo se tornou um objeto de interesse constante por parte dos médicos, passando por uma lenta transformação em problema de saúde, pois o uso do álcool ainda fazia parte de diversas práticas curativas, como, por exemplo, no tratamento da depressão, sendo considerado também um alimento energético capaz de estimular o aparelho digestivo e empregado até mesmo como método profilático a determinadas moléstias.

Na Europa, a primeira referência ao consumo excessivo de álcool enquanto doença surgiu na Inglaterra com o trabalho **Essay Medical Philosophical and Chemical on Drunkenness** (1804), do médico Thomas Trotter, sendo associado como uma “doença da mente” (SALES, 2010, p. 178). Durante o século XIX, o consumo excessivo do álcool passou a estar associado à ideia de loucura, pois ambos se caracterizavam pela ausência da consciência nos atos praticados (CARNEIRO, 2002b; SALES, 2010). Contudo, devemos perceber as múltiplas significações e usos do álcool, e suas transformações do “beber excessivo” em alcoolismo, a fim de identificarmos as diversas representações sociais em jogo e a conformação de uma memória coletiva em torno do tema.

O alcoolismo, desde meados do século XIX, havia se tornado uma pauta de discussão entre intelectuais e agentes públicos. Exemplo disso é o volume de teses médicas e jurídicas que versavam sobre o tema, bem como a importância que o assunto assumiu na imprensa regular. Todavia, com o desenvolvimento da Psiquiatria, da Frenologia⁶, da Antropologia Criminal e da Antropometria, o alcoolismo passou a estar cada vez mais associado à ideia de “degeneração racial”, desvio moral e mal hereditário. Vemos aí um novo deslocamento. Essa nova associação, permitiu que:

Ancorados no fundamento da degeneração latente e possível pela presença da hereditariedade mórbida, os psiquiatras adquiriram o status de magistrado, vigilante da moral e da saúde pública. Enquanto guardiães do organismo social excessivamente prejudicado pela intoxicação alcoólica vão se colocar na tarefa de esquadrihar preventivamente a sociedade atirando-se com ímpeto na identificação e supressão dos alcoolistas do convívio social por serem portadores e transmissores hereditários dos germes da degeneração. (SALES, 2010, p. 185).

⁵ Essa ideia foi defendida na tese **An inquiry into effects oh ardent spirits upon the human body and mind: with an account of the means of preventing, and of the remedies for curing them**, apresentada pela primeira vez em 1785 e publicada em 1811.

⁶ Pseudociência proposta no século XVIII por Francis Joseph Gall (1758-1828), segundo a qual a identificação de protuberâncias e a medição craniana poderiam servir para o mapeamento das aptidões mentais, exercendo forte influência na Psiquiatria e Psicologia do século XIX.

Esta preocupação preventiva à natureza criminosa dos alcoolistas, segundo Michel Foucault (1979), estava assentada na ideia dominante que colocava o corpo, a saúde e o nível da força individual como problema de primeira ordem. Pois, o discurso antialcoólico tem suas raízes na moral burguesa e na disciplinarização dos corpos a partir do trabalho e do uso econômico do tempo. Dessa forma, é precisamente durante a segunda metade do século XIX que o discurso antialcoolista se tornou mais sólido, mobilizando uma série de agentes, inspirados, sobretudo, pelos ideais nacionalistas de “progresso” e de “civilização”⁷.

Ressaltamos que o debate público em torno do alcoolismo não interessava apenas aos médicos e aos agentes públicos, pois não são raras as referências aos alcoolistas e seus modos de vidas nas páginas de jornais e obras literárias. De acordo com Leonardo Mendes (2019), entre os escritores românticos, naturalistas e parnasianos brasileiros das décadas de 80 e 90 do século XIX, é possível constatar a ambiguidade com relação ao alcoolismo, onde encontramos centenas de personagens alcoolizados ou mesmo afetados por conta do consumo excessivo, ao passo que a própria identidade cultural do escritor brasileiro era associada ao boêmio, bebedor e rebelde.

Historicizando o alcoolismo em um período que vai da colônia ao século XX, Ricardo Luiz de Souza (2004) mostrou que, no Brasil, o alcoolismo socialmente condenado e criminalizado foi sempre o dos pobres e excluídos. E que, no que se refere à instituição da escravidão, predominou uma representação ambígua, que variava entre o temor (insubordinação e rebeldia) e a benevolência, exatamente por promover o consolo contra veleidades de rebelião ou fuga. No que se refere à construção social do alcoolismo enquanto problema de “saúde pública”⁸ nas agendas científicas Oitocentistas, a principal referência é a dissertação de Fernando Sergio Dumas dos Santos, defendida em 1995, na Universidade de Campinas (Unicamp). Em linhas gerais, o autor propõe que, de forma similar ao que ocorreu em outros contextos sociais, no Brasil, o alcoolismo se afirmou enquanto um problema de “saúde pública” na medida em que as elites econômicas e científicas se apropriavam dos valores

⁷ Ao logo deste estudo optamos em colocar entre aspas todas as menções aos termos “progresso” e “civilização”, pois entendemos que os mesmos são polissêmicos e oferecem riscos ao serem indevidamente utilizados e interpretados.

⁸ Usaremos ao longo deste estudo a concepção de “saúde pública” sempre entre aspas, pois, durante todo o século XIX e início do XX o alcoolismo, a loucura e as moléstias infecciosas eram tratadas como problemas da Medicina Social, porém, identificamos ali as bases do que mais tarde se tornaria à saúde pública, saúde coletiva, saúde da família, medicina preventiva e medicina comunitária. Uma das mais citadas referências a ideia de “saúde pública” foi proposta pelo estadunidense Charles-Edward A. Winslow (1877-1957) que, em 1920, criou o Departamento de Saúde Pública na Universidade de Yale, a primeira desse gênero no mundo. Segundo Steven Kemper (2015), um dos maiores legados do empreendimento de Yale, foi ter se transformado na base da concepção de saúde adotada pela OMS já em sua fundação em 1948, inspirando também no desenvolvimento nos diversos paradigmas da saúde coletiva, comunitária e familiar, bem como nos campos da medicina preventiva e comunitária.

e da moral burguesa, tentando com isso moldar um novo trabalhador que viria a ocupar a nova urbes. Dessa forma, mesmo apresentando especificidades, o discurso antialcoólico esteve aqui associado à disciplinarização dos corpos produtivos e à prevenção à degeneração racial, o que traria grandes prejuízos à jovem nação segundo seus entusiastas.

Buscando compreender as bases e as tradições intelectuais sobre as quais os autores brasileiros, especialmente os médicos dedicados ao estudo do alcoolismo sustentaram suas teses, Alisson Eugenio (2018, p. 193) afirmou que:

No Brasil, desde pelo menos o início da segunda metade do século XIX, membros da elite médica mostravam-se preocupados com os efeitos do álcool no organismo, ao escrever textos sobre esse assunto usando conceitos centrais do Iluminismo, como o de progresso, para embasar seus argumentos que levaram o consumo excessivo e rotineiro de bebidas alcoólicas a ser considerado como uma doença: o alcoolismo.

Assim, o estudo de Eugenio baseou-se na ideia de cultura, proposta pelo historiador Peter Burke (2003), a fim de perceber os anseios dos médicos Oitocentistas em combater o alcoolismo em prol da ideia de “progresso”. Outro conceito chave foi o de campo, formulado por Pierre Bourdieu (2001), com o qual o investigador buscou entender as dinâmicas e diversas tramas sociais nas quais esses agentes estavam inseridos, tendo em suas profissões o lócus de difusão de suas ideias e projetos. Problematizando o trabalho de Fernando Sergio Dumas dos Santos (1995; 2010), principal referência no estudo acerca do alcoolismo no Brasil durante o século XIX e alvorecer do XX, Alisson Eugênio (2012; 2018) salientou que, na compreensão acerca da evolução do alcoolismo enquanto problema de “saúde pública” é imprescindível que tenhamos o olhar voltado para a importância que a ideia Iluminista de “progresso” desempenhava nos corações e mentes de médicos, artistas, religiosos, intelectuais, políticos e agentes públicos, para além dos valores meramente produtivos, pois o que se buscava era a reconstrução da nação, mais ordeira, saneada e purgada de seus antigos males.

Mas não apenas “progresso”, pois, outras ideias centrais como “natureza humana”, “loucura”, “degeneração” e “raça” também exerciam forte influência na cosmovisão da maior parcela dos indivíduos envolvidos na empreitada científica e no cenário intelectual brasileiro da passagem do século XIX ao século XX. Assim sendo, ao examinarmos as memórias e representações sociais dos médicos e agentes religiosos acerca do alcoolismo não podemos perder de vista a capitalidade da escravidão e seu corolário, ou seja, as políticas imigratórias e eugenistas (SCHWARCZ, 1993). Conforme Sidney Chalhoub (2001), a vadiagem, a mendicância e o alcoolismo apareciam comumente censurados nos jornais brasileiros entre fins do século XIX e início do XX, e suas práticas eram costumeiramente associadas às populações

pretas e pobres. Isso porque no Brasil, não apenas as práticas consideradas inadequadas foram enquadradas enquanto crimes, como a própria pobreza era também criminalizada e estigmatizada a partir da sua suposta propensão aos delitos, à loucura e às imoralidades (SÁ; SANTOS; ACIOLI NETO, 2019).

Durante os primeiros anos do século XX, muitos dos pressupostos acerca do alcoolismo ainda estavam em processo de construção no Brasil, entretanto, é somente a partir da década de 1910 que o alcoolismo se tornou central nas políticas eugenistas⁹ (SANTOS, 2010; SOUZA, 2006). Políticas estas fomentadas principalmente pelo saber médico e financiadas pela cooperação internacional de instituições filantrópicas, como, por exemplo, a Fundação Rockefeller (SANTOS, 2004, p. 318) que, desde 1910, atuou em parceria com o governo federal brasileiro na erradicação das endemias rurais e no saneamento moral da população, dentre elas no combate ao alcoolismo.

Em sua pesquisa sobre o alcoolismo no Brasil no início do século XX e suas relações com o saber psiquiátrico, Fernando Sergio Dumas dos Santos e Ana Carolina Verani elaboraram um estudo, no qual apresentaram as novas transformações sofridas no conceito. Segundo esses autores:

Em princípios do século XX, parte dos médicos já considerava o alcoolismo como uma doença dos nervos, ou uma nevropatia. **Ele passou a ser conhecido como uma nevrite, com o sufixo “ite” indicando uma inflamação, uma infecção dos nervos.** O termo não era propriamente novo, mas a compatibilidade desta designação com a teoria pasteuriana, o principal paradigma científico do período, viabilizou a sua maior aceitação. A nevrite alcoólica evoluiu de uma concepção de “monomania” – que vigorou no século passado – para uma visão de multiplicidade, que a associou a diversas ‘manias’, tais como a “alcoolomania” de Dromard, ou os “acessos de loucura em forma de mania aguda” descritos por Kraft-Ebing. As múltiplas lesões identificadas ao problema transformavam-no, muitas vezes em polinevrites. (SANTOS; VERANI, 2010, p. 418, grifos nossos).

Dessa forma, vemos um novo deslocamento na compreensão acerca das causas do alcoolismo, pois, aqui observamos sua associação às questões anatomopatológicas. Os autores ainda afirmaram que, durante a segunda metade do século XIX e início do XX, o alcoolismo representava a “[...] principal causa de internação nos hospícios brasileiros”. Tornando-se a superlotação dos espaços de recolhimento um problema de ordem pública, largamente debatido na imprensa jornalística e que mobilizava uma série de vozes convergentes e dissonantes

⁹ De acordo com Vanderlei Sebastião de Souza (2006), ao lado da tuberculose e da sífilis, o alcoolismo era um dos principais males enfrentados pelas campanhas eugenistas que tiveram espaço no Brasil durante as décadas de 1910 e 1920. Concorrendo esses três males para a compreensão dos “venenos raciais”, pois não havia dúvidas quanto suas influências na degeneração racial da população brasileira (SOUZA, 2006, p. 49).

referentes às causas, aos efeitos e às soluções para erradicação do alcoolismo (SANTOS; VERANI, 2010, p. 414-15).

Em um estudo sobre a criminalidade no cotidiano paulista entre os anos finais do século XIX e início do XX, Boris Fausto (1984) percebeu a preocupação das autoridades públicas em coibir e punir as chamadas “classes perigosas”, uma vez que,

[...] mesmo tendo-se em conta a precariedade da categorização, é possível estabelecer distinções entre as três contravenções principais. A vadiagem representa o receptáculo maior, onde se enquadra o “viveiro natural da delinquência” na linguagem dos relatos policiais. O próprio sistema repressivo constitui este viveiro, formado por uns poucos grandes “malandros” e a massa de pequenos marginais ou desempregados, à beira da indigência; a desordem vincula-se ao comportamento episódico das pessoas em público, sem fixar uma conduta criminosa; a embriaguez se aproxima da desordem, na medida em que reflete como esta é uma preocupação com o comportamento das pessoas em público, mas é indicativa de atitudes que combinam autodestruição e agressividade. (FAUSTO, 1984, p. 34).

Ainda que representasse um delito de menor gravidade do que a vadiagem, a embriaguez, no período abordado no estudo do autor supracitado, configurava-se como uma das maiores causas de repressão por parte das forças policiais (1892-1916), pois, “[...] dentre as três contravenções principais – embriaguez, desordem e vadiagem – a primeira aparece como motivadora do maior número de prisões” (FAUSTO, 1984, p. 36). O estado de embriaguez, entretanto, não era uma definição do alcoolismo, visto este último como uma doença. A junção entre embriaguez e alcoolismo, poderia resultar no agravamento da pena, a depender sempre da gravidade do delito e do estatuto social do acusado, porém, em alguns casos essa combinação era utilizada como atenuante, resultando em penas mais brandas, sempre observando-se o crime e o criminoso. As referidas práticas também são observadas em outros contextos brasileiros, porém, a junção embriaguez, alcoolismo e pobreza significava penas mais duras, se observado o quadro geral e os grupos sociais envolvidos. O que buscou Fausto (1984) foi sustentar que, no contexto paulista, assim como em contextos brasileiros similares, os controles das classes perigosas estavam associados aos anseios das elites econômicas, políticas e intelectuais em construir uma nova doutrina do trabalho, na qual a desocupação, os “vícios” e as expressões de agressividade eram criminalizadas, disciplinarizadas e seus contraventores afastados do convívio social.

Para além desses trabalhos que buscaram enquadrar o alcoolismo enquanto um problema de interesse público nacional, encontramos estudos devotados a analisar a repercussão do tema do alcoolismo na imprensa regional. É o caso, por exemplo, do estudo de Marcelo José Pereira Carvalho (2010), dedicado a examinar as intersecções entre as

representações do suicídio e do alcoolismo na imprensa periódica de Belém do Pará, entre os anos de 1889 e 1910. O autor observou, por meio das diversas ocorrências encontradas em jornais, o caráter pedagógico em prol da “civilização”, na qual o consumo excessivo de álcool estava associado ao suicídio, sendo ambos condenáveis pelo convencionalismo cultural e pelo saber médico, que naquele momento já se afirmavam enquanto hegemônico.

Isabel Cristina Caetano Dessotti (2017), ao investigar os principais temas em circulação na imprensa de Sorocaba, interior paulista, entre os anos finais do século XIX e início do XX, notou que, na imprensa operária, o alcoolismo aparecia recorrentemente como um mal a ser curado.

Com o intuito de instruir e conscientizar os operários, esses jornais faziam amplas divulgações sobre a realização de palestras e conferências voltadas ao interesse desse público e, posteriormente, publicavam resumos das palestras dadas ou mesmo a íntegra delas. Havia uma preocupação com a formação das classes trabalhadoras e o melhoramento da pessoa. Alguns temas eram recorrentes, como: o alcoolismo, a imigração, o tratamento à infância, a necessidade da instrução etc. (DESSOTTI, 2017, p. 126).

Uma das novas preocupações observadas com relação ao consumo excessivo de álcool por parte da emergente classe trabalhadora urbana dizia respeito ao alcoolismo na infância (DESSOTTI, 2017). Contudo, como demonstrou o estudo de Dessotti (2017), esse consumo por parte dos que consideramos hoje enquanto crianças e adolescentes, não era um problema relativamente novo, pois desde períodos mais remotos, encontramos referência ao consumo de bebidas e até mesmo o consumo rotineiro por parte dos mais jovens no contexto brasileiro.

No geral, os estudos aqui analisados examinaram a transformação do alcoolismo enquanto um problema de saúde pública, especialmente a partir dos saberes médicos, por meio da jurisprudência e da imprensa regional. Interessaram a esses autores, as instituições, os agentes e as principais ideias em torno da produção científica acerca do alcoolismo. Quase ou nenhuma atenção foi dada às diversas representações sociais e à formação da memória coletiva em torno desse tema na imprensa periódica nacional, sendo os jornais os principais veículos de divulgação das ideias durante a passagem do século XIX para o XX, mesmo que se tratando do contexto social brasileiro, marcado por altas taxas de analfabetismo. Embora esses autores pontuem a relevância da imprensa na popularização dessa discussão e no processo de transmissão do saber médico à sociedade, notamos que grande parte desses estudos se basearam prioritariamente nas teses e tratados científicos, dedicando pouca atenção às memórias e às representações sociais postas em circulação nos jornais médicos e religiosos, tornando-se um exame a ser feito.

Este estudo somou esforços às pesquisas dedicadas a compreender a transformação das ideias e dos saberes acerca do alcoolismo, assim sendo, tem como foco central as diversas memórias e as representações sociais dos médicos e agentes religiosos ligados à imprensa nacional entre os anos de 1870 e 1909 sobre o alcoolismo. Interessou-nos compreender também como o recrudescimento da pauta acerca do alcoolismo estava relacionada à discussão em torno do fim do regime de escravidão e do aumento massivo de estrangeiros imigrantes¹⁰, especialmente europeus, “destinados” à substituição da mão de obra escrava, ao embranquecimento social da população e ao desenvolvimento material e cultural, a partir da língua, da religião, da arte, das técnicas de produção, dos modos de vestir, comer, beber, danças, viver etc. Malgrado o projeto de muitos idealistas, acerca do desenvolvimento material e espiritual da nação brasileira a partir do fim da escravidão e da “europeização” do Brasil, vemos que muitas das discussões sobre o alcoolismo estavam associadas às questões raciais e de nacionalidade.

Como delimitação temporal escolhemos o início da década de 1870, período posterior à Guerra do Paraguai¹¹, momento em que a elite intelectual e econômica voltou novamente as suas atenções às questões internas da nação, dado o término do conflito internacional. Cronologicamente este estudo analisou o período anterior ao “fim” da escravidão¹². A delimitação final, contudo, incluiu a primeira década do século XX, período anterior à implantação das primeiras campanhas eugênicas, que tinham o alcoolismo como um dos principais problemas a serem combatidos. No tocante à delimitação espacial, optamos por apreender a imprensa nacional, a fim de demonstrarmos as diversas especificidades regionais a depender de seus condicionantes socioculturais e os pontos em comum entre os agentes das diversas regiões. Selecionamos periódicos de Alagoas, Bahia, Piauí, Rio de Janeiro e São Paulo, contudo, ao longo do estudo encontramos reportagens que foram produzidas e primeiramente publicadas em outras regiões do país ou do exterior.

O problema de pesquisa que respondemos foi o seguinte: Quais eram as memórias e representações sociais dos médicos e agentes religiosos brasileiros em circulação na imprensa

¹⁰ O número de imigrantes europeus e asiáticos entre os 1850 e 1950 seja de um total de 5 milhões, valor próximo a cifra de 5,8 milhões em que é estimado o montante do tráfico de africanos escravizados entre 1500 e 1850, período em que perdurou a legalidade do tráfico atlântico de escravizados (UCHOA, 2007).

¹¹ A “Guerra do Paraguai” foi o único conflito internacional em que o Império do Brasil se envolveu durante o reinado de Dom Pedro II, sendo considerado como um marco importante na política externa expansionista, além de ter mobilizado diversos países da América do Sul (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai) e da Europa (Inglaterra), conforme estudo de Doratioto (2002). Nessa guerra, de caráter internacional, formou-se a Tríplice Aliança encabeçada pelo Brasil, em associação com os governos argentino e uruguaio, contrários às ações ditatoriais do chefe de Estado paraguaio.

¹² Após abolido o tráfico atlântico de escravizados em 1850, outras medidas antecederam a decretação oficial do fim do regime escravista (1888), sendo elas a Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei do Sexagenário (1885).

acerca do alcoolismo? Dessa forma, indagamos sobre as representações sociais do alcoolismo partilhadas por médicos e agentes religiosos, e quais eram as semelhanças e diferenças entre esses dois grupos na abordagem do tema; quem eram essas personagens e a quais instituições estavam ligados; atrelado a isso, percebermos como a discussão jornalística do alcoolismo se relacionava com a discussão sobre a abolição e a imigração estrangeira. Por fim, mas não menos importante, problematizamos a memória coletiva construída em torno do alcoolismo, tendo por base as representações sociais de médicos e agentes religiosos que se utilizavam da imprensa, durante o período histórico em que o jornal impresso se constituía enquanto o principal veículo de circulação de informações, ideias, projetos sociais, políticos e econômicos.

Portanto, o objetivo central deste estudo foi analisar as memórias e as representações sociais acerca do alcoolismo em circulação na imprensa médica e religiosa brasileira de fins do século XIX e início do XX.

Atrelado a isso, conceituamos memória social, representações sociais e alcoolismo; contextualizamos historicamente o período estudado, com ênfase no fim da escravidão e aumento da imigração de trabalhadores estrangeiros; examinamos as discussões em circulação na imprensa brasileira entre 1870 e 1909 sobre o alcoolismo e as representações sociais acerca dos alcoolistas.

Ao longo desta pesquisa apresentamos os cientistas, intelectuais e as instituições envolvidas na discussão em torno do alcoolismo tendo por base os jornais impressos em circulação no Brasil; ademais, analisamos as relações entre o alcoolismo, escravidão, abolição e a “grande marcha migratória europeia” para o Brasil, entre os anos finais do século XIX e início do XX. Usamos como base o repertório de jornais disponíveis no repositório do banco de dados da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (BN).

Esta é uma pesquisa de natureza qualitativa. Elaborada por meio da análise de crônicas jornalísticas públicas em periódicos médicos e religiosos, entre os anos de 1870 e 1909, tendo como enfoque as discussões públicas acerca do alcoolismo. Metodologicamente analisamos os significados que o conceito de “alcoolismo” suscitou na produção jornalística brasileira. É necessário estarmos atentos para as definições e filiações epistemológicas na ocorrência do vocábulo e nos usos que eram feitos nos jornais, pois encontramos diversas variações e significados para o vocábulo, demonstrando, assim, ser esse um termo polissêmico, com base nas observações preliminares que fizemos, ainda durante os estágios de busca, leitura e seleção das crônicas, dos jornais com base em sua natureza e na relevância que o termo apresentava em cada crônica. Diante disso, realizamos as seleções e interpretações das falas encontradas, a partir de critérios investigativos específicos, tais como, a quantidade de ocorrência do termo em

cada crônica, a relevância que o tema tinha para o conjunto de ideias que estavam sendo discutidas e os sentidos que o uso do termo significava. Logo, ansiamos conhecer, particularmente, quem eram os personagens, quais eram as tramas, quais eram os desfechos, quais eram as lições ensinadas – tendo em vista o caráter pedagógico da imprensa durante esses períodos. Observamos também as semelhanças e discrepâncias com relação às representações sociais de médicos e agentes religiosos, vistos a partir de seus respectivos campos de atuação. Estes seriam os procedimentos referentes às condições internas dos documentos. No que concerne às relações externas, interessou-nos especificar quem eram os autores, sobretudo, suas filiações teóricas, suas trajetórias profissionais, vínculos profissionais e redes de sociabilidades intelectuais. Outra instância de relevo foram as instituições envolvidas no debate sobre o alcoolismo. Aqui, percebemos suas orientações: científica, intelectual, artística ou religiosa; bem como seus quadros de agentes e seus respectivos públicos-alvo. Conduzimos esta parte do nosso estudo a partir de um roteiro dirigido (Apêndice I), a fim de organizarmos as informações técnicas e os dados qualitativos dos documentos.

Ainda com relação às ocorrências do tema do alcoolismo nos jornais, um ponto capital para o nosso estudo são as representações sociais e a memória coletiva em torno dos alcoolistas. Dessa forma, reunimos os vocabulários existentes para a caracterização desses indivíduos. Estivemos atentos para a utilização da descrição das trajetórias de vida de alguns desses personagens alcoolistas durante as crônicas. Assim, observamos mais detidamente quem eram os supostos dependentes das substâncias alcoólicas, como esses eram tratados pelas reportagens jornalísticas, quais eram as intencionalidades no uso desses relatos, seus produtores, seus financiadores, seus objetivos e possíveis distorções com o que era preconizado pelo saber médico-psiquiátrico, principal fomentador da discussão acerca do alcoolismo no campo científico. Realizamos aqui uma qualificação dessas ocorrências: i) saberes médicos, ii) ensinamento de ordem moral e religiosa, iii) discussão jurídica e iv) debate político.

Após a identificação e análise das memórias e representações sociais sobre alcoolismo na imprensa nacional entre os anos de 1870 e 1909, cruzamos as informações coletadas com a produção acadêmica sobre a escravidão e pós-abolição, além da bibliografia acerca da imigração estrangeira, sobretudo europeia de fins do século XIX e do despontar do século seguinte. A fim de compreendermos a correlação entre as mudanças sociais no mundo do trabalho com o advento da emergência da luta antialcoólica no Brasil. Para auxiliar neste exame, destacamos as associações entre o alcoolismo e as questões ligadas à “raça” e à nacionalidade, a fim de percebermos como a identidade nacional era construída na oposição às tradições estrangeiras ao passo que também era definida a partir da contribuição externa, capaz em última

instância de compor a partir do cruzamento racial a nova população brasileira. Sendo assim, algumas das categorias observadas foram: i) o trabalho, o uso racional do tempo e o aumento da capacidade produtiva dos corpos; ii) a saúde física e mental e a salubridade; iii) os “vícios” e a propensão à criminalidade; iv) a moralidade e a abstinência; v) mortalidade.

Como fontes secundárias, buscamos biografias, livros de memórias, obras literárias, relatórios estatísticos, ensaios, teses médicas e jurídicas etc., a fim de conhecermos de forma mais adequada quem são os agentes investigados, suas instituições de filiação e os seus respectivos contextos socioculturais.

Por se tratar de um estudo em memória e representações sociais do alcoolismo na imprensa brasileira, esses respectivos conceitos carecem de definições, a fim de encaminharmos os leitores na compreensão de nossos objetivos. Dessa forma, tornou-se necessário iniciarmos esta discussão recuperando o percurso teórico de ambos os fundamentos, mostrando suas vitalidades e pertinências.

Segundo Maurice Halbwachs ([1950] 1990), a memória coletiva significa um fenômeno social, segundo o qual os sujeitos a partir de seus quadros sociais, dão significado a sua realidade e conduzem as suas ações mediadas pelos valores coletivamente adquiridos. Já em seu estudo, **Os quadros sociais da memória** ([1925] 2004), o sociólogo afirmou que a memória do sujeito é um construto das interações que desenvolvemos desde o nascimento e que nos acompanha ao longo da vida, assim sendo, nossos principais marcos de referência serão sempre a língua apreendida, os afetos familiares, as crenças religiosas, ideais políticas, bem como eventos, lugares e experiências. A memória coletiva seria forjada nas interações sociais e representaria a forma pela qual os indivíduos se filiam a determinadas ideias, valores, crenças e grupos.

A noção de memória coletiva, contudo, sofreu críticas, especialmente por seu caráter consensual, na qual não são balizadas as assimetrias de forças e as tensões na formação da memória (FENTRESS; WICKHAM, 1992). Todavia, é inegável o valor que o conceito ainda representa no campo da Sociologia e das Ciências Sociais e Humanas.

A fim de nos afastarmos do uso indevido das concepções da memória coletiva, optamos em trabalhar com os seguintes fundamentos desta teoria: a noção de quadro social da memória, o conceito de geração e as concepções de multiplicidade e heterogeneidade das durações coletivas – tais como as percepções envolvendo as supostas lentidão e/ou rapidez das transformações sociais. Com isso, esperamos demonstrar como o conhecimento em torno do alcoolismo durante a passagem do século XIX ao XX, estavam atravessadas pelos valores e normas culturais socialmente estabelecidas pelas elites intelectuais e científicas.

De acordo com Myrian Sepúlveda dos Santos (2012), nossa memória ou o que acreditamos ser o nosso repertório de imagens mentais, são formadas a partir dos grupos de pertencimento aos quais nos filiamos e à medida em que esses grupos vão se tornando mais fortes, mais convictos ficamos acerca da legitimidade de nossas recordações. Ao analisar os fundamentos da teoria da memória coletiva, tendo por base a obra de Halbwachs e do psicólogo Frederich Charles Bartlett, a autora argumentou que, mesmo diante de qualquer fragilidade que possa ser apontada para a teoria universalista da memória coletiva, devemos atentar para a importância dos argumentos lançados pelos dois referidos autores, pois, se por um lado Halbwachs propunha que o indivíduo pensa e recorda a partir dos quadros de pertencimento e que só nos é possível pensarmos a partir de estruturas mentais previamente definidas, Bartlett chamou nossa atenção para o fato de que os indivíduos têm razões e intenções com significados próprios no processo de construção de suas memórias.

Retomando Halbwachs (2004), concordamos com o autor de que existe uma substância impessoal dos grupos duráveis e que a memória coletiva é um reflexo dessa impessoalidade na construção da memória, seja ela individual, grupal ou social. Em suas palavras:

Quando dizemos que o indivíduo se conduz com a ajuda da memória do grupo, é necessário entender que essa ajuda não implica na presença atual de um ou vários de seus membros. Com efeito, continuo a sofrer a influência de uma sociedade ainda que tenha me distanciado: basta que carregue comigo em meu espírito tudo o que me capacite para me posicionar do ponto de vista de seus membros, de me envolver em seu meio e em seu próprio tempo, e de me sentir no coração do grupo. (HALBWACHS, 2004, p. 121).

A teoria sociológica, portanto, define a memória (individual ou grupal) como o resultado da combinação de fatores internos e externos. Essa compreensão nos auxiliará examinar as crônicas médicas e religiosas, considerando sempre os grupos de pertencimento e a expressão dos valores que eram socialmente compartilhados por ambos os agentes que se utilizavam da imprensa como plataforma de combate ao alcoolismo.

Uma das expertises da teoria da memória coletiva, tal como nos ensinava Halbwachs e mais tarde seus intérpretes, admiradores e críticos, foi trazer para o centro da discussão sobre a formação da memória, os papéis desempenhados pelos sistemas de comunicação, pela linguagem e pelos grupos. Esses pontos, de certo modo, ligam a teoria da memória coletiva com outra teoria pertinente ao nosso estudo, formulada, particularmente, no campo da Psicologia Social, a saber, a Teoria das Representações Sociais.

No trabalho **Psicologia Social** ([1993] 2023) coordenado por Vala e Monteiro encontramos uma variedade de discussões sobre o desenvolvimento do campo científico,

segundo o qual o campo da psicologia social encontra-se em franco processo de expansão, marcado pela diversidade de abordagens, temas, conceitos e procedimentos para análise sócio-psicológicas e linguísticas, no qual inserimos a presente discussão. Portanto, o campo da psicologia social permite que discussões, a exemplo da que aqui buscamos tratar, demonstrem como são forjadas as representações sociais, a memória coletiva, os estereótipos, os valores sociais, as normas de conduta, a cognição e as identidades sociais.

Ao encaminharmos este estudo a partir do campo da Psicologia Social, com destaque as teorias da Memória coletiva e das Representações sociais, analisamos por meio da imprensa médica e religiosa brasileira, de fins do século XIX e início do século XX, a emergência da luta antialcoólica, e seus impactos no processo de marginalização, exclusão social e criminalização dos alcoolistas, em especial, durante os anos pré e pós abolição da escravidão e ao longo dos primeiros anos da grande marcha imigratória de europeus e asiáticos. Inserimos esta discussão na área do Pensamento social e das representações sociais, com ênfase nos conceitos de estigma, branqueamento, racismo, preconceito, estereótipo, discriminação, identidades grupais, normas sociais e quadros sociais de referências.

De acordo com Ferreira (2010) além das correntes clássicas da Psicologia Social, um dos campos pretende promover uma revisão sistematizada da histórica, sendo caracterizada enquanto Psicologia Social Histórico-Crítica, cuja ambição é revistar os estudos clássicos dos temas históricos e promover novas análises, a partir de novos enquadramentos. Neste sentido, situamos este estudo enquanto uma revisão crítica da história da luta antialcoólica, cujo recorte temporal se estabeleceu entre os anos finais do século XIX e início do século XX, em que a imprensa teve um papel decisivo no processo de promoção dos valores ideológicos e morais antialcoólicos. Para isso, recorreremos às teorias da Memória Coletiva e das Representações Sociais, a fim de problematizarmos a virtualidade do passado no presente e os processos de (re)elaboração das condutas discriminatórias, preconceituosas e estigmatizadas contra os alcoolistas, seus hábitos de vida e as formas pelos quais são vistos e tratados em nossa sociedade.

A Teoria das Representações Sociais, formulada pelo psicólogo social radicado francês Serge Moscovici (1925-2014), pressupõe que, no processo de interpretação da realidade, os códigos, os significados e os sentidos que atribuímos, são construídos a partir de acomodações de algo novo aos sistemas anteriormente existentes, dessa forma, as representações sociais seriam sempre processuais e inter-relacionais e envolveriam processos mentais extremamente complexos, como observar, descrever, interpretar e coisificar. Partindo do campo da Psicologia

Social, porém, mantendo um debate com os campos da Sociologia e das Ciências Humanas e Sociais, Moscovici ([2000] 2015, p. 105, grifo do autor) definiu que:

[...] toda “cognição”, toda “motivação” e todo “comportamento” somente existem e têm repercussões uma vez que eles signifiquem algo e significar implica, por definição, que pelo menos duas pessoas compartilhem uma linguagem comum, valores comuns e memórias comuns. É isto que distingue o social do individual, o cultural do físico e o histórico do estático. Ao dizer que as representações são sociais nós estamos dizendo principalmente que elas são simbólicas e possuem tantos elementos perceptuais quanto os assim chamados cognitivos. E é por isso que nós consideramos seu *conteúdo* tão importante e nos recusamos a distingui-las dos mecanismos psicológicos como tais.

De acordo com sua intuição, as representações sociais são construídas com a finalidade de “tornar familiar o não familiar ou a própria não familiaridade”. Sendo formadas a partir dos processos de **ancoragem** (classificar, categorizar e dar nome a alguma coisa) e **objetivação** (reduzir um conceito em uma imagem ou mesmo acomodar o não familiar à realidade). Consoante Martha de Alba (2014), o processo de ancoragem destaca o papel da memória coletiva nas construções simbólicas que permitem aos sujeitos compreender o mundo em que estão inseridos. Segundo Zeidi Trindade, Maria de Fátima Santos e Angela Maria Almeida (2014), enquanto no processo de objetivação buscamos tornar concreto aquilo que é abstrato, a ancoragem corresponde à incorporação ou assimilação de novos elementos de um determinado objeto ao sistema de categorias dos indivíduos, acomodando-os em seu universo cultural. Nesse aspecto, Moscovici (2015) qualificava as representações sociais como sendo uma “teoria” do senso comum, onde estímulos e respostas são formados concomitantemente, porém, havendo a existência de dois universos: um consensual e outro reificado. O primeiro seria aquele sistema em que o conhecimento expressa atividades e visões do senso comum, elaboradas a partir da cotidianidade e da observação; o segundo seria o sistema de saberes ditos científicos, formulados com base na objetividade, na lógica, no experimentalismo e no rigor metodológico.

Mostrando as confluências entre as ideias sociológicas de Halbwachs a partir da noção de memória coletiva e de Moscovici doravante a Teoria das Representações Sociais, Janderson Carneiro de Oliveira e Luci Mara Bertoni (2019) afirmaram que mesmo partindo de campos disciplinares distintos, ambas as teorias têm um fio condutor comum, o conceito de representações coletivas formulado por Durkheim. Isso, contudo, não apaga as divergências teóricas e conceituais existentes. Porém, o que mais chamou à atenção dos investigadores foram as similaridades entre as duas teorias, especialmente a partir do caráter relacional dos indivíduos na formação da memória coletiva e das representações sociais; outro ponto de aproximação

seria com relação à noção de ancoragem moscoviciana e de quadros sociais halbwachiana, tendo em vista dependerem de processos interacionais e relacionais. De forma similar, Martha de Alba (2014) demonstrou também que as representações sociais seriam insumos indispensáveis para a formação da memória coletiva e que os fundamentos da noção de memória coletiva se aproximam bem mais do conceito de representações coletiva de Moscovici.

A partir dessas observações, podemos estabelecer aqui também ao nosso modo, uma aproximação entre a noção de memória coletiva e Teoria das Representações Sociais. Ambas, partem da premissa de que o conhecimento é socialmente construído, integrando aspectos individuais e coletivos, possibilitados por meio da comunicação de agentes sociais, imersos em hierarquias preestabelecidas.

Com isso, reafirmamos a pertinência de ambas as teorias, pois as mesmas nos facultaram analisar os médicos e agentes religiosos envolvidos com a imprensa enquanto sujeitos – no sentido sociológico – segundo o qual suas ações são mediadas pela memória coletiva de seus grupos de pertencimento e pelas representações sociais – no sentido atribuído pela Psicologia Social.

Acreditamos também que uma atenção especial seja necessária às noções de “raça”, “nacionalidade” e “progresso” no contexto brasileiro da segunda metade do século XIX e início do XX. Isso porque durante esse período, como dissemos anteriormente, o país experimentou uma série de transformações sociais e culturais, o que acabou por modificar sensivelmente a vida de sua população e as dinâmicas econômicas, políticas, científicas e jurídicas da jovem nação e muitos desses valores inaugurados ainda são sentidos nos dias de hoje. De acordo com a historiadora Lilia Schwarcz (1993), durante o século XIX, o conceito de “raça” ganhou proeminência no pensamento intelectual e científico, ao propor um programa de “perfectibilidade humana”, inaugurado assim a concepção da existência de heranças físicas e morais permanentes entre os vários grupos humanos. Segundo a pesquisadora, essa nova reorientação era o resultado de um intenso debate construído em torno das ideias iluministas de “cidadania” e “igualdade”. A partir disso, se popularizou entre os intelectuais conservadores, a missão em combater a concepção unitária da humanidade, defendida pelos valores do Iluminismo e de seus sectários, logo, era preciso defender a existência de diferenças entre os grupos étnico-raciais e as classes sociais, a fim de preservarem os privilégios existentes. O movimento Contra Iluminista constitui-se de uma investida contrária aos pressupostos igualitários promovidos pelas revoluções burguesas, cujo novo suporte se baseava na ideia de “raças” e nas supostas diferenças existentes entre os grupos étnico-raciais (SCHWARCZ, 1993,

p. 47). Ainda segundo a historiadora, é precisamente durante esse período que outra preocupação passou a interessar cada vez mais os “homens de letras” brasileiros, sendo a emergência e o desenvolvimento da ciência higienista, identificando assim os papéis de gênero, das raças e da sexualidade na construção da nação (SCHWARCZ, 1993, p. 205). Vale ressaltar que esses elementos estiveram presentes na emergência da eugenia, paradigma hegemônico dos movimentos higienista e sanitarista brasileiro. Sendo que a imprensa jornalística foi o lócus de divulgação dessas noções, por ser o principal veículo de circulação de ideias e o mais difundido no Brasil durante o período aqui circunscrito.

A eugenia é um movimento científico e social que representa as potencialidades do conhecimento da hereditariedade aplicados ao “melhoramento” e ao “aprimoramento” da raça humana, pautando-se em uma rígida hierarquia social e biológica, responsável por preservar as características das “raças” mais “adequadas” e promover o desencorajamento ou o impedimento da transmissão das características “indesejadas”. De acordo com Nancy Leys Stepan (2005), mesmo que a palavra “eugenia” tenha entrado na ordem do dia somente a partir de sua formulação, em 1883, por Francis Galton (1822-1911), muitos de seus pressupostos, como, por exemplo, a ideia de “bem nascido”, já estava em circulação na produção científica e intelectual, sobretudo daqueles personagens originários de países envolvidos com a empreitada colonialista, seja na condição de centro ou periferia. Ainda hoje o movimento encontra entusiastas, “preocupados” em sanear biológica e moralmente as populações e promover assim o tal almejado “progresso” material e espiritual da espécie humana.

Historicizando e mostrando as diversas transformações sofridas no conceito de “progresso” desde a antiguidade até o século XX, o historiador francês Jacques Le Goff (2012) afirmou que, durante o século XIX, ocorreu o que qualificou como triunfo do “progresso” e nascimento da reação. Isso porque a noção Iluminista de “progresso” atravessou as barreiras do campo disciplinar das humanidades e passou a fazer parte do imaginário mais amplo do Ocidente. Assim, “o período de 1840 e 1890 é o triunfo da ideia do progresso, simultaneamente com o grande *boom* econômico e industrial do Ocidente” (LE GOFF, 2012, p. 252, grifo do autor). Esse triunfo é percebido ainda durante o alvorecer do século XX, especialmente com a exportação dessas ideias para as paragens do Oriente e para as regiões periféricas do Ocidente. Contudo, foi somente durante a década de 1930, com a grande crise econômica do capitalismo, que a ideia do “progresso” começou a ser esvaziada, dando lugar a um novo pessimismo, que culminaria na Segunda Guerra Mundial. Observamos ao longo do nosso estudo que muitas das vezes que se levantavam para falar sobre o alcoolismo encontravam nas noções de “raça”, “nacionalidade” e “progresso” os ingredientes necessários para a construção de seus discursos.

Nesse cenário, a luta antialcoólica ganhou notoriedade e mobilizou uma série de agentes, o que acabou por construir uma narrativa em torno do processo de modernização do país.

Por fim, devemos nos indagar acerca do papel da Psicologia Social nos estudos referentes à temática das drogas. Segundo o próprio Moscovici ([2000] 2015) compete à Psicologia Social estudar as representações sociais, suas propriedades, suas origens e seus impactos, a fim de compreendermos melhor o universo e os sistemas culturais a nossa volta e que nos antecederam no tempo e no espaço.

Dessa forma, como salientado por Yuri Sá Oliveira Sousa, Maria de Fátima Souza Santos e Manoel de Lima Acioli Neto (2019), os fenômenos relacionados com o uso das drogas são terrenos férteis para as investigações em ciências humanas e sociais, especialmente a Psicologia Social, na medida em que nos permitem perceber as nuances dos problemas sociais vividos cotidianamente, socialmente construídos, simbolizados, que integram dimensões individuais, coletivas, grupais e culturais, permeadas por tensões na forma de lidar com os desvios de alteridade. Assim sendo, como afirmam os autores supracitados, a Psicologia Social desempenharia o papel de problematizar as categorizações sociais, relevando os seus estigmas, preconceitos e estereótipos, tornando-se imprescindível na compreensão dos elementos psicossociais concernentes ao suposto “mundo das drogas”. Este estudo, portanto, se encaminhou a partir da Psicologia Social no intuito de apreender, na imprensa de fins do século XIX e início do século XX, as memórias e representações sociais dos médicos e agentes religiosos brasileiros da virada do século XIX ao XX acerca do alcoolismo.

Nosso principal pressuposto era de que, o interesse em torno do debate sobre o alcoolismo na imprensa brasileira, estava diretamente ligado à discussão sobre o fim do regime de escravidão e à imigração europeia. Dessa forma, acreditamos que a notoriedade dessa pauta se relacionava aos anseios das elites intelectual, política, econômica, científica e religiosa em promover o branqueamento, tendo em vista a ideia dominante de “progresso”. Dito isso, a expressão do alcoolismo enquanto problema de ordem pública antecede sua emergência enquanto um claro e definido problema de “saúde pública”, uma vez que a própria noção de “saúde pública” ainda estava em processo de gestação. No período que vai de 1870 e 1909 percebemos a popularização do debate sobre o alcoolismo e o discurso antialcoolista despertaram entre os médicos, juristas, políticos, artistas e religiosos. Não são escassas as referências nos jornais médicos, religiosos e de interesses públicos ao alcoolismo, seus malefícios, seus riscos individuais e coletivos, bem como seus danos aos interesses do bem maior, a saber, a construção do “brasileiro ideal”. Talvez por isso, os alcoolistas deveriam ser

identificados, disciplinados, tratados e em última instância, isolados do convívio social, a fim de não contribuírem negativamente com a degeneração racial e social da jovem nação.

Ao longo da segunda seção, nomeada **As faces de um Brasil em transformação: do Império à República**, discutimos as mudanças ocorridas no contexto nacional ao longo do período que compreende o recorte desta pesquisa, assim, buscamos demonstrar como o surgimento do movimento antialcoolista brasileiro estava relacionado aos eventos de natureza política, econômica e cultural. Discutimos como as mudanças no cenário nacional, a partir da década de 1870, contribuíram para a popularização do discurso antialcoólico, cuja ênfase era dada aos riscos e impactos que o alcoolismo trazia para o mercado de produção e para a segurança nacional. Ademais, o fim da legalidade da escravidão (1888) e a ditadura militar republicana (1889) acirraram ainda mais o combate ao alcoolismo, elevando-o à categoria de inimigo público, por oferecer riscos ao novo regime, à ordem pública e aos diversos projetos reformistas e modernistas. Esses projetos em pautas, tiveram no jornalismo periodista espaço, sendo o jornal impresso o principal veículo de circulação dessas ideias, constituindo, portanto, em um repositório de ideias, de projetos políticos e sociais, de embates, de representações sociais e de memórias. Nosso objetivo foi demonstrar as referidas mudanças no cenário brasileiro e a relação delas com o enfrentamento do alcoolismo.

Na seção três, intitulada **Memórias, representações sociais e jornalismo impresso**, discutimos e problematizamos a importância dos fundamentos das teorias da Memória Coletiva, cuja origem foi o campo da Sociologia e da Teoria das Representações Sociais, gestada no campo da Psicologia Social, para o desenvolvimento desta investigação. Buscamos apresentar quais são os fundamentos epistemológicos de ambas as teorias, a fim de explicitarmos seus usos na interpretação dos jornais médicos e religiosos que selecionamos para esta análise. Desse modo, tratamos de apresentar os arcabouços teórico-metodológicos, de circunscrevermos os potenciais e os limites interpretativos em seus usos, as discussões teóricas e os resultados dos empreendimentos que utilizaram seus fundamentos, a fim de revelarmos a relevância, a pertinência e a adequação das teorias para o estudo do jornalismo impresso em contexto histórico. Ademais, apresentamos os escopos editoriais dos jornais analisados, com ênfase em seus agentes e instituições promotoras, além dos públicos-alvo aos quais se destinavam os periódicos.

Na quarta seção, de título **Memórias e Representações sociais sobre alcoolismo na imprensa brasileira**, analisamos por meio das crônicas jornalísticas médicas e religiosas, as ocorrências das discussões sobre alcoolismo, tendo por base as categorias de análise observadas, dentre elas: o trabalho, o uso racional do tempo e o aumento da capacidade

produtiva dos corpos; a saúde física e mental e a salubridade; os “vícios” e a propensão à criminalidade; a moralidade e a abstinência; e, a mortalidade. O nosso objetivo foi problematizar os saberes em circulação sobre a dependência alcoólica e as visões de mundo dos intelectuais brasileiros sobre o alcoolismo e os alcoolistas.

Na quinta seção, **As inter-relações entre alcoolismo, pós-escravidão e imigração europeia**, discutimos os impactos das campanhas jornalísticas antialcoólicas para a conformação da saúde pública e das políticas assistencialistas de controle da dependência química e salubridade social brasileira de fins do século XIX e início do século XX. Nossa pretensão foi demonstrar as mutações das visões eugênicas no tocante às ações governamentais, à luz das teorias da memória coletiva e das representações sociais.

Por fim, na **Conclusão** apresentamos um apanhado geral sobre os principais resultados obtidos durante o processo de coleta e tratamento de dados, ratificando a hipótese de que as campanhas médicas e religiosas em circulação na imprensa jornalística brasileira entre os anos de 1870 e 1909 significaram o prelúdio das campanhas governamentais de combate “epidemiológico” do alcoolismo.

Esperamos com este estudo contribuir para o campo científico, por meio da análise das memórias e representações sociais sobre o alcoolismo, em circulação no jornalismo brasileiro de fins do século XIX e início do século XX, de modo a compreendermos melhor as transformações sociais e a elaboração dos estigmas sociais que recaem sobre os alcoolistas ainda nos dias de hoje.

2 AS FACES DE UM BRASIL EM TRANSFORMAÇÃO: DO IMPÉRIO À REPÚBLICA

No Brasil, a luta antialcoólica emergiu concomitante às mais decisivas transformações socioculturais, na medida em que o uso excessivo de determinadas substâncias alcoólicas era associado à degeneração racial e moral da população. Cabe ressaltarmos que esse processo foi simultâneo ao fim da escravidão, à passagem do Império à República e ao aumento no fluxo migratório de estrangeiros, sobretudo, europeus, que afluía para as diversas regiões do país, a fim de substituir a mão de obra escravizada e modificar as formas de produção agropastoril.

Não é inoportuno insistirmos na ideia de que durante o século XIX, o Brasil experimentou uma série de transformações sociais que, alteraram sensivelmente suas bases econômica, política, religiosa e cultural. Na entrada do Oitocentos, com a vinda da família real e todas as instituições administrativas que compunham o Império Ultramarino Português, a antiga colônia ganhou um enorme prestígio internacional, por sediar na cidade do Rio de Janeiro a capital de uma potência europeia, bem como pela inserção do país nas disputas internacionais pelo controle do poder político e econômico (FREYRE, 2004; NEVES, 2009; OLIVEIRA, 2009). Ainda durante esse período, o uso abusivo de bebidas alcoólicas tornava-se um problema social a ser enfrentado por parte dos estados nacionais, especialmente aqueles que haviam se industrializado ou que eram responsáveis por fornecer matéria prima à indústria europeia, exemplo do Brasil.

No bojo dessas significativas mudanças encontramos o processo emancipatório, no qual, a antiga colônia, ainda durante as primeiras décadas do século XIX, elevou-se primeiro à condição de Reino (1815) e posteriormente envolveu-se na guerra de independência (1821-1823), culminando em sua emancipação política da dominação portuguesa. Neste mesmo período ficou decidido, por parte das elites locais, pela manutenção da unidade territorial e do sistema imperial, com a fragmentação em quatro poderes: legislativo, judiciário, executivo e moderador¹³. O reconhecimento da emancipação política e da nova estrutura estatal, todavia,

¹³ Em 1824 fora outorgada a primeira Constituição civil, imposta por D. Pedro I, que limitava o acesso a cidadania a partir das eleições indiretas e do voto censitário, ou seja, somente homens livres, proprietários e com renda acima de cem mil réis poderiam ter direito ao voto ou se candidatarem a cargos políticos. Esta foi a mais longa de nossas constituições, tendo vigorado por 65 anos. Em seu Título I, art. 5, decretava que, “A Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de Templo”. Por incrível que pareça, inaugura-se uma certa abertura à liberdade religiosa, com algumas restrições e sem as abrangências necessárias. Outro ponto importante foi a instituição do poder moderador, resguardando o exercício final do poder na figura do rei (Cf. NEVES, 2009).

só viria em 1825 com a ratificação por parte do governo inglês¹⁴, maior parceiro econômico do Brasil e de Portugal e principal potência internacional, tanto econômica quanto bélica (RIBEIRO; PEREIRA, 2009).

A continuidade da dominação, porém, se dava a partir da permanência da linhagem portuguesa como encarregada de governar a jovem nação independente. No plano político, o Brasil teve dois reinados, D. Pedro I (1822-1831)¹⁵ e de seu filho D. Pedro II (1840-1889) – o mais longo governo entre nós¹⁶. Entre ambos os governos ocorreu o que ficou conhecido como Período Regencial, dividido em quatro fases¹⁷, simultâneo com a menoridade do imperador. Segundo a clássica historiografia sobre o período, o governo de D. Pedro II pode ser compreendido a partir de três fases: i) a consolidação do reinado (1840-1850), ii) o apogeu (1850-1865) e iii) o declínio (1865-1889). É precisamente durante esta última fase que parte do nosso estudo se debruça, tendo como ponto de partida o fim da Guerra do Paraguai (1864-1870)¹⁸, momento em que as elites locais voltaram novamente suas atenções para as questões internas do país, deixadas de lado durante o sanguinolento conflito internacional.

No tocante às transformações sociais devemos destacar a Lei n. 601, popularmente conhecida como Lei de Terras, aprovada logo após a decretação do fim do tráfico Atlântico de escravizados, cuja principal era regulamentar a posse das propriedades privadas, o que acabou por legalizar o latifúndio, dificultar o acesso aos pequenos e médios proprietários e impedir aos escravizados, ex-cativos e posseiros clandestinos a posse das propriedades em que viviam.

¹⁴ Outro detalhe importante, foi precisamente na Grã-Bretanha onde o discurso antialcoólico ganhou notoriedade, pois, houve o reconhecimento do alcoolismo enquanto um empecilho ao novo modelo de produção econômica.

¹⁵ Além da primeira Constituição, foi durante o seu reinado que foi aprovado o primeiro Código Criminal, de 1830. Importante notar que, neste momento, o alcoolismo ou o uso abusivo de bebidas alcoólicas, não se configuravam enquanto crimes, mesmo mediante violência física ou constrangimento moral. Outro ponto importante diz respeito a responsabilidade sobre a autoria do crime, pois, não eram considerados criminosos os “loucos”, categoria na qual era incluída muitos dos alcoolistas.

¹⁶ De acordo com as observações deixadas por um Seidler, viajante estrangeiro europeu, durante a renúncia de D. Pedro I em favor de seu filho, “Fogos de vista, iluminações, em suma festejos de toda espécie transformaram de repete no mais puro azul etéreo o céu político até então toldado e prenhe de temporal. Sonhavam os brasileiros com um futuro feliz, que julgavam próximo, entretanto estava longe [...] Ébrios de vitória, tontos de alegria, como das libações alcoólicas raiando pela loucura, contavam uns aos outros coisas do heroísmo brasileiro, do amor à liberdade e do “espírito nacional que atingia as estrelas”. Não havia na terra povo mais enérgico, mais grandioso; todo mulato esfarrapado imaginava que era príncipe, porque a seu ver o nobilitava o seu “eu sou brasileiro verdadeiro”, que pronunciava com orgulho. (Cf. SCHWARCZ, 1998).

¹⁷ De acordo com Carvalho (1987) o período regencial pode ser organizado em quatro fases: i) Regência Trina Provisória (1831); ii) Regência Trina Permanente (1831-1834); iii) Regência Una de Diogo Feijó (1835-1837); e, iv) Regência Una de Araújo Lima (1837-1840). Cabe ressaltar que esse período foi marcado por diversos movimentos sediciosos, separatistas e revolucionários, cujas reivindicações contavam com diversos setores organizados da sociedade, tendo mobilizado fazendeiros, escravizados, posseiros das zonas das matas, intelectuais e cidadãos contrários aos impostos que eram cobrados para manutenção da Capital Federal (Rio de Janeiro).

¹⁸ Além das atrocidades cometidas e vivenciadas nos campos de batalha, devemos prestar atenção para as péssimas condições de salubridade dos acampamentos, para a falta de alimentos adequados e o consumo excessivo de bebidas alcoólicas, fatores que contribuíram para o alastramento de algumas doenças. (Cf. BARBOSA, 2018).

No âmbito científico e intelectual, o Brasil se modernizava com a instalação dos primeiros cursos superiores. Após a vinda da família real foram criadas as Faculdades de Medicina da Bahia (1808), situada em Salvador, e a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1808). Cabe ressaltar que, em ambas as instituições, desde os anos de 1880, instalaram seus cursos de Higiene Pública, nos quais o tema do alcoolismo figurava entre os assuntos debatidos (SILVA; POLEZE, 2016). Em seguida foram também instalados os primeiros cursos superiores na área da jurisprudência, exemplo disso foram a Faculdade de Direito do Recife (1827) e Faculdade de Direito de São Paulo (1827). Essas quatro instituições, criadas em momentos distintos da vida política brasileira, formavam as mais destacadas instituições de ensino, algo que perdurou por quase todo o século XIX. Além das faculdades, outras instituições, a exemplo do Jardim Botânico, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e dos museus de história natural, compunham o quadro das instituições científicas, encarregadas de promover os saberes técnicos e científicos, mapear as riquezas naturais, as diversas comunidades tradicionais e forjar a memória nacional, em oposição ao passado colonial (GUIMARÃES, 2007; SALLES, 2012). Devemos prestar atenção para o desenvolvimento da imprensa, veículo de circulação de ideias e por bastante tempo proibida no vasto território¹⁹. No Brasil, durante o século XIX, havia altas taxas de pobreza e analfabetismo, contudo, como apontam alguns estudos, a circulação das ideias dos impressos se dava de diversas formas, especialmente a partir da escuta de jornais, panfletos e livros lidos em público (PALLARES-BURKE, 1998; BESSONE et al, 2016; GAGLIARDO, 2016).

A implantação e ampliação dos canais de comunicação, a exemplo dos jornais inaugurados durante o século XIX, trazem indícios que nos permitem compreender como determinadas ideias são apreendidas por parte dos intelectuais, agentes religiosos, membros da esfera administrativa e da população em geral, pois nos apresentam alguns dos projetos políticos que estavam sendo pensados para a construção da identidade nacional²⁰. Nesse processo, a imprensa, aqui nos referimos à produção de jornais impressos, é uma valiosa fonte documental na medida em que nos facultam acessar as vozes das diversas classes letradas envolvidas na cena cultural (MAGRI, 2017).

¹⁹ Ao longo de todo o período colonial, momento que vai desde a fundação da primeira cidade (1549) até a chegada da comitiva real (1808), a imprensa era terminantemente proibida no Brasil. Era proibido confeccionar e vender jornais e livros, sendo permitido somente aqueles vindos da Europa, que não fossem considerados heréticos ou subversivos.

²⁰ A partir da independência política, houve a necessidade de construir uma identidade nacional para o Brasil, em oposição ao que havia sido o passado colonial. Dessa forma, o discurso sobre “raça”, especialmente a noção de miscigenação, tornou-se, hegemônica após 1850, perdurando até meados do século XX (Cf. SEYFERTH, 1996).

No plano econômico nacional, vigorava, desde o período colonial, a junção entre tráfico atlântico, monocultura, latifúndio e trabalho escravo. O tráfico atlântico de escravizados africanos perdurou entre 1532 e 1850, quando foi abolido a partir da Lei Euzébio de Queiroz. Antes disso, em 1831, no Brasil, havia sido aprovada uma lei, conhecida vulgarmente por “Lei pra inglês ver”²¹, que extinguiu formalmente o tráfico e mantinha o sistema escravista, base da economia (MAMIGONIAN, 2009). Todavia, como mostram os estudos sobre a escravidão acerca do período, esta última medida só aumentou o número de escravizados ilegalmente que desembarcaram nos portos brasileiros (ELTIS, 1987; RODRIGUES, 2009).

Com a extinção promovida e garantida já na segunda metade do século XIX, e levada adiante a partir da fiscalização mais rígida tanto nos desembarcadouros urbanos – com batidas também em portos clandestinos – quanto nos mares feitas pelas tropas inglesas, deu-se início internamente outra forma de tráfico, dessa vez inter-regiões, onde as populações escravizadas do eixo Norte-Nordeste, envolvidas na produção açucareira são transferidas para as plantações de café no Vale do Paraíba, atual região do Norte de São Paulo e Sul fluminense (MARQUESE; TOMICH, 2009). Vemos aí nova mudança na face da economia nacional, a perda paulatina do protagonismo do açúcar em detrimento do café, o deslocamento das forças produtivas escravizadas e a mudança no protagonismo econômico entre as regiões Norte/Nordeste e Sudeste/Sul. Além do açúcar e do café, durante o século XIX, a economia brasileira esteve assentada em outros gêneros como o fumo, as ervas medicinais ou drogas do Sertão²², o algodão e a borracha. Internamente, a pecuária tinha um peso determinante, além da agricultura de subsistência e a existência de pequenas propriedades destinadas à produção de grãos, hortaliças, legumes e tubérculos para o comércio local. Os raros centros urbanos contrastavam com a enorme quantidade de fazendas, vilas, assentamentos e pequenas localidades espalhadas pelo vasto território, nos quais, as raras discussões e informações chegavam por meio dos jornais, com dias de atraso.

No tocante à paisagem urbana, devemos atentar para o processo de urbanização e nascimento das grandes cidades, a exemplo do que foi o Rio de Janeiro que, segundo dados coligidos por Neves (2009), teve a sua população urbana mais que decuplicada em menos de cem anos. Contudo, outros centros urbanos estavam sendo formados, diversas localidades,

²¹ Oficialmente conhecida como Lei de 7 de novembro de 1831, a lei que proibia oficialmente o tráfico Atlântico de escravizados também ficou conhecida como Lei Feijó, em homenagem ao seu idealizador Diogo Antônio Feijó (1784-1843), Presidente do Senado Federal e Regente do Império do Brasil durante os anos de 1835-1837.

²² Drogas do Sertão eram como eram conhecidos os produtos extraídos da Floresta Amazônica e comercializados na Europa durante o período colonial e imperial brasileiro. Dentre os produtos estavam o guaraná, a salsa, o urucum, o cacau, a baunilha e a castanha-do-pará.

outrora consideradas arraial, vilas e vilarejos, eram elevadas juridicamente à condição de província. Algumas regiões experimentaram um crescimento urbano e populacional vertiginoso, que acabou por alterar sensivelmente a vida local e a paisagem daquelas localidades (FREYRE, [1936] 2004; [1933] 2013; OLIVEIRA, 2009).

Ao longo de sua história, o Brasil esteve marcado pelos fluxos e refluxos migratórios, não sendo diferente durante o século XIX. Estudos mostram que o Brasil era um dos principais destinos de escravizados africanos ao longo do período em que perdurou o tráfico atlântico (MARINS, 1998; ALVIM, 1998). A vinda de imigrantes europeus também passou a ser constante, fruto da instabilidade de alguns regimes políticos, seguidas crises econômicas, perseguições religiosas e de ideias. A consequência foi um aprofundamento da crise habitacional brasileira, com condições de vida e salubridade precária na maioria das residências, hospedarias e cortiços urbanos. Além de africanos e europeus, assistimos ao longo do século XIX o aumento dos imigrantes de outras regiões do globo²³, a exemplo dos chineses, desembarcados ainda durante a primeira metade do século XIX e designados às produções agrícolas em algumas regiões do centro-sul do país – locais que receberam as maiores taxas de imigrantes durante o período em que compreende nosso estudo (KLUNG, 2009).

De fato, o século XIX brasileiro é marcado pela entrada de estrangeiros, livres e escravizados, destinados a contribuir com o desenvolvimento material, cultural e espiritual da jovem nação imperial. Vemos, contudo, que essa onda migratória não cessou mesmo após o fim do Império, atingindo cifras impressionantes durante os primeiros anos do regime republicano. O incentivo à vinda de imigrante já era uma realidade antes do fim da escravidão, contudo, ganhou, juntamente com o debate público sobre miscigenação, o topo do interesse entre as elites locais (GONÇALVES, 2017). A vinda em massa desses imigrantes, fez com o que os intelectuais, cientistas, agentes públicos e religiosos, debatessem sobre os rumos da nação tendo em vista as transformações na malha urbana e rural, o aumento dos problemas de desordem pública, a ausência e precariedade das habitações, o que acentuava os problemas de saúde e as epidemias, utilizando-se dos diversos meios disponíveis, dentre eles, a imprensa periódica. É exatamente aí que o objeto desta análise emerge, pois, o alcoolismo é um dos temas

²³ Além dos imigrantes europeus século XIX e XX, o Brasil era rota de imigração para muitos povos do Oriente Médio e da Ásia. Exemplo disso é a imigração de milhares de japoneses, que a partir de 1908, passaram a residir em diversas regiões do país, especialmente no centro-sul. Além deles, outros povos asiáticos já haviam se estabelecido durante o século XIX, os chineses, por exemplo, estavam aqui desde 1812, por incentivo de D. João VI, na época Príncipe Regente do Brasil. Outra onda de imigração vinha do Oriente Médio, composta por turcos, sírios e libaneses, intensificada nos anos finais da década de 1890.

que estava relacionado ao projeto nacional de modernização econômica, “progresso” técnico, científico, material e espiritual do Brasil.

Em vista disso, a imigração estrangeira, especialmente, europeia e asiática, busca atender aos anseios das elites econômicas, políticas e intelectuais, de substituição da mão de obra escrava, uma vez que no imaginário dos produtores e investidores brasileiros, a mão de obra branca e amarela era mais adequada ao serviço regular em detrimento da mão de obra afrobrasileira e africana. No imaginário das elites a racionalidade do trabalho era apreendida a partir de determinantes raciais e de gênero.

Segundo o historiador francês Jacques Le Goff ([1990] 2012), com relação ao século XIX, devemos compreender o predomínio das ideias da modernidade e do “progresso”, forças arrasadoras capazes de alterarem as estruturas socioculturais e promoverem transformações na própria mentalidade das elites e dos sujeitos comuns. De acordo com o pesquisador, a Revolução Industrial mudou radicalmente os sentidos de antigo e moderno, pois vem à baila “[...] três novos polos de evolução e conflitos”: o surgimento do “modernismo” por meio da crítica literária, artística e religiosa; a disparidade entre as nações desenvolvidas e atrasadas fazendo nascer, fora da Europa Ocidental e dos Estados Unidos, a necessidade da “modernização” produtiva, urbana e cultural, radicalizadas após os movimentos de descolonização; e a apropriação da ideia de “modernidade”, incentivada fortemente pela criação estética, bem como na tentativa de reforma dos costumes populares (LE GOFF, [1990] 2012, p. 192). No caso brasileiro, esses três polos encontravam-se presentes na crítica social que era promovida pela imprensa, na qual os cientistas e intelectuais se revestiram da retórica modernista em defesa da modernização nacional a fim de alcançarem a tão almejada modernidade ocidental.

Outra ideia potente no imaginário das elites e dos sujeitos comuns, era a ideia do “progresso”, segundo a qual, existem disponíveis dois sentidos, o que “implica por um lado, [...] um objetivo ou, pelo menos, uma direção, e, por outro, tal finalidade implica um juízo de valor” (LE GOFF, 2012, p. 229). Ainda segundo o mesmo historiador, é curioso percebermos que, simultaneamente ao triunfo da ideia do “progresso”, houve o grande *boom* econômico e industrial do Ocidente, em que proliferam as ideias de desenvolvimento científico, aprimoramento das técnicas de produção e melhoramento do corpo social. Com relação às oposições, Jacques Le Goff (2012, p. 249) observou que “a renovação religiosa, eminentemente católica, que reagia à Revolução [Francesa], não conduzia fatalmente à negação da ideia de progresso”. Trazendo para nossa realidade, o combate ao alcoolismo, que emergiu como uma

reação a qualquer tipo de desvio do projeto de modernização nacional, encabeçado pelas elites a partir do suposto melhoramento da força produtiva.

Com isso, não devemos perder de vista a formação de uma sociedade culta, especialmente, na Capital Federal, onde:

Bacharelismo, instrução, retórica, polêmicas, discursos, conferências, leituras, réplicas, tréplicas, apologias, contraditas e vasta ilustração... Que assuntos poderiam animar mais a vida mental brasileira em fins do século XIX? Todos os temas reputados como de ordem nacional naquelas décadas de transição do Império à República – a escravidão, a Guerra do Paraguai, à adoção de mão-de-obra imigrante, o regime político, o “caos” das repúblicas vizinhas, a separação entre o poder espiritual e o temporal, a liberdade de consciência, o ensino, o branqueamento racial e o progresso do país. Matérias que ajudavam a incitar o já predominante clima de “efervescência intelectual”. E no período, a convicção na transformação social pela difusão e aplicação das ideias tornava oportuna a proposição de caminhos em direção à civilização. (SÁ, 2006, p. 33).

Referente ao Brasil Oitocentista, as ideias de modernidade e de “progresso” se fundiram, fazendo surgir inúmeros projetos nacionais que visavam reformar as bases socioculturais e promover a construção da identidade nacional, por meio da ultrapassagem dos valores e costumes antigos. É precisamente neste contexto que o racismo científico ganhou forma e maior número de adeptos, especialmente entre os setores letrados, agentes religiosos e aqueles pertencentes ao aparelho administrativo estatal. De acordo com a historiadora Lilia Schwarcz (1993, p. 43), “a partir de 1870 introduzem-se no cenário brasileiro teorias de pensamento até então desconhecidas, como o positivismo, o evolucionismo, o darwinismo” e foram essas ideias que alimentaram a retórica racista, capaz de promover a edenização²⁴ dos brancos e a detração das populações ameríndias, africanas e afro-brasileiras.

Delineia-se a partir de então certa reorientação intelectual, uma reação ao Iluminismo em sua visão unitária da humanidade. Tratava-se de uma investida contra os pressupostos igualitários das revoluções burguesas, cujo novo suporte intelectual concentrava-se na ideia de raça, que em tal contexto cada vez mais se aproximava da noção de povo. (SCHWARCZ, 1993, p. 47).

Assim sendo, as hierarquias e as supostas desigualdades físicas, mentais e culturais entre os diferentes extratos sociais estavam salvaguardadas, sem prejuízos das elites, que cada vez mais se valiam da concepção de “raça” em seus discursos e projetos políticos de reforma social (ALENCASTRO; RENAUX, 1997). Vale ressaltar que a popularização das concepções racistas

²⁴ Segundo sua etimologia, edenização vem do verbo edenizar (éden + izar), ou seja, apreender o que é natural ou tornar sagrado.

alimentou o imaginário popular, fazendo surgir diversas representações sociais sobre aspectos da vida rotineira, como o trabalho, os “vícios”, as doenças e seus possíveis prejuízos sociais.

Logo, foi possível estabelecer o alcoolismo, ou melhor dizendo, o consumo excessivo de determinadas substâncias, a exemplo da cachaça, dos vinhos, da cerveja, do absinto enquanto uma patologia social, capaz de malograr qualquer projeto político, especialmente, aquele que pretendia transformar o Brasil em uma nação “civilizada” aos moldes das sociedades europeias.

2.1 Panorama social do Brasil entre 1870 e 1909: política, economia e trabalho

Ao longo da segunda metade do século XIX, novas necessidades surgiam no horizonte da já estabelecida nação brasileira. Uma das preocupações mais alarmantes dizia respeito ao futuro racial, haja vista as transformações sociais que se processavam, tais como, o fim do tráfico atlântico, ilegal desde 1831 e somente concretizado em 1850 (LUNA; KLEIN, 2010). A escravidão representava um dos pilares do regime imperial e sua manutenção atendia aos interesses das elites agroexportadoras, contudo, diversas insurreições escravas e seguidas de fugas, sinalizavam para a crise do escravismo. No outro polo, alguns setores da sociedade, inspirados por ideais religiosos, humanistas ou econômicos, engrossavam as fileiras do movimento abolicionista. Nesse processo, a imprensa desempenhou um papel significativo, pois circulavam ideias emancipatórias, que poderiam ser lidas e propagadas na medida em que os impressos apareciam.

Desde os anos de 1860, novas ideias científicas e filosóficas, inspiradas por alguns dos valores popularizados pelas revoluções burguesas, traziam à tona o problema do alcoolismo enquanto um empecilho para o desenvolvimento econômico, “progresso” material e moral e, especialmente, para a melhoria dos padrões de vida do corpo social brasileiro. Entretanto, esse discurso, que associava o alcoolismo ao atraso social, ganhou força a partir de 1870, com o surgimento das primeiras campanhas jornalísticas em prol da temperança e da abstinência. É curioso notar que esse discurso ganhou fôlego, simultaneamente ao debate sobre o fim da escravidão e essa não era uma coincidência.

O recrudescimento da pauta antialcoólica ocorreu precisamente quando se decidia sobre os rumos do país, pois as elites eram avessas à completa libertação dos escravizados, como mostram as leis que eram então aprovadas. Em 1871, por exemplo, foi sancionada a Lei do Ventre Livre, projeto que previa a libertação dos filhos nascidos em ventres “escravos” a partir daquela data, mediante os seguintes critérios: o nascido, deveria permanecer ao lado de sua mãe e sob o jugo do seu respectivo senhor, até atingir a idade de 21 anos, ou seja, era mantida a

tutela e com isso pressupunha a subordinação e dependência; além do pagamento de indenizações por parte do Estado aos proprietários dos “nascidos livres” (LAMOUNIER, 1988). Uma das justificativas morais que eram dadas à demora em abolir por definitivo a escravidão era de que, além de enormes e irreparáveis prejuízos, a economia nacional, o fim desassistido da escravidão poderia lançar na desgraça milhares de ex-escravizados, que rapidamente se entregariam à ociosidade, aos “vícios”, dentre eles o alcoolismo e, conseqüentemente, a uma vida criminosa. Dessa forma, as elites assumiam o papel de sedimentar o caminho até a liberdade, a partir da abolição gradual (MACHADO, 2009).

Vale ressaltar que esse discurso, emergiu exatamente após o fim da Guerra do Paraguai, em que havia a crença na libertação dos escravizados que lutassem nas fileiras brasileiras (IZECKSOHN, 2009). A Guerra, terminou em 1870, trazendo enormes prejuízos, especialmente para a figura do imperador, considerado um tirano despótico, insensível e cruel²⁵, graças ao massacre empreendido contra a população paraguaia, em busca de Solano Lopes (SCHWARCZ, 1998; DORATIOTO, 2002). O término do conflito marcou o recrudescimento da pauta reformista que, em última instância, previa não apenas a modernização nacional, como a própria mudança nos rumos políticos da nação. É a partir deste momento que o movimento republicano ganhou forças e trouxe para a ordem do dia a necessidade de se pensar os problemas a serem superados, dentre eles as altas taxas de ocupações dos hospícios e presídios pelos alcoolistas.

A partir de 1870 ocorreu o aumento das campanhas antialcoólicas, empreendidas na imprensa, pautadas nas teses médicas e jurídicas que eram produzidas nas faculdades de Medicina, Farmácia e Direito, mas, também percebemos o surgimento de diversas iniciativas promovidas por grêmios, clubes e igrejas. Proliferaram o número de jornais, revistas semanais, anuários, conferências e peças teatrais de cunho pedagógico, nas quais, o alcoolismo costumeiramente era representado.

Ocorreu o que Roberto Ventura (1991) qualificou como “reação letrada”. Esse movimento, de cunho reformista, previa uma pesada modernização nacional, capitaneada pelo Estado e inspirada nos ideais Iluministas de caráter burguês. De 1870 até os anos finais do Império, ocorreu na imprensa um intenso debate público acerca do papel do Estado, da Igreja e dos agentes públicos, em especial, dos médicos na condução da nação. Havia também por parte dos médicos e agentes religiosos, a crença de serem eles os guardiões da moral e dos bons costumes, dessa forma, deviam instruir a sociedade, assistindo ao casamento e à família nos

²⁵ Essa imagem, propagandeada pela imprensa republicana da época, contrapunha-se a imagem de homem das ciências e defensor e admirador da cultura em torno do Imperador D. Pedro II. (Cf. Schwarcz, 1998).

assuntos privados. A figura do médico ganhou protagonismo social em detrimento do que os agentes religiosos haviam representado até então, pois eram eles agora, com base no saber biomédico, quem deveriam prescrever um receituário do que era adequado ou não a ser feito na vida privada, com relação à alimentação, ao autocuidado, à maternidade e no tratamento de todas as desordens físicas e mentais.

O resultado desse intenso debate público foi um desgaste paulatino das bases de apoio do Império e o seu ocaso (VIANA, 2004). Com o término da Guerra do Paraguai, muitos dos membros do alto escalão do Exército se alinharam aos ideais republicanos; porém, a corrosão se deu quando da abolição da escravidão, em 1888, momento em que a elite agrária rompeu com o regime imperial e juntou forças aos militares em prol da instituição da República. Simultaneamente, ocorria um intenso debate científico-intelectual na imprensa, acerca das consequências do alcoolismo no aparelho social, tendo em vista a enorme onda de escravizados que se dirigiam às cidades, particularmente, aos centros urbanos com maior concentração populacional, sem nenhuma garantia de sobrevivência. Havia também, a preocupação com a quantidade de imigrantes pobres que desembarcavam diariamente nos portos brasileiros.

Com o fim do regime imperial e a expulsão da família real, foi instaurada a Primeira República (1889), fruto de um golpe militar, apoiado pelas elites agrárias, na qual a grande parcela da população estava alheia aos acontecimentos (CARVALHO, 1987; 1990). Mesmo com o fim do Império, tem-se a continuidade do projeto reformista, iluminista e eugênico. Percebemos, a partir da imprensa, o aumento da discussão em torno do alcoolismo, suas causas, consequências à sociedade e a emergência das medidas de controle em nível nacional²⁶.

Um ano após a Proclamação da República, o novo Código Penal (BRASIL, 1890, p. 1) trazia em seus artigos diversas medidas que visavam ampliar o combate ao alcoolismo, especialmente a partir da criminalização de determinadas condutas. Dentre as sanções previstas, destacamos:

Seção VII Irregularidade de comportamento

²⁶ Chamou-nos atenção a desobrigação da culpa dos considerados “imbecis”, acometidos de “afecções mentais” ou “completamente privado de seus sentidos e inteligência”, brechas que davam margem aos alcoolistas, também eles considerados pela literatura da época como “doentes mentais”. Neste código, há uma enorme ambiguidade, o que permitia enormes margens para interpretação, por exemplo, dentre os agravantes estava preestabelecido “quando o criminoso for avesado a praticar más acções, ou desregrado de costumes”; e dentre os atenuantes havia “ter o delinquente commettido o crime em estado de embriaguez incompleta, e não procurada com meio de o aminorar á perpetração do crime, não sendo acostumado a commetter crimes nesse estado”.

O empregado publico que for convencido de incontinencia publica e escandalosa; de vicio de jogos prohibidos, de embriaguez repetida; de haver se com inaptidão notoria ou desídia habitual no desempenho de suas funcções: Pena de perda do emprego com inhabilitação de obter outro, até mostrar se corrigido.

Em comparação ao Código Criminal de 1830, o Código Penal de 1890, inovava ao trazer medidas de controle ao alcoolismo, por meio de impedimento, multas e prisões. Para termos noção exata da dimensão que esse tema suscitava entre os administradores brasileiros, o Capítulo XII, instituía uma série de definições e penas, tendo em vista o risco que a embriaguez crônica poderia causar à jovem República:

Dos mendigos e ébrios
 [...] Embriagar-se por habito, ou apresentar se em publico em estado de embriaguez manifesta:
 Pena de prisão cellular por quinze a trinta dias.
 Fornecer a alguem, em logar frequentado pelo publico, bebidas com o fim de embriagal-o, ou de augmentar a embriaguez:
 Pena de prisão cellular por quinze a trinta dias.
 Paragrapho unico. Si o factio for praticado com alguma pessoa menor, ou que se ache manifestamente em estado anormal por fraqueza ou alteração da intelligencia:
 Pena de prisão cellular por dous a quatro mezes.
 [...]
 Art. 398. Si o infractor for dono de casa de vender bebidas, ou substancias inebriantes:
 Penas de prisão cellular por um a quatro mezes e multa de 50\$ e 100\$000.
 (BRASIL, 1890, p. 1).

Com base nos dispositivos previstos neste regulamento, configura-se enquanto crime, a embriaguez constante e flagrante, estando o infrator sujeito à prisão por 15 dias a um mês. Contudo, percebemos a responsabilização de algumas condutas que até então não eram previstas em leis, tais como, fornecer bebida alcoólica a terceiros, a fim de provocar a embriaguez ou acentuar esse estado, com agravamento no caso de “menores de idade”. Outro ponto relevante diz respeito à criminalização mais dura aos donos dos estabelecimentos ou vendedores de substâncias alcoólicas, flagrados fornecendo bebidas aos “menores” ou aos indivíduos “em estado anormal por fraqueza ou alteração da inteligência”. Esse último qualitativo refere-se aos estigmas²⁷ da degeneração racial quanto aos “loucos” e aos “imbecis”.

²⁷ Em seu estudo **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada, Erving Goffman ([1891] 2004) tratou do conceito a partir de suas diversas acepções, afirmando que o estigma social, recai sobre determinado grupo a partir da manipulação das identidades sociais, dependendo, inclusive, do alinhamento de determinados sujeitos dos grupos estigmatizados em “naturalizar” e “internalizar” os preconceitos a eles direcionados. Portanto, o estigma, visto enquanto uma forma de violência simbólica, resultada de um processo dialógico entre sujeito e/ou grupo estigmatizador e sujeito e/ou grupo estigmatizado.

A criminalização da ociosidade, da vadiagem, da mendicância e da embriaguez, fazia parte de um amplo projeto nacional, coordenado pelas elites econômicas e políticas e largamente defendida pelos cientistas e intelectuais, que estabeleciam os parâmetros do “progresso” a partir do crescimento econômico (CARVALHO, 2006; ROODAR, 2017). Concordamos com Fernando Dumas dos Santos (1995), ao perceber que a emergência do discurso antialcoólico estava diretamente ligada ao projeto burguês, de maximizar o corpo, propagando a ideia da ética do trabalho, com fins exclusivamente econômicos. Contudo, como salientou Alisson Eugênio (2018), não devemos perder de vista outros aspectos socioculturais dessa luta, tais como os valores religiosos, filosóficos e, centralmente, os valores Iluministas, especialmente a partir da noção de “progresso”.

É salutar não perdermos de vista que, no plano jurídico, o Código Penal de 1890 previa a aplicação das punições a todos os indivíduos, sem distinções, inclusive de nacionalidade; enquanto a Carta Constitucional de 1891 proclamava a suposta igualdade de direitos entre todos os cidadãos brasileiros. Contudo, como é possível percebermos, havia ali restrições e sanções que versavam bem mais sobre a vida das populações pretas, mestiças, imigradas e pobres. Essa mesma retórica, que distinguia e hierarquizava a partir das supostas desigualdades, encontrava-se presente nos mais diversos setores letrados da sociedade.

No Brasil, entre fins do século XIX e início do século XX, a eugenia não estava restrita apenas às políticas públicas. Na Medicina, por exemplo, o Higienismo²⁸, corrente de pensamento do século XIX e braço da Medicina Social, propunha uma série de projetos de cunho reformista para a sociedade. Como dissemos, a figura do médico havia ganhado notoriedade entre os setores da sociedade e, muitos desses agentes, se viam imbuídos da missão patriótica de coordenar o futuro da nação por meio dos avanços das ciências biomédicas (EUGENIO, 2012; ALVES, 2005).

Ao analisar uma série de reportagens jornalísticas, publicadas durante a passagem do século XIX ao século XX, Sidney Chalhoub (2001, p. 256) notou a ácida crítica e condenação social que pesava sob os alcoolistas da corte imperial.

O Correio da Manhã do dia 17 de julho de 1906 inicia assim o relato de um conflito entre o caixeiro de um botequim e um dos fregueses: “Em um botequim [...] na estação do Engenho de Dentro, verdadeira tasca onde se reúnem, à noite, desordeiros e vagabundos, que perambulam pelos subúrbios,

²⁸ O higienismo foi uma doutrina, surgida no século XIX que, pressupunha ser a saúde um fenômeno social que abrangia todos os aspectos fisiológicos e morais dos indivíduos. Ele nasceu do interesse dos agentes dos Estados em promover o controle social a partir dos corpos e dos espaços, incentivando a salubridade, o autocuidado e a erradicação das patologias sociais.

promovendo desordens que sempre acabam em terríveis desacatos, deu-se ontem uma cena de sangue.

Segundo o pesquisador, essa introdução moralista era típica das notícias que circulavam na imprensa do período, pois, releva a estigmatização não apenas dos sujeitos quanto dos espaços por eles frequentados. Espaços esses, de lazer urbano, especialmente para o gênero masculino, onde se consumia café, cachaça, cerveja, broas, sardinha frita, fumo, lascas de porco, pão dormido, queijo, bacalhau e vinhos de péssima qualidade. Concluindo que “esse tipo de associação releva mais uma vez o projeto de vida que a jovem República trazia para esses homens: ao chamá-los de ‘desordeiros’ e ‘vadios’, enfatizava-se novamente que urgia transformá-los em ‘morigerados’ e ‘trabalhadores’” (CHALHOUB, 2001, p. 257).

De fato, os botequins haviam se tornado, na passagem do século XIX ao século XX, nos espaços de socialização dos trabalhadores, imigrantes pobres, livres, libertos, foragidos, escravizados e forros, e onde se desenrolavam a maioria dos conflitos que opunham nacionais e estrangeiros, brancos e “pretos”, motivados muitas vezes pelas competições pelos postos de trabalho (MAIA, 2018). Em seu estudo, Sidney Chalhoub (2001) percebeu que esses estabelecimentos eram os espaços por excelência de lazer da classe trabalhadora e da legião de marginalizados, sendo também um “observatório popular”, onde estratos da população urbana se reuniam para compartilhar seus sucessos e dessabores.

Neste processo percebemos que o alcoolismo aos poucos havia se transformado em um problema social, sobretudo, dos centros urbanos, pois eram para lá que afluíam o maior contingente de pessoas, a fim de realizarem os mais diversos serviços. Além disso, eram nos centros urbanos onde se concentravam o maior número de estabelecimentos comerciais destinados a venda e consumo das substâncias alcoólicas, o que acabou por torná-los espaços de constante vigilância e intervenções por parte das forças policiais.

Diante deste cenário, devemos ter em vista que o controle sobre os corpos alcoolizados, bem como a maior vigilância com relação aos estabelecimentos destinados ao comércio das substâncias alcoólicas ocorreu concomitante a formação da classe operária, em um período em que o próprio mercado de trabalho passava por transformações, a exemplo do fim da legalidade da escravidão e implantação do trabalho livre e assalariado.

Portanto, extinguir não apenas o alcoolismo, como sanear as cidades, isolar e tratar os alcoolistas, fiscalizar e eliminar os estabelecimentos, esses eram alguns dos principais interesses das elites, nos quais os médicos e agentes religiosos aqui examinados se inscrevem. Analisamos agora a emergência do discurso antialcoólico no seio da classe médica, tendo em

vista sua inserção social por meio da imprensa, a fim de percebermos a formação da memória coletiva e das representações sociais acerca do alcoolismo.

2.2 Instituições, memórias e saberes médicos na luta antialcoólica no Brasil de fins do século XIX e alvorecer do século XX

Enquanto um problema que afetava o indivíduo e a coletividade, o alcoolismo era visto e representado pelos médicos Oitocentistas como uma patologia social, capaz de causar disfunções fisiológicas, motoras, sensoriais e mentais. Dessa forma, a dimensão biológica deveria estar de acordo com a dimensão moral do problema, pois, os agentes médicos, inspirados pelos ideais positivistas, humanistas e cristãos, havia internalizado o compromisso em promover a erradicação dos estigmas do atrasado e assim alcançarem o tão sonhado “progresso” da nação (SALES, 2010, SANTOS, VERANI, 2010; EUGENIO, 2018; SOUZA, 2020).

Notamos o engajamento dos cientistas e intelectuais médicos com a imprensa e com a popularização das ideias biopsíquicosociais, a despeito do que representava o alcoolismo para a classe e grupos de sociabilidade intelectual reunidos em associações. Não é incomum encontrarmos médicos, especialmente aqueles formados nas instituições nacionais, escrevendo em jornais políticos, noticiosos, satíricos e religiosos. A participação desses profissionais, reforça nossa convicção acerca de seus anseios pedagógicos, em levar ao grande público as novas descobertas da Medicina, as descrições dos casos curiosos, os resultados de suas pesquisas e observações, ou mesmo, prescrições de hábitos saudáveis e de uma vida regrada. Havia também aqueles intelectuais que decidiam por abrirem seus próprios jornais ou revistas, a depender sempre da posição social e da disponibilidade de recursos para a manutenção e circulação de seus impressos.

Entretanto, a partir de 1870, observamos a criação de jornais, anuários, anais e revistas médicas, idealizadas e coordenadas por instituições, como, por exemplo, as faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, pelos clubes médicos, pelas agremiações de estudantes ou profissionais e, especialmente, por diversas academias médicas²⁹ que se formavam naquele período (FREITAS, 2008; GONÇALVES, 2013).

²⁹ As academias médicas são associações de profissionais de determinadas especialidades do campo da Medicina ou de determinados setores, exemplo disso, são as academias militares de medicina e as academias de médicos higienistas. Ambas as identidades sociais são construídas com base nos perfis de seus membros, constroem uma memória comum, transmitida a partir de ritos específicos, como leituras de obras clássicas de Galeno e Hipócrates, o uso comum de vestimentas, as solenidades de abertura e encerramento etc.

Ao examinar os saberes sobre práticas terapêuticas em torno da loucura e de outras doenças consideradas nervosas, Monique Gonçalves (2013, s/p), observou algumas transformações nos tratamentos que os alcoolistas recebiam nos hospícios e colônias brasileiras, em fins do século XIX.

No que tange à matéria relativa ao uso da camisola de força, é interessante notar que tal aparato, usado no Brasil e na Europa durante todo o século XIX para conter os acessos de furor dos alienados mentais, começou a gerar questionamentos na década de 1870, motivados por trabalhos realizados por alienistas como Valentin Magnan, que, no fim da década de 1870, já propunha a sua substituição por um *maillot*, ou mesmo depois, a sua supressão, pautando-se na tese da não contenção. O artigo de Augusto Costa chamava a atenção para os aspectos negativos associados ao uso da camisola de força em maníacos e alcoólatras, evidenciando que estes ficariam exasperados com a sua utilização. Pautado nos estudos de Magnan, sugeria assim, que se abolisse o seu uso.

Percebemos algumas transformações das terapêuticas médicas com relação aos alcoolistas, pois alguns dos profissionais envolvidos com a imprensa advogavam em defesa da aplicação de tratamentos individualizados, a partir das observações de aspectos específicos, tais como: o estado físico do paciente, o histórico de vida e familiar, a incidência e a frequência de sintomas como tremores, alucinações ou casos de agressividades. Contudo, a realidade dos espaços reservados aos alcoolistas, mantidos pelo poder público, eram severamente criticados por conta do sucateamento e pela falta de condições adequadas de trabalho.

Segundo Monique Gonçalves (2013), além das disputas nas definições das etiologias das doenças – daquelas que eram conhecidas ou que se apresentavam enquanto novas –; dos projetos políticos de cunho sanitarista; da existência de contradições entre os médicos acerca das terapêuticas adequadas para os tratamentos das “velhas” doenças; dos diversos e divergentes métodos de controles na propagação das doenças contagiosas; das medidas para erradicação das moléstias que eram conhecidas e que afetavam diretamente a população brasileira; ocorreu também a intensificação do debate público em torno da própria profissionalização e atuação profissional nas diversas esferas sociais, predominando entre eles as crenças de serem os guardiões legais da moralidade pública e os artífices mais apropriados para as elaborações dos projetos que tinham como finalidade a melhoria da população.

Assim, Gonçalves (2013) considerou que a realização sistemática de observações clínicas de doenças, tais como a loucura e os distúrbios nervosos, além das elaborações de estudos experimentais, cujos resultados eram publicados e compartilhados com a comunidade médica e, posteriormente, traduzidos para o público externo a partir dos periódicos,

contribuíram para endossar as referidas crenças, pois “[...] apesar da pouca legitimidade dos conhecimentos produzidos no Brasil sobre as moléstias mentais”, os relatos que circulavam transmitiam temor em meio a opinião pública, contribuindo para o enaltecimento da atuação médica e relevância dos quadros polítics.

Contudo, mesmo que estivessem envolvidos com a ampliação do conhecimento sobre as patologias de ordem mental, os saberes que eram produzidos a partir dos estudos observacionais ou experimentais, necessitavam estar afinados com a literatura biomédica internacional, particularmente, a que era produzida nos países europeus ou mesmo nos Estados Unidos, isso porque a Psiquiatria ainda não havia se institucionalizado nacionalmente e os médicos locais versavam exclusivamente sobre terapêuticas (GONÇALVES, 2013, p. 1). Sem perdermos de vista a relevância e protagonismo exercido pelo jornalismo médico durante a segunda metade do século XIX, visto que este veículo de comunicação era encarado como mecanismos de legitimação dos conhecimentos científicos, observamos a preocupação que o “alastramento” do alcoolismo desempenhava no imaginário dos médicos brasileiros.

Ao investigarmos a participação dos médicos na imprensa nacional, entre os anos de 1870 e 1909, encontramos um considerável volume de ocorrências, das quais selecionamos uma pequena parcela para análise, que apresentamos mais adiante; por ora basta retermos o fato de que os médicos arregaçaram as mangas de seus jalecos e, de penas em mãos, adentraram na arena pública para defenderem suas ideias em torno dos riscos sociais trazidos pelo alcoolismo, com exemplos colhidos a partir de suas observações, das leituras e da escuta que faziam, dialogando tanto entre seus pares quanto com o público consumidor de alguns dos jornais médicos.

Na Tabela 1, apresentamos um demonstrativo do envolvimento dos jornais médicos em torno da luta antialcoólica. Esses dados foram colhidos, tendo por base a busca pelo vocábulo “alcoolismo”, não incluindo nessa relação as ocorrências para outros vocábulos, como, por exemplo, embriaguez e os seus adjetivos (“embriaguez chronica” e “embriaguez rotineira”), termos que estavam associados à luta antialcoólica.

Ao examinarmos as convicções médicas sobre o alcoolismo, constatamos que, cerca de 67% das ocorrências se referiam aos casos clínicos, com vítimas fatais, nas quais o alcoolismo era associado como causa da morte ou agravante. Outra parcela, tratava dos danos à saúde, especialmente à sanidade mental, ao desenvolvimento motor e ao agravamento de outras morbidades. Contudo, nos chamou à atenção as concepções acerca dos danos sociais, pois, em suas diversas representações sociais, a questão moral é preponderante em relação às questões hereditárias. O alcoolismo, enquanto uma doença social, passava a ser vista e pensada a partir

de valores não meramente biomédicos, daí entravam em cena preconceitos raciais, classistas e de gênero.

Tabela 1 – Identificação dos jornais médicos envolvidos nas discussões sobre alcoolismo (1870-1909), 2023

Período	Periódico	Região	Número de ocorrências
1870-1879	O progresso medico	RJ	14
	Gazeta medica da Bahia	BA	14
	Annaes brasilienses de Medicina	RJ	13
	Revista Medica	RJ	6
1880-1889	Anuario medico brasileiro	RJ	26
	Gazeta medica da Bahia	BA	25
	O Brazil-Médico	RJ	24
	Annaes da Academia de Medicina do Rio de Janeiro	RJ	18
	Inspectoria Geral de Hygiene	RJ	18
	Annaes brasiliense de Medicina	RJ	15
	Gazeta médica brasileira	RJ	11
	Revista dos cursos práticos e theoreticos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	RJ	4
	Gazeta dos hospitais	RJ	3
	Relatorio Santa Casa de Misericordia	MG	3
	Gazeta acadêmica	RJ	2
	Revista brasileira de Ophtalmologia	RJ	2
	1890-1899	O Brazil-Médico	RJ
Gazeta medica da Bahia		BA	74
Anuario medico brasileiro		RJ	17
Anuario de Estatistica Demographo Sanitarista		RJ	12
Relatorio Santa Casa de Misericordia		MG	3
União medica		RJ	2
Boletim da Sociedade de Medicina e cirurgia de Juiz de Fora		MG	1
1900-1909	O Brazil-Médico	RJ	89
	Gazeta médica da Bahia	BA	37
	Archivos de Assistência e Proteção a Infancia	RJ	35
	Archivos brasileiros de Psychiatria, Neurologia e Medicina Legal	RJ	12
Total de ocorrências			688

Fonte: Elaboração própria, 2023.

A preocupação com o alcoolismo apareceu também representado nas teses médicas que eram defendidas nas faculdades de Medicina. No quadro subsequente, apresentamos alguns dos estudos realizados na Faculdade de Medicina da Bahia, entre os anos de 1876 e 1907.

Quadro 1 – Identificação das teses médicas defendidas na Faculdade de Medicina da Bahia (1876-1907), 2023

Tese	Autoria	Ano
Accidentes nervosos do alcoolismo	Antonio Gonçalves Ramos	1876
Do alcoolismo debaixo do ponto de vista da hygiene	Arthur Homem de Carvalho	1885
Physiologia do álcool	Luiz Alexandrino de Araujo	1885
Alcoolismo e embriaguez	Theodoreto Archanjo do Nascimento	1886

Alcoolismo chronico, lesões e formas clinicas	Eduardo Lins Ferreira de Araújo	1887
Alcoolismo chronico suas e variedades clinicas.	Epaminondas Pinto da Rocha	1887
Alcoolismo chronico	Pedro Rodrigues Guimarães	1888
Da influencia do alcool e do tabaco sobre a funcção visual	Eduardo Henrique Martinelli	1890
Breves considerações sobre o álcool	Antonio Pedro Antello.	1897
Embriaguez e responsabilidades	José Américo Garcez	1899
Alcoolismo e involução humana repressão e prophylaxia do alcoolismo	Adriano Augusto de Araujo Jorge Filho	1900
Alcoolismo chronico cerebrospinhal e suas manifestações psychicas	Ernesto Carneiro Ribeiro Filho	1900
Nocuidade do alcool no ponto de vista experimental	Zacharias Coutinho	1902
Alcoolismo em geral	Fabio Cleto David	1907

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Ao todo foram identificadas 14 teses, sendo 13 de natureza médica e apenas uma de origem farmacológica (1897). No quadro geral, percebermos o imperativo da temperança, da eugenia e da degeneração racial e moral enquanto bases argumentativas dos estudos localizados, arrolados e lidos.

No próximo quadro identificamos algumas das teses médicas produzidas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, apresentadas enquanto defesa de título ou ingresso para cátedra de ensino, circunscrevendo o período entre os anos de 1882 e 1907. Ressaltando aqui novamente a dificuldade encontrada em localizar e acessar essa documentação, não digitalizada e conservada em arquivos e bibliotecas com acesso restrito³⁰.

Quadro 2 – Identificação das teses médicas defendidas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1882-1907), 2023

Título	Autoria	Ano	Natureza
O uso de bebidas alcoólicas	Mathias Antônio Moinhos de Vilhena	1882	Cadeira de Hygiene e História da Medicina da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro
Estygmias anatômicos dos degenerados	Cesário Alves Corrêa	1905	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro
O problema do alcoolismo no Brasil. Apelo aos Srs. Representantes do poder público e à imprensa no Brasil	Cunha Cruz	1906	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro
A embriaguez	José Augusto Arantes	1907	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Dentre os quatro títulos encontrados, três foram teses de estudantes que defendiam o título de Doutor em Medicina e uma fora elaborada para ingresso no corpo docente da instituição. Um dos trabalhos que mais nos interessou foi o de Cunha Cruz (1906), endereçado

³⁰ De fato, acreditamos que o número de teses produzidas nessa faculdade, seja ainda maior, contudo, apresentamos apenas aquelas até o presente momento localizadas e analisadas em estudos anteriores.

aos dirigentes da República e aos membros da imprensa, conclamando-os a fazerem parte de uma luta antialcoólica, em prol de uma nação expurgada do “vício” etílico. Em sua tese, Cunha Cruz (1906, p. 14) destacou a relação existente entre alcoolismo e loucura, apontando também para o aumento do número de alcoolistas mulheres, “[...] é digno de atenção o número que indica a proporção de mulheres com perturbações mentais, devidas ao alcoolismo, em nossos hospícios e colônias”. Segundo o autor, o alcoolismo, a loucura e a degeneração estavam tão relacionados, sendo quase impossível perceber a influência de um sobre o outro. O que deveria haver, em sua opinião, eram medidas que coibissem o consumo, um investimento na abertura de mais leitos hospitalares e na formação técnica de profissionais para atuarem nesses espaços.

No geral, constatamos o empenho dos médicos da passagem do Oitocentos para o século XX, em popularizarem os saberes acerca do alcoolismo, tendo em vista sua missão social assumida, seu protagonismo e todo o prestígio social que detinham. O uso constante de referências internacionais, em especial, dos médicos franceses, apontam para o alinhamento dos intelectuais locais com os avanços biomédicos, porém, não deixamos de notar também o forte comprometimento com os rumos morais da nação.

Entretanto, não devemos desconsiderar os usos e significados que as substâncias alcoólicas representavam para as ciências biomédicas do século XIX e início do XX. Em muitas práticas terapêuticas, o uso de substâncias alcoólicas enquanto princípio ativo, serviam para a preparação dos compostos, pois se acreditava na rápida absorção promovida pelo álcool. É precisamente durante este período que o álcool também passou a ser utilizado para realizar a assepsia, sendo seus benefícios logo popularizados por meio da literatura médica, farmacêutica e química. Outro ponto importante, diz respeito à sobrevivência da teoria alimentar, desenvolvida na Antiguidade, que qualificava as bebidas alcoólicas enquanto alimentos, com altos valores nutricionais e promotoras de estímulos, como o aumento do apetite e na melhoria da digestão. Entre os tratamentos prescritos, o uso moderado de bebidas alcoólicas, a exemplo do vinho, era recomendado em diversas moléstias, como a depressão, os problemas estomacais e até mesmo em algumas doenças infectocontagiosas, mesmo depois da descoberta dos agentes transmissores e da revolução pasteuriana³¹.

Dessa forma, não podemos desconsiderar as múltiplas funções desempenhadas pelas bebidas alcoólicas e suas aplicações durante esse contexto de transição. Pois, até meados dos anos de 1870, a teoria alimentícia do álcool, tinha um enorme número de adeptos, entre eles,

³¹ Louis Pasteur (1822-1895) foi o primeiro a perceber e formular a ideia de que algumas doenças são causadas por micro-organismos, invisíveis aos olhos e transmitidos por agentes biológicos, como moscas, pulgas, mosquitos etc.

muitos dos médicos formados nas cátedras de Medicina das duas mais prestigiadas instituições de ensino superior e o desaparecimento dessa teoria estaria longe de acontecer no horizonte biomédico. No breve exame de algumas das teses médicas e na investigação mais detida que realizamos da imprensa médica, observamos os componentes morais e religiosos em seus relatos. Havia uma forte preocupação em instruir por meio do temor, algo que também era praticado pelos agentes religiosos, ao qualificarem o alcoolismo enquanto um mal espiritual, causador de autodestruição, deformidades, loucura e conduta criminosa (SANTOS, 1993; 2004). Nesse ponto, as representações sociais de médicos e agentes religiosos confluíam, pois ambos os grupos consideram o alcoolismo como sendo uma patologia social, sendo defendidos por eles que o consumo abusivo das bebidas alcoólicas era um dos piores males sociais que afetavam a sociedade brasileira, comprometendo, particularmente, a moralidade e a salubridade dos corpos.

Analizamos, em seguida, a participação da imprensa religiosa na luta antialcoólica entre fins do século XIX e início do XX. Interessou-nos perceber melhor a circulação das ideias biomédicas entre os agentes religiosos, na mesma medida em que foram observamos entre os médicos brasileiros, os preceitos moralistas, positivistas, iluministas e cristãos.

2.3 Instituições religiosas, religiosidades e agentes religiosos na cruzada antialcoólica

Dentre as diversas transformações pelas quais passavam a sociedade brasileira, a questão religiosa se impôs enquanto uma disputa, mobilizando setores da sociedade, em especial, a elite política e intelectual. No cerne das grandes revoluções³², a hegemonia da Igreja Católica era vista como incompatível com os novos valores sociais, valores esses trazidos à tona em um momento em que a própria instituição religiosa era encarada com enorme desconfiança, por se opor a qualquer tipo de mudança (AZEVEDO, 1978; MICELI, 1988). A Igreja Católica, representada enquanto reacionária, contudo, percebeu logo cedo a necessidade de se adaptar aos novos tempos e valores, reformando ela mesma suas próprias convicções e estreitando ainda mais o seu diálogo com os seus seguidores e segmentos da elite científica e intelectual.

Após examinar a recepção das ideias evolucionistas, positivistas e abolicionistas no Brasil, a partir da “geração de 1870”, Angela Alonso (2009) observou que a hegemonia católica

³² Falar do século XIX enquanto o período de grandes Revoluções, é compactuar com as ideias de Éric Hobsbawm ([1962] 2012) de que este foi um período de intensas mudanças no cenário geopolítico internacional, com impactos nas antigas colônias europeias, a exemplo do Brasil.

havia sido questionada e o resultado era a necessidade de uma guinada aos novos valores iluministas, dentre eles, a noção de “progresso”.

Na universalização de direitos civis, demandada por todos, imbricavam-se a laicização do Estado e conseqüente registro civil de nascimento, casamento e óbito e a liberdade religiosa, embora dissesse respeito sobretudo à abolição da escravidão, almejada por todos os grupos contestadores. (ALONSO, 2009, p. 110).

Ainda de acordo com a historiadora, os grupos que compunham a crítica ao Império e as suas bases, a saber, a escravidão e a Igreja Católica, estavam em consonância quanto as suas demandas: a modernização econômica, a laicização do Estado, e a liberdade religiosa e política. Isso demonstrava que a contestação do *status quo* e a proposição desse pacote de reformas apontavam para a existência de um amplo e sólido movimento político, e não apenas para a existência de grupos dispersos e com pautas dissonantes. Essa coesão nas pautas reformistas, mesmo que encabeçada por grupos, muitos dos quais eram incompatíveis quanto suas filiações ideológicas, acabou por construir uma memória coletiva em torno do movimento de contestação.

Nesse processo, a elite ilustrada da Igreja Católica, iniciou um movimento de reaproximação com os fiéis e potenciais devotos, investindo na criação de jornais, revistas e campanhas de conscientização sobre os novos tempos da cristandade. Como demonstramos mais adiante, a luta antialcoólica se transformou rapidamente em uma plataforma política, na qual a Igreja Católica demonstrava não estar alheia aos problemas sociais pelos quais atravessavam a sociedade brasileira.

As diversas discussões contra o consumo excessivo de determinadas bebidas, a defesa em prol da abstinência ou do uso moderado e a retórica condenatória acerca dos “vícios”, apresentavam-se enquanto temas recorrentes nos jornais católicos, muitos dos quais tinham circulação nacional, por serem distribuídos nas instituições religiosas e em repartições públicas do Estado Imperial. As representações sociais acerca do alcoolismo eram de que seria um sintoma dos “novos tempos”, corrompidos pelas novas ideias científicas, filosóficas e religiosas, que estragavam a mocidade em flor e causavam a corrosão da fé, da família e da pátria. Não havia propriamente uma negação dos valores positivos da ideia de “progresso”, contudo, observamos uma sobrevivência da ideia de “decadência moral”, pois o que estava em jogo não eram somente os princípios religiosos em matéria de fé e sim, os hábitos e os comportamentos dos fiéis frente aos dogmas e à moral pregada pela Igreja Católica. Por isso, coibir o alcoolismo tornava-se uma missão espiritual. Havia, também, uma associação do

alcoolismo à noção de corrupção moral, pois tudo que embrutece o espírito devia ser visto com suspeita por parte dos guardiões da ortodoxia.

Além da Igreja Católica, outras instituições religiosas, sobretudo, de orientação protestante, incorporaram a luta antialcoólica enquanto uma de suas bandeiras políticas. Entre os anos finais do Império, mais acentuadamente após a instalação da República, algumas igrejas protestantes começaram a organizar conferências públicas, com alguns de seus temas sendo reproduzidos na imprensa; outra inovação foi a criação dos primeiros jornais protestantes, nos quais a temática do alcoolismo aparecia recorrentemente sendo tratada. Não muito diferente de como eram retratadas nas páginas da imprensa católica, o alcoolismo era visto enquanto uma doença do espírito. Porém, os agentes religiosos protestantes buscavam se afastar da ideia de que o alcoolismo representava um problema social decorrente da recepção das novas ideias, especialmente, religiosas, isso porque, ao admitirem essa sentença, eles estariam endossando a crítica que os agentes católicos faziam sobre os riscos de quaisquer mudanças na base da sociedade.

Vieram à baila durante o período recortado neste estudo, as contradições encabeçadas por católicos e protestantes, tanto em matéria de temas espirituais quanto de natureza laica, a exemplo do alcoolismo, havendo, também, convergências entre ambos os grupos. Em relação ao alcoolismo, por exemplo, o mesmo era visto como uma reminiscência de um passado decadente e que se queria superado, ao mesmo tempo que representava os sintomas dos novos modos de vida, desligados da fé e da crença cristã. Logo, esse era um dos pontos em que católicos e protestantes concordavam. Entretanto, no que se referia ao suposto alastramento do alcoolismo, os dirigentes protestantes construíram outras interpretações sobre as causas, as consequências e as possíveis soluções para esse problema que se impunha sob a sociedade e que impedia o “progresso”. Percebemos haver entre os agentes religiosos protestantes um afastamento da ideia de “decadência”, como sinônimo de retórica católica em defesa da crítica sofrida, o que existia, era uma confluência com uma memória coletiva que se desenhava em torno do alcoolismo, representado enquanto principal fator de degeneração racial e moral da população. Nesse ponto, confluíam católicos, protestantes, agnósticos, ateus, espíritas, não professantes de fé, cientistas e intelectuais, todos eles engajados com o projeto nacional de modernização.

Diferente do que se chegou a imaginar, a eugenia não estava restrita aos circuitos científicos, mesmo sendo considerada em fins do século XIX enquanto uma teoria científica comprovada por meio da observação e experimentação. Como apresentamos, quando tratamos mais detidamente das representações sociais sobre o alcoolismo a partir da imprensa religiosa,

os pressupostos de “bem-nascido”, princípio norteador do movimento eugênico, estavam presentes nas retóricas desses dirigentes religiosos, preocupados em sedimentar os caminhos espirituais da nação em busca da “civilização”. Assim sendo, o alcoolismo tornou-se tema largamente debatido entre os agentes religiosos, valendo-se, inclusive, dos conhecimentos que eram trazidos à baila pelos médicos e administradores públicos. Percebemos também o uso de estudos de autoridades médicas internacionais, juristas renomados, líderes religiosos e personalidades públicas, como, por exemplo, dirigentes políticos, a fim de endossarem suas defesas em prol das medidas proibitivas, da educação moral religiosa e da abstinência.

Tabela 2 – Identificação dos jornais religiosos envolvidos nas campanhas antialcoólicas (1870-1909), 2023

Período	Periódico	Região	Número de ocorrências
1870-1879	O apóstolo	RJ	74
	A imprensa religiosa	RJ/SP	13
1880-1889	O apóstolo	RJ	120
	A imprensa evangélica	RJ/SP	35
	Leituras religiosas	BA	3
	Revista Católica	RJ	1
	Methodista catholico	RJ	1
1890-1899	O apóstolo	RJ	52
	A imprensa evangélica	RJ/SP	29
	O puritano	SP	17
	A cruzada	BA	14
	Leituras religiosas	BA	5
	Mensageiro do Coração de Jesus	SP	4
	A cruz	GO	3
	A verdade	MT	2
	A fé	MA	1
	Civilização	MA	1
	O apologista christão brasileiro	PA	1
1900-1909	A fé christã	AL	229
	O apóstolo	RJ	34
	O puritano	SP	19
	O apóstolo	PI	10
	Verdade e luz	SP	3
	Leituras religiosas	BA	2
	O apologista christão brasileiro	PA	2
	O missionário	PE	1
	O esforço christão	RJ	1
	Almanach ilustrado das famílias catholicas brasileiras	RJ	1
Total de ocorrências			678

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Na tabela apresentada, trouxemos um demonstrativo dos jornais religiosos, entre os anos de 1870 e 1909, envolvidos na discussão antialcoólica. Com base nesse arrolamento, observamos a intensa participação dos jornais religiosos em torno das discussões antialcoólicas no Brasil. Buscando ampliar nossa procura acerca da participação dos agentes religiosos na cruzada contra o alcoolismo, usando como recorte de busca os vocábulos “alcoolismo” e “embriaguez crônica”, e com relação a esse último, separamos e selecionamos apenas aquelas ocorrências referentes ao beber excessivo de modo rotineiro, deixando de fora a embriaguez episódica, como dissemos anteriormente.

Percebemos a partir de diversas páginas examinadas, a consonância entre o pensamento religioso, com o que era preconizado pela classe médica. Na imprensa religiosa, o alcoolismo não foi debatido apenas a partir dos preceitos religiosos, havendo uma preocupação com a saúde física da população, com os danos materiais à nação e às consequências hereditárias entre a união de sujeitos alcoolistas. Ao examinarmos essas representações, pudemos perceber os usos dos saberes biomédicos, como elementos discursivos que apontavam para os riscos sociais, para a degeneração moral, física e espiritual da população brasileira e para o entrave que o alcoolismo representava para o reflorescimento da fé, pois, um dos argumentos comuns era de que o uso abusivo das bebidas alcoólicas acabava por afastar os fiéis dos caminhos e desígnios divinos, o que causava constrangimentos e um paulatino desligamento da ortodoxia cristã com o seu rebanho.

Se levarmos em comparação o total de 1.366 ocorrências identificadas nos jornais médicos e religiosos, entre o mesmo período, encontramos uma curiosa proporcionalidade (50,37% médicas e 49,63% religiosas), contudo, não por acaso. De fato, durante o período do nosso estudo, havia mais jornais religiosos em circulação do que jornais médicos, contudo, em nossas seleções optamos em trabalhar com um número equivalente entre esses dois grupos; outro ponto importante diz respeito à disponibilidade de todas as edições de um mesmo periódico, pois, em não raros os casos, os conjuntos documentais encontram-se incompletos; por fim, devemos considerar que, a paridade no número de ocorrências, longe de representar uma equidade entre os discursos médicos e religiosos acerca do alcoolismo, apontam apenas para a importância que esse tema suscitava entre esses agentes envolvidos com a imprensa que, como dissemos, detinham prestígio e projeção social, fazendo com que suas ideias tivessem ecos e encontrassem com mais facilidade interlocutores. Basta apreendermos que, ambas as imprensas, seus agentes e suas respectivas instituições e ideias, estavam fortemente engajadas no enfrentamento do alcoolismo. Dessa forma, assistimos aí à gênese do movimento antialcoolista brasileiro. Essas campanhas, de cunho pedagógico, propagadas na imprensa,

antecedem as campanhas de prevenção e erradicação, empreendidas por parte do Estado, que tiveram início a partir da década de 1910 e que foram intensificadas a partir de 1920, com o apoio filantrópico da Fundação Rockefeller.

A imprensa religiosa se transformou em uma plataforma de luta antialcoólica, na medida em que buscava conscientizar os seus fiéis, especialmente seus leitores, fazendo deles propagadores dessas ideias. Todavia, mesmo admitido haver entre os agentes religiosos a preocupação em promover o combate ao alcoolismo, devemos matizar os usos e significados simbólicos que as bebidas alcoólicas representavam para a liturgia cristã e para as diversas outras religiosidades de matrizes não-europeias, assim como realizamos quando tratamos dos agentes médicos, ao demonstrar a persistência da teoria alimentar das bebidas alcoólicas³³ durante a passagem dos séculos XIX ao XX.

2.3.1 Os usos e significados das bebidas alcóolicas para as comunidades religiosas brasileiras

As bebidas alcoólicas fazem parte de inúmeros rituais da vida humana, como, por exemplo, o nascimento, a união entre parceiros e a morte. Dentre as comunidades religiosas seus usos adquirem significados específicos. Não nos delongamos em discutir esses significados entre os professantes do catolicismo, basta pontuarmos ser o uso de determinadas substâncias, a exemplo do vinho, parte importante da liturgia, representativa do sangue de Jesus Cristo. Havia, além disso, entre diversas comunidades eclesiásticas, o fabrico de suas próprias bebidas fermentadas, como, por exemplo, o vinho e a cerveja.

Devemos, porém, prestar atenção sobre os usos e significados por parte de outras religiosidades. Tomemos como amostra os professantes das religiões protestantes. Similares aos seguidores do catolicismo, o consumo moderado de determinadas substâncias não se configurava entre os anglicanos, luteranos e presbiterianos brasileiros enquanto pecado e a despeito de suas liturgias, o vinho continuava sendo utilizado enquanto um elemento sagrado que representava e encenava a morte de Jesus em redenção aos pecados dos “homens”.

Os usos das substâncias alcoólicas também representavam múltiplos significados para as comunidades não-europeias. Os indígenas brasileiros, mesmo antes da chegada dos invasores, faziam uso recreativo e ritualístico de bebidas fermentadas, contudo, o consumo

³³ Ao analisarmos as teses médicas que foram produzidas nas Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, observamos o predomínio do pressuposto de que determinadas substâncias alcoólicas, a exemplo do “vinho”, eram partes integrantes das dietas e dos regimes alimentares saudáveis, cuja justificativa era baseada na literatura europeia. Cabe ainda ressaltarmos que esse pressuposto persistia na literatura médica do século XIX, sendo fundamentado a partir dos escritos clássicos de Hipócrates (460 a.C.-377 a.C.) e Cláudio Galeno (129-216).

alcoólico excessivo foi se intensificando a partir da introdução dos destilados por parte dos colonizadores. Essa mudança nos hábitos de consumo, proporcionou um aumento do número de alcoolistas entre as populações nativas, observado durante o século XIX por alguns poucos estudiosos e viajantes naturalistas (SOUZA, 2013). Entretanto, nos causou estranhamento o silêncio dessa discussão na imprensa, a inexistência de medidas públicas que buscassem contornar esse problema, ou mesmo, a preocupação entre médicos e agentes religiosos acerca do alcoolismo entre os povos originários.

O mesmo não foi observado com relação aos africanos e afro-brasileiros, escravizados, libertos e livres, que estiveram sempre na mira das autoridades públicas e dos agentes policiais. O uso de substâncias alcoólicas, além de suas propriedades recreativas e ritualísticas, fazia parte do regime alimentar de muitas dessas comunidades. Contudo, tanto durante o regime escravista como no pós-abolição, havia temores entre os membros das elites, com relação ao consumo por parte desses grupos, tanto no que diz respeito à prevenção às insurreições quanto à expressão da agressividade³⁴.

Essa mesma preocupação fazia parte do imaginário dos médicos e dirigentes religiosos. Em algumas das crônicas jornalísticas aqui analisadas, encontramos esses agentes debatendo sobre os riscos que o uso abusivo de bebidas alcoólicas poderia causar na saúde da população africana e afro-brasileira e na vida produtiva. Preocupava, especialmente aos partidários da eugenia e da degeneração racial, os riscos à saúde mental, pois, não raros eram os médicos e agentes religiosos que compartilhavam da crença de que os “pretos” eram mais susceptíveis as doenças mentais e ao desenvolvimento de uma personalidade criminosa.

Dessa forma, a condenação ao uso abusivo de determinadas bebidas alcoólicas, a exemplo da cachaça, considerada como bebida de “preto” e pobre, seguiam parâmetros raciais e hierárquicos bem estabelecidos. Ou seja, a condenação não pesava sobre o beber, e sim, sobre quem bebia, o que bebia e onde consumia.

O mesmo se seguia com relação às perseguições às religiosidades de matriz africana, tomadas sempre em suspeição, como expressões de primitivismo, o que não condizia com as ideias de “progresso”, modernização e civilidade que eram cultivados pelas elites econômica,

³⁴ Segundo Maria Helena Machado (2014), devemos prestar atenção na ambiguidade existente na relação senhor e escravizado, no contexto do século XIX, pois, muitas dessas relações eram conflituosas e mantidas a partir de negociações e conflitos, onde o castigo físico e a vigilância constante, perdiam espaço para novas formas de relacionamento. A autora chama atenção para o temor que a insubordinação causava entre os senhores de escravizados e suas saídas para contornarem e continuarem exercendo poder, mesmo à distância. Contudo, aponta a autora, uma diversidade de estratégias subversivas dos escravizados, dentre elas, a fuga, o assassinato, o roubo, o suicídio e os diversos atentados contra a propriedade, o que em alguns casos lhes garantiam margens para negociarem.

política e letrada. De fato, a perseguição, não apenas as suas expressões religiosas como também de seus hábitos, ocorrida diuturnamente, e o que nos chegou a partir dos indícios apontam para a existência de um racismo estrutural³⁵ que até hoje ronda o pensamento popular brasileiro. Nesse processo, a imprensa teve um papel decisivo, pois, alçou no imaginário coletivo algumas representações sociais sobre o alcoolismo que recaem mais pesadamente sobre as visões preconceituosas³⁶ que as elites tinham acerca dos “pretos”, indígenas e pobres.

2.4 O enfrentamento do alcoolismo na imprensa brasileira de fins do século XIX e alvorecer do século XX

Como ensejamos demonstrar aqui, a imprensa se constituía enquanto um celeiro de difusão do conhecido, em torno de variados temas, a exemplo do alcoolismo, sendo que foi a partir das páginas jornalísticas que ocorreu a gênese do movimento antialcoólico no Brasil. Logo, defendemos a tese de que antes de se materializar em campanhas sanitaristas, implantadas pelos órgãos governamentais³⁷, a luta antialcoólica no contexto brasileiro, despontou no cenário nacional enquanto um movimento intelectual, responsável por mobilizar os setores ilustrados, dentre os quais estavam representados os médicos e agentes religiosos, tendo sido a imprensa periódica o principal veículo de circulação das ideias políticas, programas, métodos terapêuticos e saberes em torno das “doenças” e dos “doentes”.

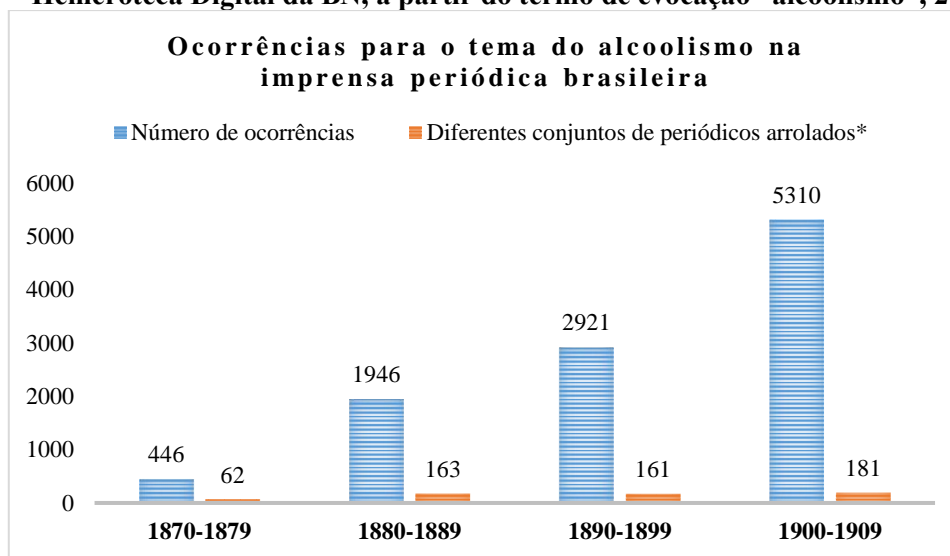
O gráfico a seguir foi construído a partir do número de ocorrências e dos jornais ligados ao debate em torno do alcoolismo entre os anos de 1870 e 1909, mostrando a importância e o crescimento do interesse por esse tema na produção periódica do período:

³⁵ A concepção de racismo estrutural foi proposta por Silvio de Almeida, ao argumentar que em sociedades forjadas a partir da utilização do trabalho de pessoas escravizadas, a exemplo do Brasil, o racismo se opera em diversos níveis: individual e institucional. A definição de Almeida (2019) apontou que o “sujeito” é moldado a partir de valores ideológicos racistas, portanto, inconscientemente pensamos de forma preconceituosa. Logo, o racismo não ocorre somente ao nível individual e institucional, uma vez que ele faz parte da estrutura pensante da sociedade.

³⁶ O preconceito, em sua acepção, significa o processo de pré elaboração e julgamento antecipado do outro, com base em visões de mundo, estigmas e normas sociais excludentes. Portanto, sua existência tem-se espaço em sociedades marcadas pelas desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais, ocorrendo, prioritariamente entre um grupo e/ou classe sobre o outro ou os demais (GOFFMAN, [1891] 2004).

³⁷ Referimos, especificamente, às Juntas Médico-Sanitaristas, criadas em 1897, na ocasião da criação da Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP), sob direção do Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores, cujas atividades se ligavam aos órgãos policiais da Capital Federal; ademais, novos projetos sanitaristas foram adotados em 1902 na ocasião da eclosão do projeto de reforma urbana do Rio de Janeiro, tendo sido delegados médicos para os processos de avaliação das condições de moradia nos cortiços e do estado de saúde de seus habitantes, em que o alcoolismo despontou enquanto uma das moléstias mais identificadas (CHALHOUB, 2017).

Gráfico 1 – Número de ocorrências e jornais envolvidos na discussão em torno do alcoolismo na imprensa periódica brasileira entre 1870 e 1909, a partir dos dados obtidos no banco de dados da Hemeroteca Digital da BN, a partir do termo de evocação “alcoolismo”, 2023



* Em raras exceções um mesmo periódico aparece dividido em dois conjuntos documentais.

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Nosso primeiro passo foi estabelecer quais seriam os jornais investigados e proceder com o *download* do arquivo. A escolha desses periódicos respeitou três fatores principais: sua natureza médica ou religiosa, seu envolvimento na discussão em torno do alcoolismo durante o período selecionado e sua viabilidade em possibilitar uma investigação em memórias e representações sociais.

A tabela seguinte apresenta os jornais escolhidos e o número de ocorrências analisadas, bem como informações técnicas, localidade, natureza do periódico e o período de circulação.

Tabela 3 – Relação dos jornais médicos e religiosos envolvidos com o debate sobre o alcoolismo, (1870-1909), 2023

Nome do jornal	Natureza	Localidade	Periodicidade selecionada	Total de ocorrências para o vocábulo “alcoolismo”
Gazeta Medica da Bahia: Publicada por uma associação de Facultativos	Médico	Salvador/BA	1870-1904	151
Imprensa Evangelica	Religioso	Rio de Janeiro/RJ e São Paulo/SP	1884-1892	16
O Brazil-Medico: Revista Semanal de Medicina e Cirurgia	Médico	Rio de Janeiro/RJ	1887-1905	321
O apostolo: Periodico religioso, moral e doutrinário, consagrado aos interesses da religião e da sociedade	Religioso	Rio de Janeiro/RJ	1876-1898	27

O Apostolo: Orgam Official da Diocese	Religioso	Teresina/PI	1907-1909	8
A Fé Christã: Hebdomadario dedicado aos interesses da religião catholica	Religioso	Penedo/AL	1903-1906	5
Anuario Medico Brasileiro: Movimento Scientifico Medico brasileiro	Médico	Rio de Janeiro/RJ	1886-1897	43
Total de jornais selecionados				7
Total de ocorrências encontradas para o vocábulo “alcoolismo”				571

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Com base na seleção dos sete jornais médicos e religiosos, foram identificadas 58 crônicas, em que o vocábulo alcoolismo apareceu 571 vezes, assim, optamos em trabalhar com esse montante, tendo em vista que do total localizado, 28 crônicas eram de natureza religiosa e 30 médicas. A quantidade de documentos selecionados, longe de se configurar enquanto um empecilho de pesquisa, caracteriza-se como uma potencialidade, ao nos possibilitar examinar múltiplas memórias e representações sociais em torno do fenômeno. Consideramos também que para este estudo foram eleitos quatro jornais religiosos e três jornais médicos.

Do total de 2.997 ocorrências identificadas, durante o período recortado neste estudo, selecionamos 58 crônicas, provenientes de setes jornais, onde o termo de busca acusou 571 ocorrências. Defendemos, portanto, que mesmo sendo um debate público de amplo alcance, os dados desta amostragem permitem analisar sua expressão em meio aos agentes religiosos e médicos, abrindo possibilidades para a expansão desse tema de pesquisa em estudos posteriores.

Durante o período analisado, a imprensa diversificava-se em seus diversos escopos, com o surgimento de novos periódicos, muitos dos quais tinham uma circulação curta, tiragens pequenas e que contavam com um público leitor reduzido. Assim, a imprensa noticiosa destacava-se na cena nacional, levando ao conhecimento informações sobre eventos, acontecimentos, disputadas políticas e notícias internacionais. No outro polo estavam os periódicos mantidos por instituições, agremiações e sociedades letradas, das quais estavam os jornais médicos e religiosos, cujos públicos-alvo eram profissionais da saúde e devotos.

Nesse processo de enfrentamento dos males sociais, dentre os quais o alcoolismo era considerado um dos mais nocivos, diversos agentes, instituições e ideias adentraram no debate público, com o surgimento de diversas celeumas e controvérsias. A pluralidade de saberes e projetos provocou não apenas a intensificação do debate público, como também a disputa entre grupos pela gerência na definição das causas, na escolha das terapêuticas mais adequadas a serem adotadas (contrapondo, por exemplo, o tratamento biomédico, sobretudo, pautado na medicalização, em oposição ao tratamento espiritual) e na elaboração das medidas que

deveriam ser empreendidas para o controle e a erradicação do alcoolismo. Todavia, o combate, especialmente, as medidas que buscavam controlar a produção, a importação, a distribuição e o consumo das substâncias alcoólicas tinham como barreiras as diversas práticas sociais em que as bebidas faziam parte dos hábitos coletivos. Podemos citar as comemorações religiosas, como as quermesses, os festejos ao ar livre em dias santos e as celebrações que ocorriam nas igrejas e que, posteriormente, se estendiam nos espaços públicos e/ou privados, por exemplo, os casamentos e os batizados.

Durante os festejos de abrangência nacional, dentre eles religiosos e políticos, o consumo das bebidas alcoólicas fazia parte das atrações. Encontramos a presença dos indivíduos alcoolizados, protagonizando cenas marcantes, dignas de ganharem a atenção e serem registradas por meio das crônicas escritas e popularizadas a partir dos jornais (ABREU; VIANA, 2009; SCHWARCZ, 1998). Na imprensa noticiosa e satírica, encontramos relatos, contudo, eram nas páginas policiais onde estavam mais presentes as ocorrências sobre uso excessivo de bebidas alcoólicas, cujos eventos descritos envolviam distúrbios públicos, cenas de agressões e violência generalizada. Discussões acaloradas, vítimas fatais, quebra-quebra, algazarras, turbas em marcha, essas eram algumas das informações noticiadas diuturnamente na imprensa, estando em muitas delas implicados alcoolistas ou o consumo desmedido de bebidas alcoólicas.

Seguindo ao levantamento documental em busca das memórias e representações sociais sobre alcoolismo na imprensa brasileira de fins do século XIX e início do XX, apresentamos agora os principais jornais envolvidos nessa discussão. Seleccionamos, por década, os cinco principais jornais, a fim de percebermos e avaliarmos o papel da imprensa médica e religiosa.

Na próxima tabela, trouxemos um demonstrativo dos principais jornais brasileiros envolvidos na discussão do alcoolismo, entre os anos de 1870 e 1879.

Tabela 4 – Identificação dos jornais brasileiros envolvidos no debate sobre alcoolismo (1870-1879), 2023

Periódico	Região	Número de ocorrências
Diário do Rio de Janeiro	RJ	55
Jornal do commercio	RJ	54
Gazeta de noticias	RJ	42
A reforma: órgão democrático	RJ	31
O globo	RJ	29
Total		221

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Novamente, tomamos como baliza apenas a busca pelo vocábulo “alcoolismo”, em detrimento dos outros termos relacionados a essa discussão, os termos desconsiderados foram

“embriaguez chronica” e “embriaguez rotineira”, pois mesmo considerando as expressões como relacionadas ao assunto aqui investigado, optamos em restringir a análise aos usos, sentidos e significados associados ao alcoolismo. Entretanto, a partir da análise do conjunto documental selecionado, encontramos ocorrências onde os três vocábulos se apresentavam relacionados, pois as representações sociais do alcoolismo enquanto “patologia social” ainda estavam em processos de construção e consolidação, sendo ancoradas e objetivadas nas noções de embriaguez crônica e rotineira. Com base nesse demonstrativo pudemos perceber a hegemonia da imprensa carioca³⁸ em torno do debate sobre o alcoolismo. Outro fator importante é a predominância da imprensa noticiosa, trazendo ao público, informações sobre óbitos, notas policiais, ofertas de tratamentos e as referências às palestras, conferências, encontros e estudos realizados no Brasil e no exterior sobre o tema. Não encontramos aqui nenhum dos periódicos médicos ou religiosos, tema do nosso estudo, porém, isso se justificava por duas razões: as principais ocorrências na imprensa, divulgavam a morte de escravizados e homens livres, por isso o protagonismo da imprensa noticiosa; no que se refere à imprensa médica e religiosa, encontramos o predomínio de crônicas, que eram mais extensas que as notas obituárias, as ofertas de tratamento e as divulgações de conferências, palestras, eventos ou estudos sobre o assunto. Dessa forma, enquanto na imprensa noticiosa o alcoolismo aparece representado em notas curtas, na imprensa médica e religiosa o tema aparece tratado de forma mais extensa. Na próxima tabela, apresentamos os dados relativo anos de 1880 e 1889:

Tabela 5 – Identificação dos jornais brasileiros envolvidos no debate sobre alcoolismo (1880-1889), 2023

Periódico	Região	Número de ocorrências
Jornal do commercio	RJ	238
Gazeta de noticias	RJ	117
O Paiz	RJ	113
O Paiz	MA	106
Diario de Pernambuco	PE	76
Total		650

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Novamente, com base na leitura preliminar que realizamos, encontramos o predomínio de notas obituárias, ofertas de tratamentos e divulgação de conferências sobre a temática. Referente à década de 1880, percebemos algumas alterações no quadro geral, pois, o debate acerca do alcoolismo, mesmo sendo predominante na imprensa carioca, passou a interessar mais aos intelectuais de outras localidades, a exemplo do Maranhão e de Pernambuco, como

³⁸ Esse protagonismo refere-se ao fato de ser a sede do governo federal, pelo protagonismo da cidade em detrimentos dos outros centros urbanos e por alocar e a maioria das tipografias existentes no país.

podemos ver acima. Outro fato também importante diz respeito ao aumento no número de ocorrências, sendo observado que o total quase triplicou em relação a década anterior, considerando apenas os cinco principais jornais envolvidos no debate. Mesmo que não apareça nessa relação, nos chamou atenção a participação da imprensa médica, pois, nesse período, localizamos 73 ocorrências no jornal **A união médica** (sexta posição), destacado jornal carioca, em circulação entre os anos de 1881 e 1889 – órgão coordenado por quatro médicos e chefiado por um farmacêutico, todos residentes na corte imperial. Na tabela consecutiva, apresentamos os principais jornais envolvidos na discussão sobre o alcoolismo durante os anos finais do século XIX:

Tabela 6 – Identificação dos jornais brasileiros envolvidos no debate sobre alcoolismo (1890-1899), 2023

Periódico	Região	Número de ocorrências
Jornal do commercio	RJ	261
Jornal do Brasil	RJ	231
O Brazil-Médico	RJ	208
O paiz	RJ	192
Gazeta de notícias	RJ	155
Total		1.047

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Referente à última década do século XIX, confirmamos o protagonismo da imprensa carioca no debate público acerca do alcoolismo. Destacamos o relativo aumento no número de ocorrências, que quase dobrou com relação à década precedente. Salientamos o protagonismo do **Jornal do commercio** em torno dessa discussão ao longo das três últimas décadas do Oitocentos. De novo, as principais ocorrências encontram-se em jornais noticiosos, contudo, vemos, pela primeira vez, a forte participação de um jornal médico na discussão, figurando entre os cinco principais jornais. Dentre as reportagens publicadas no jornal **O Brazil-Médico**, notamos uma variedade de crônicas, nas quais podemos compreender melhor as memórias e representações sociais dos médicos acerca do uso abusivo de substâncias alcoólicas. Por fim, mas não menos importante, vemos os dados referente aos primeiros anos do século XX:

Tabela 7 – Identificação dos jornais brasileiros envolvidos no debate sobre alcoolismo (1900-1909), 2023

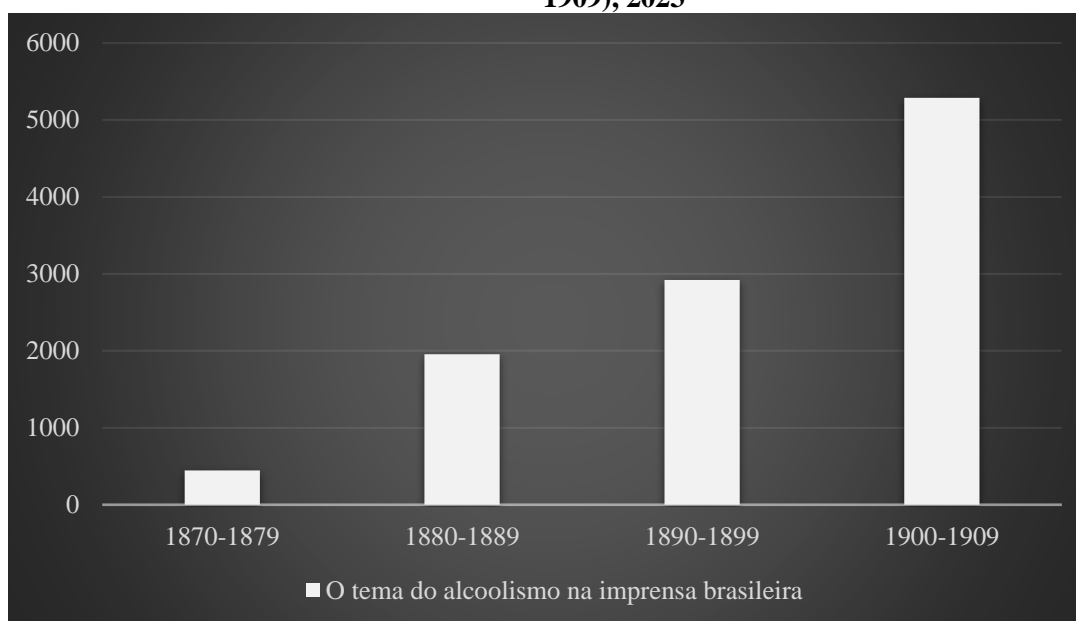
Periódico	Região	Número de ocorrências
Jornal do Brasil	RJ	689
Correio da manhã	RJ	447
Gazeta de notícias	RJ	373
Diario de Pernambuco	PE	364
O paiz	RJ	333
Total		2.206

Fonte: Elaboração própria, 2023.

No quadro geral, observamos o predomínio da imprensa carioca em torno do debate sobre o alcoolismo e novamente o maior número de ocorrências encontradas eram oriundas em jornais noticiosos. Os principais temas continuavam sendo as notas obituárias, as ofertas de tratamento, as notícias crimes e os anúncios dos eventos científicos sobre a temática. Pela primeira vez, o **Jornal do commercio** não apareceu entre os principais jornais envolvidos na discussão e vimos a permanência de outros, a exemplo dos jornais **O paiz**, **Gazeta de notícias**, **Jornal do Brazil** e **Diário de Pernambuco**. Não nos parece errôneo afirmar que se tratavam, juntamente com outros periódicos, principalmente noticiosos e produzidos na corte imperial, dos principais veículos nos quais o grande público poderia ler sobre os riscos que o alcoolismo trazia e ao mesmo tempo encontrar esperanças, por meio das práticas terapêuticas, oferecidas por médicos, boticários, farmacêuticos, líderes religiosos e por uma miríade de charlatões que anunciavam tratamentos de cunho duvidoso.

Com base no gráfico 3 podemos ver o crescimento no número de ocorrências entre os anos de 1870 e 1909, tendo em vista a busca apenas pelo vocábulo “alcoolismo”, pois, quando estendemos essa pesquisa para outras palavras e expressões, encontramos um crescimento ainda maior; o que corrobora com nosso pressuposto de que, no Brasil, a discussão em torno do alcoolismo e, conseqüentemente, a gênese da luta antialcoólica, ocorreu *pari passu* com a luta em defesa do fim da escravidão e de entrada massiva de imigrantes estrangeiros, sobretudo, europeus pobres.

Gráfico 2 – Quantificação das ocorrências do tema do alcoolismo nos jornais brasileiros (1870-1909), 2023



Fonte: Elaboração própria, 2023.

Algo que deve ser salientado é o aumento no número de ocorrências, pois se prestarmos bem atenção, veremos que, somente o total de ocorrências do **Jornal do Brasil** é superior à soma dos cinco principais jornais envolvidos nessa discussão durante os anos de 1880 e 1889. Outra constatação é de que, o total de ocorrências nos primeiros anos do século XX decuplicou em relação aos anos de 1870 e 1879. Esse aumento no número de ocorrências foi observado durante todo o período que compreende o nosso estudo, onde a discussão sobre o alcoolismo seguiu uma curva ascendente.

Segundo os dados colhidos neste estudo, o tema do alcoolismo vai suscitar um intenso debate público, envolvendo setores letrados da sociedade, com impactos significativos nas vidas dos sujeitos comuns, alcoolistas crônicos ou episódicos. Observamos um vertiginoso crescimento na discussão sobre o alcoolismo, precisamente entre os anos de 1870 e 1909, recorte temporal selecionado. Esses valores, estão de acordo com nossas premissas de que o aumento não diz respeito somente ao crescente número de jornais em circulação, pois, como pudemos observar, na medida em que se aumentava o número de periódicos em circulação, aumentou o número de ocorrências, cientistas e intelectuais escrevendo, a quantidade de jornais envolvidos na discussão e de instituições que encampavam a bandeira antialcoólica.

A década de 1870 apresentou um aumento considerável na discussão pública em torno da dependência alcoólica. Em comparação com a década anterior, é possível percebermos um crescimento vertiginoso e que não mais será observado entre os outros recortes: entre 1860 e 1869, identificamos um montante de 33 ocorrências e para a período de 1870 e 1879, foram localizadas 446 no total, ou seja, um aumento em uma progressão aritmética de 13 vezes. Esse período, significou para o país, a intensificação do debate em torno da liberdade dos escravizados, posterior ao fim do conflito na região platina, o acirramento da crise política e o fortalecimento do debate público em torno das mudanças de base.

Durante a década em que se seguiu a abolição da escravidão, o fim do regime imperial e a instalação da República, o crescimento com relação à década anterior corroborou com nossos argumentos sobre a inter-relação entre abolição, antialcoolismo e imigração no contexto brasileiro. Entre 1880 e 1889, foram coligidas 1.957 ocorrências, ou seja, o total quadruplicou em relação a década de 1870.

A respeito do período posterior à implantação da República, constatamos mais uma vez um crescimento relativo, de aproximadamente 50% em relação à década anterior. Localizamos entre os anos de 1890 e 1899 um montante de 2.921 ocorrências. Isso nos mostrou a permanência do interesse por parte dos intelectuais envolvidos com a imprensa, logo após

abolição da escravidão e do aumento no número de imigrantes estrangeiros, oriundos de diversas regiões e destinados à produção agrícola.

No tocante à entrada do século XX, com relação aos anos que antecedem as implantações das primeiras campanhas de prevenção e erradicação do alcoolismo promovidas pelo Estado, esse crescimento ainda se mostrou acentuado. Identificamos entre os anos de 1900 e 1909 um total de 5.289 ocorrências, ou seja, um aumento de 20 vezes com relação ao que foi observado durante os anos de 1870 e 1879. Isso também nos apontou para uma afirmação já levantada, a saber, a forte preocupação com o futuro da nação tendo em vista o aumento dos desvalidos, que não mais encontravam facilidades em serem absorvidos nas lavouras e acabavam engrossando as fileiras dos desocupados urbanos. Esse cenário, conforme demonstrou Chalhoub (2017), impunha temor entre os grupos ilustrados, particularmente, aos agentes envolvidos com as esferas políticas e que se viam e se projetavam enquanto guardiões legais da moralidade e da salubridade, pois receavam que os desvalidos e desocupados se entregariam aos “vícios” e à criminalidade.

Ainda com relação aos dados relativos aos anos de 1900 e 1909, interessou-nos perceber a continuidade por parte da elite letrada no debate sobre o alcoolismo, algo que será ainda mais acentuado na década seguinte, momento em que o Estado Republicano colocou em prática as campanhas sanitaristas, fazendo da sociedade um laboratório, em que experimentos em humanos e em grupos eram feitos (MAIO; SANTOS, 1996). Não adentramos neste estudo na discussão sobre a emergência das campanhas de prevenção e erradicação do alcoolismo, pois acreditamos que essa temática merece uma atenção especial em estudos subsequentes, por ora examinamos a construção da memória coletiva e a circulação das representações sociais do alcoolismo a partir da imprensa médica e religiosa, no período em que a luta antialcoólica estava sendo gestada.

Lançamos como um dos nossos pressupostos, a ideia de que, as discussões em torno do alcoolismo, especialmente sobre os danos físicos, morais e sociais, propagados pela imprensa médica e religiosa, foram cruciais para as definições das pautas de pesquisa, para as agendas do Estado em promover a erradicação dos signos do atrasado e alcançar o tão almejado e inatingível ideal de “progresso” que estava em constante processo de mudança; a consequência desse debate público, foi a construção no imaginário social de um otimismo em torno da reforma sanitarista, capaz de fazer desaparecer tudo o que fosse indesejado, inclusive os “males da raça”. Consideramos agora a repercussão das ideias trazidas à tona pelo movimento da temperança e como as mesmas foram recepcionadas, apreendidas, adaptadas e utilizadas no contexto brasileiro.

2.5 Os ecos do movimento da temperança no Brasil e as políticas proibitivas

O movimento da temperança surgiu em meados do século XIX e propunha a proibição da produção, transporte, venda, importação e consumo de substâncias alcoólicas. Surgido nos Estados Unidos, por iniciativa de setores rurais tradicionais, e, rapidamente endossado por alguns segmentos religiosos, o movimento da temperança alastrou-se para diversas partes do mundo, sendo os seus ecos sentidos no Brasil. Nosso objetivo com o exame da introdução das ideias neste movimento no Brasil foi demonstrarmos o papel do alcoolismo e da luta antialcoólica na construção da nação.

De acordo com Henrique Soares Carneiro (2015), as ideias proibitivas sobre o uso imoderado de determinadas substâncias psicoativas, dentre elas o álcool, começaram a ser gestadas em fins do século XVIII, contudo, foi durante o início do século XIX que se construiu em torno desses valores uma aura enquanto movimento, ou melhor, cruzada antialcoólica. Ainda de acordo com o pesquisador, o maior problema era que o paradigma biomédico hegemônico reduziu os conhecimentos sobre uso do álcool, qualificando seu consumo rotineiro e excessivo enquanto uma patologia, o que acabou deixando de lado os significados históricos e culturais a respeito das práticas de consumo.

Uma das conquistas do movimento da temperança foi a aprovação da 18ª Emenda à Constituição dos Estados Unidos, aprovada em 1919, estabelecendo a proibição em 29 estados, vigorando pesadamente na forma de Lei Seca, entre os anos de 1920 e 1933. Carneiro (2010) demonstrou a forte influência do pensamento religioso em torno do movimento, especialmente das religiões protestantes, argumentando que o movimento pela abstinência nasceu em uma vertente do protestantismo britânico e estadunidense, contudo, chamou atenção para a inserção de grupos não religiosos, a exemplo dos médicos, tendo esses profissionais se tornado referências ao movimento. Ainda segundo Carneiro (2010), o combate ao consumo excessivo de substâncias alcoólicas, cuja defesa assentava-se na abstinência, contava com diversas vertentes consultivas, sendo que o movimento da temperança que se popularizou no Brasil, baseando, sobretudo, na condenação religiosa, em que o consumo excessivo era considerado um pecado bíblico.

Com relação ao surgimento das políticas proibitivas em torno do álcool, segundo Luci Mara Bertoni, Angela Fernandes Machado Viana e Williane de Fátima Vieira Batista (2019), historicamente, os usos das substâncias psicoativas só entraram no radar da saúde pública, em nível global, durante o século XX, com o surgimento de leis proibindo o consumo.

Localmente, no Brasil, as primeiras medidas proibitivas com relação ao consumo, venda e fornecimento de bebidas alcoólicas a terceiros, aparecem no Código Penal de 1890, aprovado durante os primeiros anos do regime republicano. Todavia, encontramos, mesmo que espaçadamente, medidas proibitivas, em códigos de posturas que haviam sido aprovados ainda durante o período imperial, nas quais as desordens públicas se destacavam enquanto um problema que urgiam medidas enérgicas por parte das municipalidades. Vale ressaltar que o uso imoderado de substâncias alcoólicas era considerado como uma das grandes motivações para a eclosão de desordem pública.

Para Eliana Sales (2010), a compreensão sobre os benefícios e danos acerca das bebidas alcoólicas, nunca foi um consenso por parte da elite econômica, muito menos entre médicos, religiosos, políticos e intelectuais. Isso porque,

[...] o alcoolismo interpõe-se em meio a um discurso divergente que oscilava entre uso terapêutico e a nocividade das bebidas alcoólicas. Essa é uma particularidade interessante nos discursos sobre o consumo de álcool, quer seja médico, religioso, filosófico, político e econômico, a aparente falta de nexos ou de lógica em que situa o objeto em questão, que se inscreve na ambivalência entre remédio e veneno, prazer e desprazer, moderação e excesso. (SALES, 2010, p. 180).

A autora supracitada sinalizou para a necessidade de refletirmos sobre a complexidade existente nos significados sociais disponíveis em torno do consumo da bebida alcoólica no Brasil, com base no recorte temporal entre a passagem dos séculos XIX ao XX, pois o reconhecimento e a adoção das medidas de tratamento e controle estavam implicadas em valores assimétricos, cujas sanções que vinham sendo construídas e adotadas, em última instância, visavam proibir o consumo entre os sujeitos pertencentes a grupos sociais específicos. Sales (2010) advertiu que as medidas tinham como alvos as camadas mais pobres da sociedade, sendo que o uso de determinadas substâncias consideradas de alto teor de toxicidade – a exemplo da cachaça e do absinto – associado a todos os estigmas étnico-raciais, de gênero e classistas. Ainda nos lembrou que, para os alienistas do século XIX, movidos pela crença de que o consumo de bebidas alcoólicas provocaria a deformação física do cérebro, seria um indício da degeneração mental, logo os consumidores deveriam ser “[...] examinados, controlados, classificados, afastados e isolados dos focos de contaminação demonstrando claramente seu desejo de intervencionismo político e de fornecer estratégias de controle para problemas sociais” (SALES, 2010, p. 182).

Apontou também para o fato de que, já em fins do século XIX, o movimento da temperança havia conseguido elevar os preços sobre a produção e o comércio das bebidas

alcoólicas em países, como, Alemanha, Bélgica, Estados Unidos, França e Inglaterra, o que não foi percebido com relação ao Brasil, onde inexisteram medidas semelhantes (SALES, 2010).

No Brasil, a recepção das ideias da temperança adentrou o imaginário social a partir da literatura francesa que, segundo levantamentos estatísticos, experimentações e relatos clínicos, publicados na imprensa local na forma de estudos ou reportagens reproduzidas na íntegra ou em fragmentos, sinalizavam para o alastramento do alcoolismo e para os prejuízos materiais e para os riscos à saúde da população.

De fato, entre nós, a quase inexistência de medidas legislativas durante quase todo o Oitocentos, não impediu que a condenação se operasse em nível mental, pois, o terror que era expresso a partir dos relatos médicos ou a partir dos ensinamentos que eram dirigidos aos fiéis por parte dos agentes religiosos, já serviam para promover a exclusão social dos alcoolistas, considerados elementos deletérios à raça, à família, aos princípios religiosos e ao corpo social.

A intervenção sobre o uso das bebidas alcoólicas aqui ocorre no final desse período tornando-se mais sistemática no início do XX, influenciada pelo alienismo francês e numa conjuntura caracterizada pela progressiva emancipação dos escravos e o crescente aumento das imigrações, pelo regime republicano e pela tentativa de elevar o país à categoria de “civilizado”. (SALES, 2010, p. 199).

Segundo as conclusões de Eliana Sales, a maior intervenção sobre o uso das bebidas alcoólicas obedece a duas razões: a partir das reformas urbanas das principais cidades brasileiras e pela adoção dos novos valores positivista acerca do trabalho. O que coadunou com os anseios e preconceitos partilhados pela nossa elite, interessada em embranquecer³⁹, sanear e reestruturar a nação.

Em uma busca pelos debates em torno da ideia da temperança nos jornais brasileiros, entre os anos de 1870 e 1909, constatamos uma intensa discussão envolvendo, inclusive, alguns jornais religiosos de orientação católica e periódicos médicos.

Tabela 8 – Quantificação das ocorrências do tema da temperança nos jornais brasileiros (1870-1909), 2023

Período	Número de ocorrências
1870-1879	547
1880-1889	761
1890-1899	773
1900-1909	916
Total	2.997

Fonte: Elaboração própria, 2023.

³⁹ Em seu estudo **O pacto da branquitude**, Cida Bento (2020) afiançou que a ideia do branqueamento social decorria dos anseios políticos, econômicos e culturais das elites brasileiras em se vingar dos africanos, afro-brasileiros e indígenas ameríndios, especialmente, após as políticas de fim da escravidão. Neste sentido, o racismo científico, associado as políticas de incentivo à imigração, serviram para reforçar os estereótipos negativos contra os povos e populações marginalizados e historicamente explorados.

Algo que deve ser salientado é que essa era uma discussão de contorno nacional com um forte número de adeptos. Ao realizamos uma leitura panorâmica, observamos que, dentre os principais argumentos utilizados, apareciam o comentário positivo sobre o modelo repressor de determinados países, a apologia ao controle mais rígido com relação a produção e distribuição, a fim de evitar falsificações e as referências aos dados estatísticos sobre o aumento numérico dos encarcerados e da diminuição das taxas de criminalidade e violência urbana, onde essas medidas haviam sido adotadas.

Na figura seguinte apresentamos um modelo do suposto “continuísmo repressor e ascensão punitiva” do alcoolismo, todavia, consideramos ser esse um modelo simplista, uma vez que desconsidera as medidas adotadas localmente – de âmbito municipal e/ou estadual – além de não incluir as ações de intervenção que eram adotadas nos hospitais, hospícios e cárceres – ações essas que muitas vezes fugiam às regras gerais previstas em leis.

Figura 1 – Representação das hipóteses do continuísmo repressor e da ascensão punitiva

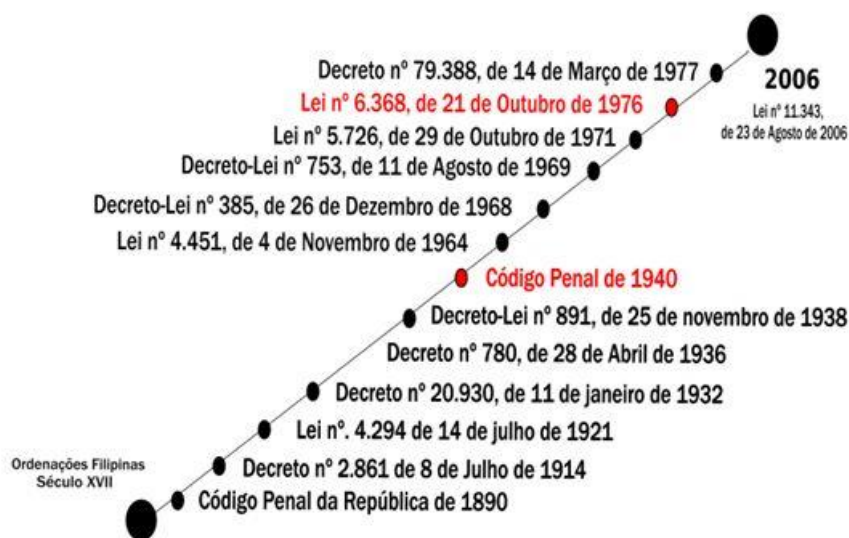


GRÁFICO 1 - Hipótese do continuísmo e da ascensão punitivista

Fonte: Reproduzido do estudo de Carlos Eduardo Martins Torcato, 2016.

Para Carlos Torcato (2016), no Brasil, ao longo de sua história, a proibição não seguiu uma curva ascendente, pois o sistema proibicionista não é um modelo único, coeso e construído ao longo do século XX, com uma crescente ordem punitiva. O autor divide a história da proibição em cinco distintos marcos temporais e paradigmáticos: o liberalismo (1824-1902), o proibicionismo federalista (1904-1932), o proibicionismo centralista (1932-1964), o

proibicionismo punitivista (1964-1999) e a crise do proibicionismo (2006-2016). Seu esquema explicativo para a construção das agendas e programa proibicionistas, desconsidera os pressupostos do **continuismo repressor** e da **ascensão punitiva** (representado na imagem anterior), pois segundo ele, essas explicações não nos permitem perceber as particularidades de cada sistema de controle, suas regras culturais e seus respectivos tempos históricos.

Segundo sua explicação, a política sobre as drogas, no Brasil, nunca se apresentou como uma ascensão da “guerra às drogas”. Para Carlos Torcato, até 1940, a proibição estaria voltada para garantir a gerência do médico sobre as prescrições do uso, a fim de racionalizar o consumo e evitar o abuso; e em um segundo momento, a partir de 1950, as leis passariam a privilegiar os fármacos químicos e industriais em detrimento das antigas drogas de uso popular. Contudo, sua explicação não nos parece totalmente convincente, pois, resguardando todo o esforço de pesquisa em sumariar as diversas legislações sobre produção, comércio e consumo de drogas, desde o período colonial até o século XXI, sua síntese explicativa acabou por construir uma história da proibição fragmentada em recortes temporais, marcos políticos e legislatórios, e paradigmas não cambiáveis.

Ao nosso ver, na tentativa de criticar um certo evolucionismo na leitura sobre o proibicionismo brasileiro, a explicação de Carlos Torcato (2016), mesmo coerente com os seus anseios de pesquisa, acabou por produzir uma hipótese esquemática e segmentada. Concordamos com o pesquisador acerca da incompatibilidade dos pressupostos da **continuidade proibitiva** e da **ascensão punitiva** para explicar o surgimento e o desenvolvimento das leis proibitivas e apreciamos seu cuidado em chamar à atenção para as especificidades locais, socioculturais e históricas. Entretanto, acreditamos que a história do proibicionismo no Brasil é marcada por uma mescla de vozes dissonantes, de fluxos e refluxos quanto à adoção de medidas punitivas, continuidades e permanências nas visões negativas acerca das substâncias e seus consumidores, bem como, por uma polissemia cognitiva que não a permite ser apreendida em esquemas, estruturas, quadros ou recortes temporais acerca da evolução da luta antialcoólica.

Acreditamos que as investigações sobre a luta antialcoólica e a história da proibição devem continuar sendo feitas a partir do estudo de sua genealogia e do desenvolvimento de seus paradigmas explicativos e marcos temporais, espaciais, científicos e legislativos, nas quais, os interesses mercadológicos, políticos, médicos, filosóficos etc. possam ser compreendidos de forma dialógica e não excludentes ou inconciliáveis. Por isso, insistimos na ideia de que a discussão antialcoólica se acentua no Brasil a partir dos anos de 1870 e que é precisamente durante este mesmo período que são gestadas algumas das principais ideias encampadas pela

luta antialcoólica, surgida simultaneamente às transformações sociais pelas quais passavam a sociedade brasileira, não sendo possível estabelecer com precisão o momento exato de eclosão do movimento.

A fim de nos afastarmos de quaisquer tentativas de construção de esquemas explicativos, recorreremos às concepções de representações sociais, segundo Serge Moscovici (2015), a fim de compreendermos a polifasia cognitiva em torno do conceito de alcoolismo, para analisarmos daí os múltiplos usos e significados que foram feitos pelos cientistas e intelectuais envolvidos com a imprensa entre fins do século XIX e início do XX. Esperamos com isso, compreender melhor como o beber excessivo se transformou em “doença”, como se deram suas aplicações por parte dos saberes médicos e criminais e as adoções de medidas de controle que visavam salvaguardar o indivíduo e sua capacidade produtiva, e assim promover o “progresso” material e espiritual da nação que, naquele momento, buscava se inserir no rol das nações “civilizadas” e que para isso precisou construir uma memória social em torno de si em oposição ao que havia sido até aquele momento.

De fato, nosso estudo não versou sobre o proibicionismo em si ou sobre o consumo das substâncias entre a população brasileira na passagem do XIX ao XX, nosso objetivo foi perceber o papel do alcoolismo na construção da identidade nacional – visto enquanto elemento deletério da raça, entrave ao “progresso” e patologia social a ser erradicada – e a emergência da luta antialcoólica como sintoma de novos tempos. Essa importância dada pelos cientistas, políticos e intelectuais à erradicação do alcoolismo, proporcionou um intenso debate público, com forte repercussão na produção literária, especialmente, no jornalismo, colocando em circulação diversas representações sociais que nos propicia entrever quais eram os projetos nacionais que estavam sendo pensados para o país e para sua população. Não devemos perder de vista o papel pedagógico representado pela imprensa e por seus envolvidos, bem como seus respectivos projetos políticos, que nos permitem examinar com mais acuidade o imaginário social de um Brasil em transformação.

Assim, o proibicionismo é um fenômeno social que interessa ao estudo de nossa sociedade, especialmente por afetar diretamente a vida cotidiana da população. As nossas convicções são de que ele representou entre nós, na passagem do XIX ao XX, uma tentativa interna de se alinhar aos valores sociais do dito “mundo civilizado”, significando mais uma das estratégias políticas adotadas pelas elites em busca da modernização e do progresso, o que trouxe enormes prejuízos para a vida dos sujeitos comuns, que tinham no consumo de bebidas alcoólicas suas únicas possibilidades de lazer e distração frente às agruras da vida e, ao mesmo tempo, a continuidade da exclusão social, a perseguição e a criminalização de grupos sociais

específicos, a exemplo dos ex-escravizados, considerados indesejados pelas elites econômicas e políticas⁴⁰.

Argumentamos que a discussão em torno do alcoolismo e a cruzada antialcoólica promovida por médicos e agentes religiosos, ocorreu simultaneamente ao processo de transformação das bases socioculturais: entre esse período, assistimos às mudanças no perfil econômico e nas forças produtivas, mudança de protagonismo econômico entre as regiões, alteração do produto de exportação, o fim do regime escravista e o aumento da imigração estrangeira. Além dessas mudanças, as cidades litorâneas que outrora serviam enquanto portos para o desembarque de escravizados e imigrantes e para o escoamento da produção para o mercado internacional, começavam a despontar enquanto centros de grande concentração populacional e onde havia ofertas de serviços inexistentes nas regiões interioranas, sediando também instituições científicas e intelectuais que compunham a cena cultural. Houve, durante esse período, uma intensificação na crítica ao sistema imperial, sendo que o seu ocaso permitiu a emergência do regime republicano, de orientação federalista, culminando, no que se pretendia ter sido a criação de um Estado laico⁴¹. No cerne dessas mudanças, o uso excessivo e rotineiro de bebidas alcoólicas, passou a ser controlado a partir dos dispositivos presentes no marco legal de 1890⁴², nos quais o consumo público, a venda e a distribuição poderiam configurar enquanto crime, podendo o infrator ser encarcerado e sofrer sanções econômicas na forma de pagamento de multas, algo novo para o sistema jurídico brasileiro.

Segundo Chalhoub (2001; 2017), no Brasil, a criminalização da vadiagem e da ociosidade, presentes nas diversas medidas de controle social e nos projetos de remodelação urbana, representavam a continuidade da perseguição, exclusão e expiação social contra os

⁴⁰ Segundo Sidney Chalhoub (2017), a luta antialcoólica no Brasil durante a passagem do XIX ao XX apresentava uma enorme ambiguidade, pois, o combate às endemias tropicais, a exemplo da malária e da febre amarela ganhou uma enorme atenção por parte dos sanitários ao ser considerados males que afetavam diretamente a saúde e a produtividade dos imigrantes, enquanto que outras doenças, como, por exemplo, a tuberculose, doença associada aos vícios e que mais afetava a saúde da população africana e afro-brasileira, não despertava o mesmo interesse. Esse descaso não era desinteressado, pois, havia setores da sociedade que compartilhavam da ideia de que, os males que afetavam os “pretos” brasileiros concorreriam para a embranquecimento do país.

⁴¹ Nossa oposição ao pressuposto da criação de um Estado laico, a partir da Proclamação da República (1889), decorre do fato de que o processo de mudança do regime político, mesmo destituindo a Igreja Católica de muitos de seus privilégios e prerrogativas políticas, não permitiu a abertura às diversas outras religiões e cultos de origem não europeus. Assim, o republicanismo que ascendeu ao poder, composto majoritariamente por agnósticos e ateus, rapidamente perdeu espaços e cedeu o controle das esferas de poder aos agentes e grupos religiosos, permitindo a acomodação de partidários do catolicismo e do protestantismo.

⁴² Referimos, particularmente, à aprovação do Código Civil de 1890, elaborado e sancionado pelo governo federal, sob condução do Marechal Deodoro da Fonseca, em que aparecem os primeiros dispositivos jurídicos, de âmbito nacional, criminalizando o consumo excessivo, rotineiros e público de substâncias alcoólicas. Especialmente, o uso imoderado, cujo desfecho acarretasse episódios que atentavam contra a ordem pública, o decoro e a integridade física de terceiros; e, a dilapidação do patrimônio público ou privado.

pobres, pretos, mestiços e imigrantes pobres, considerados os párias da sociedade e o *continuum* do atraso que se queria superado.

Em nossas considerações com relação ao proibicionismo e o peso do movimento da temperança na adoção de medidas de controle e punição, tornam-se indispensáveis observarmos e prestarmos atenção no protagonismo desempenhado pelos agentes religiosos e médicos em popularizarem o alcoolismo como sendo um dos mais danosos entraves ao projeto de modernização nacional. Contudo, acreditamos, com base na análise da imprensa médica e religiosa, que a condenação, no Brasil, sempre esteve relacionada às substâncias e aos seus consumidores, com prejuízo para determinados grupos, especialmente aqueles marginalizados socialmente e estigmatizados a partir da cor de sua pele e de suas classes sociais.

Na seção seguinte discutimos o arcabouço teórico-metodológico que orientou nossa análise do conjunto documental levantado, de modo a demonstrarmos a relevância e a pertinência da investigação histórica sobre o surgimento do movimento antialcoolista no Brasil, em fins do século XIX e início do seguinte, tendo como referências as teorias da Sociologia e da Psicologia Social, apontando para as dimensões multi e interdisciplinares nas quais nos baseamos. Assim sendo, julgamos indispensáveis as discussões sobre os fundamentos epistemológicos das teorias da Memória Coletiva e da Teoria das Representações Sociais.

3 MEMÓRIAS, REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E JORNALISMO IMPRESSO

Em se tratando de uma investigação nos campos da Memória Coletiva e das Representações Sociais, acreditamos que ambas as teorias carecem de definições, neste momento, a fim de melhor situarmos os(as) leitores(as) no percurso epistemológico que decidimos trilhar nesta jornada. Dessa forma, buscamos resgatar algumas das definições, conceitos e discussões que embasaram os teóricos que estiveram envolvidos nesses estudos, para dessa forma circunscrevermos o jornalismo impresso como meio de comunicação, no qual as memórias e representações sociais em torno do alcoolismo circulavam e alcançavam um público cada vez maior.

O alcoolismo, em fins do século XIX e início do século XX, havia se tornado um tema largamente debatido e muitas das vozes envolvidas com essa discussão se utilizavam da imprensa enquanto um dispositivo pedagógico de conscientização da população, partindo de suas memórias e representações sociais sobre os alcoolistas. A partir da década de 1870, novas formas de produção dos impressos possibilitaram a diminuição dos custos de confecção, o que acabou afetando também no preço final que esses jornais chegavam ao público consumidor.

Nossa proposta aqui foi demonstrarmos a sintonia entre as referidas teorias e o protagonismo da imprensa na emergência da luta antialcoólica no Brasil, tomando como base apenas os jornais religiosos e médicos, mesmo reconhecendo haver durante o período do nosso estudo, diversos outros setores envolvidos no enfrentamento ao alastramento do alcoolismo. Outro passo importante foi apresentar as categorias analíticas desta pesquisa, tendo por base o conjunto de crônicas selecionadas.

3.1 Epistemologia da Memória Coletiva

Ao investigarmos a conformação da memória coletiva, torna-se necessário recuperar o percurso pelo qual esta teoria passou, especialmente, suas matrizes epistêmicas. De fato, uma das inspirações do sociólogo Halbwachs (1925 [1990]) foi Émile Durkheim (1858-1917), figura de destaque na academia francesa, sobretudo, pelo seu protagonismo em qualificar as representações enquanto um fenômeno social e por erigir as bases da moderna Sociologia.

Para o pesquisador Carlos Augusto Sousa Dantas (2020, p. 69):

Ao defender a noção de representações coletivas, Durkheim ([1924] 1970) advogava certa independência da sociologia em relação à psicologia individual para o estudo das representações, uma vez que esta última reduzia

o entendimento da estrutura representacional a um acontecimento puramente orgânico.

Durkheim não desconsiderou o papel do organismo biológico no processo de elaboração das representações, o que tentou fazer foi estabelecer uma distinção entre o corpo biológico e o corpo social. Para Dantas (2020), a relativa independência e exterioridade das representações em relação à sociedade guarda em si uma dependência mútua, uma vez que as representações dependem da sociedade para se estabelecer ao passo que a sociedade é forjada a partir das representações que são elaboradas coletivamente. Segundo o pesquisador, ainda que não se situe na esfera da individualidade, as representações coletivas dependem dos indivíduos para sua existência, indivíduos esses que estão localizados no interior dos diversos grupos existentes e que, concomitante, fazem parte de diversos grupos (DANTAS, 2020).

Consoante Janderson Carneiro de Oliveira e Luci Mara Bertoni (2019), foi a partir do pensamento durkheiminiano que, em meados da década de 1920, Halbwachs problematizou o papel da memória coletiva na conformação das práticas sociais e comunitárias. Segundo os investigadores, Halbwachs percebeu cedo que a memória assume um papel central na vida coletiva, tal como observou Serge Moscovici ao elaborar a teoria das representações sociais.

Consideramos também que representações coletivas e consciência coletiva são termos intercambiáveis e dialógicos, cujos usos não apresentam problemas quanto as suas interpretações, pois as representações coletivas e a consciência coletiva são resultantes das sínteses que são operadas a partir das interpretações que são feitas no interior dos diversos grupos de sociabilidade (família, igreja, agremiações políticas etc.). Nesse sentido, a memória coletiva desempenha um papel importante na elaboração e na transmissão das representações, pois, “[...] a memória não pode ser concebida como um algo meramente biológico, mas como um fenômeno que se alia, portanto, à dimensão do vivido e com as experiências vividas” (OLIVEIRA; BERTONI, 2019, p. 247).

Segundo Halbwachs ([1950] 1990), ocorre de frequentemente atribuímos a uma recordação particular a origem daquela memória, desconsiderando o papel desempenhado pelas experiências vividas pelos outros e pelos nossos grupos de referências. Assim sendo, tratar da memória enquanto um fenômeno coletivo é, pois, percebermos nos quadros sociais a gênese da nossa consciência e racionalidade. No caso em análise, a memória coletiva dos médicos e agentes religiosos eram formadas a partir de seus quadros sociais, nos quais estavam envolvidas filiações políticas, partidárias, religiosas e epistemológicas; além dos condicionantes geracionais, dos pertencimentos de classe e categoria profissional.

Quantas vezes exprimimos então, com uma convicção que parece toda pessoal, reflexões tomadas de um jornal, de um livro, ou de uma conversa. Elas correspondem tão bem a nossa maneira de ver que nos espantariamos descobrindo qual é o autor, e que não somos nós. (HALBWACHS, 1990, p. 47).

Contudo, nem todos os sujeitos detêm o ferramental teórico necessário para compreender essa origem comum das ideias, gestadas nos seios dos nossos grupos de pertencimento. Como demonstrado por Oliveira e Bertoni (2019), foi a partir da ideia de consciência coletiva, que Halbwachs problematizou a memória coletiva, com base nos quadros ou contextos sociais de referências, ou em outras palavras na concretude, permitindo assim preencher as lacunas existentes na sociologia durkheimiana.

Partindo dessa concepção, em consonância com Halbwachs (1990), podemos estabelecer a memória individual em oposição à memória coletiva, contudo uma oposição dialógica, ou seja, não excludente, uma vez que:

No mais, se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apoiam uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que eu mantenho com outros meios. (HALBWACHS, 1990, p. 51).

Com relação aos sentidos que atribuímos aos fenômenos sociais que nos rodeiam, com base na mudança dos lugares que ocupamos no interior de um grupo, Halbwachs (1990, p. 51) nos fez observar que, “não é de admirar que, do instrumento comum, nem todos aproveitam do mesmo modo”. Com base nesta delimitação, encontramos diversas definições para as concepções de memória individual e coletiva, sendo possível depreendermos que: a memória é formada a partir da dualidade entre particular e coletivo; a memória individual é um ponto de vista ancorado na memória dos grupos de pertencimento; e a memória individual se altera na medida em que nos deslocamos no interior de um grupo ou nos deslocamos de um grupo ao outro.

Além dessas distinções que podem ser observadas na relação entre memória individual e coletiva, encontramos outros elementos que nos permitem compreender melhor como a sociedade atua na conformação do imaginário social. De acordo com Halbwachs, a memória coletiva está diretamente relacionada às tradições e aos costumes que são experienciados pelas gerações. Nesse sentido, as gerações trazem consigo elementos que são específicos do

pensamento social de sua contemporaneidade, contudo, nunca estão completamente alheios aos valores e regras que foram gestadas e transmitidas por aqueles que também os antecederam no tempo e no espaço. Neste sentido, os usos de os médicos e agentes religiosos operacionalizam com relação às referências clássicas, tanto da Medicina quanto do credo cristão, são resultado do processo de adequação do “velho” saber ao “novo”, tal como ocorre na Teoria das Representações Sociais.

Os nossos códigos jurídicos, as regras de comportamento, a linguagem que compartilhamos, as nossas maneiras de vestir, comer e se relacionar, mesmo que estejam severamente marcadas pelas inspirações que temos daquelas figuras que admiramos no presente, trazem elementos de outros tempos e lugares, cujas origens muitas vezes são de difíceis precisões. Esses elementos são constituintes dos quadros sociais da memória.

Desse modo, ao discutirmos as ideias que faziam parte da luta antialcoólica dos agentes médicos e religiosos envolvidos com a imprensa durante a passagem do século XIX ao XX, demonstramos como alguns dos valores que eram tidos como “modernos” faziam parte de uma longa tradição intelectual; de modo similar, muitas das noções que compartilhamos atualmente sobre o alcoolismo, fundamenta-se nas concepções médicas e religiosas que eram pactuadas pelos cientistas e “homens de letras” que nos antecederam no tempo e no espaço. De forma metafórica, Halbwachs (1990, p. 70) observou que “[...] não percebíamos que nossos avós estavam mais engajados no presente e, nossos pais no passado, do que o julgávamos”. Em outras palavras, podemos dizer que não percebemos como os intelectuais do passado se encontram presentes em nossas crenças atuais e como nossas convicções modernas situam-se em uma tradição da qual não temos se quer noção.

Para que a memória dos outros venha assim reforçar e completar a nossa, é preciso também, dizíamos, que as nossas lembranças desses grupos não estejam absolutamente sem relação com os eventos que constituem o meu passado. (HALBWACHS, 1990, p. 78).

De forma análoga, as convicções que partilhamos estão diretamente vinculadas aos grupos dos quais pertencemos e a memória coletiva desses grupos são estritamente ligadas às trajetórias de nossos antepassados. Por isso, falar hoje em riscos do alcoolismo à saúde pública, remete ao esforço dos intelectuais que estiveram presentes na patologização da dependência química e na cruzada antialcoólica que nos deparamos ao examinar os jornais médicos e religiosos. Essa memória compartilhada, mesmo que afastada no tempo e no espaço, carrega em seu bojo alguns dos elementos que não desapareceram, mas que estão revestidos de novas

roupagens. Todavia, não devemos desconsiderar que o próprio tempo está revestido de uma memória social.

Durkheim não deixou de observar que um indivíduo isolado poderia, a rigor, ignorar o tempo que se esvai, e se achar incapaz de medir a duração, mas que a vida em sociedade implica que todos homens se ajustem aos tempos e às durações, e conheçam bem as convenções das quais são o objeto. É por isso que existe uma representação coletiva do tempo [...]. (HALBWACHS, 1990, p. 90).

Essa concepção, mesmo que atualizada, carrega em si a especificidade do tempo, como observados com Henri Bergson, ao qualificar o presente como uma virtualidade que aglutina diversas temporalidades: presente-passado-futuro. Seguindo esta lógica, Halbwachs qualificou o tempo em duração pura (individual) e tempo comum (coletivo). O correr do tempo, assim como a alteração dos espaços, nossas posturas com relação aos fenômenos, as convicções que temos acerca das ciências, da fé, da vida, todas essas concepções estão envoltas de elementos que trazem em si dados de um presente vivo e de um passado que jamais deixou de existir, assim como de um porvir.

Nessa perspectiva, memória coletiva não se configura como uma mera expressão do passado, mas uma (re)construção coletiva desse passado elaborado por indivíduos inseridos em uma coletividade [no presente]. Esse processo se concretiza por meio de processos de seleção, nos quais eventos passados, possivelmente ocorridos em determinados grupos, mais duradouros, são conservados, ao passo que eventos que aconteceram em grupos com poucos laços afetivos podem se perder com o decorrer do tempo. Este, por sua vez, consoante ao pensamento do discípulo durkheimiano, se caracteriza por uma dimensão temporal que se encontra nos quadros sociais da memória, pensados por Halbwachs como objetos sociais, instituições, imagens etc., ao enfatizar a natureza dessas construções em diversos grupos sociais, a exemplo das famílias e da religião. (OLIVEIRA; BERTONI, 2019, p. 251).

Retomando a discussão sobre as diferenças existentes entre consciência individual e coletiva e memória individual e coletiva, observamos um amadurecimento do pensamento sociológico com relação à influência da sociedade sobre as trajetórias dos particulares. Em outras palavras, os estudos halbwachianos nos permitiu estabelecer uma interpretação sociológica da memória a partir da interação entre as gerações, as diversas temporalidades, os grupos de sociabilidade e a individualidade, mesmo que esta última seja vista enquanto um reflexo de um projeto maior que envolve a existência de diversos grupos.

Dentre os fundamentos da teoria da memória coletiva, destacamos a ênfase dada aos quadros sociais da memória, especialmente a língua falada, a família, a igreja, as agremiações políticas e os grupos de sociabilidade intelectual. São esses grupos que constroem

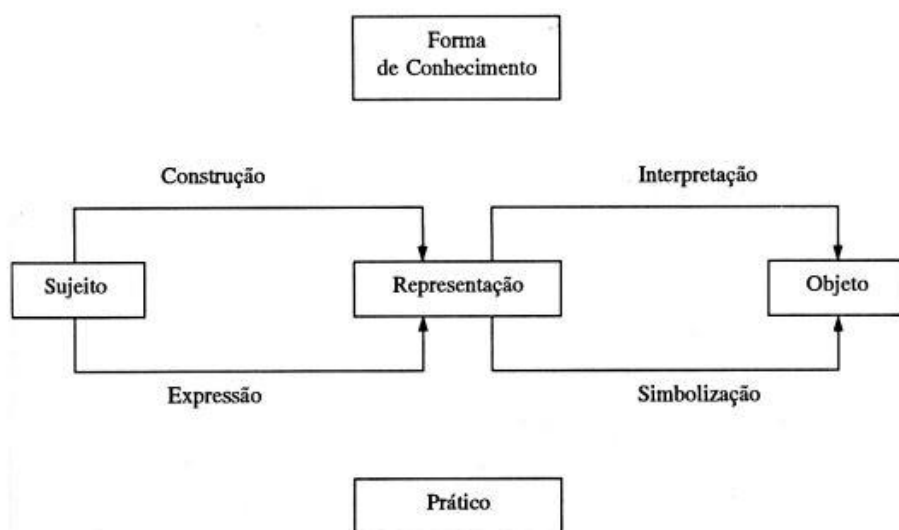
conjuntamente uma determinada memória coletiva, a exemplo da luta antialcoólica no Brasil de fins do século XIX e início do século XX. Conforme observamos nos documentos analisados, sobretudo, nas crônicas, os intelectuais religiosos e profissionais da saúde, bem como diversos outros setores organizados da sociedade, se viam e se representavam enquanto agentes de uma cruzada antialcoólica. Essa autopercepção só foi possível graças aos grupos de pertencimento e aos quadros sociais aos quais estavam inseridos.

Todavia, as representações criadas acerca do alcoolismo e dos alcoolistas seguiam orientações diversas, por isso tornou-se necessário discutirmos como as representações são gestadas e como elas circulam dentro dos grupos de pertencimento e na coletividade, cuja imprensa desempenha um papel significativo para circularidade das ideias.

3.2 A teoria das representações sociais: contribuições de Serge Moscovici à Psicologia Social e às Ciências Sociais e Humanas

Conforme apresentado por Angela Maria de Oliveira Almeida, Maria de Fátima de Souza e Zeidi Araújo Trindade (2014), uma das transformações operadas pelo aparecimento da teoria das representações sociais foi romper com o pensamento ahistórico que existia no campo da Psicologia Social. Segundo as pesquisadoras, as contribuições de Moscovici permitiram a abertura de novos campos de pesquisa, a exemplo das representações sociais sobre as doenças, como discutimos mais adiante; outro ponto importante foi a abertura aos pesquisadores oriundos de outros campos disciplinares.

Figura 2 – Representação do campo de atuação da teoria das representações sociais



Fonte: Reproduzido de Mary Jane Spink (1993).

Como é possível observamos a partir da imagem acima, a teoria perpassa por zonas de estudos e mecanismos psicossociais, dos quais nos é possível ampliarmos nossa compreensão sobre diversos elementos da sociedade que conformam as nossas representações sociais. Vemos também um afastamento, não por acaso, da acepção “prático”, e sim intencional. A teoria das representações, como demonstrada pelo próprio Moscovici, não está interessada *a priori* em compreender como os indivíduos agem no/em seu cotidiano, interessa a esta teoria examinar como a sociedade elabora e transmite suas representações de si, do eu, do outro e dos fenômenos que nos rodeiam.

Pensar a teoria das representações sociais, associada à sua gênese no campo da Psicologia Social, nos leva a perceber as transformações que foram realizadas dentro do próprio campo de investigação. Como discutido por Mary Jane Spink (1993), Moscovici acabou por construir uma teoria que nos permite uma associação entre indivíduo e sociedade, que estava ausente nas diversas correntes que vigoravam, tanto no campo da Psicologia Social quanto de outras áreas disciplinares das Ciências Sociais e Humanas.

Desse modo, é um referencial preocupado em investigar como o pensamento é elaborado a partir de nossas representações e como damos significados aos questionamentos, saberes e fatos que são elaborados coletivamente.

Moscovici reconhece amplamente que, ao enfatizar o poder de criação das representações sociais, acatando sua dupla face de estruturas estruturadas e estruturas estruturantes, inscreve sua abordagem entre as perspectivas construtivistas. Inscreve-a, entretanto, no movimento maior, aqui denominado terceiro movimento das teorias do conhecimento. (SPINK, 1993, p. 303).

De fato, a teoria das representações sociais significou um novo tempo para o campo da Psicologia Social, haja vista o engajamento de Moscovici com as transformações que estavam sendo processadas no seio da sociedade europeia. Recuperando a trajetória intelectual deste pesquisador, Rafael Moura Coelho Pecyl Wolter (2014) afiançou que, um dos objetos que mais chamava atenção de Moscovici no início de suas produções científicas eram as multidões apaixonadas e engajadas nas lutas políticas, contudo, “Moscovici não vê a racionalidade unicamente no indivíduo”. O intelectual romeno, radicado francês, estava mais interessado em compreender como os comportamentos individuais e coletivos eram resultantes de uma consciência social, marcada por uma psicologia comum aos sujeitos (MOSCOVICI, 1971).

El psicólogo no puede escapar a las presiones, a las exigencias y a las limitaciones de la colectividad en que actúa, de la categoría social de la que proviene. Si algunos individuos por razones políticas o morales se apartan o

las esquivan, otros toman su lugar y se someten a ellas. (FAUCHEUX; MOSCOVICI, 1971, p. 74).

Como demonstrado no trecho acima, Moscovici estava fortemente comprometido com os valores políticos e advertia aos psicossociólogos a prestarem atenção às ideias correntes nos seios das sociedades por eles investigadas.

Segundo Wolter (2014), as representações sociais são um mecanismo epistemológico no qual pudemos perceber a atuação das ideias e o poder dos meios de comunicação, como construtores de uma racionalidade social.

Para João Fernandes Rech Wachelke e Brigido Vizeu Camargo (2007, p. 379),

[...] a articulação de níveis de análise em estudos sociopsicológicos fornece uma compreensão mais ampla dos fenômenos de interação social e permite uma maior cobertura dos estudos orientados por teorias sociopsicológicas específicas. A teoria das representações sociais é uma forma sociológica de psicologia social, contextualizada numa perspectiva europeia com ênfase no estudo das relações intergrupais e numa abordagem cultural e societal dos processos sociopsicológicos.

Os autores concordam que Moscovici acabou por solucionar um problema historicamente identificado pelos seus antecessores, que criticavam a Psicologia Social e a Sociologia, por terem perdido de vista os sujeitos que faziam parte daquelas sociedades que eles supostamente examinavam. Desse modo, buscou resgatar os sujeitos comuns, seus modos de pensar, problematizar e se apropriar daquelas concepções que eram formadas pelos detentores e praticantes dos saberes científicos. Assim sendo, interessou ao psicólogo social a elaboração e circulação das interpretações que eram feitas no senso comum.

Há que se levar em consideração que as pessoas não se orientam por uma única representação social frente a um dado objeto social, mas potencialmente por tantos quantos sejam os grupos de que os indivíduos tomam parte. Evidentemente, algumas dessas representações mostram-se mais pertinentes ao se levar em conta que algumas pertencas grupais gozam de maior valoração por parte do indivíduo de que outras. Parece razoável supor que uma representação social torna-se relevante para um indivíduo, sobretudo quando a pertença grupal correspondente à representação lhe seja saliente. Um aspecto da teoria das representações sociais que justifica a execução de estudos é o da conjugação das teorias do senso comum com o funcionamento cognitivo individual, para verificar se, efetivamente, e em que condições, as pessoas orientam se por representações de diversos grupos em situações de ativação diferencial das pertencas grupais. (WACHELKE; CAMARGO, 2007, p. 387).

Uma das inovações trazida pela teoria moscovicianiana foi restituir o pensamento popular ou senso comum, como detentor de uma racionalidade específica, não mais ou menos elevada que a racionalidade científica, mas que ocupava um mesmo patamar. Neste processo, tomando

como exemplo os agentes religiosos e os médicos envolvidos na cruzada antialcoólica, as representações sociais do alcoolismo eram conformadas a partir da junção de saberes biomédicos e de valores morais cristão, eugênicos, iluministas e positivistas.

O problema colocado diante do nosso objeto seria explicar como agentes médicos e religiosos poderiam ser tratados como sujeitos do senso comum, mesmo reconhecendo que eles estavam vinculados às mais destacadas instituições científicas e intelectuais da passagem do século XIX ao XX. Para esse questionamento, o próprio Moscovici nos fornece bases epistemológicas nas quais podemos responder a isso. Todos os sujeitos, inseridos em seus diversos grupos de sociabilidade, são sempre sujeitos atravessados pelo pensamento do senso comum. Desse modo, mesmo que agentes médicos e religiosos representem as vozes de instituições, ou seja, compõem os quadros do universo consensual, todos eles também estão inseridos nas dinâmicas das representações sociais que são elaboradas e que circulam no universo reificado (PHILOGENE, 2014; MORAES *et al*, 2019).

Uma das premissas da teoria das representações sociais é permitir alocar o que é estranho/novo no interior do imaginário de uma coletividade, ou em outras palavras, tornar o que é desconhecido em algo conhecido. Nesse sentido, Luci Mara Bertoni e Ana Lucia Galinik (2017, p. 102) observam a partir do estudo da obra de Moscovici que uma das principais funções do fenômeno das representações sociais é “convencionalizar” os objetos, pessoas ou acontecimentos, lhes dando forma e localizando em determinada categoria já existente. Ainda segundo as pesquisadoras, “[...] estamos todos envolvidos em imagens, linguagem ou cultura que são impostos por representações do grupo ao qual pertencemos”.

O processo de elaboração das representações sociais permite a transformação de um fenômeno desconhecido em um elemento familiar ao pensamento comum, sendo organizado por meio de dois processos específicos: ancorar e objetificar. Para Martha de Alba (2014, p. 521), o processo de ancorar, “[...] destaca o papel da memória social nas construções simbólicas que permitem ao homem contemporâneo compreender o mundo em que vive”, pois o novo precisa ser associado a algo que já é de conhecimento de uma coletividade.

Para Alain Clémence, Eva Green e Nelly Courvoisier (2014), o diferencial da teoria das representações sociais é descortinar o processo de ancoragem dos conhecimentos científicos entre o senso comum, pois

[...] o desenvolvimento da ciência, sua crescente importância na educação e difusão na sociedade contribuem para alimentar continuamente o senso comum com os novos objetos de representação, enquanto as fontes tradicionais do pensamento profano, como as religiões ou as mitologias, sufocam-se. (CLÉMENCES; GREEN; COURVOISIER, 2014, p. 239).

Segundo estes pesquisadores, não devemos ignorar o fato de que os saberes científicos também são um tipo específico de representações sociais, e como tal, são elaboradas a partir de um conjunto normativo específico. Desse modo, todos os sujeitos sociais, mesmo aqueles que estão situados nos postos de destaque, controle ou comando das instituições, a exemplo das religiosas e científicas, são produtores e transmissores de representações sociais.

Desse modo, podemos usar como exemplo a difusão dos saberes científicos em torno do alcoolismo, promovido pelos médicos e agentes religiosos brasileiros que estavam vinculados com os jornais que selecionamos enquanto corpo documental deste estudo. Ambos os grupos faziam parte de universos consensual e reificado, onde os saberes eram produzidos a partir do consenso entre seus pares, contudo, esses sujeitos eram provenientes de quadros sociais específicos, famílias de destaque na administração pública, lideranças religiosas, detentores de vultuosos capitais, partidários políticos, dentre outros. As contribuições que esses agentes trouxeram para a popularização dos saberes científicos sobre o alcoolismo, estavam atravessados pelo lastro de suas representações sociais, construídas e que circulavam em seus grupos de pertencimento.

Como demonstrado por Moscovici, para que as representações sociais acerca de um saber científico consigam penetrar no imaginário dos sujeitos comuns, torna-se necessário fazer circular suas representações por meio dos canais de comunicação, especialmente os veículos de comunicação de massa; a exemplo do que significava o jornal impresso na passagem dos séculos XIX ao XX, observamos que esse meio de difusão das representações sociais possibilitou uma popularização das ideias antialcoólicas que, em um primeiro momento, estavam restritas aos cientistas e intelectuais. Todavia, precisamos lembrar que “a difusão da informação não a conduz para sua recepção passiva” (CLÉMENCES; GREEN; COURVOISIER, 2014, p. 242), pois todos os difusores quanto os receptores foram e são formados por quadros sociais específicos, que lhes permitem acomodações e adaptações quanto ao conteúdo das representações sociais. Desse modo concluímos que, mesmo tendo acesso ao mesmo conteúdo das representações sociais, acabamos por ancorar e objetivar nossas representações segundo os quadros de referência que temos, ou em outros termos, a partir de nossa memória coletiva, por ser ela uma memória compartilhada no interior dos nossos quadros sociais.

Sobre esse tema, Clémences, Green e Courvoisier (2014, p. 243) notaram que, nos jornais católicos, o “senso de comunidade” que ligam autores e leitores “[...] implica que estes últimos esperam dos primeiros que eles os guiem na interpretação de informações novas ou estranhas, em particular no meio científico”. O mesmo pode ser estendido para os médicos e

seus leitores, uma vez que os primeiros assumiram o papel de pedagogos do sanitarismo e os leitores buscavam em seus jornais os ensinamentos que os levariam a uma vida mais salubre. As conclusões sobre isso se deram para Moscovici quando investigou a recepção das ideias da Psicanálise a partir dos jornais comunistas e católicos, segundo ele, em ambos os casos havia a necessidade de uma validação do novo e do estranho, a despeito do que significou a Psicanálise, por parte dos agentes envolvidos com a imprensa e seus respectivos leitores. Estas ideias foram trabalhadas na obra **La psychanalyse, son image e son public** (1961 [1979]).

Com relação a esta última obra, Denise Jodelet (2014), ao demonstrar a fecundidade da obra moscoviciana e seus impactos nas ciências humanas e sociais, destacou que a pesquisa do psicólogo social trouxe consigo três qualidades essenciais para novos estudos nos referidos campos, sendo a vitalidade, a transversalidade e a complexidade, pois, inovou ao demonstrar que as representações sociais são uma nova forma de comunicação social, cujas bases se assentam na construção e circulação do conhecimento prescritivo e ordenador dos fatos e fenômenos sociais.

[...] Moscovici vê se desenharem os recursos do que irá nomear então como uma “psicossociologia” e seu encontro com a antropologia, em razão das “semelhanças funcionais” identificadas nas “formas de conhecimento”, que são os mitos e as representações sociais. (JODELET, 2014, p. 270).

Desse modo, podemos destacar que uma das contribuições de Moscovici foi atribuir racionalidade ao pensamento de senso comum, na contramão da epistemologia positivista e racionalista, que atribuía ao senso comum um conhecimento vulgar e irracional. Para o psicólogo social, todos os sujeitos possuem uma racionalidade específica. De acordo com o intelectual, não devemos ignorar a existência de um sistema que nega a manipulação da informação recebida, pois todos nós temos um sistema próprio de representações sociais, calcado em nossas experiências, portanto, em nossos grupos de sociabilidade.

A exemplo dos frutos trazidos a partir do surgimento da teoria das representações sociais podemos situar os próprios trabalhos de Denise Jodelet (2001) sobre a epidemia de HIV/AIDS de fins dos anos de 1980. Segundo Jodelet (2001) quando apareceram os primeiros casos, as mídias e os profissionais da saúde se depararam com algo extremamente novo, desse modo, foi necessário acomodar a doença aos saberes científicos que já eram conhecidos, por isso surgiram diversos esquemas que tentavam trazer explicações que gravitavam em torno de uma punição divina, cujos culpados eram os infectados pelo novo vírus. Em outro extremo encontravam os sujeitos que haviam sido infectados, cujas crenças era de que se tratava de um vírus produzido em laboratório, cuja finalidade era levar a extinção de estratos específicos da sociedade.

Em seu estudo, Jodelet (2001) percebeu como no imaginário popular e biomédico, as causas e consequências tinham como finalidade ancorar e objetivar a doença às estruturas preexistentes, como uma forma pedagógica de explicar o “porquê” de seu alastramento entre a comunidade gay, o que acabou por gerar um sério problema, ao transferir a culpa aos infectados, por meio do estigma da punição. Segundo a pesquisadora, a mídia foi uma das porta vozes da popularização da nova doença, sobretudo por resgatar paradigmas ultrapassados.

Estas crenças, onde se encontram vestígios da teoria dos humores, relacionam o contágio pelos líquidos do corpo à sua osmose com sangue e esperma. Tal como no caso da doença mental cuja degenerescência afeta os nervos, e o sangue se transmite pela saliva e pelo suor, assim seria com a Aids e com a sífilis, que podem contaminar por meio do simples contato com as secreções corporais ou pelos objetos sobre os quais estão depositados. (JODELET, 2001, p. 19).

A partir do estudo que realizou, ao examinar as informações que circulavam na mídia, que veiculavam as representações de cientistas e sujeitos comuns, a autora observou o ressurgimento de visões arcaicas de mundo e a falta de informações precisas, o que favorecia a associação da doença aos estigmas sociais que se tinham como os homossexuais. De forma similar, observamos, em nosso estudo, a associação do alcoolismo à degenerescência racial, o que acabava por acentuar os estigmas sociais que as elites tinham com relação às populações pretas e pobres. Consideramos que a Teoria das Representações Sociais nos permite compreender o processo de ancoragem e objetivação do alcoolismo aos preconceitos raciais e sociais que mais recaiam aos afro-brasileiros, descendentes africanos e as mulheres, a fim de mostrar como a acomodação do novo se dá pelo processo de culpabilização dos dependentes. Jodelet (2001, p. 21) percebeu que, em torno do HIV/AIDS, predominaram por bastante tempo duas representações intercambiáveis, uma explicação moral e outra biológica:

[...] apoiam-se em valores variáveis – segundo os grupos sociais de onde tiram suas significações – e em saberes anteriores, reavivados por uma situação social particular: e notaremos que são processos centrais na elaboração representativa. Estão ligadas tanto a sistemas de pensamento mais amplos, ideológicos ou culturais, a um estado dos conhecimentos científicos, quanto à condição social e à esfera da experiência privada e afetiva dos indivíduos.

O estudo de Jodelet (2001) torna-se valioso para nossa pesquisa, na medida em que nos permite perceber como as explicações para novas doenças, a exemplo do que representava o alcoolismo durante o século XIX, baseia-se nas visões de mundo que são partilhadas por aqueles que detém os meios de comunicação ou estão diretamente ligados a eles. E como os saberes biomédicos são cambiáveis como os valores morais, que tendem sempre a culpabilizar

os sujeitos e suas condições. Assim sendo, precisamos perceber que as representações sociais não traduzem a “verdade” das coisas, mas traz consigo “verdades” que são expressões de um grupo específico, que as elaboram, adaptam e as transmitem por meio dos canais de comunicação ou interações que estabelecem em sua cotidianidade.

Com base em Dorra Bem Alaya (2014, p. 350), “na teoria das representações sociais, a definição de conhecimento não está relacionada pela verdade das coisas”, a definição estaria assentada no papel das representações sociais do senso comum, cuja subjetividade é a matéria prima da investigação científica. Observamos assim que crença e conhecimento são equivalentes no sujeito que pensa e representa.

Na realidade, a teoria das representações sociais baseia-se em um esquema radicalmente diferente daquele admitido nas teorias clássicas do conhecimento. Para entender o processo do conhecimento do seu ponto de vista, convém ir além da concepção binária da epistemologia clássica formulada pelo esquema sujeito-objeto. [...] O objeto do conhecimento não só é suscetível de ser uma elaboração do sujeito solipsista, mas também de um conhecimento interagindo com seu meio social. (ALAYA, 2014, p. 354).

Vemos, portanto, com base em Moscovici, que a realidade das coisas não é um dado natural, que precisa ser decodificado pelo sujeito pensante; todo conhecimento é uma construção social, elaborado a partir das representações sociais que temos sobre mundo e seus fenômenos. Assim, o alcoolismo foi se constituindo enquanto um problema social, uma “doença” e um sinal de desvio moral, na medida em que médicos e agentes religiosos envolvidos com a imprensa internalizam a missão de conduzir o projeto reformista e modernista da sociedade brasileira, em prol do “progresso” e da “civilização”.

Neste ponto é possível observarmos uma confluência com a epistemologia construtivista de Piaget, segundo o qual “qualquer tentativa de conhecer um objeto consiste em uma ação de transformação do mesmo” (ALAYA, 2014, p. 359). Assim sendo, ocorre o processo de objetivação da realidade, na qual o novo ou desconhecido é transformado em uma imagem mental que pode ser facilmente identificada pelo grupo de sociabilidade.

Ao analisar o fenômeno da objetivação, tal como descrito por Moscovici, o percebemos facilmente. Através deste processo, que corresponde a um arranjo particular dos conhecimentos, a informação concernente ao objeto é selecionada, seu conteúdo esquematizado e um modelo figurativo formado graças a uma concretização de seus elementos (por metáfora e imagens). O que é abstrato torna-se, deste modo, uma tradução imediata da realidade. (ALAYA, 2014, p. 367).

Observamos assim a existência de uma relação muito próxima entre a teoria das representações sociais com a teoria da memória coletiva. De acordo com Augusto Palmonari e

Javier Cerrato (2014), ao contrário do conhecimento científico, a noção de verdade ou falsidade não são características que sustentam a teoria das representações sociais ou do senso comum. Uma vez que o conhecimento do senso comum precede o advento do conhecimento científico e este último jamais conseguirá sufocar o surgimento de novas representações.

Com base em Moscovici, as representações sociais foram uma das primeiras formas de explicação da realidade, potencializada a partir do surgimento das sociedades tradicionais. A língua materna, os modos de vida e os mitos explicativos, estariam na gênese das representações sociais enquanto uma forma de conhecimento. Contudo, foi somente a partir do advento da modernidade que as ciências se tornaram hegemônicas, todavia, com a popularização da imprensa, novos grupos sociais adentram a cena intelectual, produzindo e popularizando suas representações sociais sobre os diversos fenômenos que nos rodeiam. Logo, a imprensa, portanto, foi o mecanismo pelo qual as representações sociais se consolidaram enquanto um fenômeno. Tomando como base o objeto aqui analisado, a imprensa desempenha um papel central, não apenas por reunir o conjunto documental analisado, bem como por ter representado o principal meio de propagação das ideias, durante o período analisado, sobretudo, pela capacidade de circularidade que encontrava no seio da sociedade brasileira, mesmo que diante de uma população majoritariamente analfabeta.

De acordo com Gerard Duveen ([2000] 2015, p. 17), a modernidade promoveu a criação de diversos centros de poder, cujo exercício depende da consolidação da autoridade e da legitimidade, perante tanto ao seu conjunto de integrante quanto aos diversos grupos e sujeitos que os rodeiam, por isso “o fenômeno das representações sociais pode, neste sentido, ser visto como a forma como a vida coletiva se adaptou a condições descentralizadas de legitimação”. O intelectual considerou que os campos das ciências moderna foram fontes geradoras de novas formas de conhecimento e crenças, todavia, o senso comum ou o chamado conhecimento popular continuou realizando a criação de novos saberes, tal como defendeu e demonstrou Moscovici (1979) em seus estudos sobre a circulações das representações sociais da Psicanálise entre os franceses.

A legitimação não é mais garantida pela intervenção divina, mas se torna parte de uma dinâmica social mais complexa e contestada, em que as representações dos diferentes grupos na sociedade procuram estabelecer uma hegemonia. A transição para a modernidade é também caracterizada pelo papel central de novas formas de comunicação, que se originam com o desenvolvimento da imprensa e com a difusão da alfabetização. A emergência das novas formas de meios de comunicação de massa gerou tanto novas possibilidades para a circulação das ideias, como também trouxe grupos sociais mais amplos para o processo de produção psicossocial do conhecimento. (DUVEEN, 2015, p. 17).

Conforme observou Duveen (2015), dentre as novas formas de legitimação do conhecimento, a “razão científica” – cuja ascensão e hegemonia precisou rejeitar e destituir a intervenção divina como “verdade inquestionável” – tem disputado espaço e convivido de modo harmônico e conflituoso com o senso comum, este último não sendo mais visto enquanto matéria para a construção do saber científico e/ou erudito, visto, contudo, como uma outra forma de conhecimento.

Dito isso, tornou-se relevante examinar a finalidade da imprensa na sociedade, dita moderna, e seu papel pedagógico, capaz de influenciar o imaginário social e transmitir seus conteúdos, permitindo uma aproximação entre o sagrado e o profano, o científico e o senso comum, o reificado e o consensual.

3.3 Os jornais médicos e religiosos: escopo editorial e públicos-alvo

Neste ponto do estudo, tornou-se necessário evidenciarmos os escopos editoriais dos jornais selecionados, a fim de analisarmos as informações sobre as instituições mantenedoras ou os idealizadores, além dos autores que estiveram envolvidos na luta antialcoólica. Ao nos basearmos nas concepções de quadros sociais, ancoragem e objetivação, buscamos delinear as redes de sociabilidade dos agentes investigados, bem como suas orientações intelectuais, políticas e epistemológicas. Ademais, tratamos de apresentar os públicos-alvo dos jornais em que estavam intelectuais e cientistas aqui analisados. Vale ressaltar que são esses agentes os sujeitos desta investigação, cujas memórias e representações sociais foram analisados a partir das crônicas que publicavam nos respectivos jornais arrolados.

Nossa pretensão foi nos familiarizarmos com as agências e os agentes que se levantaram contra o alcoolismo no Brasil em fins do Oitocentos e alvorecer do século XX e que diretamente popularizaram entre os leitores alcançados, suas representações sociais acerca do alcoolismo – ancorado e objetivado enquanto uma patologia social – e acerca dos alcoolistas enquanto doentes, loucos e criminosos.

Conforme demonstrou Gondra (2008), tendo em vista os jornais médicos baianos e cariocas produzidas entre os anos finais do século XIX e início do século XX, os discursos médicos enfatizavam os problemas sociais em detrimento das questões biomédicas, logo, temas como o alcoolismo popularizou-se, tornando-se matéria de discussão científica e jornalística. O pesquisador concluiu que os médicos buscavam, a partir da imprensa periódica, obter legitimidade política, ao romper as fronteiras do cuidado e da terapêutica, lançando-se na

produção jornalística, onde tinham maior liberdade para defenderem suas ideias e projetos de nação.

Ressaltamos ainda que a imprensa médica se tornou um espaço privilegiado para a comunicação dos médicos e professores das faculdades com os sujeitos comuns, mesmo que os jornais fossem, em sua maioria, dedicados aos demais médicos e/ou profissionais da saúde, ou seja, aos grupos de pertencimento profissional. Na imprensa médica brasileira, diversas das ideias científicas, políticas e filosóficas que estavam em voga no contexto europeu, foram amplamente debatidas, produzindo controvérsias que mobilizavam vozes dissonantes, cujas bases argumentativas assentavam-se em suas memórias e em suas representações sociais, tal como ocorreu no caso do debate público em torno do alcoolismo.

Dentre os temas que geravam embates intelectuais, com a presença de grupos opositores, enfatizamos o debate público sobre o combate ao alcoolismo, pois, mesmo havendo um consenso entre agentes médicos e religiosos, por exemplo, ao defenderem de que se tratava de uma patologia social, existiam divergências sobre as causas e as medidas de controle, pois os argumentos sobre os referidos aspectos variavam de acordo com as referências que eram estudadas, com a memória coletiva e com as representações sociais dos grupos.

Assim, durante o século XIX, na ausência de campanhas educativas ou preventivas com relação ao consumo excessivo de bebidas alcoólicas, o que viria a ocorrer durante o ano de 1910, a imprensa, tanto médica quanto religiosa, assumiu o papel de combater o alcoolismo e clamar junto ao Estado ações mais enérgicas para seu controle e erradicação (MARTIN; RIGHI, 2016).

Corroboramos com Monique de Siqueira Gonçalves (2013) de que, no contexto social e político brasileiro de fins do século XIX, especialmente, após a Proclamação da República, o jornalismo se consolidou enquanto um instrumento pedagógico. Para a pesquisadora, os autores envolvidos com a imprensa assumiram o compromisso de promover a educação e a formação de uma “nova” mentalidade, combatendo as ideias que eram consideradas ultrapassadas e popularizando o chamado “pensamento ilustrado”. Logo, o alcoolismo foi visto e representado enquanto um elemento a ser erradicado, pois era tido como “arcaico”.

A crença no poder das ideias seria o principal ingrediente de tais empreendimentos, haja vista a perspectiva de que tais veículos, ao alcance somente da pequena parcela da população letrada, se expandido na sociedade pela prática do “bouche à oreille”, pudesse atuar como educadores de um público ainda encoberto pela “escuridão”, representando verdadeiros agentes do progresso. (GONÇALVES, 2013, p. 145).

Em meados do século XIX e alvorecer do século XX ocorreu a multiplicação dos títulos de jornais, de naturezas diversas, cujas periodicidades tiveram vidas efêmeras, particularmente, em decorrência das dificuldades monetárias de suas agências e agentes mantenedores, atrelado ao fato de que a população consumidora desse tipo de serviço era relativamente restrita à pequena parcela da população alfabetizada. Contudo, mesmo que o número de leitores fosse pequeno, em comparação aos países europeus, por exemplo, não podemos desconsiderar a importância que o periodismo desempenhou no processo de formação da “opinião pública”, ao trazer à baila discussões políticas e temas de utilidade pública. Ademais, a imprensa promoveu entre a população brasileira a conscientização da importância de determinados segmentos da sociedade, a exemplo do papel biomédico e político do médico, consolidando assim a Medicina Social enquanto um movimento intelectual e profissional (GONÇALVES, 2013).

De acordo com Marcos Alexandre de Souza Gomes (2013), o jornalismo periódico foi por muito tempo o mais poderoso veículo de difusão das representações sociais, especialmente, no período anterior ao desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TIC). Uma vez que o jornal impresso deu início ao processo de comunicação de massa, particularmente, por ter buscado traduzir e transmitir ideias que eram construídas em círculos acadêmicos para o público não acadêmico, cuja base do conhecimento era orientado somente pelo senso comum.

Ainda segundo Gomes (2013, p. 1), Moscovici ([2000] 2015) não foi o primeiro estudioso a revelar o protagonismo do jornalismo periódico no processo de difusão do conhecimento científico entre as camadas populares, contudo, o intelectual francês foi o pioneiro em demonstrar como o jornalismo promove a circulação de um saber de senso comum que é típico da nossa modernidade, uma vez que os jornais cumprem diversos papéis, dentre os quais estão “[...] informar, divertir, persuadir e ensinar”. Concordamos com Gomes (2013) em sua afirmação de que no contexto brasileiro do século XIX, a imprensa contribuiu para a (re)construção do imaginário social, ao defender valores que eram vistos como “modernos”, cuja sobrevivência ainda se encontra ancorada em nossas representações sociais e na memória coletiva de grupos diversos.

Ao longo do período investigado, observamos como a crítica ao protagonismo político da Igreja Católica foi constatado, sobrevivendo, contudo, sua posição privilegiada diante da esmagadora maioria de fiéis. Por seu turno, os médicos assumiam um protagonismo cada vez maior em relação ao contexto social brasileiro, tanto no âmbito privado quanto público. Neste sentido, ambos os grupos compartilhavam do prestígio social que os permitiam se tornarem autoridades nos assuntos referentes a vida, a saúde, a cotidianidade, a política e diversos outros

segmentos. Esse prestígio, contudo, eram orientados por meios de disputas internas, a exemplo do que ocorreu no caso da gerência sobre o tratamento do alcoolismo, em que médicos e agentes religiosos rivalizaram o controle.

Portanto, tornou-se imprescindível a análise do escopo editorial dos periódicos analisados, a fim de que fossem identificados os respectivos projetos políticos, filiações e públicos-alvo pretendidos. Adiante, apresentamos um panorama geral acerca dos jornais arrolados nesta investigação, com ênfase nas agências e nos agentes que os mantinham.

Entre os jornais pesquisados, constatamos que o **Gazeta Medica da Bahia** foi idealizado e era mantido por um grupo de estudantes de Medicina da Faculdade de Medicina da Bahia, tendo sido pensado, inicialmente, como um periódico interno, cujas atribuições seriam popularizar entre os acadêmicos quais eram as atividades da instituição e os estudos que estavam sendo desenvolvidos. Todavia, em suas diversas edições, o alcoolismo foi tratado como sendo um problema de saúde, cujo controle requeria medidas sanitárias emergenciais. O jornal era pensado, organizado e confeccionado por uma equipe, porém, tinha como diretor geral o Dr. Virgílio Clímaco Damázio⁴³ (1838-1913), um dos fundadores e membro mais proeminente do corpo discente da Faculdade de Medicina da Bahia, tendo sido admitido após a conclusão de seu curso ao corpo docente da instituição e posteriormente assumido diversos cargos públicos.

De acordo com as considerações expostas em sua primeira edição, a iniciativa em criar a **Gazeta Medica da Bahia** provinha da constatação de que a imprensa na Bahia era “pouco animadora”, particularmente, no campo da Medicina, sendo advertido que em momentos anteriores, empreendimentos de mesma natureza haviam sido idealizados, contudo, não tendo sido materializados ou tendo sido “abortados de forma prematura”. O periódico tinha como objetivo alcançar um público variado, servindo enquanto veículo de circulação dos interesses da comunidade médica, a fim de que a tribuna colaborasse no processo melhoria das condições físicas e morais da população, em prol do tão almejado “progresso” nacional.

A concepção de que a imprensa médica cumpriria o papel de servir enquanto dispositivo pedagógico encontrou-se presente no referido editorial, ao ser defendido a necessidade dos agentes médicos de se familiarizarem com o desconhecido e a partir de seu conhecimento tornar público, aos leitores do jornal, as “novidades” que a modernidade Ocidental trazia. Essa mesma

⁴³ Natural da freguesia de Itaparica, o médico concluiu seus estudos em Medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia, no ano de 1859, com a tese **Emprego Therapeutico da Eletricidade e do Galvinismo**. Além de dirigir a **Gazeta Medica da Bahia**, foi Vice-presidente do Partido Republicano da Bahia, Governador provincial em suas ocasiões (1889 e 1890) – cargo que na época tinha o nome de Presidente do Estado – e Senador pelo Estado da Bahia.

concepção encontrava-se presente **O Brazil-Medico**, periódico semanal, cuja primeira edição data de 15 de janeiro de 1887, publicado aos sábados de cada mês, sob a direção geral do Dr. Antônio Augusto de Azevedo Sodré⁴⁴ (1864-1929). O periódico era orientado a publicação dos estudos médicos, cirúrgicos e farmacêuticos, produzidos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, todavia, ao longo de sua existência, o jornal admitiu a colaboração de agentes externos, tanto da congênere, a Faculdade de Medicina da Bahia, quanto aos colaboradores e correspondentes estrangeiros. Além de seu dirigente, faziam parte da equipe editorial os médicos Torres Homem, Martins Costa, Júlio de Moura, Oscar Bulhões, Teixeira Brandão, Benício de Abreu, José Pizarro, Hilário de Gouvêa, Cypriano de Freitas, Feijó, Lima Castro, Severiano de Magalhães, Domingos de Góes, Teixeira de Souza e Marcondes de Rezende, em sua maioria médicos formados pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Como pudemos constatar **O Brazil-Medico** era um periódico mantido e destinado aos médicos e farmacêuticos, pois o público-alvo a que se destinava jornal era composto, prioritariamente, por ambos os segmentos profissionais, tanto os residentes na capital quanto nas províncias do país, porém, dado o fato de que sua aquisição poderia ser feita avulso na sede da tipografia, pressupomos que entre seus leitores haviam sujeitos que não tinham formação acadêmica ou eram formados em outras áreas.

Ainda no tocante à imprensa médica, analisamos o jornal **Annuario Medico Brasileiro** idealizado e dirigido pelo Dr. Carlos Costa⁴⁵, cuja primeira edição veio à baila no ano de 1886 e cuja circulação ocorreu até o ano de 1897. Ressaltamos que o jornal assumiu ao longo dos seus anos de existência, a função de anunciar sobre a publicação dos títulos das teses médicas, sendo, portanto, um compêndio dos trabalhos originais produzidos no Brasil, nas Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, nos congressos nacionais, nas sociedades e agremiações científicas e intelectuais, cujas informações sobre os referidos estudos eram apresentadas em forma de crônicas.

⁴⁴ Natural de Maricá, era médico formado pela Faculdade de Medicina e Farmácia do Rio de Janeiro, onde concluiu seu curso em 1885, com tese sobre o tratamento da sífilis. Foi eleito para a Academia Nacional de Medicina, onde assumiu o posto no ano de 1898, além de presidir a mesma instituição durante os anos de 1905 e 1907. Além de dirigente do jornal *O Brazil-Medico*, era político, ocupando o cargo de Presidente do Distrito Federal entre os anos de 1916 e 1917. Foi eleito para a Academia Nacional de Medicina, onde assumiu o posto no ano de 1898, além de presidir a mesma instituição durante os anos de 1905 e 1907.

⁴⁵ O médico Carlos Costa era bibliotecário da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, além de ser professor de Higiene do Liceu de Artes e Ofício. Foi membro honorário do Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro e da Associação Tipográfica Fluminense, do Retiro Literário Português e da Société de Bienfaisance Française, benemérito da Sociedade Propagadora da Instrução dos Operários da Lagoa. Era correspondente da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa, do Circulo Médico Argentino e Redator-chefe do jornal *Mãe de Família*. Recebeu a Medalha de Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa e da Real Militar de Cristo de Portugal.

O público-alvo a que se destinava o **Anuario Medico Brasileiro** era, prioritariamente, os médicos que atuavam no Brasil, a fim de fosse popularizado o conhecimento científico acerca da prática médica entre esses profissionais. Todavia, conforme consta em seu editorial, o empreendimento jornalístico buscava se lançar enquanto um importante instrumento de modernização da carreira profissional, ao socializar os estudos que eram feitos no campo da saúde, especialmente, sobre as práticas terapêuticas, cuja aplicabilidade supostamente promoveria o “progresso” das ciências biomédicas e, conseqüentemente, a erradicação dos males sociais que entravavam a “modernização” material e o melhoramento físico e espiritual da população brasileira. Em seu conjunto, o alcoolismo foi tratado enquanto patologia social, cujo tratamento ainda não havia recebido a devida atenção.

No que se refere à imprensa religiosa, dentre os periódicos analisados encontrava-se **Imprensa Evangelica**, cuja produção e circulação situavam-se inicialmente na Corte do Império. Ao logo de seus anos de existência, sua circulação se expandiu, tendo, inclusive, transferido sua impressão da cidade do Rio de Janeiro para a cidade de São Paulo. Este foi o único jornal de orientação protestante que selecionamos para este estudo, a razão foi a quantidade de crônicas literárias que tratavam do alcoolismo, totalizando 16 entre os anos de 1884 e 1892.

No jornal **Imprensa Evangelica**, além das crônicas literárias que eram produzidas pelos seus redatores, cuja missão era promover a popularização do evangelho e questionar as condutas religiosas dos agentes católicos, estavam presentes também a pretensão em vincular assuntos de interesses universais, com base nos jornais protestantes do mundo “civilizado”, especialmente os Estados Unidos e diversos outros países europeus.

Com relação ao público-alvo do **Imprensa Evangelica**, é difícil precisarmos a quem o jornal se dedicava e quem eram os seus reais leitores, pois, ao longo de todas as edições consultadas, perfazendo os períodos de 1864-69 e 1884-1892, não encontramos nenhuma menção e não existiam contribuições dos leitores, diferente dos três jornais católicos que selecionamos, onde o público-alvo era identificado e havia colaboração por parte dos clérigos e seculares.

Outro ponto nebuloso diz respeito à propriedade e aos redatores do jornal, pois diferente do estilo de outros periódicos, tanto laicos quanto religiosos, onde a propriedade e a autoria eram utilizadas como garantia da qualidade dos serviços prestados aos leitores, no **Imprensa Evangelica** não havia a menção aos idealizadores e proprietários; além disso, as crônicas literárias não eram assinadas, tornando difícil a identificação de seus produtores e o papel dos redatores na elaboração das versões finais que chegavam aos seus consumidores, uma vez que,

como demonstrado no estudo de Tania Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira (2007)⁴⁶, durante o século XIX e princípio do século XX, momento em que a imprensa jornalista estava se popularizando, aos redatores cambiam a função de alterar os textos que eram produzidos ou enviados às tipografia, a fim de adequar a linguagem, o estilo e o conteúdo das publicações, tendo um peso decisivo e inquestionável quanto o seu papel.

Ademais, analisamos dois outros periódicos religiosos, foram eles: **O Apostolo: periodico religioso, moral e doutrinário, consagrado aos interesses da religião e da sociedade** e **O Apostolo: Organ Official da Diocese**.

O jornal **O Apostolo: periodico religioso, moral e doutrinário, consagrado aos interesses da religião e da sociedade**, cuja primeira edição apareceu em 7 de janeiro de 1866, produzido pela Diocese do Rio de Janeiro⁴⁷, participou ativamente no enfrentamento público do alcoolismo, sendo esse um tema presente ao longo dos diversos anos de sua existência. A partir do próprio nome dado ao periódico depreendemos que seu público-alvo eram os seguidores do credo católico, atraídos pelos assuntos religiosos e de utilidade pública, além disso, a pretensão inicial de seus idealizadores era de que o jornal circulasse apenas entre os cidadãos da corte imperial. Contudo, a partir de seu segundo ano de existência, o periódico passou a ser distribuído entre os fiéis de outras províncias do Estado do Rio de Janeiro e ainda durante o mesmo ano, as edições eram regularmente enviadas aos agentes religiosos dos diversos Estados do país, com seu recebimento chegando com certo atraso, a depender sempre da distância com relação a capital do Império do Brasil.

No editorial de sua primeira edição, os idealizadores explicavam que, “[...] em todos os tempos e momento nestes tão calamitosos, que a travessamos, a Religião tem necessidade de se fazer ouvir por seus órgãos legítimos [...]”, isso porque “[...] ella [religião] tem a missão sublime e indeclinavel de guiar os povos pela senda do dever”. Portanto, a intenção era servir enquanto dispositivo pedagógico, cuja missão “[...] tem sido posto em contribuição para curar essa chaga cancerosa, que corroe a humanidade no meio de seos prodigios das sciencias, das artes, e da industria” (O APOSTOLO, 1866, p. 1).

⁴⁶ Com base em suas investigações sobre a produção jornalística no Brasil ao longo do século XIX e início do século XX, Ferreira (2005; 2007) observou que entre o processo de escrita, edição e publicação dos jornais, os editores desempenhavam um papel importante na alteração, estilização, correção e adaptação dos conteúdos que eram encomendados ou enviados na forma de colaboração, tanto pelos leitores quanto pelos cientistas e intelectuais que compunham a pequena parcela letrada da sociedade brasileira.

⁴⁷ A Prelazia de São Sebastião do Rio de Janeiro, homenageava o padroeiro da província, tendo sido fundada em 1575, ainda sob a jurisdição da sua congênere baiana. Em 1676 foi elevada a categoria de diocese, contudo, no século XIX, conseguiu oficialmente sua emancipação, a partir da bula papal *Ad universas orbis Ecclesias*, outorgada pelo Papa Leão XIII, em 1892, passando a ser chamada Arquidiocese e Sé Metropolitana de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Semelhantemente, o jornal **O Apostolo: Orgam Oficial da Diocese**, produzido pela Diocese de Teresina, cujo primeiro número apareceu em 19 de maio de 1907, cerca de um ano após a criação da Arquidiocese de Teresina, tinha como missão promover entre os seus seguidores os ensinamentos religiosos e popularizar os avanços científicos, a fim de promoverem a “civilização”, assim sendo, informavam:

O Piauhy, segregado neste recanto da Patria Brasileira, tem filhos que tambem contemplam os horisontes infindos de uma grande civilização, e esta civilização hade nascer, por força, das entranhas do Christianismo, que ha vinte seculos estendeu o cordão sanitário que devia separar o mundo de alem das fronteiras de uma nova epoca. (O APOSTOLO..., 1907, p. 1).

Em seu projeto, portanto, encontramos a ênfase dos agentes religiosos em promoverem a popularização da religião católica e o “progresso” material da região piauiense, garantindo ao Estado o adentrar o rol das nações “civilizadas”, à luz dos saberes científicos que eram trazidos, especialmente pelas ciências biomédicas, que naquele período eram organizadas a partir dos paradigmas sanitaristas e higienistas. Logo, religião e ciência deveriam caminhar *pari passu* na vulgarização dos valores morais e de salubridade.

Por fim, mas não menos importante, analisamos as crônicas antialcoólicas produzidas pelo jornal **A Fé Christã: Hebdomadario dedicado aos interesses da religião Catholica**, produzido em Penedo, no Estado de Alagoas, cuja circulação compreendeu o período de 1902 e 1907.

Em sua primeira edição, os idealizadores proclamavam seus principais objetivos, dentre os quais estavam: defender dos valores teocráticos e morais; conter o avanço do protestantismo, do anticatolicismo e do cientificismo antirreligioso; e, por fim, mas não menos importante, promover os ensinamentos católicos com base nos congressos e concílios, especialmente a virtude, o amor, a paz social e o “progresso” material e espiritual dos seguidores do catolicismo.

No quadro geral, a seleção desses jornais respeitou ao critério de viabilidade da pesquisa, diante da sua disponibilidade e no envolvimento à luta antialcoólica, logo, sua escolha esteve envolta pelo anseios centrais desta pesquisa, a saber, a análise das memórias e representações sociais de médicos e agentes religiosos envolvidos com a imprensa periódica durante os anos de 1870 e 1909 acerca do alcoolismo.

3.4 As interações entre Teoria da Memória Coletiva e Teoria das Representações Sociais na análise do jornalismo brasileiro

Como discutimos nos itens anteriores, existe uma relação muito próxima entre as representações sociais e a memória coletiva, pois ambas as teorias, além de serem arcabouços teórico-metodológicos de fenômenos biológicos, psicológicos e sociais, que explicam como os sujeitos constroem seus conhecimentos sobre si, sobre o outro e sobre o mundo ao nosso redor, também significam fenômenos biopsicossociais, na medida em que elaboram e estruturam a forma de pensar e se comportar em meio aos grupos de sociabilidade dos quais nós nos ligamos.

De fato, as representações sociais e a memória coletiva nos acompanham desde nosso nascimento e nos antecedem no tempo e no espaço, pois necessitam sempre das interpretações que foram feitas por nossos antepassados, da família, da linguagem apreendida, dos grupos de convívio social, das categorias profissionais etc. Uma das possibilidades para compreendermos melhor como as gerações que nos antecederam se viam e se orientavam é investigar seus valores e visões de mundo, muitas das quais pudemos encontrar por meio dos diversos indícios deixados. Desse modo, a imprensa se apresenta como um repositório valioso, em que as memórias e representações sociais são construídas e expostas (SOUSA; CHAVES, 2023).

Não cabe aqui fazermos um apanhado geral sobre o desenvolvimento da imprensa, retrocedendo até o momento da invenção da tipografia⁴⁸ de Gutemberg (1398-1468), cabe apenas pontuarmos que a própria modernidade surge *pari passu* com o advento da imprensa.

Em linhas gerais, os impressos desempenharam um papel importante na construção das sociedades modernas, ao possibilitar a elaboração de identidades comuns que poderiam ser acessadas por meio das palavras impressas, ao permitir que mitos e histórias se transformassem em uma memória coletiva, que conferiam sentimento de identidade e pertencimento (MOSCOVICI, 1993; 2012; VALA; CASTRO, 2013).

No Brasil, como discutimos na seção anterior, por bastante tempo a imprensa foi proibida, pois a elite política colonialista suspeitava do seu papel subversivo, temendo uma corrosão dos elementos que permitia a perpetuação da dominação internacional. Com o fim do jugo imperialista e a construção da nação, a imprensa passou a desempenhar um papel importante na elaboração da brasilidade, em oposição ao seu passado colonial. Assim, alguns dos supostos signos do atraso deveriam ser superados, dentre eles o uso abusivo das substâncias psicoativas por parte de sua população. Teve início uma imensa cruzada intelectual,

⁴⁸ O primeiro impresso feito a partir de uma prensa manual surgiu em 1439.

especialmente no jornalismo, contra o alcoolismo, ao trazer à tona os prejuízos sociais do consumo rotineiro das bebidas alcoólicas.

Com base nos estudos de Carlos Augusto Sousa Dantas (2020, p. 86), podemos concluir que “é possível pensar nos meios de comunicação de massa como um dos principais mediadores da realidade na experiência indireta da vida”. Segundo o pesquisador, a mídia é um dos principais meios de construir uma realidade, ao desempenhar o papel de trazer às novas gerações os saberes que foram elaborados no passado, por meio da transmissão da memória. Esta memória não é desinteressada, ela é sempre intencional e seletiva, pois nem tudo que foi produzido é passivo de ser lembrado. Assim sendo,

[...] a comunicação estabelecida via meios de comunicação difere da comunicação conversação, pois, enquanto nesta há uma relação dialógica – na qual aquele que escuta também pode responder – na comunicação de massa há uma ruptura entre produtor e receptor das mensagens, uma vez que o produtor as transmite e o receptor pouco pode interferir no curso da comunicação. (DANTAS, 2020, p. 88-89).

Retomando as considerações feitas por Moscovici, Dantas (2020) percebeu que, a partir da modernidade, os meios de comunicação de massa, a exemplo do jornalismo impresso, objeto do nosso estudo, potencializou a interação entre os sujeitos, possibilitando alternativas mediadas pelo próprio receptor. Por isso é extremamente difícil tratar do conhecimento do senso comum e da construção social da realidade sem considerar a influência da comunicação de massa, no cotidiano das coletividades. Além disso, os quadros sociais da memória são elementos presentes no processo de compreensão da mensagem, recepção, adaptação e circulação da informação apreendida e convertida em conhecimento compartilhado.

Portanto, percebemos que o jornalismo impresso contribuiu fortemente na divulgação dos saberes biomédicos e morais que giravam em torno do alcoolismo, ao dar ênfase nos elementos teóricos que possibilitavam associar o consumo de determinadas substâncias alcoólicas aos diversos problemas sociais que assolavam a sociedade brasileira, a saber: a precariedade das condições de vida, o aumento da violência urbana, a falta de vagas em hospícios e casas de recolhimento, o alastramento dos problemas de saúde mental, naquele momento tratados enquanto “degeneração mental” ou “loucura”.

Com isso, estabelecemos algumas das categorias analíticas que tratamos em maior profundidade nas seções seguintes. Dentre as categorias estão: i) o desempenho do trabalho, o uso racional do tempo e a capacidade produtiva dos corpos; ii) a saúde física e mental e a salubridade; iii) os “vícios” e a propensão à criminalidade; iv) a moralidade e a abstinência; e, v) a mortalidade.

A preocupação das elites econômica, política e intelectual com relação à melhoria do trabalho aparecem em diversas das reportagens jornalísticas por nós encontradas. Era comum que a luta contra o alcoolismo se transformasse na defesa em prol da melhoria do trabalho, uso racional do tempo – que não deveria ser desperdiçado – o que indelevelmente aumentaria a capacidade produtiva da nação. O que estava em jogo eram os interesses econômicos em evitar o desperdício de recursos materiais e humanos, pois havia a crença de que o consumo rotineiro das substâncias alcoólicas promovia o desinteresse ao trabalho braçal. No trecho a seguir, pudemos observar essa preocupação, a partir da crônica publicada no jornal **Imprensa evangelica**, de 22 de fevereiro de 1890.

A miseria produz o alcoolismo e o alcoolismo duplica a miseria, tolhendo o braço e a moralidade do trabalho. O nevrotismo que conduz a beber torna-se maior, porque se tem bebido, e o pior é que os filhos dos que tem muito bebido nascem já nevroticos; pelo que o mal gera o mal e no mal duplica e se centuplica.

Conforme observamos, o combate ao alcoolismo buscava melhorar a capacidade produtiva da classe trabalhadora, na medida em que acabaria com a ociosidade, a vadiagem e consequentemente com a proliferação dos desvalidos, que cada vez mais deveriam empregar suas forças no trabalho rotineiro, sobretudo na lavoura. De fato, esta preocupação estava fortemente representada na imprensa política, contudo, encontramos inúmeros indícios na imprensa médica e religiosa.

Observamos em quase todos os jornais em circulação em fins do século XIX e início do século XX, uma associação do alcoolismo aos problemas mentais, qualificados genericamente enquanto loucura. Podemos mesmo afirmar que alcoolismo e loucura se confundiam na memória coletiva dos cientistas e intelectuais desse período. Em não raras ocasiões, os alcoolistas eram tratados como loucos e degenerados enquanto, em muitos casos, se associava às doenças mentais ao consumo excessivo e rotineiro das bebidas alcoólicas. Na reportagem a seguir, publicada no número 4, da **Gazeta Medica da Bahia**, em 1889, observamos explicitamente essa associação que agregava alcoolismo, loucura, criminalidade e suicídio:

Repressão do alcoolismo

[...] I.º O aumento do consumo do alcool é uma das causas principaes da criminalidade, dos suicidios e da loucura.

Comentando sobre uma conferência médica, ocorrida em Paris naquele ano, o(s) autor(es), cuja identidade não é identificada, clamava(m) por medidas proibitivas que

buscassem coibir o comércio das substâncias alcoólicas, à luz do que era proposto pelos seus pares internacionais.

Outro problema que preocupava fortemente as elites intelectuais, políticas e econômicas diziam respeito ao aumento da criminalidade. Com relação à propensão ao crime, o alcoolismo era matéria constante nas reportagens jornalísticas. No jornal **O apóstolo**, de 04 de julho de 1888, encontramos a seguinte associação:

O alcoolismo e o crime

Não é de todo inutil, porquanto o alcool ainda encontra defensores, tornar conhecido os factos capazes de estabelecer a sua perniciosa influencia. Os algarismos recentemente communicados pelo Sr. Marambat á academia de medicina podem dispensar commentarios. Refere-se ao exame de 3,000 condemnados e mostram que os vagabundos e os mendigos são bebados em 79 casos sobre 100; os assassinos e incendiários 50 e 57 por 100; os réos de atentados aos costumes 53 por 100; os ladrões, gatunos 71; enfim que nos actos de violencia contra individuos, encontram-se 88% de bebados e 77% nos actos contra a propriedade.

Com base nesta reportagem, notamos a ligação do alcoolismo com a delinquência, pois, no imaginário popular predominava a ideia de que o consumo rotineiro das substâncias alcoólicas potencializava a predisposição aos atos violentos. Desse modo, as representações em torno do alcoolismo sinalizavam que, os alcoolistas eram os principais infratores tanto contra a integridade física e moral dos cidadãos quanto às propriedades privadas, oferecendo risco ao progresso da nação.

De forma similar, podemos ler no jornal **A imprensa evangélica**, de 23 de janeiro de 1886 que, “[...] os estadistas estão aprendendo que o alcoolismo é a causa da maior parte das misérias e dos crimes”, vale ressaltar que essa era uma visão compartilhada por diversos segmentos da sociedade letrada.

Vemos também que o alcoolismo era frequentemente tratado a partir dos pressupostos religiosos, que predominavam no imaginário das elites letradas. Neste ponto, médicos e agentes religiosos compartilhavam da ideia de que a luta antialcoólica não poderia estar assentada somente nas constatações biomédicas em detrimento dos ensinamentos morais, pois ambos os grupos acreditavam ser esse um problema a ser tratado a partir de uma educação religiosa capaz de alterar o imaginário e introjetar valores morais mais rígidos. No jornal **O Brazil-Medico**, de 1888, encontramos a seguinte constatação.

[...] O criminoso, quando não representa o ultimo termo de uma sucessão de degradados, que vão ainda encontrar no meio social o seu fator primitivo, é por via de regra o producto do alcoolismo ou da miseria!

Neste trecho supracitado, pronunciado pelo eminente médico e professor Dr. Barata Ribeiro, na ocasião da colação de grau dos médicos formados na corte imperial, expressa o imaginário popular que se tinha sobre os alcoolistas, vistos como escória de uma sociedade que se queria ilustrada.

Por fim, mas não menos importante, encontramos uma associação explícita do aumento do alcoolismo com a mortalidade. Vale ressaltar que, durante o século XIX, ocorreu o florescimento da estatística, impulsionada pela formação dos estados nacionais e durante aquele período começaram a aparecer diversos dados que demonstraram os perigos trazidos pela dependência alcoólica, o que corroborava com o imaginário popular acerca de seus malefícios sociais. Em reportagem publicada em 22 de abril de 1880, em **O apóstolo**, encontramos que “Em uma estatística ultimamente publicada, lê-se que morrem todos os anos na Alemanha 45,000 homens de alcoolismo”. Ainda mais preocupante eram os dados apresentados em 24 de dezembro daquele mesmo ano, onde se poderia observar que:

Funestos efeitos do alcoolismo

O alcoolismo motivou nos Estados-Unidos, em dez annos, uma depeza de 60,000 contos; destruiu 300,000 existencias; foi causa de que haja 300,000 orphãos mais nos asylos e estabelecimentos de caridade; fez dar entrada na prisão ou casa de correção a 150,000 ébrios; determinou 10,000 suicidios; produziu, por incendios ou violencia, a perda de 200 contos, e deixou no mundo 200,000 viuvas e um milhão de orphão.

Podemos concluir a partir desses dados apresentados o enorme temor que o alcoolismo representava no imaginário social, estando cada vez mais associado ao flagelo da humanidade, por promover a perda material e humana, uma vez que uma nação próspera era medida cada vez mais a partir dos dados estatísticos que se tinham disponíveis. Nesta equação, aumento da mortalidade significava prejuízo social, na medida em que se diminuía a quantidade de braços disponíveis para ocuparem os postos de trabalhos, o que promovia a retração da concentração da riqueza.

Como demonstramos, o alcoolismo durante os anos finais do século XIX passou a interessar cada vez mais os letrados envolvidos com a imprensa. Nas páginas dos jornais impressos circulava, também, a ideia de que a imprensa cumpriria o papel pedagógico de conscientizar as populações sobre seus malefícios e impactos sociais. Exemplo disso é a defesa da imprensa enquanto mecanismo de luta antialcoólica. Em **O apóstolo**, de 07 de fevereiro de 1886 encontramos uma nota curta onde se afirmava que: “é assumpto obrigatorio da imprensa o monopolio do alcoolismo”.

Esses diversos trechos aqui destacados, coadunam como aquilo que Denise Jodelet observou com relação à recepção das ideias em torno da HIV/AIDS durante os anos finais do século XX. De acordo com a pesquisadora, as explicações moralizantes e de cunho religioso, acabaram por estigmatizar os sujeitos acometidos de determinadas moléstias e indelevelmente os conduziam ao ostracismo e a rejeição, até mesmo por parte daqueles que fazem parte de seu grupo familiar ou de convívio público. Uma das observações mais enfáticas feitas por Jodelet (2001) foi de que as doenças são invenções humanas e perpassam pelo crivo social, dessa forma, uma “patologia” só se transforma em uma patologia a partir do momento em que se convencionaliza em torno dela determinadas características.

De forma similar assistimos, ao longo do século XIX, a estigmatização dos alcoolistas, vistos enquanto elementos deletérios, com potencial risco de transmissão de suas características. Assim sendo, muitos intelectuais advogavam pelo interdito das uniões entre sujeitos alcoolistas, advertiam para os danos à propriedade privada, à família e a ortodoxia cristã.

Com base em Yuri Sá Oliveira Sousa, Maria de Fátima de Souza Santos e Manoel de Lima Acioli Neto (2019), nas interações cotidianas, o tema relacionado ao uso de substâncias psicoativas costuma ser associado ao chamado “mundo das drogas”. Partindo do campo da Psicologia Social, encaminhando-se a partir de uma perspectiva psicossocial, o chamado “mundo das drogas” pode ser entendido como uma forma cultural de objetivar a existência de diversos discursos, significados e representações simbólicas que conferem sentido à própria realidade. Segundo esses autores, a temática das drogas é um objeto de estudo privilegiado, ao permitir que intelectuais de diversas matrizes disciplinares analisem seus conteúdos, em especial por meio de suas representações sociais. A exemplo dessas áreas, citaram a própria Psicologia, mas também a Química, Medicina, Biologia, Direito, Economia, História, Sociologia e a Antropologia. Contudo, observaram a necessidade da existência de três questionamentos fundamentais que devem estar presentes nos estudos em torno do chamado “mundo das drogas”, dentre eles: qual ou quais são as substâncias em questão, quem são os sujeitos que a(s) consome(m) e quais são os contextos sociais e culturais que permeia as sociedades nos quais se situam os objetos das investigações.

Acreditamos corresponder a todos esses elementos, pois desde cedo delimitamos as memórias e representações sociais dos médicos e agentes religiosos brasileiros que estavam envolvidos com a imprensa periódica durante as décadas finais do século XIX e primeira década do século XX, enquanto objeto de interesse; tomamos como base o alcoolismo e consequentemente todas as substâncias alcoólicas que eram consumidas durante aquele

período, observando também quem eram os seus consumidores e as respectivos significados que o consumo representava para os diversos grupos sociais; por fim, tivemos o cuidado de situar a sociedade em questão por meio de um apanhado de sua história econômica, política, social e cultural, especialmente entre os anos de 1870 e 1909, percebendo ser esse um período de intensas transformações, que acabaram por consolidar a nova face da nação.

[...] na acepção contemporânea, a palavra droga reveste-se de significados relacionados à farmacologia, mas também à proibição de substâncias percebidas como ameaçadoras à sociedade. Ressalta-se, ainda, que o proibicionismo é caracterizado não apenas pela regulação jurídica das substâncias, mas também por um aparato institucional e discursivo de intolerância a certas drogas e seus usuários. [...] essa postura antidrogas constitui uma ideologia que desconsidera a motivação dos usuários, a omissão do prazer como elemento constituinte do consumo, assim como estabelece associações entre as drogas e diferentes problemas sociais, como violência, crime e loucura. (SOUSA; SANTOS; ACIOLI NETO, 2019, p. 364-65).

Como demonstrados pelos autores supracitados, a não observação desses elementos pode resultar em concepções reducionistas que muitas vezes superestimam ou mascaram o papel representativo das substâncias em questão, dos seus usuários ou dos contextos histórico-social.

Quando o indivíduo é colocado em evidência em relação à substância, são enfatizados os diferentes padrões de consumo, notadamente a dependência, os fatores de risco e de proteção associados a problemas decorrentes do uso de drogas e as características epidemiológicas do consumo na população e em grupos específicos. [...] Por exemplo, no início do século XX o alcoolismo foi associado aos homens de classe popular e representado como um elemento de degenerescência moral. (SOUSA; SANTOS; ACIOLI NETO, 2019, p. 363).

Outro cuidado que buscamos ter, à luz do que propõem as teorias das representações sociais e da memória coletiva, foi não colocarmos em demasia os usuários, uma vez que nosso estudo enfocou os saberes que eram compartilhados por médicos e agentes religiosos. Todavia, ao afirmarmos que a substância ou a dependência a ela se constitui enquanto um objeto social não significa se limitar a uma concepção reducionista, pautada apenas na observação dos seus efeitos no organismo dos usuários ou nos seus impactos sociais (SOUSA, 2017; SOUSA; SANTOS; ACIOLI NETO, 2019).

Como observamos a partir do exame das ocorrências na imprensa, a partir da teoria das memórias coletivas e representações sociais em torno do alcoolismo, os alcoolistas eram considerados elementos deletérios da economia, da moral e do progresso, sendo por isso representados enquanto desviantes, doentes, desajustados, marginais, criminosos, degenerados,

perversos, viciados etc.; foi em busca da gênese dessas significações que o nosso estudo se debruçou. Assim, demonstramos como os estigmas do passado ainda se encontram presentes na sociedade atual, sendo reatualizados em novas representações sociais que gravitam em torno do imaginário social sobre os alcoolistas, ainda vistos como escória de uma sociedade que se projetava enquanto “moderna” e “civilizada”.

3.4.1 As categorias de análise

Observamos a existência de determinados elementos centrais, que vistos individualmente nos permitem conhecer as perspectivas, as visões de mundo, as representações sociais e as memórias de cada agente envolvido no combate ao alcoolismo; mas que ao serem comparadas e relacionadas às demais crônicas, ampliam o entendimento sobre o pensamento social brasileiro, as confluências e os embates entre os grupos e a formação do movimento antialcoólico brasileiro na passagem do século XIX ao século XX.

Dentre os diversos assuntos que eram relacionados ao combate do alcoolismo entre os médicos e religiosos que investigamos, encontramos a prevalência de determinados assuntos, tais como o desempenho dos alcoolistas no trabalho, o prejuízo no uso racional do tempo e a diminuição da capacidade produtiva dos corpos alcoolizados; além disso, os intelectuais que analisamos alegavam que seus combates ao alastramento dos casos de alcoolismo, tinham como objetivo contribuir para a melhoria da qualidade da saúde física e mental e a salubridade da população brasileira; ademais, defendiam que os “vícios”, particularmente, o alcoolismo, eram uma das causas centrais para o agravamento da insegurança pública, advertindo que o uso rotineiro e imoderado era um fator que causava a propensão à criminalidade; por fim, percebemos nos discursos analisados, o compartilhamento de crenças sobre os malefícios do alcoolismo, tais como a ideia de que ele seria um dos responsáveis pelo número elevado de mortes entre os sujeitos em idade produtiva, a convicção de que o “vício” corrompia a moral e afetava os bons costumes, portanto, as discussões tendiam a defender a abstinência e não o uso moderado e episódico.

4 MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE ALCOOLISMO NA IMPRENSA BRASILEIRA

Ao longo desta seção analisamos as memórias e representações sociais de médicos e agentes religiosos na popularização do discurso antialcoólico, com ênfase nas relações do alcoolismo com o mundo do trabalho, com o campo biomédico, com o sanitarismo, com a salubridade nacional e com a moralidade.

Nos atentamos aqui para as visões de mundo dos intelectuais brasileiros envolvidos com a imprensa jornalística, a fim de percebemos a elaboração dos estigmas sociais em torno dos alcoolistas, todavia, notamos também as considerações acerca das potencialidades toxicológicas das substâncias alcoólicas, as adoções das terapêuticas e os discursos de controle em relação ao papel ordenador do Estado – uma vez que as discussões em circulações nas imprensas médica e religiosa apresentam-se enquanto a gênese do movimento em prol da luta alcoólica no Brasil.

4.1 O trabalho, o uso racional do tempo e o aumento da capacidade produtiva dos corpos

Segundo uma *doxa* que era compartilhada pela comunidade médica e que se constituía enquanto um saber biomédico, o alcoolismo afetava no comprometimento das funções motoras, nas capacidades produtivas dos corpos e na saúde mental dos sujeitos que faziam uso abusivo de bebidas alcoólicas. De acordo com o médico baiano Benício de Abreu, cujo estudo foi publicado na **Gazeta Medica da Bahia**, em 1872, o “[...] uso pernicioso [de bebidas alcoólicas] e á seu agravamento tão rápido [...] [provoca] o abatimento physico e moral cujos tristes affeitos o paiz ainda sente tão atrozmente”; ademais, afiançava que a dependência química provocaria a “[...] prostração quando antes não é ceifada brutalmente por alguma complicação rápida” (GAZETA MEDICA DA BAHIA, 1872, p. 177). No tocante aos efeitos sobre a descendência dos sujeitos alcoolistas, o cronista afirmava que:

Enfim o bêbado não só arruína sua saude, mas compromette com muita antecedencia a de sua próle: em muitos *rachiticos*, *escrofulosos* e *thisicos*, a molestia que os consome tem por causa principal os excessos alcoolicos de seus paes. Enfim algumas observações tenderiam a provar que certos meninos tornaram-se *epilepticos* ou sujeitos ás convulsões por haverem sido proceados durante a embriaguez. (GAZETA MEDICA DA BAHIA, 1872, p. 177, grifos do autor).

Ao longo de suas observações, Benício de Abreu (1872) apontou 32 conclusões apresentadas pelo médico francês Bergeron, o que acabou por se tornar um receituário completo dos “males” provocados pelo alcoolismo. Neste sentido, observamos que a memória acerca do alcoolismo era construída no seio da comunidade médica brasileira a partir dos estudos biomédicos que eram produzidos nas academias internacionais (quadro sociais), com destaque a produção científica francesa, cuja circulação se deu entre os acadêmicos baianos e cariocas⁴⁹.

O alcoolismo estava ancorado no pressuposto da degeneração, sendo constantemente objetivado nos casos clínicos de pacientes que sofriam de doenças infecciosas, como, por exemplo, a sífilis e a epilepsia – doenças crônicas e infecciosas que são transmitidas geneticamente e/ou pelo contato de fluídos durante a concepção – conforme observamos nas considerações do Benício de Abreu (1872).

Na série de crônicas que acabamos de analisar, os malefícios do alcoolismo encontravam-se relacionados com a diminuição da capacidade produtiva do país, tanto no cenário urbano quanto rural, tendo sido associado a hábitos rotineiros dos trabalhadores, como, por exemplo, consumir bebidas alcoólicas em jejum e/ou antes de refeições como o almoço. Seguindo as considerações, o alcoolismo é considerado enquanto uma “[...] desgraça pública” (GAZETA MEDICA DA BAHIA, 1872, p. 178).

A concepção de que o alcoolismo havia se alastrado em várias esferas da vida dos países, tanto industrializados quanto em vias de industrialização, era comumente reportado na mídia brasileira, em especial, a partir da tradução de reportagens internacionais. Em uma série de crônicas, publicadas na **Gazeta Medica da Bahia**, entre os meses de fevereiro de 1878 e março daquele mesmo ano, denominadas de **Memoria sobre a diarrhéa denominada «da Cochinchina»**, cuja autoria era do médico da marinha francesa, Dr. A. Normand, o alcoolismo estava entre uma das principais causas do agravamento dos quadros clínicos dos sujeitos acometidos por infecções digestivas, o que acabava por afetar diretamente na lida diária das tripulações.

Em suas considerações, o médico francês advertia que a circulação ilegal das substâncias alcoólicas ocorria à revelia do que era esperado entre os marinheiros, sendo

⁴⁹ Os pressupostos de que o alcoolismo se constituiria enquanto uma “doença” que era transmitida hereditariamente e que o consumo imoderado durante a gravidez provocaria complicações e má formação do feto e do(a) neonato(a), conforme era possível se ler em reportagem publicada na **Gazeta Medica da Bahia**, no ano de 1888, estavam presentes tanto na literatura médica brasileira quanto europeia. Ressaltamos, à guisa de exemplificação, que essa era uma das “lições” defendidas no Congresso para estudo da tuberculose, ocorrido naquele mesmo ano na cidade de Limoges, na França, o que um dos correspondentes internacionais do jornal baiano fez questão de destacar.

um problema a ser observado em outras regiões do mundo. Neste sentido, a memória que se buscava forjar era de que as substâncias alcoólicas, em especial, as bebidas alcoólicas fermentadas indevidamente agravavam no uso racional do tempo, no trabalho com as atividades de guerra e na capacidade produtivas dos corpos, havendo o risco de que patologias de “fácil” tratamento, a exemplo das disenterias, poderiam “evoluir” até quadros mais graves, causando aumento da mortalidade entre as tripulações (GAZETA MEDICA DA BAHIA, 1878).

O pressuposto de que a memória em torno do alcoolismo se construiu a partir da correlação entre a produção brasileira e a literatura científica internacional, em especial, a associação da dependência química aos danos ao corpo e à capacidade laborativa, pode ser exemplificada novamente com base em uma série de crônicas publicadas no ano de 1884, no jornal **Gazeta Medica da Bahia**, de autorias desconhecidas, dedicadas ao estudo de diversas patologias físicas e mentais. Em uma dessas reportagens, podia-se ler que:

O costume trivial de usar do alcool de um modo regular parece não produzir danno, cedo ou tarde, porém, chega o dia da expiação. Muitos homens que se dão a trabalhos rudes teem o habito de tomar o que elles consideram uma quantidade moderada de estimulantes, que não lhes causa o minimo inconveniente em quanto elles entregam-se a trabalhos activos; quando, porém, chega o tempo em que elles trabalham menos ou fazem menos exercícius, consumindo todavia a mesma quantidade de estimulantes, então é que o rim se obstruem e a hydropesia afinal sobrevem. (GAZETA MEDICA DA BAHIA, 1884, p. 330-31).

A supracitada crônica era dedicada ao estudo de uma patologia, denominada de albuminúria⁵⁰, estudada e objeto de experimentos biomédicos, empreendidos por médicos ingleses, cujas referências incluíam apenas seus primeiros nomes, o que acabou por dificultar nossa localização dos referidos estudos e os resultados que foram publicados no periódico **British Medical Journal**⁵¹, em agosto de 1884. Ao tratar da referida doença, cujas causas eram diversas e os riscos eram maiores durante a velhice, o autor

⁵⁰ A doença era considerada uma moléstia crônica, “condição mórbida do sangue”, responsável por impedir a circulação dos fluidos renais e circulatórios e sua causa era associada aos hábitos alimentares, dentre os quais estaria o uso imoderado de bebidas alcoólicas. Todavia, a referida doença teria causas diversas, entre elas estariam: o frio, o alcoolismo, as fadigas mentais, o trabalho excessivo, a ingestão de metais pesados, como, por exemplo, o chumbo, além da falta de higiene das “classes inferiores” (GAZETA MEDICA DA BAHIA, 1884, p. 327-30).

⁵¹ Este jornal era mantido pela British Medical Association, agremiação de médicos britânicos, dedicado a publicação de estudos experimentais, terapêuticos e casos clínicos observados nos hospitais e hospícios, sobretudo, na cidade de Londres.

desconhecido aconselhava, com base nos médicos arrolados em sua crônica, a prescrição de “atividade funcional” e a mudança nos hábitos alimentares, a fim de que fossem minimizados os riscos à saúde dos sujeitos acometidos por essa patologia. Entretanto, sentenciava que o seu aparecimento apontava para o funcionamento indevido do sistema excretor e prescrevia aos trabalhadores a abstinência enquanto método preventivo eficaz.

No tocante à abstinência enquanto método preventivo, ela teve maior aceitação, inicialmente, na imprensa evangélica. A concepção de que o alcoolismo estava inevitavelmente associado à criminalidade, à mortalidade e à pobreza encontrava-se presente em crônica publicada em **Imprensa Evangelica**, no ano de 1890, sob o título de **O alcool e seu balanço passivo**, na qual as representações sociais em torno da dependência química objetivava-se por meio de dados estatísticos nacionais e internacionais, sendo apontado que “a miseria produz o alcoolismo e o alcoolismo duplica a miseria, tolhendo o vigor do braço e a moralidade do trabalho”. Nessa matéria o alcoolismo era representado como sendo uma fraqueza do espírito humano e avesso aos preceitos cristãos, especialmente, os princípios de pureza, moralidade, castidade e benevolência, uma vez que:

A toda esta gente que trabalha para cultivar plantar alcoolicas acrescentamos todos os outros que fabricam as machinas necessarias para preparar o alcool, a cerveja e o vinho, e todos os outros que vendem produtos alcoolicos. Está, pois a decida parte do mundo civil empregada a fabricar veneno e a distribuill-o, o que vale o mesmo que trabalhar para esvaziar as casas e para povoar os hospicios dos pobres, os hospitaes, os asylos dos alienados e os ergástulos! (IMPRESA EVANGELICA, 1890, p. 4).

De acordo com as considerações do fragmento acima, mesmo os produtores agrícolas (pequenos, médios e grandes produtores rurais), perpassando pelos artífices e fabricantes de bebidas alcoólicas, todos estavam em um comércio funesto e perigoso ao bem-comum, uma vez que as representações sociais acerca dos alcoolistas estavam ancoradas e objetificadas na loucura (hospícios), na vida desregrada (abandono dos lares) e no adoecimento físico e mental (hospícios, hospitais e asilos). Conforme dissemos anteriormente, a abstinência, promovida pelo movimento da temperança, recebeu acolhida, primeiramente, na imprensa religiosa. No tocante à imprensa médica, os ensinamentos do movimento era motivo de debate e contenda.

Segundo o **Anuario Medico Brasileiro**, não havia consenso por parte da comunidade médica sobre os benefícios nutricionais e terapêuticos do vinho,

especialmente, aqueles de natureza artificial, produzidos a partir da adição alcoólica em substratos da fermentação natural. Segundo Carlos Costa, em representação apresentada pelo médico carioca, Dr. Campos da Paz, em 1888, à Assembleia das Províncias, os vinhos artificiais apresentavam altos índices de morbidade e mortalidade, pois derivavam de álcoois de “má qualidade” o que acaba por promover a prostração do corpo produtivo.

A despeito disso, Campos da Paz havia apresentado dados estatísticos sobre as províncias de São Paulo, Maranhão, Bahia, Pará, Pernambuco e Espírito Santo, baseados no Relatório da Inspeção Geral de Higiene, publicado em 1887, no qual os índices de hospitalização em decorrência do alcoolismo e aumento nas taxas de mortalidade, apontavam para o alastramento da “doença”. Ao fim, Costa (1888, p. 101) clamava por medidas legais “[...] contra os falsificadores, quer de vinhos, quer de substancias alimentares”.

Na mesma edição Costa (1888) comentava sobre o parecer produzido pela Inspeção Geral de Higiene, em 1888, sobre a fraude e a falsificação das bebidas alcoólicas, elaborado pelos médicos Domingos José Freire, Luciano de Moraes Sarmiento e Arthur Fernandes Campos da Paz (relator). Segundo o cronista, era necessário “[...] que esta questão saia de uma vez do campo das individualidades e dos caprichos e sejam finalmente tomadas serias providencias contra os falsificadores [...]”, uma vez que seria dever do corpo legislativo promulgar “[...] leis correctivas contra esses males; sera esse o serviço real prestado a pátria, mais serio que as intermináveis questiúnculas politicas que absorvem o tempo e o dinheiro”. Em seu discurso encontrava-se presente os prejuízos do alcoolismo para o conjunto de trabalhadores, sobretudo, braçais, cuja toxicidade alcoólica impediria o uso racional de suas capacidades (ANNUARIO MEDICO BRASILEIRO, 1888, p. 102).

A despeito da influência de Campos da Paz no cenário nacional, em prol da luta antialcoólica, em 1897, no jornal **O apostolo...**, foi publicada nota sobre uma de suas conferências públicas, na qual o periódico católico informava que:

A importancia do assunto [alcoolismo] que versa sobre a mais terrivel das pragas sociaes e cuja repressão só encontra efficaz remédio que actue sobre o individuo como sobre a sociedade, autorisa-nos a chamar a attenção publica e a presença da parte intelligente de nossa sociedade para comparecer á conferencia do Sr. Dr. Campos da Paz. (O APOSTOLO..., 1897, p. 1).

Neste ponto é possível observamos a confluência de interesses entre médicos e religiosos no debate público sobre as estratégias de enfrentamento do alcoolismo, assim, os anseios de ambos os grupos se aproximavam a partir da retórica moralista e se afastavam quanto a regência dos agentes na gerência da educação moral. Consideramos que o pressuposto moral estava presente, tanto no jornalismo médico quanto religioso, todavia, o pressuposto da degeneração e seus possíveis impactos na produção econômica, encontrou maior respaldo na imprensa médica.

Segundo crônica do **O apóstolo...**, divulgada em 1880, com título **Bebidas alcoolicas**, um simples gole de substâncias com, por exemplo, cognac, antes das refeições não produziam maiores estragos, todavia, o consumo rotineiro e de estômago vazio (jejum) de diversas bebidas, dentre elas o próprio cognac, rum, tália, genebra e diversos licores fortes, produzia enormes desordens, em especial, no sistema digestivo. Logo, “os órgãos digestivos acabam por exigir quantidades crescentes de álcool para o cumprimento das suas funções e estas, afinal, perturbam-se, extinguem-se o apetite, sobrevém, a dyspesia, a flatulência, dôres gástricas, vomitos nervosos [...]”, portanto, de acordo com o cronista, a medicina já havia demonstrado a relação entre o alcoolismo a decadência física dos corpos, informando sobre os alcoolistas que “[...] a sua magresa, tremor continuo, e, o que é de tudo o mais horrível, o estado moral [...]” (O APOSTOLO..., 1880, p. 2). Portanto, por meio das representações sociais do cronista, além do estrago moral, o alcoolista estava ancorado na decrepitude dos corpos dos alcoolistas.

Segundo a memória dos médicos brasileiros que se dedicavam ao estudo do alcoolismo, dentre seus potenciais riscos estava a degeneração racial, aspecto que preocupava os agentes políticos e econômicos, uma vez que causava impactos na economia e aumento nos casos de tratamento e internações hospitalares, asilares e manicomiais. Todavia, o tema do alcoolismo também estava relacionado com a concepção, pois sua relação encontrava-se diretamente conectada com os interesses produtivos. Assim, foi publicado em 1897, no jornal **O Brazil-Medico**, uma crônica intitulada **Relações entre o alcoolismo e a concepção**, traduzida da revista **Sociedade de Medicina Pública de Paris**, trazida à baila um ano antes pelo médico francês Dr. A. Prnard, na qual afiançava que “numerosas observações demonstram infelizmente que os alcoolicos não perdem nem a *potencia coeundi* nem a *potencia generandi*”, ou seja, o intelectual via com desalento o fato de que os alcoolistas mantinham seus vigores sexuais

e não tinham comprometimento da capacidade reprodutiva, o que supostamente gerariam uma infinidade de descendentes degenerados⁵².

E' preciso considerar de outro lado que o alcoolismo não acarreta a esterilidade. A impregnação pelo alcool dos elementos reproductores masculinos não os altera sufficientemente de modo a destruir inteiramente sua impulsão evolutiva, mas infelizmente como veremos, imprime nesses elementos macula indelevel. [...] Verei como são numerosas as observações em que a idiotia, a imbecilidade, a hydrocephalia, a epilepsia reconhecem como causa o alcoolismo. Verei mulheres casadas com homens são gerando filhos são e vigorosos; depois, enviuvando, casão com um alcoolico e produzem filhos que morrem de convulsão em tenra idade ou tornão-se idiotas e epilépticos. (O BRAZIL-MEDICO, 1897, p. 79).

Os argumentos acima expostos, serviam para alertar sobre os riscos públicos da dependência química, neste sentido, o médico francês apontava uma série de conclusões, que tinham como finalidade prevenir a sociedade sobre os perigos do alcoolismo: i) bebidas como vinho, cerveja, cidra etc., produzidas pela fermentação regular, consumidas de forma moderada não causariam inconvenientes, todavia, “[...] além de uma certa dose, produz efeitos funestissimos sobre a saude physica e moral da população, sobre o futuro da raça e subsidiariamente sobre as despesas crescentes de assistência para os hospitaes e para os asylos dos alienados”; ii) a adulteração, com adição de forfurol, a fusel, *bouquets* artificiais, óleos de vinho, aldeídos e diversas outras essências, poderiam tornar as substâncias alcoólicas venenos “violentos”; iii) o combate do alcoolismo se daria pela diminuição dos teores alcoólicos das substâncias lícitas e da quantidade lícita ingerida de modo regular. Segundo as prescrições do médico francês, as substâncias alcoólicas em si não eram o problema, este decorreria do teor, da falsificação e da quantidade média consumida. Em suas argumentações, encontramos também uma defesa dos produtos de origem europeia em detrimento das demais substâncias alcoólicas fermentadas, a exemplo da aguardente, que era um produto de origem americana. Neste ponto, percebemos o dissenso entre a imprensa religiosa – defensora do movimento da temperança – e a imprensa médica – esta última parcialmente defensora dos benefícios

⁵² Neste mesmo sentido, foi publicado no ano de 1898 uma crônica, **A herança alcoólica**, de autoria do também médico francês Dr. Ladame, na qual informava que “as manifestações da herança alcoólica podem provir, ou da acção toxica directa do veneno sobre o germen, ou da influencia mórbida geral ou especial, exercida pelos pais alcoolisados sobre a sua prole respectiva. Neste ponto de vista, o alcoolismo concommittante á fecundação, e mais ainda o alcoolismo durante a prenhez e o aleitamento, tem as mais funestas consequencias” (O BRAZIL-MEDICO, 1898, p. 263).

nutricionais e terapêuticos do uso dos álcoois e de determinadas substâncias, a exemplo do vinho.

A preocupação crescente com os impactos do alcoolismo no sistema dos países industriais e/ou em vias de industrialização, tornava-se uma pauta hodierna, a exemplo disso, encontramos uma correspondência encaminhada à redação do jornal **O Brazil-Médico**, feita pela Sociedade Médica de Paris, cuja publicação se deu no ano de 1900. Na referida correspondência, os autores traziam dados estatísticos que apontavam para os impactos no sistema produtivo, alegando-se que:

- Enquanto se instaura o processo do álcool e são apurados os seus malefícios, deve-se evitar tudo que possa parecer exxagero, convindo apenas tornar patente os inconvenientes do alcoolismo, sem contudo conear o uso do vinho. Não é nos paizes vinicolas que o alcoolismo produz mais estragos, mas sim nos paizes industriaes, onde o operário consome geralmente o álcool chimico. (O BRAZIL-MEDICO, 1900, p. 187).

Novamente, a partir da literatura médica francesa, encontramos uma defesa do vinho enquanto substância de baixo potencial tóxico, certamente, indício do combate as substâncias alcoólicas que não tinham valor de mercado nas sociedades europeias. Assim, a correspondência argumentava para as propriedades nutricionais do vinho e condenava as substâncias, cujo interesse de mercado não produzia benefícios para a sociedade francesa, o absinto, a vodka e a cachaça.

Devemos ter em vista ainda que o álcool, entre fins do século XIX e início do século XX, estava envolvido na discussão sobre sua natureza alimentar. A exemplo disso, na crônica **E' o álcool um alimento?** de autoria desconhecida, argumenta-se que essa discussão era importante, uma vez que se relaciona diretamente aos “[...] interesses agrícolas, commerciaes, industriaes, fiscaes que esta questão affecta, [pois] tantas pessoas andam empenhadas em uma campanha violentissima contra o álcool [...]”. Segundo a crônica:

[...] reconheçamos que o álcool póde servir de alimento nas condições em que elles se colloraram. Isto não impede que se deva continuar a lucta contra o alcoolismo. Os que bebem álcool não acceitariam nunca tomal-o em pequenas quantidades e no estado de diluição [...] tomal-o-hão sempre no estado concentrado de modo a experimentarem a sensação excitante que procuram [...]. (O BRAZIL-MEDICO, 1903, p. 129).

Ainda de acordo com as proposições da crônica acima recortada, “e’, pois, certo que o modo como se toma o alcool é nocivo”, todavia, quanto ao uso de substâncias específicas, a exemplo do vinho, os movimentos da temperança, por exemplo, se baseavam em argumentos morais e não científicos, de modo a prescrever a abstinência, à revelia do que os estudos científicos apontavam, a saber, sua natureza alimentar e os benefícios de seus compostos para o bom funcionamento do sistema cardiocirculatório.

O alcool empregado em pequenas quantidades actua como um excitante do systema nervoso e em doses muito diminutas pode ser util em certos casos, em guisa de medicamentos, como, por exemplo o quinino. A historia das raças humanas mostra que o abuso do alcool as arrasta necessariamente á perdição. E’ assim que desaparecem actualmente os povos selvagens. O alcool é igualmente hoje um elemento de decadencia physica e de ruina moral para a maior parte das nações européas. (O BRAZIL-MEDICO, 1903, p. 130).

Portanto, o combate defendido pelo cronista de **O Brazil-Medico**, afiançava que a luta não deveria versar especificamente sobre o álcool, em desconsideração de suas capacidades nutricionais e terapêuticas, e sim em torno do alcoolismo, visto enquanto fator de degeneração racial, decadências moral e propensão ao crime; e sobre o alcoolista, decadente em sua estrutura física, arruinado em sua capacidade mental, tal como se observava nas nações estrangeiras, onde o bem-comum era seus sistemas de produção econômica. Logo, o Brasil, se se pretendia uma nação grandiosa, era necessário observar as ações externas, em prol do combate ao alcoolismo, e adotar aquelas que melhor lhe adequasse, a saber, adaptar os pressupostos da abstinência e educação moral ao seu modo e organização.

Ainda de acordo com a crônica do jornal **O Brazil-Medico** (1903), um fato era inegável, o alcoolismo levaria inevitavelmente ao desaparecimento dos “selvagens” e “indesejáveis”, logo, ele [o alcoolismo] mesmo que perigoso, cumpriria um papel importante no processo de remodelação da sociedade, a saber, extirpar o Brasil dos grupos inferiores e promover o tão almejado branqueamento social da nação.

Em 1909, o tema do alcoolismo voltou animar a imprensa religiosa, a exemplo disso, em **O apóstolo: organ official da Diocese**, foi publicada a crônica **O alcoolismo**, de autoria desconhecida, em que encontramos uma defesa da educação moral, dessa vez, dos jovens, sobretudo, dos(as) filhos(as) de pais alcoolistas, uma vez que o caminho mais seguro seria “[...] educar os filhos na sobriedade, vigial-os, attentamente, acostumar-os ao trabalho, que ennobrece, reprimir (isto toca muito de perto a governança) a vadiagem,

que corrompe a sociedade, além de empobrecel-a”. Neste sentido, a luta contra o alcoolismo estava baseada no combate ao consumo, sobretudo, de jovens e potenciais trabalhadores; no saneamento moral da sociedade; no aumento da oferta de unidades escolares e postos de trabalho; cujos agentes religiosos afiançava que “a’ frente, como sempre, vai a Igreja” em defesa dos que sofriam os “funestos” males do alcoolismo, “[...] esses pobres meninos, debilitados desde o abrir da existencia, rachiticos, idiotas, esses brutos criminosos, homicidas, com os quaes o alcoolimo povoou nossos cárceres, vede as fontes da vida infestada, as gerações marcadas, desde sua origem com os vicios mais vergonhosos” (O APOSTOLO: ORGAM OFFICIAL DA DIOCESE, 1909, p. 3-4).

No quadro geral, percebemos que agentes médicos e religiosos orientavam suas defesas em prol da luta antialcoólica a partir de valores morais, todavia, o tema da educação moral estava melhor representando na imprensa religiosa, suposta “guardiã” dos interesses cristãos e a “empresa” mais preparada para o enfrentamento da imoralidade social, logo, em seus discursos, despontava o ideário de contenção social por meio da educação moral. Todavia, ambos os grupos se revestiam da retórica de defesa do bem comum (reformadores da saúde), da coletividade, do “futuro” da nação, de seu progresso social e material, na qual partilhavam e registravam os impactos do alcoolismo no bem-estar físico e mental dos corpos dos sujeitos acometidos pelo “vício” e os danos a salubridade.

4.2 A saúde física e mental e a salubridade

Em uma série de crônicas, publicadas entre os meses de setembro de 1871 e janeiro de 1872 na **Gazeta Medica da Bahia**, cuja autoria⁵³ foi do médico Benicio de Abreu e o título era **Observações sobre os perigos que traz após si o abuso das bebidas alcóolicas**, notamos o tratamento do tema do alcoolismo, associado às patologias físicas, com ênfase no agravamento dos quadros clínicos e da incidência da mortalidade entre os alcoolistas. Dentre as patologias que seriam agravadas pelo uso abusivo de substâncias alcóolicas encontravam-se a varíola, a febre tifoide, a disenteria e a cólera, neste ponto o médico pontuou que “[...] não ha duvida em que ellas sejam perturbadas em sua marcha pelo estado de congestão que entretem em todos os tecidos a penetração do alcool; basta

⁵³ O estudo foi republicado a partir da **Gazeta Medica de Paris** e produzido inicialmente pelo médico francês Bergeron, contudo, a tradução e os comentários adicionados foram realizados pelo médico da Faculdade de Medicina da Bahia e suas publicações se deram em cinco partes.

citar como prova a marcha lenta do catarro agudo dos bronchios e dos intestinos nos bebedores” (GAZETA MEDICA DA BAHIA, 1872, p. 176).

Observamos, com base nas crônicas assinadas por Benicio de Abreu (1872), de que os malefícios causados pelo alcoolismo estavam ancorados e objetivados no suposto “agravamento” dos quadros clínicos dos pacientes que eram acometidos de moléstias infecciosas e no “surgimento” de morbididades como: alucinação, paralisia, sangramentos e vômitos. Ademais, percebemos que a memória da categoria médica, se pautava na ratificação dos resultados que eram apresentados pela literatura médica internacional; à luz também dos saberes que eram produzidos localmente pela comunidade médica, tanto da Bahia quanto do Rio de Janeiro, a exemplo disso, encontramos os usos de termos como a “veracidade”, a “validade”, a “exatidão” e a “precisão” nos comentários que eram adicionados pelo intelectual baiano ao longo de suas preleções sobre o alcoolismo. Neste sentido, a imprensa médica passava a tratar o alcoolismo enquanto um processo de intoxicação.

Na crônica, com título **Bebidas alcoolicas**, publicada no jornal **O apostolo...**, em 1880, os dados estatísticos apontavam o alcoolismo enquanto principal causa de morte, em países como Alemanha, além de estar diretamente relacionado ao agravamento de doenças no trato digestivo, em que “encrespa as suas membranas, enrugam a mucosa e predispõe às indurações e aos cancros nessa região” (O APOSTOLO..., 1880, p. 2). Logo, o caminho mais seguro, não seria a moderação e sim a abstinência, pois o corpo do sujeito alcoolista requeria doses crescentes, e os hábitos em associação às predisposições, concorriam para a dependência química incurável. Notamos, primeiramente na imprensa religiosa, a defesa em prol da abstinência, contudo, essa não era uma particularidade apenas dos agentes religiosos, pois na imprensa médica havia também quem compartilhava dessa acepção.

Na crônica **O café e as bebidas alcoolicas**, publicada em **O apostolo...**, em 1882, os leitores tomaram conhecimento da realização, em Genebra, do Congresso contra o alcoolismo, no qual o Brasil havia sido representado pelo Barão de Teresópolis, sendo informado sobre os novos conhecimentos acerca das causas do alcoolismo, dos quais se destacavam: i) deficiência das águas potáveis ao consumo humano; ii) “vício” enraizados na educação física e nos regimes alimentares durante a primeira infância; e, iii) ausência do consumo do café em substituição das bebidas alcoólicas. Conforme podemos ver, a participação brasileira no congresso, tinha como objetivo maior a popularização da “bebida nacional por excelência” enquanto método profilático eficaz no combate ao

alcoolismo. Neste ponto, observamos a defesa dos produtos nacionais em detrimento das bebidas alcoólicas, cujos interesses econômicos se fundiam aos interesses sanitaristas e moralistas das elites brasileiras.

De acordo com nossa interpretação, a participação brasileira no congresso suíço, além da crescente preocupação com relação ao combate do alcoolismo, tinha por finalidade a popularização do café enquanto substituto natural das substâncias alcoólicas, que além de suas propriedades nutricionais e terapêuticas, era visto como importante estimulante natural dos corpos que diretamente estavam envolvidos com os serviços braçais.

Em crônica assinada pelo Dr. Saury, na seção Clínica Psiquiátrica, do jornal **O Brazil-Medico**, em 1890, com o título **Hallucinação nos melancólicos**, era informado aos leitores que a patologia, também reconhecida como “delírio triste”, trata-se de um transtorno mental, de causas múltiplas, mas que se potencializava a partir da intoxicação, dentre elas alcoólica.

As desordens sensoriaes são ás vezes tão activas, não só quanto á intensidade como á diffusão, que dominam absolutamente a scena mórbida, a ponto de se poder caracterisar com o nome de *delirios hallucinatorios* estes estados de perturbação mental. Taes se apresentam, principalmente, os acessos de alcoolismo agudo, e de modo geral, todos os delirios de origem toxica. (O BRAZIL-MEDICO, 1890, p. 303, grifos do autor).

Portanto, de acordo com Saury (1890), as intoxicações, diferente da loucura propriamente dita, poderiam acometer os sujeitos, causando-lhes tremores, perda parcial e reversiva da visão, ataques de violência e em casos mais graves, a morte. Essas concepções biomédicas, se amparava na memória coletiva que foi se desenvolvendo em fins do século XIX e início do século XX, de que o alcoolismo, por se tratar de um “vício”, de alta periculosidade social, devia ser combatido por meio de medidas conjuntas, entre os setores da sociedade brasileira, a fim de que seus danos fossem minorados. Dentre as ações recomendadas encontrava-se a abstinência.

Ressaltamos, com base na análise das crônicas médicas, que o alcoolismo era constantemente associado aos problemas físicos e mentais; com relação aos primeiros, dentre as principais patologias estavam os problemas cardiorrespiratórios⁵⁴,

⁵⁴ Em crônica assinada no ano de 1891, **Frequencia dos aneurismas da aorta na Bahia**, cuja autoria era do médico Nina Rodrigues, tratou-se das conclusões apresentadas pelo médico baiano Alfredo Britto, catedrático da Faculdade de Medicina da Bahia, discutida na Sociedade Médica da Bahia, em 1890, em que

especialmente, aos ataques cardíacos e às doenças infecciosas, a exemplo da tísica e da tuberculose. No tocante aos problemas mentais, além da “loucura”, patologia em que se ancorava as representações sociais dos médicos brasileiros, encontramos também a “neurastenia” – desordem mental que era associada ao gênero feminino, especialmente, a partir dos estudos psicanalíticos de orientação freudiana, cuja crença prevalecente em fins do século XIX e início do século XX era de que o uso de substâncias alcoólicas potencializava seu aparecimento e agravamento do quadro clínico⁵⁵. A respeito disso, foi republicado em 1891 uma crônica, intitulada **Pathogenia das afecções cardíacas de crescimento e de surmenagem**, publicada inicialmente no jornal estadunidense **Bull Medical**, em 1890, escrita pelo médico de mesma nacionalidade Adolphe Bloch, na qual era informado aos leitores que: “nos ascendentes encontram-se, com efeito diversas moléstias hereditárias; tendo como principais: a tuberculose pulmonar, o nervosismo (neurasthenia) e o alcoolismo” (GAZETA MEDICA DA BAHIA, 1891, p. 177).

Com base nesta última crônica, o alcoolismo, em associação às demais patologias crônicas e mentais, afetava o sistema cardiorrespiratório, sendo uma “[...] *predisposição mórbida* por herança [...]”, uma vez que a memória coletiva forjada no seio da comunidade médica julgava que “quando se conhecem os pais d’aquelles que se acham assim acomettidos de hypertrophia [cardíaca] é fácil verificar a transformação d’essas moléstias hereditárias na descendência”. Portanto, o cronista – cuja identidade era desconhecida – sentenciava que “aquelles que apresentam, pois, hypertrophia cardiaca de crescimento são degenerados nos quaes a tara hereditaria impedio o desenvolvimento regular do coração [...]” (GAZETA MEDICA DA BAHIA, 1891, p. 177-78, grifos do autor), neste caso, os danos seriam irreversíveis e os descendentes de sujeitos alcoolistas

o aneurisma cerebral tinha como fatores de risco: “além do alcoolismo, o tabagismo, a syphilis, as emoções moraes repetidas e outras causas cosmopolitas [...]”. Conforme depreendemos, na memória coletiva da comunidade médica baiana, circulava o pressuposto de que os problemas cardiorrespiratórios tinham como agravamento hábitos hodiernos, como, por exemplo, as dependências químicas ao tabaco e as substâncias alcoólicas e práticas sexuais “imorais” que eram fruto de um modo de vida “desregrado”, apontado pelo uso de expressões como “causas cosmopolitas”, “*comune malum*” e “emoções moraes repetidas”.

⁵⁵ Em crônica publicada em **O Brazil-Medico** pelo médico Moreira Guimarães, em 1894, sob o título de **Neurasthenia cerebral**, foram narrados casos clínicos de desordem mental em pacientes do gênero masculino, cuja gênese da patologia era causada pelo alcoolismo. Nesta crônica era possível ler que “trata-se de um caso de neurastenia cerebral com verdadeiras *abcessões*, caracterizadas por *emoções*, que motivaram os actos espectaculos [...] o caso do alfaiate é um verdadeiro caso de hysteria, para a qual concorreu o alcoolismo”, neste estudo foi observado como as predisposições hereditárias, associadas com as emoções amorosas e o alcoolismo poderia potencializar as formas mais graves de doença mental, todavia, percebia-se que “teve o doente hysteric, cuja moléstia cedeu logo que deixou de usar o alcool. Havia no alcoolismo que na entrelinha as manifestações hystericas” (**O Brazil-Medico**, 1894, p. 245, grifos do autor). Se tratando desse caso observamos certo distanciamento sobre os paradigmas predominantes na Psiquiatria, pois a neurastenia deixava de ser uma patologia feminina e se tornava um distúrbio comum, cujo alcoolismo seria enquanto gatilho e/ou fato de risco.

seriam inevitavelmente degenerados. Durante os anos iniciais da década de 1890, encontramos diversas preleções contra o alcoolismo, em especial, por gerar danos com gastos públicos para tratamento da saúde da população. Neste ponto, além dos riscos coletivos, estava a crença dos agentes públicos e médicos, dos prejuízos monetários, do aumento das internações e recolhimentos e do *déficit* causados pelos alcoolistas no sistema produtivo.

Com a implantação do regime republicano, novas pautas políticas, econômicas e sociais ganharam espaço nas agendas públicas do governo central, dentre os quais destacamos o combate ao alcoolismo, cujas representações sociais ancoravam-se na suposta degeneração social e no temor público. A exemplo disso destacamos as considerações presentes na crônica **O medo**, publicada em 7 de março de 1891, sob a assinatura do codinome Dr. Ph Marechal, na qual o cronista informava que “[...] o terror é causado pela supressão completa das funções do cérebro, que abandona o ser desvairado ao impulso dos seus órgãos nervosos inferiores”, portanto, o medo seria o resultado de uma falta temporária da capacidade cognitiva cerebral, cuja ação das substâncias alcoólicas, comprometeria as ações dos alcoolistas, uma vez que a “condições de temperatura e de pressão são inteiramente favoráveis às congestões de toda especie [...]” e “o bulho e a espinha dorsal congestionam-se, as funções que determinam o movimento e a respiração se eliminam” (IMPrensa EVANGELICA, 1891, p. 7).

Neste sentido o referido Dr. Ph. Marechal (1891) argumentava que:

Si fosse preciso ampliar-se esse estudo, bastar-nos-iam os phenomenos intellectuaes do alcoolismo chronico para de modo frisante estabelecer estas fórmas de manifestação do medo. A inquietação, o medo, a angustia, o temor, taes são os symptomas predominantes do alcoolismo. É elle o ponto de partida para as complicações cerebraes, como descario, a idéa do suicídio, os actos extravagantes que são muito communs entre os indivíduos que se entregam ao abuso do alcool. (IMPrensa EVANGELICA, 1891, p. 8).

Neste ponto percebemos que a representações sociais do cronista do jornal protestante sobre o alcoolismo, transformava a dependência química em um fator de risco à sociedade, em especial, pela propensão do alcoolista aos atos violentes, ao autoflagelo, às alucinações e ao suicídio, tal como observamos na imprensa médica brasileira, cuja ancoragem e objetivação do alcoolismo era comumente associado à degeneração mental e física, à criminalidade e à autodestruição.

A concepção de que o alcoolismo se tratava de uma patologia hereditária encontrava expoentes, especialmente, entre a categoria médica, a esse respeito foi resumida e traduzida no **O Brazil-Medico** (1892, p. 29) uma crônica assinada pelo médico francês Tarmowsky⁵⁶, em que o médico afiança que:

E' facil de avaliar a variedade de phenomenos que podem apresentar os doentes nos quaes, em virtude da herança, se vê coincidirem com as manifestações da syphilis cerebral ou se succederem os symptomas da neurastheunia, da hysteria, da epilepsia ou ainda do alcoolismo chronico. [...] a producção de phenomenos nervosos de natureza completamente diversa, que não são manifestações desta moléstia, mas a consequencia de uma disposição hereditaria, alcoolismo, traumatismos, etc. (O BRAZIL-MEDICO, 1892, p. 29).

Com base nesses argumentos, o alcoolismo tinha como causa maior a transmissão hereditária de caracteres, cujas representações sociais dos médicos, tanto brasileiros quanto estrangeiros, ancoravam-se nas doenças mentais, mas que tinham estreita relação com doenças infecciosas, a exemplo da sífilis. Todavia, algumas outras doenças crônicas eram vistas enquanto resultado da combinação de fatores sociais e hereditários, a exemplo do alcoolismo.

O alcoolismo era tratado na literatura médica como principal causa para o aparecimento da cirrose hepática, em decorrência, sobretudo, das necropsias que eram feitas nos órgãos dos sujeitos alcoolistas e/ou mortos por doenças infecciosas. Em crônica traduzida e publicada no jornal **O Brazil-Medico**, em 1892, intitulada **Tratamento das cirrroses**, do médico Dujardin Beaumetz, o texto informava que existiam diversos tipos de cirrose, todavia, o estudo tratava especificamente da “[...] chamada *cirrrose alcoolica* ou dos *bebedores*” (O BRAZIL-MEDICO, 1892, p. 363, grifos do autor).

Sob o ponto de vista etiologico a cirrhose é a moléstia profissional por excellencia, e póde-se dizer que o maior numero de cirrhoticos o são por sua profissão. Nas experiencias que eu emprehendi com Andigé desenvolvendo alcoolismo chronico em porcos pela administração quotidiana de alcools de diversas especiais pelo estomago, provocamos grande numero de symptomas e lesões do alcoolismo, sem nunca conseguir obter a cirrhose hepática e isto em virtuse da disposição anatômica do figado n'estes animais. Pouco mais ou menos a similitantes resultados chegaram todos os investigadores que experimentaram sobre animaes. (O BRAZIL-MEDICO, 1892, p. 365).

⁵⁶ Crônica publicada inicialmente no jornal **Annales de Dermatologie et de Syphiligraphie**, no mesmo ano.

Com base nas conclusões de Beaumetz (1892), a cirrose hepática era o resultado de uma intoxicação de longo prazo, acometida nos seres humanos a partir do consumo de quaisquer substâncias alcoólicas (de baixo, médio ou alto teor alcoólico). Todavia, seus experimentos tomaram como escopo a utilização de porcos, em favor da crença de que os mesmos tinham similaridades com os sistemas digestivo dos seres humanos, mesmo que os experimentos tenham demonstrado resultados negativos quanto o aparecimento da referida patologia. De acordo com o médico francês, nos casos dos bebedores, a cirrose poderia ter cura, desde que tratada e o consumo regular de substâncias alcoólicas fossem suspensas. Nas autopsias que realizou em seres humanos, diferente do que foram observamos nos porcos, encontraram-se crescimento irregular do fígado (tecido conjuntivo e “degeneração gordurosa dos lóbulos”), coloração amarelada e o agravamento de outras morbidades adicionais, a exemplo de tuberculose e das doenças cardiorrespiratórias (O BRAZIL-MEDICO, 1892).

No referido estudo, o médico francês apontava o alcoolismo enquanto causa principal da cirrose hepática, tendo como base estudos de mesma natureza que eram produzidos por outras autoridades médicas, cujos resultados ratificavam suas considerações. Neste sentido, a memória coletiva em torno do alcoolismo o apontava enquanto fator de risco e causa morte para os casos de intoxicação alcoólica, sendo prescrito leite e hipurato de cálcio, conforme a terapêutica francesa convencionava. Sobre a adoção dessa terapêutica entre os médicos brasileiros, não encontramos vestígios que apontavam a utilização do cálcio, contudo, o leite e a quinina apareciam enquanto procedimentos comumente adotados.

A adoção de terapêuticas controversas, como, por exemplo, o uso de opioides, aparecia na literatura médica jornalística para o tratamento e “cura” do alcoolismo. A exemplo disso, encontramos as argumentações de Marcio Nery (1865-1911), Assistente de Clínica Psiquiátrica, da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, cuja crônica foi publicada em 1893 no jornal **O Brazil-Medico**, com o título **A loucura alcoolisma e seu tratamento**.

De acordo com o médico carioca, em estudo realizado no Hospital Nacional de Alienados, também sediado na capital federal: “substancias toxica que vae lentamente minando o organismo, o alcool em suas múltiplas fórmãs, e tomando tanto em pequena como em grandes libeções, é que tem concorrido com o maior contingente de loucos e cardiopathas [...]”, resultado que segundo ele se sustentava em “verdade”, observada a partir de seu tirocínio médico na referida instituição, todavia, fazia questão de pontuar

que “[...] nem todos [os pacientes] sofrem de loucura alcoolica” (O BRAZIL-MEDICO, 1893, p. 2).

Nery (1893) fez questão de afirmar que o potencial tóxico do álcool era consenso entre os médicos, especialmente, aos especialistas que estudavam saúde mental, todavia, as terapêuticas eram diversas e a eficácia inconclusiva em muitos casos. O médico carioca afirmava ainda que:

Em outros indivíduos elle vae lentamente actuando sobre os lobos anteriores do cerebro, enfraquecendo-lhes a potencia, de modo a crear lenta, mas ininterruptamente, uma decadencia mental, que termina fatalmente pela demencia, antes de ter manifestado symptoma algum alarmante. Umas vezes elle é a origem das desordens affectivas conhecidas em psychiatria pelo nome de psychoses (mania e lypemania); outras vezes é elle quem desencadêa a tempestade de um cérebro desequilibrado como o do paranoico, onde a instabilidade funcional adquirida por um perturbador, da importância d’estes toxico, para desmornar-se. (O BRAZIL-MEDICO, 1893, p. 2).

Segundo suas argumentações os problemas mentais produzidos pelo alcoolismo ocorriam de modo silencioso, sem que fossem perceptíveis os sintomas de sua irreversibilidade e fatalidade. Portanto, os tremores, as alucinações e as ilusões que eram produzidas pelas intoxicações alcoólicas deveriam ser vistas como primeiros sintomas da “demência”, sendo suspenso desde aquele momento o consumo das substâncias alcoólicas, que em altos níveis e consumidas rotineiramente poderiam levar a um rápido quadro clínico de loucura ou até mesmo a morte. Assim, na ausência de procedimentos terapêuticos regulares, caberiam aos médicos, a prescrição de substâncias que fossem de seu uso comum e cujos resultados fossem satisfatórios a reabilitação parcial dos alcoolistas. Em suas representações sociais o médico brasileiro ancorou o alcoolismo nas psicoses, na paranoia e na instabilidade emocional.

Segundo defendeu Nery (1893, p. 2) em casos de sujeitos predispostos a doenças mentais e a epilepsia⁵⁷, pequenas doses eram suficientes para o desencadeamento de

⁵⁷ Em nova crônica, intitulada **Phenomenos de índole epiléptica determinados pelas bebidas alcoolicas**, de autoria do mesmo médico, em **O Brazil-Medico**, o profissional apontou que “só o abuso das bebidas alcoolicas pôde determinar as psychoses e isto no fim de muito tempo, e, então o alcoolismo assume a fôrma aguda, ou a fôrma chronica, como nas psychoses alcoolicas propriamente ditas”, posto isso, a forma mais agressiva da patologia era justificada pelo fato de que “[...] ha a notar na *delirium tremens* o seu apparecimento em indivíduos que faziam um uso immoderado das bebidas alcoolicas e que trazem em si o cunho impresso pelo vicio, além do tremor geral e violento, que deo a nome a esta fôrma clinica e que faz absolutamente falta nos accidentes de índole epiléptica de que estamos tratando” (1893, p. 30-31, grifos do autor).

sintomas, a exemplo disso, apontou que “[...] indivíduos apresentando estygmas de degeneração, foi suficiente para dar lugar a uma fenomenologia, na qual de divisaram desordens intelectuais sensoriaes, motoras, psychicas complexas [...]” neste sentido, era desaconselhado experimentar substâncias alcoólicas, cujos danos incluiriam amnésia ou estado permanente de sub consciência. No tocante ao desenvolvido da “loucura alcoólica” advertia:

A loucura alcoolica, manifestação mental morvida de um cerebro predisposto, tem caracteres perfeitamente definidos que impedem de confundil-a com qualquer outro estado mórbido, em que se note o alcool tambem como causa. Os phenomenos de ordem pathologica que tem relação com a psychiatriam podem apresentar duas formas: uma fôrma aguda, que recebeu propriamente o nome de delirium tremens e uma fôrma sub-aguda que é a loucura alcoolica propriamente dita. Em ambas o tremor da lingua, dos labios, dos membros thoraxicos e abdominais é a regram sendo que no delirium tremens esse symptoma se acha muito exagerado. [...] O estado mental e a marcha da moléstia, porém, afastam estas duas moléstias. (O BRAZIL-MEDICO, 1893, p. 2).

Entre os pontos de convergência entre as duas formas de intoxicação alcoólica, o médico carioca apontou a aceleração dos batimentos cardíacos, o vômito, a náusea, a vermelhidão da face, o comprometimento da fala e da visão; entre os pontos de afastamento, os sintomas do delírio eram suspensos dias após o consumo enquanto que os ataques da loucura alcoólica seriam permanentes e episódicos. Acerca desta última forma, acrescentou que “assaltado [o alcoolista] por um sem numero de entes de criação, espectros, assassinos, demonios, etc. atira-se de um lado para outro, lucta, violenta a porta do quarto-forte para fugir, grita, pede socorro e recomeça a lucta” (O BRAZIL-MEDICO, 1893, p. 2). Dentre os procedimentos terapêuticos recomendados para os casos mais graves da patologia, afirmou que “a medicação que melhores resultados dá é a opiacea: o opio em fôrma de extracto, [...] duchas frias [...] a massagem em fôrma de fricção generalizada”, pois julgava que “o emprego da morfina, posto que muito elogiado por alguns psychiatristas, é inferior ao do opio e nós só o empregamos em ultimo caso” (O BRAZIL-MEDICO, 1893, p. 2).

Além da adoção de procedimentos terapêuticos invasivos, que incluíam desde o recolhimento compulsórios aos hospícios e asilos, a reclusão em cárcere e/ou adoção de substâncias químicas de potencial intoxicante, despontavam na imprensa a oferta de beberagens miraculosas, que ofereciam a cura ao alcoolismo. A exemplo disso, o fármaco

Lydio Dias Pedrosa, publicando uma crônica no jornal **A fé Crhistã**, em 1906, afiançava que “já é grande o numero dos curados, meus conhecidos”, a referência se dava ao composto “vendido pela nossa pharmacia, com 3 latas do referido composto, tem 3 pessoas completamente curadas do infeliz vicio da embriaguez [...]”. Ademais, era narrado o caso de um homem, “[...] artista, marceneiro e muito bom, [...] devido ao alcoolismo, de quando em quando passara, por uma especie de metamorphose, á um outro tão diferente daquelle que se tornara um inimigo de sua propria familia” e que após a compra do referido produto, “hoje progriede seus recursos pecuniarios, vive sua familia contente e feliz; e dispõe a nossa sociedade desse membro grande confiança e prestigio” (A FÉ CRHSTÃ, 1906, p. 3).

Conforme podemos ver, a crença popular de cura do alcoolismo por meio de compostos fármaco-químicos, não estava presente somente no jornalismo médico e de interesse público, estando presente também na literatura religiosa. Aqui, encontramos referência à prosperidade econômica, à sobriedade e à moralidade, como resultados de um tratamento terapêutico que intercalava espiritualidade e pseudociência.

Outro ponto de convergência entre agentes religiosos e médicos, dizia respeito à predisposição das populações negras ao alcoolismo e à loucura, tal como defendido por autoridades médicos, como, por exemplo, o médico Nina Rodrigues (1862-1906), que ao longo dos anos finais do século XIX e início do século XX, havia se firmado na cena nacional enquanto uma das principais autoridades sobre as doenças mentais entre as populações africanas e afro-brasileiras. Discursos como esse ratificavam o anseio das elites em promover o saneamento social e moral do país, expurgando as classes indesejadas e incentivando a vinda de imigrantes estrangeiros para substituição da mão de obra produtiva.

Em crônica publicada em **O Brazil-Medico**, sob o título de **Pertubações mentaes nos negros do Brazil** (1904), cuja autoria era do médico Henrique Roxo (1834-1969), o cronista afirmava que “[...] o alcoolismo nada mais é que o afeito de uma intoxicação: está comprehendido nas cerebro-psychoses. Ha um estado de confusão psychica” (O BRAZIL-MEDICO, 1904, p. 178).

Segundo Roxo (1904) as populações negras, acometidas pelo “vício” alcoólico, estariam predispostas as doenças mentais, a exemplo disso apresentou um estudo estatístico (Figura 10) apontando os casos arrolados na Capital Federal, entre os anos de 1894 e 1903.

Figura 3 – Dados estatístico das perturbações mentais entre as populações afro-brasileiras (1904)

		QUADRO ESTATISTICO DOS DIAGNOSTICOS DOS DOENTES (PRETOS) ENTRADOS DE 1894 A 1903											
SEXO		1894	1895	1896	1897	1898	1899	1900	1901	1902	1903	SOMMA DE LOS DIAG- NOSTICOS	
Excitação maniaca.....	Homens.....												
	Mulheres.....												
Mania.....	Homens.....	1		3	1	2		2	2	3	1	15	
	Mulheres.....		7	3	3	4	2	2	1	2		24	
Lypemania simples.....	Homens.....		1		2	1		3	5	4	1	19	
" delirante.....	Mulheres.....	3	5		2	4	4	4	6	8	4	40	
Psychose systematisa- da progressiva.....	Homens.....	1	1	1	1					2		6	
	Mulheres.....		1									1	
Confusão mental.....	Homens.....		1		1			2	4	5	3	16	
	Mulheres.....		1	2	2		1	1	4	6	2	19	
Meningo - peri-encepha- lite diffusa.....	Homens.....	1		1	1	1			1			5	
	Mulheres.....												
Esclerose cerebral.....	Homens.....												
	Mulheres.....												
Esclerose em placas.....	Homens.....	1										1	
	Mulheres.....												
Demencia.....	Homens.....	5	4	1	4	12	3	2	4	4	5	44	
	Mulheres.....	14	4	6	14	10	18	6	10	10	9	101	
Loucura de dupla fór- ma.....	Homens.....												
	Mulheres.....												
Paranoia.....	Homens.....	1	1	3	3	2	3	2	5	6	5	33	
	Mulheres.....	1	2	5	6		4	3	5	12	8	43	
Imbecilidade.....	Homens.....		4	3	1	4	2	2	2	3	2	23	
	Mulheres.....	3		3	3	6	3	1	2	7	7	35	
Idiotia.....	Homens.....			1	1	1		1	1		2	7	
	Mulheres.....								1			1	
Alcoolismo.....	Homens.....	20	23	27	29	21	18	26	11	16	30	221	
	Mulheres.....	25	14	12	33	34	16	21	26	14	16	211	
Deg. psychica — Del. epis.....	Homens.....	2	23	1	17	2	23	20	5	8	7	108	
	Mulheres.....		13	1	2	4	20		6	1	1	48	
Epilepsia.....	Homens.....	17	15	7	18	17	10	6	5	2	5	102	
	Mulheres.....	9	4	17	19	6	4	6	5	4	7	81	
Hysteria.....	Homens.....	1		1		4	1	1	2			10	
	Mulheres.....	1	3	6	7	16	19	16	9	10	16	103	
Choréa.....	Homens.....												
	Mulheres.....										1	1	
Neurasthenia.....	Homens.....												
	Mulheres.....										1	1	
Syphilis cerebral.....	Homens.....	1				1	2					4	
	Mulheres.....	3										3	
Myelite.....	Homens.....												
	Mulheres.....												
Tabes dorsalis.....	Homens.....												
	Mulheres.....												
												1326	

Fonte: O Brazil-Medico, 1904, p. 178.

De acordo com os dados coligidos por Roxo (1904), em uma década, totalizando 1.326 casos estudados, a grande parcela das perturbações mentais era ocasionada pelo alcoolismo (221 homens e 211 mulheres), sendo aproximadamente 32,6 % das causas de doença mental. Dentre as principais patologias encontrava-se também: histeria (10 homens e 103 mulheres), sendo 8,5% dos casos; degeneração psíquica (108 homens e 48 mulheres) sendo 11,8% dos casos; e, demência (44 homens e 101 mulheres) sendo 11% dos casos. Esse estudo ratificava a crença popular, especialmente, biomédica, de que o

alcoolismo estaria na base dos problemas mentais, uma vez que circulava também o pressuposto de que a dependência química causaria e/ou potencializaria a histeria, a degeneração psíquica, demência, a idiotice, a mania, a imbecilidade, entre outras patologias. A despeito dessa associação, o cronista alegava que “as raias da imbecilidade atingem, em geral, todos os pretos. [...] os symptomas de alcoolismo, etc. preponderam e o individuo deixa de figurar no quadro simples da imbecilidade” (O BRAZIL-MEDICO, 1904, p. 181). Quando relacionada à população afro-brasileira, o referido estudo apontava para o predomínio do alcoolismo enquanto causa de adoecimento mental, sendo, portanto, um risco de saúde coletiva. Todavia, ainda de acordo com o mesmo médico, entre os anos de 1894 e 1903, havia sido registrado 6.249 entradas no hospital da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, novamente, o alcoolismo aparecendo enquanto principal causa para a doença mental, na figura seguinte, os valores apresentados referiam-se aos anos e o total de registros tinham diferenciações étnico-raciais, indicando a paridade entre brancos e negros, ao admitirmos os critérios atuais de somar pretos e pardos para a composição do grupo étnico-racial afro-brasileiro:

Figura 4 – Número de registros de pacientes do Hospital da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1894-1903) a partir do critério étnico-racial

Alcoolismo.....	Branca.....	32	6	180	95	71	98	161	911	29	100	18	110	73	98	69	271	67	370	71	273	747	87	834	
	Parda.....	41	9	10	4	81	24	14	14	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
	Preta.....	20	7	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1

Fonte: O Brazil-Medico, 1904, p. 179.

Em sua crônica Roxo (1904) buscava ratificar a ideia de que o alcoolismo potencializava, tanto entre brancos e negros⁵⁸, os riscos de surgimento e/ou agravamento das doenças mentais, cujos impactos seriam sentidos no erário, a partir da oferta de tratamentos, medicamentos e internações. De acordo com as considerações do médico:

Verifica-se por essa escala mais uma vez a influencia soberana e inconcussa que os agentes biologicos e os factores sociaes exercem sobre a genesis da alienação mental. A demencia e o alcoolismo, pinaculo no contingente dos negros, representam o effeito que elles suscitam. A demencia é a dissolução cerebral. A vulneração psyquica pela intoxicação diurna e nocturna, de cada instante, pelo alcool e outros agentes, acarreta a demencia. O alcoolismo é o brado da alarma, com

⁵⁸ Do total de 1.588 casos de alcoolismo, 834 eram de pessoas brancas (52,52%), pardas (20,28%) e pretas (27,20%), sendo, portanto, 47,48% africanos e afro-brasileiros.

que se prevê o aniquilamento profundo do cérebro. (O BRAZIL-MEDICO, 1904, p. 180).

Portanto, mesmo não relacionando o alcoolismo como sendo um “vício” que afetava mais diretamente os pretos e pardos, Roxo (1904) o considerava enquanto fator deletério da capacidade cerebral e cognitiva desses grupos étnico-raciais, uma vez que associados aos fatores biológicos e sociais promoveriam o adoecimento progressivo e os demais problemas sociais decorrentes dele: a violência, a degeneração física e mental e o aumento da mortalidade. Assim, acabava por sentenciar que:

[...] Não é a constituição physica do preto, a sua côr escura que lhe marcam o ferrete da inferioridade. E’ a evolução que se não deu. Ficaram retardatarios. Ao passo que os brancos iam transmittindo pela herança um cerebro em que as dobras de passagem mais se aprimoravam, em que os neuronios tinham sua actividade mais apurada, os negros que indolentemente se furtaram á emigração, em que a concurrencia physica era nulla, legavam a seus descendentes um cerebro pouco affeito ao trabalho, um órgão que de grandes esforços não era capaz. (O BRAZIL-MEDICO, 1904, p. 182).

As considerações de Roxo (1904) além de inverídicas – a suposta inferioridade dos pretos, a baixa inclinação ao trabalho e aos grandes feitos históricos –, somam-se as suas concepções infundadas de um evolucionismo biológico diferente entre pretos, pardos e brancos, que conferia superioridade ao último em detrimentos dos primeiros; ademais, são desconsiderados os condicionantes históricos, ao tratar da presença de pretos e pardos no continente americano, como sendo o resultado de uma má sucedida imigração voluntária, pois conforme temos ciência, a presença massiva dos africanos e a expansão dos afro-descendentes, a exemplo do Brasil e de diversas outras sociedades americanas, eram o resultado de um hediondo comercio intercontinental de povos escravizados, cuja imigração se deu na forma de uma diáspora mercadológica, a fim de que os mesmos fossem obrigados ao trabalho forçado, penoso e insalubre em terras estrangeiras.

Em crônica publicada em **O Brazil-Médico**, em 1904, na seção Clínica Psiquiátrica, por título **Perturbações mentaes nos negros do Brasil**, o médico Henrique Roxo afiançou de modo categórico que “um preto póde, sob o ponto de vista intellectual, ser igual a um branco, assim como este póde ter um exemplar que fique inferior áquelle”, todavia, sua crença era de que “[...] a casta negra é o atraso, a inferioridade; a branca o progresso, a evolução”, uma vez que seus estudos buscavam demonstrar que “o

alcoolismo é, depois da demencia, a mais frequente de todas as modalidades psychicas dos negros” (O BRAZIL-MEDICO, 1904, p. 190-91).

Em consequencia do pequeno custo da aguardente no Brazil, raro é o negro que não faz uso d’ella. Entregues, geralmente, a trabalhos braçaes, n’um clima quente, buscam saciar a sede com um toxico que lhes envenenam as fontes de energia do organismo. De cerebro mais fraco, ressentem-se mais e o delirio alcoolico em pouco surge. Muito frequente notamos que são lhis de alcoolicos. Parece que já trazem a predisposição no berço. (O BRAZIL-MEDICO, 1904, p. 191).

Em seus argumentos, Roxo (1904) evidenciou seus preconceitos étnicos-raciais, por meio de diversas representações sociais, ora ao associar o alcoolismo à transmissão hereditária entre os progenitores e descendentes ora por considerar a cachaça enquanto substância alcoólica “natural” entre os afro-brasileiros; seus preconceitos evidenciaram também por meio da oposição do que qualificou como “utopia da igualdade entre as raças”. Em suas representações sociais o alcoolismo estava ancorado na alienação mental e objetivada a partir do consumo rotineiros dos trabalhadores braçais, de ascendência africana e no consumo da aguardente.

De modo similar, na correspondência enviada de Paris, pelo médico brasileiro Lopo Diniz (1834-1919), em 1904, para o jornal **O Brazil-Medico**, o correspondente internacional, em sua 13ª proposição, afirmava que com relação à sífilis, “[...] o alcoolismo, a fadiga e a miseria psysiologicala dos africanos [...]” (O BRASIL-MEDICO, 1904, p. 329) tornava-os predispostos às doenças de natureza infecciosas, crônicas e congênitas, sendo esses demonstrativos da inferioridade étnico-racial e dos prejuízos morais e financeiros que acarretariam às agências de saúde. Dentre seus anseios, estaria alertar aos agentes públicos e aos intelectuais brasileiros sobre os riscos e os males sociais que o alcoolismo, a sífilis e a tuberculose causavam, requerendo medidas sanitárias e legais que combatessem o alastramento de ambas as patologias, que estavam indelevelmente marcadas pelas degenerações mentais e morais, sobretudo, entre os afrodescendentes.

Nesta mesma esteira, no mesmo ano, o médico carioca Bulhões Carvalho (1904) afiançava que entre as principais causas do aumento da mortalidade na capital federal estava “[...] o alcoolismo, flagelo europêo por excellencia, na primeira linha; depois a corrente mais longe vier arrazando as populações; depois o trabalho, tanto mais exaustivo e espoliador quanto menor a remuneração, que lucra [...]”, ademais “[...] a

miseria, tanto mais negra e dolorosa quanto mais apertada a concorrência, tendo em outras plagas forçada e natural condição de existência, nella desenvolvendo extremo poder morbigerado [...]”, assim sendo, clamava em meio a opinião pública por campanhas de erradicação do alcoolismo, da sífilis e da tuberculose, cujos focos estariam em meio aos “vícios”, a imoralidade, a pobreza, as habitações, a falta de higiene (individual e coletiva) e o trabalho insalubre e de alta periculosidade.

A popularização do pressuposto de que o alcoolismo representava risco à saúde da população, se firmava por meio das memórias e representações sociais de agentes médicos e religiosos, neste sentido, circulavam também proposições coercitivas sobre produção, importação, comercialização e consumo das substâncias alcoólicas, cuja imprensa jornalística cumpria o papel de formação da opinião pública.

A despeito da necessidade de criação de impostos contra a produção, comercialização e consumo da cachaça, encontramos publicado em 1905 no jornal **A fé Crhista**, uma nota na crônica **Contra o alcoolismo**, de autoria desconhecida, na qual se podia ler que “entre nós, um pezado imposto sobre a cachaça talvez produzisse bom resultado”, em similitude do que havia sido aprovado na Inglaterra, onde o código penal além de impostos, previa a reclusão de seis meses, em regime fechado, dos sujeitos que sonegassem o pagamento e/ou procede com a venda de aguardente. O cronista afiançava que as medidas deveriam surtir efeitos nos consumidores, que veriam os preços dos produtos aumentarem, o que poderia gerar a diminuição do consumo médio entre os alcoolistas e a recusa de setores em continuar com a comercialização da referida substância.

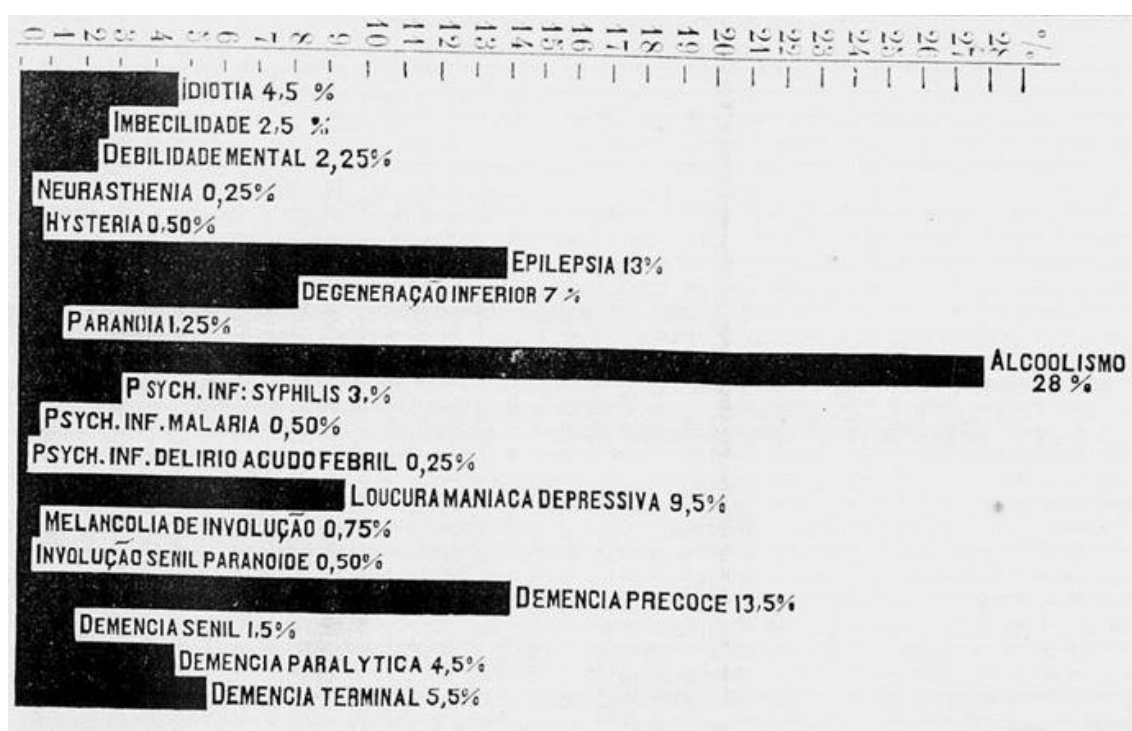
Ressaltamos que a racionalidade de grupo, ou em outros termos, a memória coletiva dos médicos brasileiros que atuavam no campo da saúde mental, acerca do alcoolismo, entre os anos finais do século XIX e início do século XX, havia se consolidado em considerar ser o “vício alcoólico” uma das mais comuns e danosas dependências químicas, estando a referida patologia na base das doenças mentais. Neste sentido, as observações recaíam sobre o consumo específico de determinadas substâncias, a exemplo da cachaça, vista enquanto bebida alcoólica, com alto potencial intoxicante. Além do risco de envenenamento e intoxicação, nas memórias e representações sociais dos médicos, predominava o pressuposto de que determinadas substâncias alcoólicas aumentariam os riscos de psicoses, adoecimento mental e surtos psicóticos.

Assim, de acordo com Afrânio Peixoto (1876-1947), Médico-alienista do Hospital Nacional e membro da Sociedade Médico Psiquiátrica de Paris, em sua crônica **A loucura**

maníaco-depressiva, publicada em 1904 no periódico **O Brazil-Medico**, fez questão de afirmar que “[...] á exceção do alcoolismo, são raros casos agudos e abundam as demências”.

Baseando-se por meio de estudos estatísticos, o médico brasileiro considerou o alcoolismo como principal doença mental que assolava a sociedade brasileira, a exemplo disso, reproduzimos o gráfico apresentado pelo estudioso, no qual 28% dos pacientes atendidos no Hospital Nacional, com doenças mentais diagnosticadas, eram “doentes” decorrentes do “vício alcoólico”.

Figura 5 – “Doenças mentais” dos pacientes do Hospital Nacional (1904)



Fonte: O Brazil-Medico, 1904, p. 291.

Os dados coligidos por Peixoto (1904) tinham como escopo um total de 400 pacientes, direta (consultas e tratamentos) e indiretamente (análise de prontuários) estudados por eles, cujo período não foi mencionado. Assim, seus dados não tinham base de verificação, todavia, dada sua notoriedade no cenário psiquiátrico nacional, seu estudo somava forças aos demais trabalhos científicos que eram produzidos na cena biomédica, ao ratificar o pressuposto de que o alcoolismo havia se tornado um sério problema de saúde nacional, o que urgia medidas enérgicas por parte da comunidade médica e pelas agências governamentais.

Neste ponto observamos o tratamento do alcoolismo enquanto fator de adoecimento mental, tanto no jornalismo médico quanto religioso, todavia, os danos apontados pelos literatos não se restringiam ao adoecimento, como também à propensão ao “vício alcoólico” e à criminalidade.

4.3 Os “vícios” e a propensão à criminalidade

Em nota, publicada em outubro de 1889, na **Gazeta Médica da Bahia**, de autoria desconhecida, os leitores tomaram conhecimento de um congresso internacional, ocorrido na cidade de Paris, naquele mesmo ano, em que se poderia ler que:

[...] foram unanimemente adoptadas as seguintes proposições, com vista as administrações da hygiene publica junto ao governo: I.º O argumento do consumo do alcool é uma das causas principais da criminalidade, dos suicidios e da loucura [...]. (GAZETA MEDICA DA BAHIA, 1889, p. 195).

Com base nesta nota é possível depreendermos que, em torno do alcoolismo, havia representações sociais que se ancoravam na criminalidade, na loucura e no suicídio, em que os alcoolistas eram associados aos atos violentos (intra e extra domiciliares), nos casos de desordens mentais e no suposto “alastramento” da autodestruição (lenta e definitiva) – cabe ressaltar que o suicídio, na ocasião, além do ato de atentar diretamente contra a própria vida era encarado também como ações de curto, médio e longo prazo que traziam prejuízos à vida dos sujeitos, acarretando em morte. Neste sentido, o congresso internacional, delegava aos agentes ligados às cátedras de Higiene Pública, a gerência sobre a matéria, requerendo assim ações conjuntas com os governos locais. Portanto, a memória coletiva em torno do alcoolismo, sobretudo, entre a comunidade médica, era de que a suposta “doença” representava um risco ao bem-comum, sendo necessárias ações conjuntas entre profissionais da saúde e administração pública, em prol de seu combate. Assim, abria-se espaço para a criação de cargos públicos, a serem ocupados pelos médicos formados localmente, para atuarem junto aos órgãos de governo, no processo de saneamento e salubridade da sociedade brasileira. Essa memória coletiva se consolidou nos anos seguintes, em especial, durante os anos do período republicano, com o ingresso de médicos egressos das Faculdades de Médica da Bahia e do Rio de Janeiro, nos quadros da administração pública, atuando tanto em cargos eletivos quanto em comissões, órgãos e secretarias de saúde, higiene, saneamento e salubridade.

Em 23 de janeiro de 1886, no jornal **Imprensa Evangelica**, sob o título de **Alcoolismo**, cuja autoria foi omitida, a reportagem, republicada a partir da série de crônicas públicas pelo periódico **O paiz**, informava aos leitores que:

A sciencia moderna tem provado que o uso de bebidas alcoolicas, excepto em raros casos de moléstias, estraga a saúde. Os estadistas estão apresentando que o alcoolismo é a causa da maior parte das miserias e dos crimes. [...] Os efeitos deste vicio são tão perniciosos que os governos vêm-se na necessidade de adoptar medidas correctivas. (IMPRESA EVANGELICA, 1886, p. 2)

Conforme podemos observar, as representações sociais em torno do alcoolismo estavam ancoradas na pobreza e na criminalidade, cuja memória coletiva dos agentes religiosos que dirigiam o referido periódico se assentavam na “ciência moderna”, em especial, nos estudos estatísticos, nos saberes biomédicos e fármaco-químicos⁵⁹. Deprendemos essas observações ao notarmos a utilização de estatísticas apresentadas pelo jornal **O Paiz** que foram republicadas pela **Imprensa Evangélica**, acerca dos Estados Unidos e de diversas nações europeias, supostamente “civilizadas”. Nessa referida crônica de 1886, o apelo era destinado aos “cristão”, que “por paridade de razão, e em idênticas circumstancia, o christão deve deixar de beber toda a qualidade de bebidas alcoolicas”, pois conforme professava o apóstolo Paulo⁶⁰, em versículo bíblico citado, era dever do fiel renunciar aos desejos carnis e se manter puro diante de algo que seja conhecido o risco à pureza do corpo e da alma. Ademais, o cronista alegava que:

Á vista dos males que provém do alcoolismo, e de ser elle nocivo á saude, a causa da maior parte dos crimes, miserias e moléstias, pizará terreno firme o christão que não fabricar, não vender, não usar bebidas alcoolicas, senão para usos medicinais, sacramentaes e mecânicos. (IMPRESA EVANGELICA, 1886, p. 2).

⁵⁹ À guisa de exemplificação, encontramos no discurso proferido por Barata Ribeiro, em 1887, publicado no jornal **O Brazil-Médico**, na ocasião da colação de grau dos estudantes de Medicina e Farmácia, do Rio de Janeiro, a seguinte afirmação: “o criminoso, quando não representa o ultimo termo de uma sucessão de degradados, que vão ainda encontrar no meio social o seu fator primitivo, é por via de regra um producto do alcoolismo ou da miseria!”. Consideramos que esse pressuposto havia se popularizado no seio da sociedade brasileira de modo tão intenso, o que acabou por se tornar uma das representações sociais comum entre agentes médicos e religiosos.

⁶⁰ O versículo bíblico citado encontrava-se em Coríntios, 8:13 “Pelo que se a comida serve de escândalo a meu irmão: nunca jamais comerei carne, por não escandalizar a meu irmão”. Notamos, com base nessa referência, a reminiscência das substâncias alcoólicas ancorada na ideia de serem elas alimentos, porém, cujos danos à saúde representava um risco ao corpo (indivíduo) e ao bem comum (coletividade).

Com base nesse último fragmento, observamos que a memória coletiva de alguns dos agentes religiosos, aqui nos referindo, em especial, às proposições do cronista supracitado, resguardava o uso das substâncias alcoólicas para finalidades específicas – litúrgicas, profilático-terapêuticas e mecânicas – sendo encorajado a abstinência para fins recreativos e alimentares.

Conforme estimativas estatísticas, apresentada na crônica **O alcoolismo e o crime**, publicada em **O apóstolo...** no ano de 1888, contra a “verdade” encontrava-se defensores das substâncias alcoólicas, que negavam os perigos do “vício alcoólico”. Segundo os demonstrativos arrolados, pelo médico parisiense Marambat, membro da Academia de Medicina da França:

[...] ao exame de 3,000 condemnados se mostram que os vagabundos e os mendigos são bebados em 79 casos sobre 100; os assassinos e incendiarios em 50 e 57 por 100; os réos de attentados aos costumes 53 por 100; os ladrões, gatunos 71; enfim que nos actos de violencia contra indivíduos, encontra-se 88% de bebados e 77% nos actos de ataque contra a propriedade. (O APOSTOLO..., 1888, p. 2).

Logo, com base na análise da preleção, a ausência de dados estatísticos brasileiros, inexistentes até o período, só poderia ratificar a relação entre aumento da criminalidade pública com o alastramento do alcoolismo, para o qual o sistema brasileiro não havia produzido dispositivos de lei para contenção e responsabilização jurídica contra os alcoolistas.

Conforme afirmamos, nas memórias e representações sociais de médicos e agentes religiosos de finais do século XIX e início do século XX, havia o compartilhamento de que o alcoolismo potencializaria a tendência criminosa, tendo como parâmetros as noções de crime que existiam naquele período, dentre os quais muitos não são tipificados nos sistemas jurídicos modernos (vadiagem, ausência de moradia, mendicância etc.). Assim, tornou-se necessário buscar apresentar os pontos de aproximação e separação entre os saberes biomédicos (científicos) dos religiosos. De acordo com a crônica publica no jornal **Imprensa Evangélica** em 6 de junho de 1891:

A variedade dos criminosos de ocasião é muito mais importante; e são todos aquellos quem tendo uma predisposição para o delicto por fraqueza de senso moral se encontram impellidos ao crime, no meio exterior, n'um concurso de circunstancias particulares. Os factores d'esta especie de criminalidade são de duas ordens: o clima, a comida, a temperatura, as estações, o meio etc.; e os segundos são: a miseria, o

alcoolismo, o egoísmo dos ricos, etc. (IMPrensa EVANGÉLICA, 1891, p. 171).

Ao analisarmos as representações sociais do(s) cronista(s) da **Imprensa Evangelica**, percebemos que suas argumentações qualificavam, segundo “os saberes científicos” do período, três tipos de criminosos: o criminoso-louco, o criminoso de ocasião e o criminoso beato. Sobre este último, a crônica informava que: “que a maior parte dos criminosos são beatos é uma verdade de que cada um facilmente se poderá convencer visitando uma casa de detenção. Entre *dez* criminosos será muito encontrar um que não tenha pendente do pescoço bentinhas, rosários e orações miraculosas” (IMPrensa EVANGÉLICA, 1891, p. 171). Entre as peculiaridades do beatismo, estaria o alcoolismo, visto enquanto uma lassidão da própria fé católica.

Na crônica **A categoria dos criminosos** encontravam-se diferentes concepções do alcoolismo, distintas das demais que foram publicadas no referido periódico ao longo do período que analisamos. Esses dissensos se justificam por diversas razões, dentre elas: por afastar a concepção de que a loucura e o alcoolismo estivessem indelevelmente associados; que a crença católica potencializaria o surgimento de crimes, com base nas observações dos criminosos por ocasião; a distinção dos criminosos de ocasião em duas naturezas (primeira e segunda ordem). Sobre os criminosos de ocasião, o texto informava que as causas provinham de “[...] factores phisicos e factores sociais. Os primeiros são: o clima, a comida, a temperatura, as estações, o meio, etc.; e os segundo são: **a miseria, o alcoolismo, o egoísmo dos ricos**, etc.” (IMPrensa EVANGÉLICA, 1891, p. 171, grifos nossos). Neste sentido, o “vício alcoólico” seria o resultante de uma série de fatores combinados, cuja fé católica cumpriria um papel relevante, uma vez que ignoraria os danos públicos do alcoolismo e agiria de modo cooperativo no alastramento dessa “imoralidade” que não poderia ser vista enquanto doença e sim enquanto uma perversão da “modernidade” em associação ao tradicionalismo católico.

Essa concepção acima exposta, contudo, não tinha respaldo na literatura biomédica de fins do século XIX e início do século XX, uma vez que o alcoolismo se encontrava ancorado nas representações sociais da “doença”, da “loucura”, da “criminalidade” e da “imoralidade”.

De acordo com as memórias e representações sociais partilhada pelos médicos redatores da **Gazeta Medica da Bahia** (1891, p. 80), a exemplo do Dr. Coriolono Burgos,

o “vício”, dentre os quais destacavam-se o “morphinismo”⁶¹, o tabagismo, a cocainomia e o alcoolismo, [...] ao lado da civilização parece ser a ordem natural das cousas”, sendo essas “pathologias modernas”. Assim, a comunidade médica, deveria se empenhar em produzir “saberes” e apresentar medidas – junto aos órgãos governamentais – a fim de impedir a “vulgarização” dessas dependências. Mesmo que não estivessem explicitadas, as considerações, dirigidas à comunidade médica, tinham como alvos os agentes das esferas judiciárias, legislativas e executivas, de modo que agentes ligados ao campo da Higiene Pública em associação com a administração pública, criassem dispositivos legais para combater o alastramento dos “vícios” e das “pathologias modernas”.

Em março de 1894, na **Gazeta Medica da Bahia**, cuja crônica era intitulada **A idade e o sexo em materia criminal**, de autoria do Dr. J. R. da Costa Dorea, o médico aprofundava, com base na análise dos códigos criminais europeus e nas observações do escritor brasileiro Tobias Barreto (1839-1889) que o alcoolismo desempenhava um papel importante na propensão, especialmente, dos indivíduos mais pobres, à criminalidade.

[...] entre os filhos de pobres e operarios, atormentados pela miseria e dados aos alcoolismo; nesta classe actuam poderosamente factores taes como os máos exemplos de familia, a falta de trabalho, os companheiros depravados, ociosos; seus associados começam a carreira frequentando as tavernas, e depois alternativamente estas, os prostibulos e os cárceres. São os verdadeiros delinquentes por *habito*. (GAZETA MEDICA DA BAHIA, 1894, p. 392, grifo do autor).

Portanto, de acordo com Dorea (1894, p. 393) era necessário que os “males” fossem evitados em sua gênese, tratando da educação moral dos pais, o fim do encarceramento de “menores de idade” em penitenciárias – em companhia de adultos – sendo para eles criados reformatórios, a exemplo da experiência italiana. Ademais, apontava que [...] o menino⁶² deve encontrar todos os cuidados higienicos precisos, trabalho assíduo, quer industrial, quer agricola, a instrução litteraria indispensavel e conveniente, e educação moral e religiosa”. Partindo dessas considerações, observamos que em torno do alcoolismo havia se tornado uma preocupação no seio da comunidade médica, cuja ancoragem e objetivação gravitavam em torno da propensão à criminalidade e à degeneração física, mental e moral. Logo, o caminho mais seguro para o combate ao

⁶¹ Dependência química ao uso da morfina, cuja incidência seria maior nos países europeus.

⁶² No tocante ao gênero feminino, o médico advertia que as mesmas deveriam ser recolhidas em reformatórios adaptados e apartadas dos jovens do gênero masculino, a fim de que fossem dadas uma rígida educação moral e religiosa.

alcoolismo, especialmente, entre os mais jovens, seria a educação (escolar e moral), o trabalho e a criação de medidas correcionais “modernas”. Neste ponto observamos a preocupação em promover uma luta de frente ampla, não restrita ao tratamento somente dos acometidos pelo alcoolismo, como também dos potenciais dependentes químicos.

Na crônica **Por que será?**, publicada em **O apóstolo...**, em 1898, cuja autoria foi omitida, o autor questionava sobre a relação entre o alcoolismo e a criminalidade, tendo como base a concepção de que os sujeitos sofriam do “vício” em decorrência de seu afastamento dos valores religiosos e morais. Logo:

Nos falamos desses crimes e atentados communs, dessas agressões pessoases, dessas brigas motivadas pelo alcoolismo, porque dando-se por todas as partes do mundo e em todas as grandes capitães, são cousas que pertencem á vigilancia da policia; mas tem dado ultimamente nesta cidade crimes e factos tão graves contra á honra das familias, o resprito devida ás mulheres, o direito de cidadão e propriedade, perpetrados pelos que devem castigal-os e evital-os, que toda sociedade se sente profundamente abalada e o individuo reconhece que, sem direitos para reagir, se fará um criminoso! [...] barbarisamos-nos! Mas a causa de tudo isso onde está? E’ preciso buscal-a. Sacrificou-se a consciencia, materialisou-se o povo, paganisou-se o ensino, incutio-se em todos a ganancia, a aspiração da riqueza, o desejo do gozo e a liberdade dos costumes sem limites, sem freios da consciencia do temos de Deus; e vêm todos no caminho dos *prazeres*, das *glorias* e dos *gozos* sua felicidade! (O APOSTOLO..., 1898, p. 1, grifos do autor).

Conforme pudemos observar, as causas do alcoolismo, não estariam nas condições materiais que se apresentavam no seio da sociedade, mas no afastamento da obediência aos desígnios religiosos, na observância das escrituras sagradas, no respeito das autoridades religiosas, em outros termos, nas novas concepções de liberdade, prosperidade e “progresso” que eram propagados pelos novos tempos, pelos intelectuais laicos e pelo relaxamento das leis civis, omissas aos riscos do alcoolismo sobre a moralidade social. Neste sentido, eram aos clérigos que cabiam o papel de promover uma educação moral e sanitária (reformadores da saúde), pois somente eles eram agentes ilibados dos “vícios” que assolavam o mundo moderno, papel esse que seria cumprido pela imprensa católica, tal como expresso nas palavras “a imprensa catholica é uma verdadeira missão perpetua”, do Papa Leão XIII⁶³, inscrita no frontispício do mesmo jornal.

⁶³ Pontífice Católico, nascido em Carpineto Romano (Itália), em 1810, com o nome de Vincenzo Gioacchino Raffaele Luigi Pecci-Prosperi-Buzzi, cuja regência da cristandade católica romana perdurou entre 1878 até o ano de sua morte em 1903.

Além dos pressupostos morais, o alcoolismo era visto enquanto um fator que contribuía para o aumento das taxas de criminalidade, especialmente, durante o período em que a própria pobreza era criminalizada e passava a ser objeto de discussões jurídicas. A exemplo disso, encontramos no jornal **O Brazil-Médico**, de 1903, uma crônica traduzida do Dr. J. Boyer – Professor e Perito Adjunto da Faculdade de Lion, na França.

Na crônica **Responsabilidade penal**, Boyer (1903) argumentava que a intoxicação alcoólica e que a embriaguez não poderiam explicar as tendências criminosas de determinados grupos humanos e sujeitos, cuja ascendência determinaria sua índole, todavia, apontava a embriaguez como sendo um fator de perda parcial da capacidade racional, o que poderia ocasionar em atos de violência por parte de indivíduos de boa índole e de histórico ilibado.

No campo social o individuo que, por condições de miseria, de familia, de educação, de domicilio, etc., se vê impedido de desenvolver uma fórmula normal de actividade suas tendencias e suas energias, descarrega sua personalidade por meio de um desvio bio-social no crime ou na loucura, no suicidio ou no alcoolismo. [...] Portanto é preciso utilizar o criminoso segundo suas tendencias e suas energias. (O BRAZIL-MEDICO, 1903, p. 55).

Em meio aos seus argumentos, o cronista francês opunha as novas e as velhas escolas criminalistas, na qual as primeiras se expandiam, em especial, a frenologia lombrosiana, segundo a qual as medições craniométricas poderiam apontar indícios de tendência a criminalidade, a loucura e ao “vício” alcoólico. Assim, argumentou ainda que “[...] *livre arbitrio* e de *bio-psychologia* não entram no debate; nós temos de fazer obra de médicos e, por conseguinte, temos de deixar os psychologos com suas dissertações especulativas, os philosophos nas suas cathedras e os antropologistas nos seus museus” (O BRAZIL-MEDICO, 1903, p. 55, grifo do autor). Portanto, a responsabilização criminal, a respeito dos alcoolistas, estava longe de ser um consenso por parte da comunidade médica, especialmente, no tocante aos potenciais do álcool na incidência de atos violentos pontuais, todavia, na memória coletiva estava estabelecido que o uso rotineiro se apresentava enquanto um fator de desencadeamento da loucura e da criminalidade.

Segundo as concepções apresentadas em **O apóstolo: organ official da Diocese**, em 1908, além da criminalidade e da loucura, o alcoolismo produziria também a imbecilização dos sujeitos alcoolistas, a exemplo disso, citava o analfabetismo,

sobretudo, entre as populações campestres, que entregues aos “vícios” alcoólicos se afastavam dos ensinamentos das letras e das escrituras. Desse modo, o cronista, cuja autoria não foi revelada, afiançava que:

O alcoolismo, consoante, opinião auctorizada e á estatística, é a causa efficiente de muitas moléstias que dizimam a humanidade, a causa de tantos suicídios que roubam á sociedade o pae de familia, cidadãos prestimosos, uteis, deixando na miséria os filhos, que já trazem latente pela hereditariedade a predisposição para tão detestavel vicio; o alcoolismo é o inimigo do corpo, minando-o com males característicos de sua destruição; assim o analfabetismo, o inimigo do espirito, da intelligencia com que o Omnipotente distinguiu o homem do bruto, mas que não é cultivada entre os sertanejos. E assim as gerações futuras caminharão pelas mesmas trévas; o progrésso assinalado pelos povos cultos, nessa materia, jámais despertará alma do sertanejo o amôr que déve impulsional-o para o bem-estar do meio em que convive. (O APOSTOLO: ORGAM OFFICIAL DA DIOCESE, 1908, p. 4).

Neste ponto, o alcoolismo, associado à falta de escolarização, era considerado enquanto a causa principal do analfabetismo, sendo transmitido de progenitores para prole, os atrasos sociais que tanto entravava o progresso material, espiritual e moral da sociedade brasileira, em especial, entre os sertanistas, cuja instrução era baixa ou nula. Conforme pudemos ver, o alcoolismo era encarado enquanto um fator de embrutecimento, sendo desconsideradas as condições materiais das áreas rurais, onde em princípios do século XX, a disponibilidade de unidades escolares era baixa ou inexistente. Ademais, o cronista advogava em defesa do combate do alcoolismo, por meio da instrução escolar e formação básica, alegando que “[...] para essa moléstia moral há também recursos, temol-os na propaganda incessante sobre os salutareos principios da instrução, ministradas por pêssoas competentes e devidamente remuneradas [...]” além da “[...] propaganda sem trégoas pela imprensa, sugerindo os meios mais fáceis e viaveis”, em prol de uma educação religiosa e moral, na qual os agentes religiosos assumiriam os papéis de educadores, sanitaristas e higienistas morais.

Com base nessa última crônica, observamos implicitamente a reivindicação por parte dos agentes religiosos de espaço no processo educacional, a partir da ampliação das unidades escolares, de natureza religiosa, a favor de uma educação moral, a fim de somarem forças na luta antialcoólica e assim contribuírem para o “desenvolvimento” material e para o “progresso” social do país. Neste processo, os médicos sanitaristas também disputavam espaço, uma vez que defendiam a partir de sua categoria profissional, a importância dos avanços biomédicos no combate ao alcoolismo e suas participações nas

agências da administração pública, a saber, a necessidade da figura do médico sanitarista e higienista enquanto um “pedagogo” da moralidade, do bem-estar e da saúde, mas também em matérias criminais e de interesses políticos.

4.4 A moralidade e a abstinência

Com base na análise da moralidade em torno do alcoolismo, encontramos considerações exemplares das representações sociais médica e religiosa de que o alcoolismo afetava no comportamento dos alcoolitas, cujas tendências à agressividade e ao delírio poderiam causar atos de violência. Na crônica assinada por Benicio de Abreu, na **Gazeta Medica da Bahia**, em janeiro de 1872, poderia se ler que:

Nos individuos que se submettem ao uso das bebidas alcoolicas, todas as molestias agudas tem uma tendencia notaval a complicar-se de um delirio sempre agitado, muitas vezes furioso, que pela violencia faz perigar o doente, e que em todos os casos torna a cura mais difficil e a convalescença mais demorada (*delirium tremens* semelhante a aquelle que se produz em certos casos do alcoolismo). (GAZETA MEDICA DA BAHIA, 1872, p. 176, grifo do autor).

Depreendemos a partir deste comentário que o alcoolismo, visto enquanto uma “doença”, ao se objetivar o alcoolista enquanto “doente” e “convalescente”, tratava da dependência química enquanto um fator de risco, não apenas por comprometer no tratamento médico das patologias bem como por afetar no comportamento dos pacientes que adentravam os hospitais e hospícios e/ou que recebiam acompanhamento domiciliar pelos profissionais da saúde.

O alcoolismo, em fins do século XIX e início do século XX, encontrava-se ancorado e objetivado nas representações sociais, tanto de médicos quanto de agentes religiosos, enquanto “doença”, “vício” e “desvio”, portanto, era tênue a linha que separada a dependência química em si dos demais signos que circulavam na memória coletiva, em que a moralidade se apresentava enquanto baliza do que era socialmente aceito ou não: ora o alcoolista era o louco, ora era doente, ora o criminoso, ora o desocupado e ora ele era simplesmente o ébrio. Na representação imagética seguinte encontramos uma sátira do um ébrio, exposta na crônica **A embriaguez**, de autoria desconhecida, publicada em 1873 no jornal **Imprensa evangelica**, que segundo constava,

ilustrava a decadência moral de um ébrio, cujo “vício” alcoólico o tornava um sujeito moralmente indesejado no seio da sociedade e perante os grupos de sociabilidade.

Figura 6 – Ilustração de um ébrio publicada no jornal Imprensa Evangelica (1873)



Fonte: Imprensa Evangelica, 1873, p. 77.

Na referida crônica era narrado o infortúnio de um alcoolista, que após se embriagar em uma taverna, buscava apoio na casa de um amigo, após sucessivas quedas pelas ruas. O amigo em desaprovação o repreendeu e negou acolhida, pois conforme defendia o cronista “a embriaguez é um dos vícios mais perigosos e nocivos a que o homem se póde entregar, e um dos males mais funestos que lavra na sociedade”, portanto, “o ebrio representa tão extravagantes e ridículas que elle ainda pondonôr e brio fugiria espavorido e envergonhado da sociedade quando estivesse em seu estado normal [...]”, sentenciando ao fim que: “ainda pois que a embriaguez não nos causasse outro damno senão a perca do Reino dos Céos, este seria bastante para nos mover a fugir de tão

pernicioso vício” (IMPRESA EVANGELICA, 1873, p. 77). Neste sentido, mesmo na ausência do alcoolismo enquanto categoria, a embriaguez rotineira e compulsiva era encarada enquanto um “vício”, cujos danos se davam não apenas ao sujeito como também ao conjunto da sociedade, portanto, seria da ordem coletiva, requerendo ações enérgicas de contenção dos alcoolistas e o apoio da sociedade em não ser conivente com o alastramento da dependência química.

O clamor público em torno da criação de medidas legislativas, para a contenção do alastramento do alcoolismo, teve espaço na literatura religiosa, conforme podemos ver no jornal carioca **O apóstolo...** de 1879, ao afirmar que:

[...] do luctuoso quadro dos desastres ocasionados pelas bebidas alcoolicas, usadas immoderadamente, foi para este assumpto seriamente chamada a atenção das autoridades sanitarias e administrativas de todos os paizes civilisados. Procurou-se descobrir meios de pôr um paradeiro a esses desastres resultantes do alcoolismo, e d’ahi uma serie de medidas tendentes a reprimir o vicio alcoolico das populações modernas. (O APOSTOLO..., 1879, p. 3).

De acordo com o cronista, cuja autoria não foi divulgada, dentre as medidas sanitárias e administrativas que haviam apresentados resultados quanto a diminuição das taxas de alcoolismo, estavam: a taxação das indústrias produtoras de bebidas alcoólicas, o aumento dos impostos sobre importação, a prisão temporária dos ébrios e imposição de multas, o agravamento das penas na reincidência de embriaguez pública e/ou crimes cometidos sobre o efeito do álcool, a exemplo da perda de direitos civis e políticos, neste último caso ficando o alcoolista impedido de votar por tempo mínimo de cinco anos.

Ademais, o cronista de **O apóstolo...** lamentava a inexistência no Brasil de sociedades da temperança, pois “[...] ellas não existem, não há *sociedades de temperança*, o que é uma falta sensível, attendendo-se a que já vai aqui abundando largamente das bebidas alcoolicas” (1879, p. 4, grifo do autor). Portanto, a exemplo das sociedades “civilizadas” e “modernas” era necessário a criação de dispositivos de lei que versassem sobre a produção, importação, venda e consumo, sobretudo, com a taxação das empresas e a criminalização dos alcoolistas.

Conforme constava na crônica **Sociedades de temperança**, publicada em 1886, no periódico **Imprensa Evangelica**, o alcoolismo causava “funestos” males e “perigo social”, logo, eram inquestionáveis os benefícios promovidos pelo movimento da temperança, cuja definição se assentava tanto na literatura científica quanto religiosa:

O ultimo fascículo do *Diccionario encyclopedico das ciencias medicas* publica um excelente artigo de Alexandre Layet ácerca destas sociedades, contendo pormenores muito curiosos: «As sociedades de temperança são associações que tem por fim sustar os progressos da embriaguez por meio de prescrições leaes ou por medidas da policia». (IMPRESA EVANGELICA, 1886, p. 1, grifos do autor).

De acordo com a cronista, o alcoolismo promovia estragos de duas naturezas: i) ao Estado, com prejuízos políticos e sociais, sendo necessário a criação de medidas coercitivas de proibição da produção, importação e consumo; ii) ao domínio da vida privada, com prejuízo à moralidade, sendo necessária a criação de ligas e associações de combate ao alcoolismo e ao consumo rotineiro de quaisquer substâncias alcoólicas.

Novamente, com base na análise da referida crônica, os agentes religiosos estavam de acordo de que o alcoolismo representava um risco público, sendo necessário ações policiais e jurídicas, a fim de que a disponibilidade das substâncias não estivesse ao acesso dos potenciais consumidores; ademais, propunham a criação de ações por parte da sociedade civil, a exemplo do que era observado em países, como, por exemplo, os Estados Unidos, onde as sociedades da temperança haviam se popularizado e os resultados eram observados por meio da “suposta” diminuição das taxas de criminalidade, mortalidade e suicídio. Assim, a memória coletiva em torno do movimento da temperança estava baseada no pressuposto científico e político-jurídico, em que as medidas de controle dificultariam o acesso e, inevitavelmente, diminuiria o consumo médio relativo.

Segundo nota publicada na **Gazeta Medica da Bahia**, em 1889, na ocasião do Congresso internacional sobre o alcoolismo, além do reconhecimento da “doença” no aumento dos casos de criminalidade, suicídio e loucura, os participantes foram “unânicos” em considerar que “[...] a diminuição da venda das bebidas, tendo por fim a redução do consumo do alcool, o congresso é de opinião que o governo tome medidas efficazes para restringir o numero das casas de negocio que vendam taes bebidas”, sendo necessário a criação de disposições legais que criminalizassem a produção artesanal, a importação, a adulteração e a venda (GAZETA MEDICA DA BAHIA, 1888, p. 195).

Observamos que não foram apontadas, por parte do cronista do **Gazeta Medica da Bahia**, quais seriam as medidas que regulariam tais ações de restrição aos espaços de comercialização, o que acabou por não ser seguido pelos governos locais. Contudo, a “semente” da gerência do médico sanitarista e higienista na administração pública, enquanto responsável pelo controle ao alcoolismo havia sido plantada, e a partir de 1889, após o advento da República, uma série de reportagens e crônicas publicadas, tanto nos

periódicos médicos quanto nos demais jornais de interesse público, clamavam pela participação dos agentes de saúde nos quadros da administração pública, com vista ao combate do “alastramento” do alcoolismo. Neste sentido, notamos que a memória coletiva forjada em torno do alcoolismo, especialmente, no seio da comunidade médica, partia da ideia de que o mesmo não era um assunto de interesse ligado estritamente à moralidade, sendo também uma preocupação do bem-comum, uma vez que o consumo desencadeava o aumento da mortalidade (criminalidade e suicídio) e da degeneração (loucura).

No tocante às confluências entre médicos e agentes religiosos (católicos e protestantes), o alcoolismo despontava enquanto um mal social e um problema de ordem pública, sendo, portanto, necessária a coalização de forças entre os diversos setores da sociedade. Todavia, entre os agentes religiosos não haviam consensos sobre o engajamento das ordens religiosas em promover o combate do alcoolismo.

Em crônica publicada em 1891 no jornal **Imprensa Evangelica** encontramos uma crítica do periódico protestante acerca das ações dos agentes católicos na promoção dos ideais da temperança, cuja finalidade era propagar entre os leitores o suposto entrave que os clérigos representavam para o combate ao alcoolismo. De acordo com o cronista, de identidade desconhecida, os dados científicos e estatísticos produzidos nos países “elevados” apontavam para os males do alcoolismo e para os avanços nas medidas coercitivas. Nessa crônica os dados censitários foram utilizados, de modo a exemplificar o alastramento do “vício”, sendo organizados em três naturezas: i) o consumo médio relativo por habitantes; ii) os índices de criminalidade, suicídio e mortalidade; iii) as leis que versavam sobre proibição da produção, importação, venda e consumo das substâncias alcoólicas. Assim, foi tomado como exemplo as ações dos Estados Unidos, onde supostamente:

Na União norte-americano havia em 1890, segundo o *Directorio Catholico Official*, que acaba de publicar-se, 8.579,966 individuos catholicos romanos, em uma população, segundo o recenseamento oficial do mesmo anno, de 62.480,540 habitantes. Havia, pois, um romano para um pouco mais de 7 habitantes; e é esse o paiz onde, segundo diz o artigo, se têm adoptado as medidas mais severas contra o alcoolismo [...] e onde as sociedades da temperança, organizações particulares que têm por fim especial combater o uso de bebidas alcoolicas existem em maior numero e têm muitas vezes recorrido a meios que nada têm em commum com a moderação. (IMPRESA EVANGELICA, 1891, p. 101, grifos do autor).

Ademais, o autor desconhecido, buscou demonstrar como os agentes católicos estavam na base do problema, supostamente se beneficiando da calamidade pública que era causado pelo alastramento do “vício”, tanto nos países “civilizados” quanto no próprio Brasil, onde:

Mas, mesmo se algumas das medidas adoptadas por aquelles que querem acabar com a embriaguez nos Estados Unidos do Norte, não são do agrado de todos, não é isso muito melhor do que aquillo que se faz aqui no Brazil? Aqui, paiz catholico, apostólico romano, faz-se todo o possivel, tanto da parte da authoridade civil como da ecclesiastica, para argumentar o consumo da caxaça e animar a gente a entregar-se ao vicio da embriaguez. As estradas de ferido do Estado tem tarifa excepcionalmente favoravel para o transporte do aguardente, e nas grandes festas da igreja pôde-se ganhar dentro do templo e muito barato grande somma de indulgencias, e logo á porta do mesmo templo aproveitar a occasião para apanhar, e tambem por pouco dinheiro, uma formidavel carapuça. (IMPRESA EVANGELICA, 1891, p. 102).

Conforme deprendemos, a crítica do cronista recaia sobre o clero católico, acusado de incentivar o consumo de substâncias alcoólicas entre os fiéis, omitir os danos causados pelo alcoolismo e se beneficiar do caos gerado pelo alastramento dos problemas sociais, a partir da adoção de uma retórica falsamente moralizante⁶⁴. Logo, o(s) redator(es) da **Imprensa Evangelica** aplaudiam as ações das sociedades da temperança ao mesmo tempo que condenavam o papel representado pela igreja Católica, tanto nacionalmente (incentivo) quanto externamente (por serem supostamente avessos ao movimento da temperança).

Conforme temos dito, a luta em torno do alcoolismo, entre os anos finais do século XIX e início do século XX, estava revestido de um forte sentimento moralista, no qual agentes médicos e religiosos disputavam a gerência em torno do seu combate. A esse respeito, encontramos uma crônica publicada na **Gazeta Medica da Bahia**, assinada pelo pseudônimo de Bombarda, na qual se podia ler que: “o problema mais interessante para nós está em conhecer nossa situação e procurar saber se ha motivos para que se encete uma lucta contra o mal, se é que elle existe”. Ainda de acordo com o cronista, o

⁶⁴ À guisa de exemplificação, uma crônica publicada no mesmo periódico, em 1889, comentava sobre a lascívia que representava a festa da Penha, no Rio de Janeiro, em que “[...] tumultos provenientes de brigas por motivos fúteis e unicamente devidos ao abuso do alcoolismo em grupos de romeiros, que dansavam ao som de violões e gaiatas e de outros, na maior parte de côr preta, que reuniam-se aqui e acolá, para tabuques e dansarem o que vulgarmente denominam *samba*”. Portanto, a crítica as festividades católicas se assentavam nos pressupostos de serem festas profanas, regadas por consumo excessivo de substâncias alcoólicas, em que os cortejos eram majoritariamente compostos por populações pobres e afro-brasileiras, de me modo sincrético fundiam suas tradições aos ritos cristão, no concilio dos clérigos.

“alcooolismo-doença”, forma pela qual tratava a dependência química, tinha se alastrado não apenas na sociedade quanto no próprio seio da cristandade, logo, “o alcooolismo é um flagelo e para o christão também um pecado”, mas o que falar dos homens comuns? Neste ponto, o autor sentenciava que não deveria haver disputa entre agentes médicos e religiosos no combate ao alcooolismo: “por isso homens de sciencia e homens fê se encontram n’esta obra commum – a regeneração do alcooolismo” (GAZETA MEDICA DA BAHIA, 1899, p. 31-32). Ao término da referida preleção, o cronista afiança ser indispensável o apoio dos agentes religiosos na popularização dos saberes biomédicos acerca do alcooolismo, cuja comunidade de fiéis e leitores poderiam se beneficiar do papel pedagógico que representavam as instituições religiosas.

Neste ponto, observamos certa confluência de interesses entre agentes médicos e religiosos, em prol da luta pela erradicação e alastramento do alcooolismo, por meio das representações sociais que se ancoravam no princípio de ser a dependência química uma doença, de natureza moral e hereditária. Assim, seu combate não teria efeito positivo, caso não houvesse a construção de uma vasta rede de combate, cuja imprensa jornalística serviria enquanto plataforma privilegiada para promoção da temática, dos riscos sociais e dos saberes sobre etiologia da “doença”, terapêuticas e ações legais do Estado.

Portanto, ao comentar as experiências dos países “civilizados”, os quais o Brasil deveria deitar seus olhares e replicar as ações, o cronista do **Gazeta Medica da Bahia** (1889, p. 29-30):

Um dos espectaculos mais interessante para quem estuda coisas em Paris é a visita á secção dos alcoolicos, [...] Afora o confortável das installações, que não apresenta novidade sobre os asylos communs e só o novo para quem pela primeira vez sahiu de Lisboa [...] quadros graphicos coloridos representando o valor nutritivo e comparando de alimentos e bebidas, grandes cartazes appellando para o patriotismo, desenhos a cores figurando as para de órgãos normaes, as lesões visceraes produzidas pelo alcooolismo.

Segundo a referida crônica, uma das ações pedagógicas mais eficazes era estarrecer os alcoolistas com evidências dos males que eram causados pelo uso imoderado de substâncias alcoólicas, as quais estavam desassociadas da teoria alimentar. Neste sentido, era necessário a criação de casas de correção, separando alcoolistas de “loucos”, uma vez que se partia do pressuposto de serem duas patologias distintas, na qual a última provocaria a primeira, mas não vice verso.

Comentando sobre a experiências portuguesa acerca da criação dessas casas, “este estabelecimento, que ha dois ou tres annos se consagra ao serviço dos alcoolicos, abriga para cima de 300 doentes [...] a sahida, os doentes encontram-se sob a protecção d’uma sociedade de *patronnage*, cuja efficacia d’acção é bastante grande [...]”. Neste outro ponto da crônica, além da suposta coalização entre agentes médicos e religiosos, o cronista advogava por uma ação conjunta da sociedade, com a criação de um sistema de patrocínio, de modo que os egressos das casas de correção encontram-se abrigo e emprego após serem reintegrados na sociedade, uma vez que a memória coletiva apontava que “[...] depois de reintegrados na lucidez mental existia antes do ataque que os levou ao asylo [...]” os alcoolistas estavam plenamente aptos ao trabalho rotineiro e aos seus compromissos com a sociedade (GAZETA MEDICA DA BAHIA, 1889, p. 33-34).

Em verdade, os doentes entram no seu delirio alcoolico e muito rapidamente o acesso desaparece de modo que o restante tempo de detenção quasi chega a ser uma violação dos regulamentos, e é só porque elles existem que a sequestração não se protrae mais, como seria do interesse do doente e desejo do medico. (GAZETA MEDICA DA BAHIA, 1889, p. 33-34).

Assim, as representações sociais em torno do alcoolismo se ancoravam não mais na figura do “louco” e sim na ideia de um sujeito que por uso imoderado e por diversas razões pessoais se entregavam ao “vício”, sendo acometidos por “delírio alcoólico”. Na busca de afastar alcoolismo e loucura, e demonstrar como somente a ação conjunta entre médicos ↔ agentes religiosos ↔ sociedade civil ↔ Estado poderia reintegrar os alcoolistas e reestabelecer o curso natural do desenvolvimento social da nação, o cronista apelou para sentimentos como patriotismo, abstinência, ciência e fé, a fim de criar um sistema capaz da plena recuperação dos sujeitos alcoolistas.

Ainda de acordo com Bombarda (1889, p. 35) as ações dos países europeus, em criar casas de correção, apartadas da esfera criminal e ao promoverem a separação entre alcoolistas e “loucos” haviam dado frutos a serem seguidos pela sociedade brasileira, em que o alcoolismo crescia de modo alarmante, portanto, fez questão de advertir que “[...] nos paizes de vinho não ha os perigos d’alcoolismo que nos outros derivam de aguardentes por mil modos sophisticadas”. Essa última consideração tratava-se do hábito local do consumo da cachaça, especialmente, entre as populações afro-brasileiras e

pobres, no qual o consumo da referida substância assumia caráter eugênico⁶⁵ e, portanto, passível de ser suprimido. Logo, a luta contra o alcoolismo encontrava-se direcionada ao combate do consumo de determinadas substâncias alcoólicas e estratos sociais, em prol de um saneamento social, capaz não apenas de contornar os danos da dependência química bem como das liberdades individuais de grupos e povos socialmente marginalizados e excluídos.

Todavia, a abstinência não era totalmente aceita no seio da comunidade médica, pois se por um lado havia os defensores da temperança do outro estavam aqueles que apontavam para uma erradicação gradual do consumo médico. Em crônica publicada em **O Brazil-Medico**, identificada pelas iniciais H.P., sob o título **Tratamento do alcoolismo chronico**, encontramos a afirmação de que “como primeira indicação remover a causa. A supressão do alcool na gande maioria dos casos deverá ser gradual, sempre decrescente a dose tolerada até completa abstinência” (1893, p. 149).

Ademais, encontramos uma recomendação terapêutica que incluía a adoção de injeções de nitrato de estricnina, em doses pequenas; além disso, “em casos de reincidencia repete-se o tratamento [...]” na crença de que a substância, atualmente considerada tóxica, promoveria a “aversão absoluta para o álcool” (O BRAZIL-MEDICO, 1893, p. 143). Logo, havia a crença de que o combate não teria efeito somente dificultando e/ou proibindo o acesso às substâncias alcoólicas, era necessária a adoção de medidas combinadas, como a diminuição gradual, o recolhimento, a educação moral e a adoção de demais compostos fármaco-químicos.

No tocante à abstinência, o consenso que começava a se formar no início do século XX, apontava para o uso do álcool restrito nos procedimentos médicos, mesmo que prevalência a ideia de que as substâncias alcoólicas tinham valor nutricional, especialmente, no caso do vinho, bebida que desde a Antiguidade Clássica fazia parte dos hábitos alimentares dos europeus e das camadas mais abastadas. A respeito disso, encontramos em **O processo do alcool**, crônica publicada em 1903 na **Gazeta Medica da Bahia**, de autoria do Dr. João A. G. Froes, “o alcool é inoffensivo e até certo ponto proveitoso desde seja usado moderadamente, sob a forma de um bom vinho”, ainda de

⁶⁵ A concepção de que o alcoolismo, em associação com outras “doenças” epidêmicas estavam na raiz da degeneração racial, estava presente na memória coletiva da comunidade médica, a exemplo disso temos as considerações do médico Juliano Moreira, ao afirmar que as patologias epidemiológicas provocariam “o pavor que ellas infundem ultrapassam por vezes o imaginável [...] essas invadem as cidades, dizimam as populações de hygiene descurada, eliminam muitas vidas aproveitavel, mas com eliminarem, as mais das vezes não fazem ao grupo humano males muito mais fortes que a syphilis, o alcoolismo, a tuberculose, etc” (GAZETA MEDICA DA BAHIA, 1899, p. 133).

acordo com o cronista “é um alimento de valor na proporção média de um litro de bom vinho no espaço de 24 horas”, todavia, esse não era um consenso, pois conforme fez questão de apontar, segundo outros pesquisadores, o álcool não poderia ser considerado alimento e queimava em contato com os tecidos estomacais, assim, o álcool em si deveria ser desassociado das substâncias alcoólicas, especialmente, aquelas produzidas pela fermentação de determinados compostos, prevalecendo a ideia de que o uso do álcool em sua forma isolada deveria se restringir à terapêutica e à assepsia, sendo desencorajado o consumo de bebidas cuja composição incluísse álcool etílico acrescido.

Logo, “o alcool, longe de ser um alimento verdadeiro, é um veneno perigoso para o individuo e para a sociedade; sua indicação therapeutica deve ser feita de accordo com as regras da posologia medicamentosa, convindo, ainda neste caso, evitar o abuso” (GAZETA MEDICA DA BAHIA, 1903, p. 127).

Além da embriaguez, manifestação ruidosa e aguda do abuso dos alcoolicos existe o alcoolismo chronico, que imperceptivelmente mina o organismo do consumidor alterando-lhe os tecidos com as pequenas doses multiplicadas, sob pretextos múltiplos; estas representam, ao cabo de 24 horas, uma forte dose de alcool da peor qualidade, fornecido pelas diversas bebidas que enxameiam no commercio, e com que compra o homem os meios de mais depressa envelhecer, inutilizar-se e morrer, defraudando duplamente a sociedade – com sua propria invalidez prematura e com a degeneração de suas descendência tristemente fadada a robustecer as fileiras da loucura e da criminalidade. (GAZETA MEDICA DA BAHIA, 1903, p. 127-28).

Essas considerações encontravam-se presentes na tese **Embriaguez e responsabilidade**, de autoria do cronista, defendida na Faculdade de Medicina da Bahia, em 1899, em que buscou distinguir a embriaguez do alcoolismo – a primeira seria subdividida em ruidosa (leve) e aguda (intensa) – e o segundo em crônico e congênito (crônico referia-se à dependência adquirida e a congênita se trataria da versão hereditária). Ao cabo, o cronista advogava pelo combate ao alcoolismo por meio da criação de medidas legais que proibissem a produção, importação, venda, exportação e consumo. Uma vez que acreditava na crença de que o álcool se consistiria em uma substância de caráter legal e as bebidas alcoólicas com potencial de intoxicação crônica e com alto grau de risco a vida do alcoolista e de seus descendentes, tal como era defendido pelos alienistas e eugênicos da passagem do século XIX ao século XX.

Em fins do século XIX e início do século XX despontavam na imprensa brasileira, anúncios de ofertas de “beberagens” que tinham por objetivo o combate à embriaguez e

ao alcoolismo, a exemplo disso, o jornal **O Brazil-Medico** trazia em sua edição de 1897 uma propaganda, na qual as representações sociais do alcoolismo o ancorava na ideia de “vício” que agrava o sistema nervoso e cardiocirculatório.

Figura 7 – Anúncio jornalístico de Remédio contra embriaguez, publicado em **O Brazil-Médico** (1897)

REMEDIO CONTRA A EMBRIAGUEZ
(HABITUAL)

No intuito de alguns serviços prestar á humanidade, accessivel ás vicissitudes da vida, deliberou o pharmaceutico Granado preparar e submeter á consideração da Inspectoria de Hygiene o seu.

REMEDIO CONTRA A EMBRIAGUEZ

approvado e aconselhado para o tratamento completo do - *vicio alcoolico ou embriaguez habitual alcoolica.*

No dominio publico, está consagrado de que—a victima do **alcoolismo**, será mais tarde ou mais cedo affectada de *graves molestias do systema nervoso e do coração.*

Não sera inopertinente aqui declarar que, a sciencia tem observado, serem os filhos de pais acoolicos, affectados d s vicios dos seus progenitores.

Eis, pois, plenamente justificada a necessidade de combater tão pernicioso vicio, com o **Remedio contra a embriaguez** preparado pelo pharmaceutico Granado. O prospecto que acompanha o frasco claramente explica a maneira de administrá-lo.

CUIDADO COM AS IMITAÇÕES

O legitimo leva uma tarja sobreposta na rolha e no rotulo a nossa marca registrada, uma estrella em circulo encarnado com os dizeres—Granado & C, rua Primeiro de Março n. 12.

Fonte: *O Brazil-Medico*, 1897, p. 74.

Conforme podemos observar, o anúncio não trazia informações sobre a composição química do remédio ofertado, sendo recomendado para o tratamento do “vício do alcoolismo” ou da “embriaguez habitual alcoólica”, alertando para as características do rótulo e para os riscos de falsificação do composto, algo que pode apontar para sua popularidade entre o público consumidor da Capital Federal. Na mesma edição, encontramos uma série de outros anúncios publicitários sobre Licor de Alcairão e Eucalyptus, do fármaco Werneck; Licor de Peptonato de Ferro, do fármaco Werneck; Elixir Garminativo de Werneck – Alcoolato de Mellissa Composto etc. – esses anúncios sinalizavam para a utilização de compostos alcoólicos nas soluções terapêuticas que eram

utilizadas para o tratamento de doenças de diversas naturezas⁶⁶, dentre elas, a tuberculose, a sífilis, o cancro, a diarreia, a má digestão, entre outras.

Em crônica publicada em **O Brazil-Medico**, em 1904, sob o título **Defesa social contra o alcoolismo no Brazil**, de autoria de Afrânio Peixoto, o médico brasileiro buscou rejeitar a tese de que o alcoolismo era um problema apenas de ordem política e médica, encarando enquanto problema social, cujos impactos afetavam a economia, a salubridade, a produção nacional e o desenvolvimento moral da população. Ademais, rejeitou também a tese de que o álcool, em especial, determinadas substâncias alcoólicas poderiam ser vistas enquanto alimentos, a despeito do vinho, cujos defensores propagavam seus benefícios nutricionais e terapêuticos. Em sentido oposto, fez questão de pontuar que o entrave no combate ao alcoolismo se dava por conta das estratégias que eram defendidas pela comunidade médica nacional e internacional, logo:

A' primeira parte do problema tem-se offerecido duas soluções que se afiguram tristes, porque estão longe do valor com que fôram encaradas. Falo da rectificação, dita depuradora, dos alcooes inferiores e da propaganda cenilica, louvando a substituição do vinho aos outros alcooes. (O BRAZIL-MEDICO, 1904, p. 355).

De acordo com os argumentos de Peixoto (1904), a primeira proposição se esbarrava na incapacidade da indústria em produzir substâncias alcoólicas, cuja composição estaria depurada do álcool de natureza etílica; enquanto a segunda desconsiderava os interesses do mercado internacional produtor de vinho, em popularizar a bebida em detrimento das demais bebidas fermentadas, por meio de uma retórica de ser o primeiro mais saudáveis que as demais. Aqui, observamos o empasse econômico em torno das bebidas alcoólicas, na oposição velada entre produção nacionais e internacionais. Neste sentido, sua luta contra o alcoolismo se assentava no combate a propaganda alcoólica, uma vez que:

A educação preventiva contra o alcoolismo está já iniciada em vários paizes civis e desde a escola, nas officinas, em conferencias, nos quarteis, por toda parte, uma disseminação de conhecimentos inteira dos prejuízos alcoolicos, exhibindo os tormentos individuais da saúde profundamente lesada, da dignidade, da segurança, na moralidade comprometidas, da miseria, do hospital, do manicomio, da prisão e do cemiterio conquistado e da especie attingida na degeneração e na

⁶⁶ Cabe-nos ressaltar que esses anúncios, mesmo tendo espaço reservado na imprensa médica, cujo público-alvo era direcionado aos profissionais da saúde, tinham maior circulação na imprensa de utilidade pública, cujos leitores eram diversificados, o número de tiragens era maior e a circulação alcança diversas regiões do país.

esterilidade. [...] A educação será, entretanto, a maior arma no combate contra o alcoolismo, porque a convicção vinda do conhecimento é a única base da hygiene social. (O BRAZIL-MEDICO, 1904, p. 357).

Assim, Peixoto (1904) saiu em defesa da educação antialcoólica, criando uma série de proposições que potencializariam o combate ao alcoolismo, entre eles: i) obrigações das indústrias produtoras de substâncias alcoólicas em controlar os índices etílicos e a promoção de fiscalizações dos laboratórios, a fim de produzirem “bebidas higiênicas”; ii) coibir as fraudes, falsificações e adulterações dos vinhos; iii) educação preventiva antialcoólica, por meio de ligas, oficinas, publicações e conferências e por meio das atividades curriculares nas escolas primárias, secundárias, normais e superiores; iv) criação de colônias e asilos para tratamento físico e moral dos alcoolistas, loucuras e criminosos alcoólicos; v) concessão de prêmios aos produtores e compensadores de álcoois desnaturados para fins industriais; vi) taxação elevada do álcool de consumo de qualquer procedência, sobretudo, fabricado no país, utilizados no fabrico da cachaça, do aguardente, canna, paraty, restilo etc., sendo os recursos da taxação de responsabilidade do erário nacional, a fim de se aumentar suas receitas e financiar o combate ao alcoolismo.

A concepção que o alcoolismo era um problema social, se encontrava presente tanto na literatura religiosa quanto médica, a exemplo disso, na crônica **Efeitos do alcoolismo**, publicado no jornal **O Apostolo: Orgam Oficial da Diocese**, de autoria do pseudônimo Aloysius, era informado que “um dos maiores vicio que minam e continuam minas os fortes alicerces da sociedade moderna è, incontestavelmente, o alcoolismo”, uma vez que “chamamol-o vicio, e, realmente, o é, porque deterióra a nossa vontade que è movida pela intelligencia, a praticar actos repugnantes á nossa natureza” (O APOSTOLO: ORGAM OFFICIAL DA DIOCESE, 1907, p. 3).

As representações sociais dos agentes religiosos do alcoolismo enquanto uma “doença” e um “vício” eram objetificado e ancorado a partir da figura do louco e doente, cuja origem comum estava assentada na memória coletiva dos médicos que estudavam sobre o assunto, a exemplo disso, na crônica citada havia referências aos estudos científicos internacionais. No caso em questão, Aloysius tratava da responsabilidade criminal dos alcoolistas que cometiam atos violentes, fazendo uma diferenciação entre estado de embriaguez e alcoolismo crônico.

O alcoolismo, conforme as estatísticas, traz-nos a loucura e o crime. Na imaginação, as alterações dão-se quando a substancia cerebral acha-se inflamada, ou a circulação sanguinea, no cerebro, sofre augmentação

demasiada, ou diminúe demasiadamente, ou as funções do systema nervoso perturbam-se, extraordinariamente, como nas paixões violentas, ou finalmente pela acção do alcool. Os crimes abundam nos paizes onde ha grande consummo de bebidas alcoolicas. (O APOSTOLO: ORGAM OFFICIAL DA DIOCESE, 1907, p. 3).

Em sua linha de raciocínio o cronista afiançava que era necessário compreender o grau de consciência do sujeito, que a efeito do álcool, cometiam atos violentos e criminosos, para que fosse procedida com a devida penalidade, sendo abrandada em casos de alcoolismo crônico – em que o enfermo tinha sua capacidade racional prejudicada – e de embriaguez – em que a consciência era parcialmente suspensa e comprometida, mas que não o impedia de prever e avaliar suas ações. Desse modo, questionava se “há voluntariedade nos actos dos alcoolicos? Sucintamente dil-o-emos”, pois “[...] si a embriaguez, tirou d’um modo completo o uso da razão e o alcoolico não viu, antecipadamente, o effeito do seu acto, neste caso não ha voluntariedade”, todavia, “[...] não suprimiu, inteiramente, o uso da razão, então è *voluntario*, e a sua voluntariedade è proporcionada ao grau do conhecimento ou da previsão [...]”, nestes últimos casos, o criminoso que em estado de intoxicação alcoólica “[...] é um doente do corpo, de espirito, um louco que perdeu a liberdade e a responsabilidade” (O APOSTOLO: ORGAM OFFICIAL DA DIOCESE, 1907, p. 3, grifo do autor).

Tal como defendiam os estudiosos europeus, Roussel, Bergeron e Sinibaldi, o alcoolismo crônico produziria um estado de doença mental, que comprometia a capacidade cognitiva dos alcoolistas, a tal ponto que os mesmos eram levados ao crime por incapacidade de distinção da realidade, sendo, portanto, um quadro patológico que os colocaria na esfera da loucura – em que se acreditava não haver culpa voluntária em atos, logo, seus crimes seriam de natureza culposa e não dolosa. Cabe ressaltar que no processo dessa distinção entre culpa e dolo, os agentes religiosos não buscavam a gerência sobre o assunto, quando muito, se prestavam enquanto conselheiros dos agentes jurídicos e médicos.

Na segunda parte da crônica, publicada duas semanas depois⁶⁷, Aloysius comentava sobre os principais sintomas do alcoolismo crônico, afirmando que “os alcoolicos começam a experimentar nevroses convulsivas ou epilepsia que não tem caracteres diferentes; a epilepsia apresenta innumeraveis variedades e há grandes questões entre os criminalistas, ella è ou não distincta da loucura”. Neste pronto de suas

⁶⁷ A primeira parte foi publicada em 8 de setembro e a segunda em 22 do mesmo mês.

considerações, buscou demonstrar a falta de consenso por parte da medicina legal em promover a distinção entre alcoolismo e embriaguez. Afirmou ainda que se por um lado ambos eram distintos (Trousseau), havia quem não acreditava haver (Lombroso) e aqueles que jugavam que a epilepsia era o meio caminho entre o alcoolismo e a monomania instintiva (Ferri). Ao término, acabou por ratificar suas observações primeiras de que a “[...] voluntariedade dos actos humanos, prende-se outra de altíssima importância, que, neste momento, agita, calorosamente, as escolas criminalistas – è a da responsabilidade moral [...]” logo, julgava que “[...] o alcoolismo è o cancro corrosivo que hirpetiza o organismo social, [...] está em perfeito contraste com os esplendôres da civilização que, no dizer dos optimismas, vae felicitando os póvos” (O APOSTOLO: ORGAM OFICICIAL DA DIOCESE, 1907, p. 3). Portanto, conforme pudemos observar, mesmo não adentrando a seara da criminologia, os agentes religiosos advogavam em prol da desresponsabilização do “louco” produzido pelo alcoolismo crônico, ao considerá-lo um sujeito “doente”, cuja razão lhe foi comprometida pela intoxicação alcoólica.

Segundo constava na crônica **Alcoolismo**, publicada no jornal **A fé crhistã**, de 1903, o protagonismo da luta antialcoólica encontrava-se expoente na história da cristandade Ocidental, a partir da trajetória de vida e política do rei Menelik⁶⁸ – que usado pelo Senhor proibiu a entrada de substâncias alcoólicas em seu reino – devendo, portanto, ser considerado o patrono da Liga antialcoólica.

A crônica, composta de poucas linhas, reivindicava para o seio da cristandade católica o protagonismo em entrever os malefícios sociais do alcoolismo, antecipando, por aproximadamente cerca de três milênio, as primeiras medidas legais de proibição da importação, venda, produção e consumo das bebidas alcoólicas, algo que se materializaria nos códigos modernos a partir das primeiras medidas legais obtidas pelo movimento da temperança. Cabe ressaltarmos que a referida crônica, havia sido publicada logo abaixo de um informe, dando ciência aos leitores sobre a criação da primeira Liga Antialcoólica de São Paulo. Desse modo, a crônica buscava retirar da ciência laica a primazia em produzir, por meio dos estudos biomédicos e estatísticos, as primeiras provas conclusivas acerca dos riscos sociais do alcoolismo e instituir a Igreja Católica enquanto patrona da luta antialcoólica.

⁶⁸ Na tradição católica Menelik é considerado o primeiro Imperador da Etiópia, filho de Salomão e da Rainha Sabá. O governo do imperador teria se dado no século X a.C., sendo o fundador da dinastia salomônica, a dinastia mais longeva da história mundial, por ter predominado no poder por mais de três milênios, entre os séculos X a.C. até o ano de 1974, compreendendo um total de 225 gerações de sucessores.

Ao fim e ao cabo, observamos como agentes médicos e religiosos compartilhavam da memória coletiva de que o alcoolismo estaria na base do desvio moral, sendo um fator de risco, tanto na vida dos alcoolistas quanto da sociedade, sobretudo, por potencializar a propensão à criminalidade. Porém, haviam divergências quanto a responsabilização criminal dos alcoolistas e das ações de contenção e punição. Todavia, em um ponto ambos os grupos estavam em consenso, o alcoolismo era a causa do aumento dos casos de mortalidade, cujos prejuízos, novamente, recaíam sobre o Estado, ao perderem suas forças produtivas, ao depreenderem gastos públicos com tratamento, encarceramentos e internações e por afetarem a constituição das gerações vindouras.

4.5 Mortalidade

Na crônica publicada em 2 de agosto de 1884, com o título **Efeitos do álcool**, no jornal **Imprensa Evangélica**, cuja autoria não foi apontada, era possível encontrar referências ao efeito nocivo do álcool – indicativo das bebidas alcoólicas – na qual era informada que o número de mortos pelo alcoolismo era superior aos óbitos causados pela sífilis, pela escrofulose e pela cólera. O texto informava, em tom alarmista, que os dados estatísticos coligidos nos Estados Unidos e em países europeus, indicavam para o aumento nos índices de mortalidade, apontando enquanto caminho mais seguro a abstinências, propagada pelo movimento da temperança, ao qual segundo afirmava, tinham adeptos entre agentes religiosos e médicos.

Com base no estudo Dr. Gonçalo Moniz, o alcoolismo era um dos fatores de agravamento do quadro clínico de pacientes acometidos por tuberculose⁶⁹, contudo, a letalidade aumentava em casos em que ambas as patologias se apresentassem de modo crônico e hemorrágico, pois “[...] o organismo do alcoolista se torna extremamente sensível às toxinas do bacillo de Koch ou que nelle este microbio encontra meio propício á exaltação da sua virulencia e segrega toxinas sobremodo activas”. Portanto, seu estudo, baseando na análise da literatura internacional, apontava que existia “[...] nova prova da influencia fisiogenica do alcoolismo”, contrariando a ideia de que o alcoolismo conferiria

⁶⁹ Segundo a crônica **Lucta contra a tuberculose**, cuja autoria era desconhecida, publicada em 1901, no **O Brazil-Medico**, a partir dos resultados do Congresso Britânico da Tuberculose, “o *alcoolismo* é o mais poderoso fator de propagação da tuberculose: o homem mais vigoroso, tornando-se alcoolista, não offerece mais resistência á tuberculose. Todas as medidas de ordem governamental ou privada, que poderem ser tomadas contra o alcoolismo, serão os mais preciosos auxiliares na lucta contra a tuberculose”, associado ao “vício” estavam expressos fatores como condições insalubres e regimes alimentares irregulares (O BRAZIL-MEDICO, 1901, p. 409, grifo do autor).

certa resistência aos organismos a contrair a tuberculose, passando a valer a noção de que “o alcoolismo faz a cama para a tuberculose”.

Só ao deletério influxo do alcoolismo podemos attribuir a especial gravidade desta caso de tuberculose aguda de fôrma hemorrágica. O organismo, corrompido pela intoxicação ethylica, não poude oppôr a minima resistência ao ataque dos bacillos e assistimos dest'arte as precipite desmoronar de um edificio solapado e carcomido, não obstante a primitiva boa apparencia” (GAZETA MEDICA DA BAHIA, 1903, p. 107).

Em suas observações, Gonçalo Moniz (1903) associava o aumento da mortalidade decorrente da tuberculose, especialmente, em casos em que o doente também fosse alcoolista, sobretudo, a incidência da forma mais grave da infecção. Neste ponto fez questão de frisar a mudança na aparência do paciente, que rapidamente se transformaria em um sujeito de aspecto “decadente”, “flagelado”, “carcomido” e de “má aparência”. Sendo, portanto, a tuberculose uma doença epidemiológica no Brasil⁷⁰, cujas crises sanitárias havia trazido dezenas de milhares de mortes ao longo do século XIX, seu combate deveria ser combinado ao controle do alcoolismo.

A concepção de que o alcoolismo representava um risco à saúde da população brasileira e ao desenvolvimento nacional encontrava-se presente em circulação na imprensa médica, especialmente, a partir da memória coletiva dos médicos que atuavam no campo da Higiene Pública, a exemplo disso encontramos expresso em crônica publicada em meio de 1887 de que “a raça africana no Brazil e sua descendencia fornece grande dizimo mortuário determinado, quasi sempre, pelo alcoolismo e suas consequencias” (O BRZIL-MEDICO, 1887, p. 58). Conforme se podia ler, a nacionalidade e a “raça” eram fatores determinantes para justificarem a propensão à dependência química e para o agravamento de patologias de natureza infecciosas, à luz dos índices estatísticos e criminais. O cronista, cuja identidade não foi revelada, apontava as condições de ascendência enquanto fatores determinantes para a morbidade, a longevidade e para o surgimento de patologias específicas, todavia, afirmava que o alcoolismo era um risco comum a todos os indivíduos, incidindo de modo mais arriscado entre os africanos e afro-brasileiros.

⁷⁰ Conhecida também enquanto Peste branca, o Brasil enfrentou, ao longo do século XIX e início do século XX, diversas crises epidemiológicas de tuberculose, sobretudo, entre as camadas mais pobres das cidades. Para mais informações ver: <http://www.ccs.saude.gov.br/peste-branca/tb-brasil.php>.

Em 1887, no **Anuario Médico Brasileiro**, encontramos algumas considerações do médico Souza Lopes sobre a tese da defendida na Faculdade de Medicina da Bahia, de autoria de Theodureto Archanjo, **Alcoolismo e embriaguez**, na qual “censura veementemente a inercia e deleixo com que infelizmente são tratadas em nosso paiz altas questões sociais como a de reprimir o abuso dos alcoolicos, questão para a qual o nosso codigo não reasrv [sic.] uma só palavra” (ANNUARIO MEDICO BRASILEIRO, 1887, p. 232).

De acordo com Lopes (1887), a ausência de dispositivos legais que coibissem, sobretudo, os alcoolistas, demonstrava o descaso do governo brasileiro em combater um dos males que por muito tempo afetava a saúde, a moralidade e o desenvolvimento nacional. A exemplo disso, apontava os códigos legais, a exemplo dos Estados Unidos, que deveria não apenas ser observado como também “imitado”.

Em nota sobre a Higiene Pública no Estado do Pernambuco, de acordo com o Inspetor Geral da Pasta, cuja preleção foi publicada no jornal o **O Brazil-Médico** (1894, p. 127)⁷¹, no estado não eram notificados altos índices da dependência química, diferente do que era observado em outras regiões, especialmente, na Capital Federal, e em outros países europeus, cujos estudos estatísticos apontavam o alastramento do “vício” e as altas taxas de mortalidade, todavia, julgava haver sub notificações, pois “[...] em geral attribue-se a morte á lesão mais saliente sem se indagar muito pela causa que a produziu ser em muitos casos o alcoolismo lastro patológico”, uma vez que julgava “[...] que o alcoolismo é a causa de um maior numero de obitos, e que á sua conta devem ser levadas muitas lesões do figado e dos rins, assim como a arterior-sclerose, que com tanta frequencia vamos observando”. Segundo essas considerações, e em observação ao fato de que a estatística médica ainda estava por se estabelecer entre as unidades de saúde no país, foi possível presumir que os casos notificados fossem maior do que os dados apontavam, sendo esse um problema que já havia se instalado entre o cenário epidemiológico brasileiro.

⁷¹ A crônica foi produzida pelo médico Rodolpho Galvão, catedrático egresso da Faculdade de Medicina da Bahia.

5 AS INTER-RELAÇÕES ENTRE ALCOOLISMO, PÓS-ESCRavidÃO E IMIGRAÇÃO ESTRANGEIRA

No decorrer desta seção analisamos o papel das imprensas médica e religiosa na elaboração da agenda antialcoólica no Brasil, sobretudo, no período de intensas transformações sociais do país, especialmente, a partir do fim da legalidade do regime escravista e aumento do fluxo imigratório internacional.

Discutimos nesta parte do estudo o protagonismo dos agentes médicos e religiosos na proposição de projetos sociais, políticos e sanitários, em defesa dos valores morais, no combate aos signos do “atraso” social e na defesa dos ideais de “progresso” e “civilização”, de modo a demonstrarmos como esses personagens foram responsáveis por promover a popularização de estigmas sociais que até hoje impactam na vida dos sujeitos alcoolistas.

5.1 Alcoolismo: um problema de saúde pública?

Em conformidade com Labate, Fiore e Goulart (2008, p. 23) consideramos que a discussão pública em torno do alcoolismo – entre anos finais do século XIX e início do século XX –, promoveu sua elevação de problema social a condição de problema de saúde pública, ao longo do século XX, em suma, a comunidade científica e sua retórica antialcoólica, teve papel decisivo nesse processo, uma vez que agentes religiosos e médicos concordavam e popularizavam as ideias de que “tal qual a violência, a miséria e as doenças, o uso de ‘drogas’ foi alocado no panteão dos males que afligiram a humanidade no século passado”.

O campo científico não cumpriu um papel coadjuvante nesse processo. Ao contrário, vê-se com clareza que a ciência foi protagonista, desempenhando papéis aparentemente contraditórios, ora se esforçando em descobrir, isolar e até sintetizar novas moléculas, ora propagando seus malefícios e reivindicando sua proscrição legal. De qualquer forma, foi prioritariamente como um problema de saúde pública que as “drogas” e seu consumo se tornaram objeto de estudo científico, o que acarretou consequências importantes. A principal delas foi o predomínio das ciências biomédicas tanto nos debates acadêmicos como naqueles de caráter mais público. Se isso significou, por um lado, avanços significativos para o acúmulo do conhecimento sobre substâncias psicoativas e seus efeitos fisiológicos, terminou, por outro, enfraquecendo a consolidação desse campo de pesquisas em ciências humanas, principalmente perspectivas que não encarassem o consumo de substâncias psicoativas como um problema em si. (LABATE; FIORE; GOULART, 2008, p. 23-24).

Os pesquisadores acima relacionados chamaram à atenção para o descontentamento de alguns setores da comunidade médica, em ter suas necessidades atendidas pelos órgãos governamentais, desse modo, observou que no processo de construção das agendas de combate às dependências químicas, em especial, das “drogas”, sobreviveram debates públicos marcados pelo simplismo e pela dualidade: contrários vs. favoráveis. Esse processo, mesmo tratando de uma história mais recente do Brasil, pode ser utilizado enquanto parâmetro para estudarmos a transformação do alcoolismo em matéria de debate nas agendas de saúde pública, cuja gênese surgia na imprensa enquanto um “mal”, um “risco”, uma “desgraça pública”, um “inimigo” e rapidamente se transformava em “uma doença”, um signo de “degeneração” e um sinônimo do “atraso nacional”, até alcançar o estatuto de uma “epidemia social”. Somos então levados a retroceder a máxima proposta por Rodrigues (2008, p. 95) e considerar que o alcoolismo no Brasil passou por metamorfoses e de forma concomitante se revestiu de diversas roupagens: “para o moralismo proibicionista, significava a difusão do ‘Mal’; para a classe médica e as autoridades sanitárias, o crescimento de um grave problema de saúde pública; para os estrategistas da segurança pública, a proliferação de criminosos”, logo “a um só tempo, um pecado e um crime de lesa sociedade”.

Conforme dissemos anteriormente, o alcoolismo se transformou em um problema público, mesmo antes de ter se tornado um problema de saúde pública, uma vez que a própria concepção de saúde pública ainda estava em gestação em fins do século XIX e início do século XX. A despeito disso, percebemos com base na análise da literatura jornalística médica e religiosa as diversas representações sociais sobre o alcoolismo, que o ancorava e objetivava ora como sendo uma “doença mental”, ora enquanto um “vício” e ora enquanto um desvio “moral”. Neste sentido, agentes médicos e religiosos, mesmo confluindo quanto a urgência de medidas legais para criminalizar a importação, produção, venda, distribuição e consumo de determinadas substâncias alcoólicas – a exemplo da cachaça –, disputavam a gerência quanto aos agentes que deveriam se encarregar da educação moral, de natureza antialcoólica.

No âmbito da saúde, a gerência da luta antialcoólica, além da participação da imprensa e das faculdades de Medicina, contavam com órgãos do governo imperial e republicano, responsáveis por promover campanhas educativas; prover os hospitais, asilos e hospícios de profissionais, medicamentos e recursos; e, colaborar com os demais órgãos governamentais na criação de estratégias de combate. Todavia, ao longo dos anos finais do século XIX e início do século XX, as agências, tanto do Império quanto da República, promoveram tímidas ações de combate, não tendo expressividade na cena nacional, conforme críticas apresentadas por Afranio Peixoto, em 1904, no jornal **O Brazil-Medico**.

Com relação as estruturas de governo envolvidas no combate ao alcoolismo, em 1850, foi criada a Junta Central de Higiene Pública, órgão que tinha como atribuição zelar e controlar as ações nacional de saúde, prover os cargos e organizar as unidades hospitalares em funcionamento, tanto na Capital Federal quanto nas demais províncias, neste mesmo momento havia sido instituído o cargo de Inspetor Geral de Saúde Pública, função destaque dentro da Junta; posteriormente, foi instituído o cargo de Inspetor Geral de Saúde dos Portos. Em 1886, anos antes da dissolução do regime imperial, foi criado um novo órgão, a Inspetoria Geral de Higiene, sobrepondo-se mais tarde a Junta, esta última dissolvida em 1889, com a implantação da República. Com a criação da Inspetoria foram mantidos os cargos administrativos de Inspetoria Geral de Saúde Pública e dos Portos.

Dentre as diversas autoridades médicas que havia comandado a Inspetoria Geral de Saúde, a pasta foi ocupada, em 1902, por Afranio Peixoto, até o ano de 1904, quando se afastou do posto para trabalhar como professor de Medicina Legal na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Em sua atuação enquanto Inspetor Geral de Saúde Pública, o médico observou as dificuldades em promover campanhas de erradicação do alcoolismo, tanto por falta de apoio – financeiro e técnico-científico – quanto pelos interesses que a comercialização de substâncias alcoólicas desempenhava para setores da indústria e comércio.

Portanto, as críticas direcionadas por Afranio Peixoto (1904) sobre a ineficácia no combate ao alcoolismo, não eram críticas que partiam do seu inconformismo com relação a atuação do poder central, uma vez que ele havia feito parte da Administração Pública, assumindo um dos mais prestigiados cargos de confiança, o posto de Inspetor Geral de Saúde Pública, responsável pelas ações de combate das “doenças”, dentre elas o alcoolismo. Logo, sua crítica se assentava em sua memória coletiva sobre as reais condições de promover ações de combate e erradicação, seja pela ausência de recursos, seja pela ausência de pessoal qualificado e do apoio dos demais dirigentes, subordinados, políticos ou sociedade civil.

Ressaltamos que o alcoolismo, em fins do século XIX e início do século XX, encontrava-se envolvido de diversas místicas sociais, demonstrando como na mentalidade da sociedade brasileira, especialmente, dos intelectuais, agentes políticos, administradores públicos, religiosos e médicos, havia a suposta “missão” de adentrar no debate público, a fim de colocarem suas ações, seus saberes e suas expertises em prol da causa sanitária.

De acordo com Henrique Carneiro (2018) foi somente a partir do desenvolvimento das ciências biomédicas do século XX que as substâncias alcoólicas passaram a serem encaradas, nas agendas políticas, enquanto “drogas”. Neste sentido:

O conceito de droga aparece na história cultural contemporânea, concomitantemente, como um fantasma do mal e como um emblema da saúde. Como fantasmagoria encarna bodes expiatórios, obsessões patologizantes e medos irracionais. Mas é também o veículo da salvação e da cura, como pílula mágica e panaceia para todos os males. (CARNERIO, 2018, p. 10-11).

Com base nessas considerações percebemos que no imaginário social brasileiro, tanto de médicos quanto dos demais setores da sociedade civil, a correlação entre “vício alcoólico” e saúde pública já nasceu eivada de estigmas sociais e de preconceitos morais, todavia, as representações sociais em torno dos alcoolistas, que constantemente os associavam aos “loucos”, “criminosos” e “desviantes” já estavam em circulação desde os anos finais do século XIX, especialmente, no campo do jornalismo, em que médicos e agentes religiosos se utilizavam das plataformas da imprensa para promoverem seus discursos antialcoólicos. Ao adentrarem a arena pública, especialmente, a mídia jornalística, os defensores das agendas proibicionistas das substâncias alcoólicas reivindicavam ações enérgicas por parte do Estado brasileiro, à luz do que ocorria em países europeus e nos Estados Unidos. Sobre os estatutos jurídicos deste último, Carneiro (2018, p. 170) considerou que:

[...] a Proibição permitiu a criação de agências federais de combate a um tipo de crime peculiar, pois sem vítimas concretas que não fosse uma vaga referência à “saúde pública”, atribuindo assim um espaço cada vez maior de coerção estatal em esferas das liberdades civis e pessoais. Essa nova “técnica de estado” (*statecraft*) se direcionou a setores específicos das classes trabalhadoras, muitas vezes sob um viés racial, provocando encarceramento em massa de negros pobres e permitindo o controle de uma dimensão central da esfera pública.

Diferentemente do que aconteceu nos Estados Unidos, no Brasil não houve a criação de medidas na proibição da importação, produção e distribuição das substâncias alcoólicas, aqui, o que ocorreu foi a elaboração de medidas proibitivas pontuais, que tratavam especificamente dos hábitos de vida e condutas dos sujeitos alcoolistas, encarados não apenas enquanto loucos, pois na legislação nacional as penas previam o relaxamento das sanções contra os “doentes”; mas promoviam verdadeiras “caças às bruxas” quanto aos vadios, vagabundos, desocupados e ébrios, sobretudo, em atos que violassem a ordem pública, a propriedade privada e a moralidade.

No campo da sociologia da saúde, o uso de drogas, em grande parte, foi reduzido à sua face patológica, ao comportamento compulsivo e a uma entidade nosográfica de contornos indefinidos, forjada ao longo dos séculos XIX e XX e identificada, após 1885, pela definição de toxicomania: “entre

1855 e 1885, os conceitos e as descrições clínicas que os fundamentam são elaborados: etilismo, morfinismo, eterismo, morfinomania e, finalmente, em 1885, toxicomania”. (CARNEIRO, 2018, p. 293-94).

Segundo apontou Carneiro (2018) após 1912, diversas dependências químicas passaram a ser vistas enquanto problemas epidemiológicos, o alcoolismo, por exemplo, passou a ser encarado nas agendas governamentais e de saúde pública enquanto “grande epidemia”, à luz do que apontavam os estudos biomédicos e estatísticos. Na ausência de dispositivos legais que proibiam a produção, importação e comercialização das substâncias alcoólicas, os agentes brasileiros envolvidos na luta antialcoólica se viam enquanto reformadores sociais, o que Carneiro (2018, p. 196) qualificou como “reformadores da saúde” (*health reformers*) – defensores da abstinência, que se ancoravam “[...] tanto na condenação religiosa moral do pecado, como no diagnóstico médico da bebida como fonte de todos os males [...]”. Portanto, a transformação do alcoolismo em problema de saúde pública é posterior à sua qualificação enquanto problema social, de ordem moral, ética e religiosa, uma vez que na memória coletiva sobrevivia o pressuposto de que o “vício” atentava diretamente contra os princípios de “civildade” e “prosperidade material” da nação.

Segundo Sá (2017, p. 48) a construção das agendas de saúde pública, em relação ao combate às drogas, dentre as quais se encontravam tanto as substâncias lícitas quanto ilícitas, traziam em seu conjunto argumentativo os pressupostos de defesa nacional, a partir de representações sociais ancoradas nos valores morais e religiosas, portanto, o “[...] discurso que subjaz a criminalização de determinadas drogas, por sua vez, argumenta que o bem jurídico a ser protegido é a saúde pública, pois seria dever do Estado garantir o normal funcionamento dos organismos em uma sociedade”. No tocante ao combate ao alcoolismo, o pesquisador afiançou que “[...] o argumento da defesa da saúde pública pela proibição de certas drogas é ilógico e constitui um artifício retórico falacioso, servindo, de outro modo, a um ideal moral-religioso pautado na abstinência”, todavia, essa preocupação segundo o pesquisador, objetivada em sinônimos como guerra, cruzada, combate, luta etc. era, e continua sendo, ilógico, uma vez que mesmo se baseando em sistemas de classificações biomédicas, o processo de criminalização e contenção do corpo social, acabou por promover uma perseguição seletiva, cujos resultados não se mostraram bem-sucedidos a longo prazo.

Argumentamos, com base na Sociologia das Drogas (BERGERON, 2012) e da Psicologia Social (MOSCOVICI, 1978; 1979; 1988; [2000] 2015) que o alcoolismo se transformou, ao longo dos séculos XIX e XX, em um fenômeno social, no qual as

representações sociais e os aspectos socioculturais (moralidade, poder, direito, biomedicina etc.) promoveram a elaboração de diversos sistemas classificatórios, muitos dos quais arbitrários, pois as concepções de “vício alcoólico” e “dependência química” amparavam-se em pressupostos econômicos, políticos e religiosos, contando com a coalização de setores organizados da sociedade, de agentes da administração pública, políticos e do grande parte da opinião pública, a exemplo dos leitores dos jornais médicos e religiosos que analisamos. Neste sentido, as ações apresentadas pela jurisprudência e pela saúde pública, tanto de criminalização quanto de tratamento dos alcoolistas, eram os resultados de um amplo debate público, composto de vozes dissidentes, ora que considerava o alcoolismo um crime, ora uma doença e ora uma conduta imoral (SÁ, 2017).

Todavia, ao analisarmos as memórias e representações sociais sobre alcoolismo por meio da imprensa religiosa e médica, percebemos como a sua substância base, o álcool, estava envolvido em místicas que não seriam fáceis de serem abandonadas, mesmo com o advento da Higiene Pública, do Sanitarismo e do estudo da estatística, que cada vez mais apontava o aumento no número de alcoolistas, internações, hospitalizações e encarceramento. Apesar disso, em estudo sobre o desenvolvimento do campo farmacológico, Vergas (2008) considerou que na grande cadeia da genealogia das drogas, determinadas substâncias assumiam *status* contraditórios, dentre elas incluímos o álcool, cuja utilização era considerada benéfica para o campo da terapêutica, todavia, seu uso na forma de substâncias psicoativas era desencorajado.

De acordo com Vergas (2008) mesmo que o álcool seja uma substância química por bastante tempo conhecida e seu uso tenha se dado em diversas comunidades humanas ao longo da própria história desse gênero, foi precisamente a partir do advento da Alquimia e da Anatomia que suas propriedades mecânicas e fármaco-químicas se expandiram. Entretanto, ao longo do século XIX e princípio do século XX, surgiram as primeiras campanhas públicas antialcoólicas, encabeçadas por diversos setores da sociedade civil, que encontrava respaldo no campo da biomedicina, encarregada de evidenciar os males sociais causados pelo alcoolismo. Porém, conforme apontou o autor, sobreviviam as teorias do álcool enquanto um alimento (alimento-droga), com alto valor nutricional; a teoria do álcool enquanto estimulante físico, depurante e terapêutico (farmácia e quimioterapia). Segundo Vergas (2008) mesmo que os efeitos colaterais de determinadas substâncias terapêuticas e procedimentos tenham sido observados e amplamente divulgados, desde meados do século XIX, a preocupação com a segurança dos medicamentos e dos pacientes é muito recente na história da saúde pública, tendo surgido somente na segunda metade do século XX e início do século XXI. Logo, foi possível a coexistência, no campo da saúde, de movimentos científicos que promoviam a luta

antialcoólica e movimentos que incentivavam sua expansão dos discursos alimentar e fármaco-químico.

Segundo Perrenoud e Ribeiro (2011) os modelos etiológicos da dependência química (modelos hegemônicos contemporâneos), adotados pelas agendas Ocidentais de saúde pública, nasceu do processo de segregação social de grupos de indivíduos e de suas idiossincrasias, logo, foi necessário a proposição de modelos de contenção social e tratamentos eficazes. Ainda segundo os pesquisadores:

O modelo de saúde pública correlaciona a interação entre sujeito, ambiente e substância psicoativa para explicar a dependência. Para isso, fatores como controle (disponibilidade, promoção, etc.) e aprendizado social (justiça e inclusão social), bem como os estados biológico (hereditariedade genética, tolerância, sensibilidade cerebral, etc.), psicológico (resiliência, disposições psíquicas, etc.) e espiritual do indivíduo, são levados em conta para compreender a suscetibilidade ao uso e o processo de evolução do consumo. Tais aspectos organizam-se em um sistema inter-relacionado de fatores de proteção e risco que influencia o modo de consumo individual, de forma a aumentar ou diminuir a probabilidade do uso indevido. (PERRENOUD; RIBEIRO, 2011, p. 47).

Todavia, os modelos contemporâneos de combate das dependências químicas eram o desdobramento da conjunção de teorias “n’s”: i) teorias moralistas, ii) teorias biomédicas, iii) teorias naturais, iv) teorias espirituais, v) teorias sociais, vi) teorias econômicas, vii) teorias racialistas, viii) teorias psicológicas, ix) teorias biológicas e x) teorias de senso comum. Assim, as transformações históricas dos modelos etiológicos de combate às dependências químicas, dentre as quais estava o alcoolismo, compreendem: uma visão moralista e determinista, marcada por aspectos negativos quanto ao alcoolista e determinadas substâncias alcoólicas; a adoção de uma teoria ou a junção de teorias refletem na possibilidade da adoção de diversas estratégias de combate ao consumo, ao uso imoderado e à forma de tratamento do dependente químico, ora tratado enquanto doente, ora enquanto louco e ora enquanto criminoso, persistindo ainda hoje ações autoritárias contra os sujeitos alcoolistas (PERRENOUD; RIBEIRO, 2011).

5.2 O alcoolismo e a escravidão brasileira

De acordo com Carone (2016) no período que antecedeu ao fim do regime de escravidão no Brasil, começaram se desenvolver diversos projetos políticos de substituição prévia da mão de obra escravizada e de branqueamento da população brasileira, de modo a romper com o passado colonial e instalar uma “nova” era. Todavia, “velhos” problemas sociais, como o

alcooolismo, despontavam nas agendas políticas, econômicas, religiosas e biomédicas enquanto entraves, esses problemas, mesmo que relacionados diretamente à questão da escravidão, demonstravam-se ser problemas sociais comuns aos velhos e novos regimes de produção. A exemplo disso, na literatura internacional, com ênfase especial na literatura europeia, popularizava-se a ideia de que entre os países industrializados, o alcoolismo havia crescido substancialmente, sendo, por muitos intelectuais, considerado um problema de saúde pública, potencializado pelo estilo de vida dos trabalhadores.

No Brasil, entretanto, onde o sistema capitalista não teve grande êxito antes do processo de industrialização de base, a partir dos anos de 1930, a sociedade agropastoril sofria os problemas decorrentes do uso das substâncias alcoólicas; enquanto que nos principais centros urbanos, cuja expansão se dava durante a segunda metade do século XIX, o alcoolismo passava a preocupar cada vez mais as autoridades públicas, sobretudo, em decorrência dos atos de violência e aumento da criminalidade urbana, em similitude ao que ocorria nos países do “Velho Mundo”, conforme observamos na literatura médica e religiosa.

Na busca de explicações científicas que dessem conta de apontar as causas para o aumento da criminalidade, Carone (2018, p. 17) identificou o engajamento de médicos, a exemplo de Nina Rodrigues, cuja orientação se dava a partir da Escola Criminalista Italiana, segundo a qual os negros eram “naturalmente” predispostos à criminalidade, os “mestiços” tenderiam ao crime em decorrência de fatores hereditários e da degeneração racial, enquanto que os brancos seriam “naturalmente” menos inclinados ao mundo do crime, podendo ser afetados pelo meio social em que estavam inseridos. Ideias como essas, popularizaram-se no imaginário social e na memória coletiva dos agentes médicos, tendo sido utilizadas na construção de diversos estudos observacionais e experimentais, no afã de demonstrarem os riscos da mestiçagem cultural. Neste sentido, as elites brasileiras e os governos imperial e republicano, incentivaram e financiaram a vinda de imigrantes de diversas paragens do mundo, em especial, dos países da Europa, do Oriente Médio e da Ásia. “Do ponto de vista político, supunham que as raças com maior desenvolvimento evolutivo deveriam civilizar, tutelar ou absorver as raças com desenvolvimento num estágio inferior” (logo a saída “mais lógica” seria a importação de mão de obra estrangeira, a fim de promoverem o branqueamento social, racial e cultural da nação brasileira e afastar os riscos da degeneração racial).

No caso das raças humanas, embora não se tivesse comprovado a *hibridez física* dos produtos do cruzamento (esterilidade, por exemplo), poder-se-ia verificar uma certa *hibridez moral, social e intelectual* dos mestiços, de acordo com uma certa escala de mestiçagem, dos “degenerados” aos “intelectualmente superiores”. De acordo com essa escala, Nina Rodrigues

propunha a revisão do código penal brasileiro para o julgamento diferenciado, caso a caso, da responsabilidade criminal dos mestiços. (CARONE, 2018, p. 17, grifos do autor).

Partindo da concepção de degeneração racial, cujos pressupostos haviam sido popularizados, tanto entre a comunidade médica quanto em diversos outros setores da sociedade civil, sobretudo, a partir da circulação de representações sociais acerca dos “loucos”, “criminosos” e “degenerados”, a opinião pública era favorável a criminalização de determinadas condutas sociais, desde que observadas as ascendências dos indivíduos, seu histórico médico, criminal, moral e as motivações de suas ações, tal como expresso nas considerações do cronista Aloysius, em **O Apostolo: Organ Oficial da Diocese**, em 1907.

Segundo Bethencourt (2018) durante o século XIX, a teoria da evolução das espécies de Darwin e diversas outras teorias correlatas ao evolucionismo biológico, proporcionou aos racialistas, a construção do racismo científico, movimento ideológico que propagava a superioridade europeia em detrimento dos diversos outros grupos étnico-raciais. Ainda segundo o pesquisador, esses movimentos científicos contribuíram para o surgimento de projetos políticos nacionalistas e para a produção de novos postulados sobre as relações interétnicas e grupais, bem como para a proposição de novas categorias de interpretação, dentre elas, a degeneração, a mestiçagem biológica e o branqueamento.

No tocante ao combate ao alcoolismo, as teorias de branqueamento social previam a desintegração e desaparecimento das populações africanas e mestiças (afro-brasileiras), e com relação ao contexto brasileiro do século XIX, constituía-se enquanto um amplo tema de interesse e preocupação no seio da chamada “elite letrada” ou “homens de letras”, portanto, as preleções em circulação postulavam que as chamadas “raças inferiores” por si só tenderiam ao desaparecimento, logo, não eram necessárias intervenções por parte das instancias dos governos e das elites econômicas. Segundo Carone (2018, p. 19, grifo do autor):

Forjada pelas elites brancas de meados do século XIX e começos do XX, a ideologia do branqueamento foi sofrendo importantes alterações de função e de sentido no imaginário social. Se nos períodos pré e pós-abolicionistas ela parecia corresponder às necessidades, anseios, preocupações e medos das elites brancas, hoje ganhou outras conotações - *é um tipo de discurso que atribui aos negros o desejo de branquear ou de alcançar os privilégios da branquitude por inveja, imitação e falta de identidade étnica positiva*. O principal elemento conotativo dessas representações dos negros construídas pelos brancos é o de que o branqueamento é uma doença ou patologia peculiar a eles.

As preocupações das elites (políticas, econômicas e intelectuais) então se concentravam nos rumos da nação, com ênfase nas populações que imigravam após o fim da escravidão a partir das políticas públicas de importação de mão de obra estrangeira. Logo, o combate ao alcoolismo, mesmo não estando diretamente relacionado com as populações africanas, afro-brasileiras e indígenas, tinha um forte componente racial implícito, a saber, a preocupação com a saúde, o bem-estar e as novas formas de vida dos estrangeiros e seus descendentes, escolhidos como “futuros brasileiros” e encarregados dos projetos “civilizadores” que eram pensados para o Brasil de fins do século XIX e início do século XX, porém, não havia consenso em sentenciar o abandono das populações mestiças, desde que atendessem as expectativas quanto sua inclinação ao trabalho.

Neste sentido, a ausência de políticas públicas de assistência ao ex-escravizados, partiam dos pressupostos de inferioridade racial e de condenação natural ao desaparecimento, em que o alcoolismo cumpriria, junto de outras patologias, um papel crucial, embranquecer a sociedade brasileira. De acordo com Bento (2018, p. 32, grifo do autor):

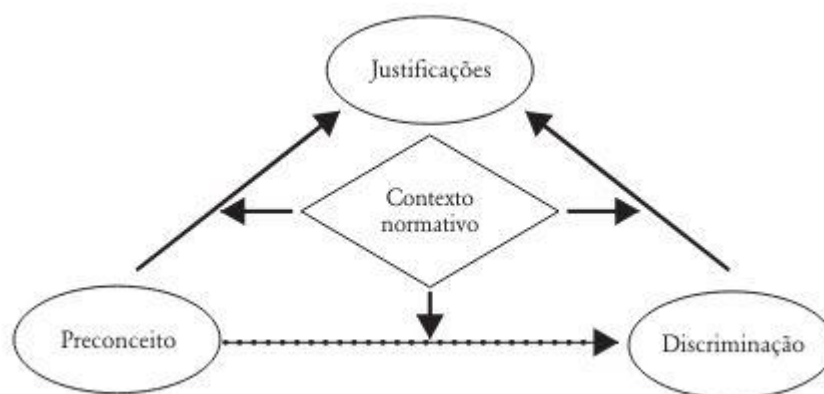
[...] exclusão passa a ser entendida como descompromisso político com o sofrimento de outro. Nesse caso, é importante focalizar uma dimensão importante da exclusão: a *moral*, que ocorre quando indivíduos ou grupos são vistos e colocados fora do limite em que estão vigindo regras e valores morais. Os agentes da exclusão moral compartilham de características fundamentais, como a ausência de compromisso moral e o distanciamento psicológico em relação aos excluídos. O primeiro passo da exclusão moral é a desvalorização do outro como pessoa e, no limite, como ser humano. Os excluídos moralmente são considerados sem valor, indignos e, portanto, passíveis de serem prejudicados ou explorados. A exclusão moral pode assumir formas severas, como o genocídio; ou mais brandas, como a discriminação. [...] Pelos processos psicossociais de exclusão moral, os que estão fora do nosso universo moral são julgados com mais dureza e suas falhas justificam o utilitarismo, a exploração, o descaso, a desumanidade com que são tratados.

No tocante aos processos de criminalização do alcoolismo, as medidas brasileiras de fins do século XIX e início do século XX, ignoravam aspectos como produção, importação e comercialização de substâncias, dando-se ênfase ao consumo e aos grupos sociais que consumiam determinadas substâncias e em locais específicos. Logo, encontramos nessas políticas autoritárias, o elemento racial, expresso na criminalização da ociosidade, da vadiagem e das “classes perigosas”, que em último caso, se relacionava aos africanos e afro-brasileiros livres (pré-abolição), ex-escravizados (pós-abolição) e desempregados (brasileiros e imigrantes pobres, especialmente, cidadãos). Seguindo as concepções da Psicologia Social, nos orientamos no postulado de Pereira (2012, p. 171) de que as normas sociais se fundamenta “[...]”

na ideia de que o pensamento social desenvolveu mecanismos psicossociais que permitem ao actor da acção discriminatória dissimular a natureza preconceituosa de sua acção”, logo, a criminalização do alcoolismo era expresso enquanto políticas públicas de criminalização da pobreza, dos excluídos socialmente e de grupos sociais etnicamente estigmatizados.

Na figura 15 apresentamos, com base no estudo da Psicologia Social, como funciona o sistema de normalização, conduta e criminalização, a partir dos estigmas sociais que circulam em sociedades, nas quais determinamos grupos são marginalizados e legitimados enquanto “potenciais” riscos a desagregação da ordem e da coletividade e/ou mesmo dos projetos políticos que se constrói em torno do “desenvolvimento”, do “progresso” e da “civildade”, tal como ocorria no Brasil em fins do século XIX e início do século XX.

Figura 8 – Representação do sistema de normalização, conduta e criminalização dos grupos sociais e das práticas coletivas, 2012



Fonte: Pereira, 2012, p. 186.

Vale ressaltar que os primeiros dispositivos jurídicos de criminalização dos alcoolistas surgiram no contexto da abolição da escravidão e de intensificação da imigração estrangeira, em que as elites nacionais estavam preocupadas com os rumos econômicos, políticos e culturais da nação, ao tentar se afastar de seu passado colonial e escravista e adentrar uma nova era, marcada pelas retóricas ideológicas da “civildade”, do “progresso” e do “branqueamento”.

Segundo Goffman ([1891] 2004), os estigmas sociais podem ser tipificados em três diferentes categorias: i) abominações do corpo (“deformidades” e “monstruosidades” físicas visíveis); ii) as culpas e características individuais (tais como ações, condutas e normas atípicas), dentre as quais estariam os distúrbios mentais, a conduta criminosa, os “vícios”, o

alcoolismo, a homossexualidade, o desemprego, a tentativa de suicídio e os comportamentos político-ideológicos radicais; iii) os estigmas tribais, de “raça”, nacionalidade e religião.

Com base no cenário brasileiro, observamos que ao longo do período estudado, os sujeitos criminalizados pelas políticas de controle social do alcoolismo, sobretudo, as camadas mais pobres e os afro-brasileiros, eram triplamente estigmatizados: seus corpos eram vistos como fracos, suas estruturas físicas enquanto embrutecidas e suas capacidades cerebrais eram justificadas enquanto limitadas, dadas as ciências frenológica e criminais do período, especialmente, de orientação italiana; em seguida suas condições sociais eram vistas enquanto riscos à saúde e a segurança pública, em observação ao número de alcoolistas, desempregados, doentes mentais e criminosos que ocupavam os hospitais, hospícios, asilos e presídios; por fim, suas ascendências eram consideradas indesejadas e seus descendentes eram encarados enquanto potencialmente perigosos, por trazerem as “marcas” da suposta degeneração mental, moral e física. Logo, no período que antecedeu a abolição e no momento imediato ao aumento da imigração estrangeira, especialmente, europeia e asiática, os estigmas sociais que pesavam contrários aos africanos, mestiços e afro-brasileiros, se acentuaram e os estudos científicos internacionais e nacionais inflamavam a opinião pública acerca dos “malefícios” decorridos da miséria, do alcoolismo, da degeneração racial e da criminalidade. Formava-se, então, na mentalidade da população, uma memória coletiva contrária aos ex-escravizados, que impediram as criações de políticas públicas em saúde, assistência social, habitação, emprego e reparação histórica.

5.2.1 O alcoolismo e as agendas abolicionistas

Segundo Piza (2018, p. 64), “no que toca à identidade racial de grupos e indivíduos, o branqueamento de negros foi o tema mais explorado e invadiu todas as outras temáticas, especialmente as que tratavam do lugar ocupado pelo negro na economia pós-abolicionista”. Esse processo permitiu a criação de políticas públicas de incentivo a imigração estrangeira e a adoção de fiscalização mais rígida de saúde nos portos, marcando o início das primeiras campanhas sanitaristas; posteriormente tivemos as primeiras campanhas de erradicação epidemiológica, em que despontavam a preocupação com a sífilis, a febre amarela, a varíola e a tuberculose, deixando-se de lado o alcoolismo, cuja associação as demais patologias era comum na literatura biomédica do século XIX.

De acordo com Santos, Schucman e Martins (2012) entre os anos finais e início do século XX, a população africana e afro-brasileira foram vistas, por meio das lentes do

movimento médico-psicológico enquanto principais atingidas pela degeneração étnico-racial, ocasionando em um processo de marginalização e criminalização de suas práticas culturais. Esse processo deu início a uma perseguição sistêmica do referido grupo, com fortes conotações negativas, que os entediam ora como “naturalmente” perigosos e ora como “potencialmente” nocivos ao futuro da sociedade brasileira. Segundo os pesquisadores, desde antes do estabelecimento da Psiquiatria criminalista, nos anos de 1930, as ciências biomédicas viam os africanos e afro-brasileiros enquanto classe perigosa, uma vez que “[...] os negros e os mestiços recebiam muito mais diagnósticos de doenças mentais toxinfeciosas, como a sífilis e o alcoolismo, do que os brancos. E também eram mais acometidos pelas doenças chamadas constitucionais, como a esquizofrenia e a psicose maníaco-depressiva” (SANTOS; SCHUCMAN; MARTINS, 2012, p. 169). Essas considerações corroboram com nossas interpretações sobre os estigmas sociais, os quais foram sendo construídos no período pré e pós-abolição, tal como defendido pelo médico brasileiro Henrique Roxo, segundo o qual a loucura, a degeneração e a criminalidade eram peças importantes para a compreensão do suposto aumento na incidência das doenças mentais no Brasil.

Corroboramos com Santos, Schucman e Martins (2012) de que a penetração das teorias científicas racialistas contribuíram fortemente para popularizar, em meio ao imaginário social, sobretudo, a partir da imprensa, das representações sociais dos alcoolistas enquanto loucos, criminosos e degenerados, conforme encontramos presente nas memórias coletivas dos médicos e agentes religiosos que atuavam no jornalismo.

5.2.2 O alcoolismo no pós-abolição

Em seus estudos Carone (2016) e Carone e Bento (2014) argumentaram que a concepção do branqueamento social, não pode desconsiderar a pressão cultural, dentre elas, a influência social exercida pela imprensa jornalística, em prol da hegemonia branca, especialmente, no período pós-abolição da escravidão, a fim de que as populações negras e mestiças negassem a si mesmas, de modo a integrar a nova ordem social. Essa negação de si em proveito dos valores culturais do outro, faziam parte de uma mentalidade excludente, que em último caso resumia-se enquanto “mobilidade social”. Logo, os signos que representavam o “atraso”, tais como o alcoolismo, as práticas religiosas afro-descendentes, as vestimentas, os hábitos alimentares e uma série de outros aspectos da vida rotineira, deveriam ser suplantados por um novo estilo de vida – moralmente esperado, europeizado em seus diversos atributos e “civilizado” em vista das práticas sociais dos povos dos países ditos “avançados”.

Bento (2016; 2022) considerou que o pacto silencioso ou explícito da branquitude em promover o branqueamento, tinha na falsa convicção a mestiçagem étnica como sendo a mola propulsora que aceleraria a segregação, marginalização e exclusão social, no período anterior e posterior a abolição da escravidão, dos sujeitos tidos enquanto “indesejados”. Portanto, a sociedade passou a ser orientar a partir de um medo indiscriminado acerca dos rumos da nação a longo prazo, nesse processo agentes religiosos, políticos, intelectuais e médicos, atuaram enquanto “salvadores” e “construtores” do “futuro” que se pretendia alvissareiro, prospero e “civilizado”. Logo,

Esse medo assola o Brasil no período próximo à Abolição da Escravatura. Uma enorme massa de negros libertos invade as ruas do país, e tanto eles como a elite sabiam que a condição miserável dessa massa de negros era fruto da apropriação indébita (para sermos elegantes), da violência física e simbólica durante quase quatro séculos, por parte dessa elite. É possível imaginar o pânico e o terror da elite que investe, então, nas políticas de imigração europeia, na exclusão total dessa massa do processo de industrialização que nascia e no confinamento psiquiátrico e carcerário dos negros. (BENTO, 2016, p. 39).

Ainda de acordo com Bento (2016, p. 40), na construção do medo coletivo, parte constituinte de uma psicologia social do “progresso” e da “civilização”, teve-se espaço ao confinamento massivo em manicômios, asilos e cárceres, dos povos de ascendência africana, uma vez que “o biotipo do criminoso nato [...] era o biotipo do negro, eram os negros que estavam, sob o rótulo de criminosos, presos nas casas de detenções, submetidos à mensuração”. Ademais, a pesquisadora afiançou que essa mentalidade, herdada da escravidão e do período posterior a liberação da mão de obra escravizada se encontra presente até hoje na Psicologia social do Brasil.

[...] estas são as bases de uma psicologia que se faz presente até hoje, que explica as condições dos que vivem em desvantagem, tidos como perdedores a partir de distúrbios ou deficiências presentes em seu aparato físico ou psíquico, absolutamente naturalizados. Ela lembra, por exemplo, que os hospitais psiquiátricos no Brasil, desde o começo do século, são lugares de exclusão, de confinamento e, principalmente, de extermínio, com uma taxa de mortalidade em torno de 80% a 90%. (BENTO, 2016, p. 40).

Neste processo, o alcoolismo contribuiu de modo imperativo, pois conforme as representações sociais do período, com base nas ciências biomédicas do Oitocentos, em especial, a Psiquiatria e a Criminologia, sobreviviam projetos em que se “[...] defendia a

esterilização dos degenerados, entre os quais estavam incluídos os negros alcoólatras, os tuberculosos, os sífilíticos, os loucos e os infratores” (BENTO, 2016, p. 40).

Em nossa análise das memórias e representações sociais dos médicos e agentes religiosos envolvidos com a imprensa, percebemos o “ódio narcísico” promovidos pelos letrados brasileiros, em que os marginalizados e excluídos são “incorporados” ou “devorados” por aqueles que se apresentavam enquanto “protetores” dos interesses nacionais, morais e culturais. Baseada na Psicanálise freudiana, em especial, a partir da concepção de “amor canibal”, Bento (2016) e Lima (2020) consideraram que o racismo científico, hegemônico na passagem do século XIX ao século XX, encontrava-se orientado a partir de preconceitos e visões negativas sobre as ascendências africanas, o que acabou por impulsionar uma defesa exacerbada da mestiçagem cultural enquanto instrumento de branqueamento social da população brasileira, mestiçagem essa que se acreditava capaz de amalgamar os diferentes grupos étnico-raciais e forjar um novo tipo biológico – branco em sua essência, pois a crença popular via na ascendência europeia o elemento superior e capaz de suplantar a esmagadora parcela africana, afro-brasileira e indígena.

Para a compreensão da exclusão social e marginalização, tornou-se necessário nos basearmos na concepção do “desvio”, entendido enquanto um fenômeno social, promovido pelo discurso normatizador, responsável pela criação dos *outsiders* – concepção polissêmica em sua natureza, mas que trataremos aqui enquanto desviante, conforme uma das considerações de Becker (2008).

Segundo Becker (2008) os *outsiders* são caracterizados por serem sujeitos indesejados ou excluídos e suas práticas sociais são vistas como destoantes das normas vigentes e/ou para quem as normas foram estabelecidas, enquanto proposta de contenção de suas atuações e circulações no seio de determinadas sociedades. Assim, a categoria pode aglutinar tanto os criminosos, alcoolistas, como também os “doentes mentais”, “esquisitos” e “grosseiros”; ademais, os *outsiders* podem ser simplesmente aqueles sujeitos que se opõem as ideias hegemônicas, aos padrões comportamentais, as convenções sociais, as condutas esperadas etc., pois “observa-se com facilidade que diferentes grupos consideram diferentes coisas desviantes” (BECKER, 2008, p. 17). Todavia, algo importante notado pelo pesquisador diz respeito ao desviante em si, uma vez que “o grau em que um ato será tratado como desviante depende também de quem o comente e de quem se sente prejudicado por ele” (BECKER, 2008, p. 25). Desse modo, os médicos e agentes religiosos que endossavam as campanhas de luta contra o alcoolismo, por meio da imprensa, a criminalização do alcoolismo e o saneamento social das cidades e do campo, dos loucos, criminosos e alcoolistas, cobravam dos governos e governantes

assumirem uma postura mais rígida em relação aos hábitos de vida insalubres, dos quais o beber em excesso encontravam-se incluído.

Ao aproximarmos as definições propostas por Becker (2008) do contexto social brasileiro de fins do século XIX e início do século XX, em especial, com relação aos alcoolistas, percebemos por meio de uma análise discursiva, estatística, criminal, biomédica etc. que os estigmas sociais em torno dos *outsiders* recaíam de modo mais pesado contra os africanos, afro-brasileiros e mestiços, dado a orientação racialista, tanto da ciência quanto da mentalidade social que circulava de forma hegemônica no imaginário da população brasileira. Portanto, os formuladores de regras, seus defensores e agentes encarregados por colocá-las em práticas, situados “supostamente” no polo oposto do desvio, são encarados enquanto também enquanto “empreendedores morais”.

5.2.3 O alcoolismo e as agendas trabalhistas

Os médicos e agentes religiosos aqui investigados podem ser caracterizados como sendo os “empreendedores morais”, conceito proposto por Becker (2008) para caracterizar os propositores de medidas legais de contenção social do desvio, uma vez que as criam a partir da convicção de que tudo está errado e algo urgente e premente precisa ser feito para corrigir. No tocante ao contexto social brasileiro do Oitocentos, período em que ocorreu a abolição da escravidão, a implantação de um novo modelo político e de incentivo à imigração internacional (europeia, médio-oriental e asiática), os intelectuais, políticos, agentes religiosos e médicos, demonstravam temor com relação aos rumos da economia e da cultura do Brasil. Nesse sentido, a imprensa se empenhava em solicitar, junto às instâncias governamentais, a criação de medidas legais que contivessem o que eles representavam enquanto o “mal social”, a “desgraça do século”, a saber, o alcoolismo, em especial, entre os povos marginalizados e excluídos e entre as novas forças de trabalho que a cada dia adentravam o país pelos diversos portos.

O protótipo do criador de regras, mas não é a única variedade, [...] é o reformador cruzado. Ele está interessado no conteúdo das regras. As existentes não o satisfazem porque há algum mal que o perturba profundamente. Ele julga que nada pode estar certo no mundo até que se façam regras para corrigi-lo. Opera com uma ética absoluta: o que vê é totalmente e verdadeiramente mal sem nenhuma qualificação. Qualquer meio é válido para extirpá-lo. O cruzado é fervoroso e probo, muitas vezes hipócrita. É apropriado pensar em reformadores como cruzados porque eles acreditam tipicamente que sua missão é sagrada. (BECKER, 2008, p. 153).

Ao aproximarmos essas considerações sobre os “empreendedores morais” ou cruzado, encontramos nas agendas religiosas e biomédicas brasileiras de fins do século XIX e início do século XX, a sanha reformadora dos jornalistas que analisamos na seção anterior. Revestidos de uma suposta “missão sagrada”, a qual competia ora aos agentes religiosos, ora aos médicos (sanitaristas e higienistas) e ora a coalisão entre eles, os intelectuais brasileiros se viam imbuídos da causa antialcoólica, em que o proveito seria em prol dos rumos da nação brasileira.

De acordo com Nascimento ([1978] 2016) a escravidão brasileira foi marcada não apenas pelo latifúndio, pela exploração da mão de obra e pela produção de monocultura, como também pelo uso indiscriminado da violência contra os negros. Logo, para sua sobrevivência por mais de três séculos, foi necessário a utilização de diversas técnicas de tortura, punição, privação e confinamento. Todavia, próximo da abolição da escravidão, popularizou-se uma retórica da “benevolência” do senhor escravista, que coadunava com os interesses das elites de perdurar, por mais tempo, a empresa escravista. Aproximado ao fim da escravidão e dada sua insustentabilidade, as políticas de imigração tinham como principal função a substituição da mão de obra e o branqueamento social do país, em um processo que se mostrava enquanto “vingativo” dos senhores de terra e comerciantes. Esse processo foi acolhido por amplos setores da sociedade brasileira, que viam nos imigrantes europeus e asiáticos os grupos étnico-raciais capazes de apagar a “mancha negra” da história brasileira. Assim, as políticas públicas de incentivo a vinda de imigrantes e as políticas de criminalização da pobreza, se afinavam com os projetos nacionais de branqueamento racial e cultural do Brasil, encabeçado na imprensa médica e religiosa em favor do saneamento social e contenção do alcoolismo.

Logo, as agendas trabalhistas se empenhavam em criar incentivos financeiros, em organizar uma estrutura mínima de recepção dos imigrantes, de assentar famílias em colônias e comunidades, o que acabou por levar ao processo de marginalização dos ex-escravizados e ascendentes africanos nascidos livres, sendo criminalizado a mendicância, a vadiagem, o desemprego, a desordem pública e seus hábitos sociais (cultos, ritos, modos de habitação, hábitos alimentares e recreativos etc.) (NASCIMENTO, 2016). Nessa esteira, o combate ao alcoolismo despontou enquanto problema de ordem pública, que tinha como finalidade punir os alcoolistas negros e promover o desincentivo do consumo das substâncias alcoólicas (nacionais e estrangeiras) entre os imigrantes recém-chegados, dado o tempo de terem importados, do “Velho Mundo” o alcoolismo, visto nos países europeus, conforme demonstramos anteriormente, enquanto problema social das regiões industrializadas. Essa imigração deu sobretudo para a região do Vale do Paraíba, na região do Sul do Rio de Janeiro, Oeste paulista e regiões do Sul do Brasil.

Além disso, as elites nacionais preocupavam-se com os rumos sociais do Brasil no período pós-abolição, neste sentido, surgiram ao longo do século XIX e início do século XX, políticas públicas de financiamento das viagens e do estabelecimento de colonos livres. Ao analisarmos os períodos aqui arrolados, percebemos a preocupação dos agentes religiosos e médicos com as questões atreladas às nacionalidades, aos hábitos e modos de vida dos imigrantes e à saúde dessa população. Dentre os fatores destacados pelos intelectuais e cientistas brasileiros, estavam as questões de ordem, trabalho, segurança pública e salubridade.

Em crônica publicada em 1875, no jornal **O Apostolo...**, de autoria desconhecida, encontramos uma crítica ao “gabinete Rio Branco”, acusado de agir com “demência” frente aos assuntos religiosos referentes a imigração. Neste sentido, o(s) autor(es) denunciam o despreparo dos agentes públicos em promover um projeto imigratório capaz de não opor os nacionais e estrangeiros.

Ainda de acordo com o mesmo jornal, em crônica publicada em 1877, havia a preocupação por parte da população, em especial, de algumas regiões do Sul do Brasil, de que a imigração desassistida provocaria a agudização de problemas de ordem pública, como, por exemplo, as desordens provocadas pelo “vício” alcoólico.

Contudo, foi na crônica pública em **O Apostolo...**, em 1882, cujo título era **A substituição do trabalho e a imigração**, em que encontramos uma defesa explícita ao projeto ordenador, cujos representantes deveriam incluir membros da hierarquia católica, a fim de que os procedimentos para o transporte e instalação dos colonos, substituição da mão de obra e concessão da nacionalidade brasileira aos imigrantes estrangeiros, tivessem como baliza moral católica. Neste sentido, o(s) autor(es) adverte(m) que:

Com o afan de chegarmos mais depressa do que as outras nações, vamos esquecendo a intelligencia e o coração da nossa mocidade, que assim não deixará de formar uma sociedade revolucionaria. [...] Salvem tantos innocentes condemnados á morte, ou á uma prisão a que serão levados pelos vícios adquiridos no centro, onde são creados, sem moral, sem religião. (O APOSTOLO..., 1882, p. 3).

Conforme observamos, nesta crônica percebemos o temor que a imigração desassistida poderia provocar nos rumos pretendidos, ou seja, era necessário a implantação de uma rígida educação moral, a fim de que os imigrantes não se tornam-se os infratores e criminosos, entregues aos vícios, dentre eles alcoólico.

5.3 As campanhas antialcoólicas na imprensa brasileira e suas inter-relações com o pós-escravidão e com a imigração europeia

Durante os anos em que se seguiu a abolição da escravidão, o fim do regime imperial e a instalação da República, observamos o crescimento das crônicas médicas e religiosas que tratavam, tanto do alcoolismo quanto de seus impactos econômicos, sociais e culturais, certamente um indício do papel “reformador da saúde”, o qual se pretendiam os agentes religiosos e médicos. Neste sentido foi possível percebermos a inter-relação entre abolição, antialcoolismo e imigração no contexto brasileiro, sobretudo, no período entre os anos de 1880 e 1900.

No cenário nacional, os agentes religiosos e médicos, mesmo não tratando especificamente do alcoolismo enquanto um problema étnico-racial, fizeram questão de chamar atenção dos leitores para os impactos que o “vício alcoólico” causava nos países industriais e europeus, sobretudo, no campo da saúde coletiva, em que se tinha observado, por meio do estudo da estatística (mortes, homicídios, suicídios, taxas de hospitalização, recolhimento e cárcere), os impactos econômicos – gastos públicos e mortalidade.

No cenário regional, a crescente preocupação do alastramento do alcoolismo e seus impactos sociais se evidenciava, por meio da imprensa, não apenas no aumento das preleções jornalísticas, bem como nos indícios que eram acionados para ratificar a urgência em ser criados dispositivos de contenção. Dessotti (2017), ao investigar os principais temas em circulação na imprensa da cidade de Sorocaba, durante o mesmo período aqui investigado, percebeu haver uma crescente preocupação com a formação do proletariado nacional (imigrantes estrangeiros), o qual se pretendia mais eficiente que os ex-escravizados. Essa evidência fez a pesquisadora concluir que a preocupação com o tema do alcoolismo, não estava diretamente relacionado a saúde e sim a salubridade, ao progresso material e aos anseios civilizatórios das elites agroindustriais, cujos representantes (reformadores da saúde) tinham na imprensa seu principal veículo de circulação das ideias e de formação da opinião pública. O resultado foi a criação de dispositivos locais para a promoção das medidas de criminalização dos alcoolistas, algo que também ocorreu na Capital Federal durante a passagem do século XIX ao século XX.

Todavia, mesmo com o engajamento de diversos setores sociais, dentre os quais analisamos a participação dos agentes religiosos e médicos, a partir de suas memórias e representações sociais sobre alcoolismo, as medidas legais não tiveram impactos nas esferas legislativas, o que acabou por impedir a criação de leis antialcoólicas; ao contrário do que havia ocorrido em países da Europa e nos Estados Unidos, de leis de proibição da importação,

circulação, produção e comercialização das substâncias alcoólicas, tanto nacional quanto estrangeiras. Na ausência de medidas legais, couberam aos reformadores da saúde e as agências de polícia, a criminalização dos usuários, orientados a partir de estigmas sociais; além da perseguição sistematizada de grupos marginalizados e excluídos, a saber, os cidadãos pobres, os africanos, afro-brasileiros, os desempregados, os sem teto etc., em outros termos, os membros das ditas “classes perigosas”.

6 CONCLUSÃO

Com base na análise das memórias e representações sociais dos agentes religiosos e médicos brasileiros, envolvidos com a imprensa periódica, entre os anos de 1870 e 1909, observamos que o alcoolismo se tornou um tema largamente debatido, uma vez que estava diretamente ligado aos diversos projetos políticos, econômicos, sociais e culturais, em especial, cujos anseios gravitavam em torno dos ideais de modernização, progresso e civilização.

Notamos que antes de se materializar em campanhas sanitaristas, a luta antialcoólica no cenário intelectual, tendo mobilizado diversos setores ilustrados, dentre os quais estavam representados os médicos e agentes religiosos, tendo sido a imprensa periódica o principal veículo de circulação das ideias políticas, programas, métodos terapêuticos e saberes em torno da “doença” e do “doente”.

Conforme defendemos, a temática do consumo de drogas e suas implicações sociais é um domínio fértil para a pesquisa nas áreas das ciências sociais e humanas, em especial, no campo da Psicologia Social. O alcoolismo, por exemplo, foi apreendido aqui como sendo um constructo social, uma vez que emergiu a partir das interações entre fatores individuais e coletivos, sendo objeto de debate público midiático por parte de agentes médicos e religiosos que atuavam na imprensa periódica de passagem do Oitocentos para o século XX. Além disso, observamos que os debates em torno do consumo de substâncias alcoólicas eram permeados por contendas políticas e intelectuais, o que permite uma análise que cos e representações sociais de médicos e agentes religiosos desempenharam papéis significativos na formação da opinião pública sobre o alcoolismo, s respectivos impactos sociais.

Portanto, por meio da análise das crônicas jornalísticas, notamos o surgimento do movimento antialcoólico, cujos envolvidos se viam e se representavam enquanto imbuídos de uma missão, a saber, promover a conscientização acerca dos riscos e impactos sociais do alcoolismo, a erradicação do vício alcoólico e construir um sistema normativo capaz de prevenir, coibir e penalizar os infratores.

Levando-se em consideração que no transcorrer da segunda metade do século XIX, o Brasil vivenciou uma série de mutações em sua organização política e social, notadamente marcadas pelo término do regime escravocrata, em 1888, e pela instauração da República em 1889, percebemos que o combate ao alcoolismo ganhou relevo na imprensa religiosa e biomédica. Este período foi marcado pela chegada significativa de imigrantes estrangeiros (europeus, médio-orientais e asiáticos), cujo propósito era impulsionar o processo de industrialização. Esses fatores contribuíram para o acirramento da luta antialcoólica e pela

defesa da criação de ambientes e medidas legais que contivessem o alastramento da dependência química.

Todavia, ao analisarmos as preleções dos médicos e agentes religiosos que escreviam nos periódicos, observamos a inter-relação entre o alcoolismo, o fim da escravidão e a imigração estrangeira, uma vez que a luta antialcoólica se encontrava diretamente inserida nos projetos de reforma e modernização nacional, alavancados pelo fim do regime imperial e pelo fim da legalidade do sistema escravista.

Durante o século XIX e o início do século XX, emergiram as primeiras campanhas públicas contra o consumo de álcool, lideradas por diversos setores da sociedade civil e respaldadas pelos médicos, sobretudo, sanitaristas e higienistas, que evidenciavam na imprensa os danos sociais causados pelo alcoolismo. No entanto, conforme apontado por Carneiro (CARNEIRO, 2002b; 2010; 2018), persistiam teorias que enxergavam o álcool como um alimento (alimento-droga), com alto valor nutricional, além da teoria que o considerava um estimulante físico, depurante e terapêutico (farmácia e quimioterapia). De acordo com Vergas (2008), embora os efeitos colaterais de certas substâncias terapêuticas e procedimentos fossem observados e amplamente divulgados desde meados do século XIX, a preocupação com a segurança dos medicamentos e dos pacientes é um fenômeno relativamente recente na história da saúde pública, surgindo apenas na segunda metade do século XX e início do século XXI. Assim, coexistiram no campo da saúde, durante as décadas finais do século XIX e início do século XX, movimentos científicos que promoviam a luta contra o alcoolismo e movimentos que incentivavam a expansão dos discursos alimentares e farmacológicos das substâncias alcoólicas.

Notamos que o alcoolismo emergiu como um tema de interesse recorrente entre os profissionais da medicina, evoluindo gradualmente para ser compreendido como um problema de saúde pública.

Entretanto, ratificamos que o discurso antialcoólico tem suas origens na moral burguesa e na regulação dos corpos através do trabalho, na gestão econômica do tempo e na salubridade, neste movimento estavam presentes os médicos e agentes religiosos, envolvidos e preocupados com os rumos sociais da nação. Notavelmente, foi durante a segunda metade do século XIX que este discurso adquiriu maior consistência, mobilizando diversos atores, influenciados, principalmente, pelos ideais nacionalistas de “progresso” e “civilização”. A análise dessa temática, à luz da teoria das memórias e representações sociais revelou como determinadas ideias e valores ideológicos são internalizados e difundidos dentro de uma sociedade, influenciando as atitudes e comportamentos em relação ao consumo de álcool. Além disso, os

agentes médicos e religiosos desempenharam um papel fundamental na perpetuação e transformação desses discursos ao longo do tempo, refletindo mudanças nas normas sociais e nos sistemas de valores legais, com a criminalização dos alcoolistas e algumas de suas práticas culturais.

Assim, a vadiagem, a mendicância e o alcoolismo eram frequentemente objeto de censura nos periódicos brasileiros do final do século XIX e início do século XX, sendo suas práticas comumente associadas às populações negras e pobres. Este fenômeno se deve não apenas à criminalização das práticas consideradas inadequadas, mas também à estigmatização da própria pobreza, que era frequentemente associada à suposta propensão para delitos, insanidade e imoralidades. Uma análise à luz da teoria das representações sociais revelou como tais estereótipos foram construídos e perpetuados na sociedade, influenciando a percepção e o tratamento das camadas marginalizadas. Neste sentido, o combate ao alcoolismo, entre médicos e agentes religiosos, era também um combate aos signos de atraso social, à pobreza e aos sujeitos oriundos de grupos socialmente marginalizados. Portanto, por meio da análise das memórias e das representações sociais, compreendemos a influência do jornalismo médico e religiosos na transmissão e propagação dessas representações ao longo do tempo, contribuindo para a reprodução de desigualdades sociais e estigmatização de certos grupos, que até os dias atuais sofrem os impactos das políticas públicas excludentes.

A partir da segunda metade do século XIX e início do século XX, o alcoolismo emergiu como a principal causa de internação nos hospícios brasileiros, encarceramos e objeto de experimentação dos métodos terapêuticos, muitos dos quais a eficácia era duvidosa ou nociva à sobrevivência das “cobaias” humanas. Esta situação resultou em uma superlotação desses estabelecimentos de reclusão e tratamento, tornando-se um problema de interesse público amplamente discutido na imprensa jornalística. Tal debate mobilizou uma variedade de perspectivas convergentes e divergentes sobre as causas, os efeitos e as possíveis soluções para a erradicação do alcoolismo. Neste cenário, os médicos e agentes religiosos, coadunavam sobre a urgência de ações estratégicas por parte da Administração Pública, especialmente, pela criação de estabelecimentos de reclusão e tratamento e pela criação de leis de criminalização. Todavia, um ponto em questão colocava em oposição ambos os lados, a saber, a responsabilidade pela gerência do combate ao alcoolismo.

Devemos prestar bastante atenção ao momento e ao contexto social em que emergiu a luta antialcoólica. Acreditamos que o recrudescimento, a popularização e o relevo do debate sobre o alcoolismo estavam intrinsecamente ligados às discussões sobre o fim do sistema escravista e ao influxo significativo de imigrantes estrangeiros, especialmente europeus,

destinados a suplantam a m3o de obra ex-escravizada, promover o embranquecimento social da popula33o e fomentar o desenvolvimento material e cultural do pa3s. Essa din4mica abarcava diversos aspectos, como l3ngua, religi3o, arte, t3cnicas de produ33o, costumes alimentares, h4bitos de consumo de bebidas, dan3as e modos de vida. Apesar das aspira33es de muitos idealistas em rela33o ao progresso material e espiritual do Brasil ap3s o fim da escravid3o e sua (re) europeiza33o, foi percept3vel que muitas discuss3es sobre o alcoolismo estavam imbricadas em quest3es raciais e de nacionalidade.

A partir de 1870, observamos um aumento significativo nas campanhas midi4ticas antialco3licas, amplamente difundidas pela imprensa m3dica e religiosa e fundamentadas em teses m3dicas e jur3dicas elaboradas nas institui33es de ensino superior, sobretudo, nas faculdades de Medicina, Farm4cia e Direito, tanto nacionais quanto internacionais. Al3m disso, surgiram diversas iniciativas promovidas por associa33es, clubes e institui33es religiosas, contribuindo para a dissemina33o dessas campanhas. O per3odo foi marcado pelo crescimento no n3mero de jornais, revistas semanais, anu4rios, confer4ncias e produ33es cient3ficas, nas quais o tema do alcoolismo era frequentemente abordado.

A criminaliza33o da ociosidade, vadiagem, mendic4ncia e embriaguez constitu3a um componente essencial de um amplo projeto nacional, coordenado pelas elites econ3micas e pol3ticas, e amplamente endossado por cientistas e intelectuais religiosos, que definiam os par4metros do “progresso” com base no crescimento econ3mico, nos n3veis de bem-estar sociais e salubridade. Concordamos que o surgimento do discurso antialco3lico estava diretamente associado ao projeto burgu3s de otimiza33o do corpo, promovendo a ideia da 3tica do trabalho com objetivos exclusivamente econ3micos. No entanto, como destacamos ao longo desta investiga33o, n3o devemos desconsiderar outros aspectos socioculturais dessa luta, como os valores religiosos, filos3ficos e, de maneira central, os valores iluministas, especialmente a partir da concep33o de “civiliza33o”. Esta an4lise revelou como essas ideias foram constru3das e disseminadas na sociedade, moldando as percep33es e atitudes em rela33o ao consumo de 3lcool e seu papel na ordem social.

Na transi33o do s3culo XIX para o s3culo XX, os botequins, por exemplo, assumiram um papel central como locais de sociabilidade para trabalhadores, imigrantes de baixa renda, pessoas de ascend4ncia africana livre, escravizados e libertos, onde a maioria dos conflitos entre nacionais e estrangeiros, brancos e pessoas de origem africana ocorriam, frequentemente motivados pela competi33o por oportunidades de emprego. Observamos que esses estabelecimentos eram os principais espa3os de lazer para a classe trabalhadora e outros grupos

marginalizados, funcionando também como um “observatório popular”, onde diversos segmentos da população urbana se reuniam para compartilhar experiências e desventuras.

A erradicação não apenas do alcoolismo, mas também da insalubridade urbana, o isolamento e tratamento dos alcoolistas, e a fiscalização e eliminação de estabelecimentos relacionados ao consumo de álcool eram objetivos primordiais das elites, nos quais médicos e líderes religiosos, objeto de nossa análise, estavam envolvidos. Investigamos ainda a ascensão do discurso antialcoólico entre os membros da classe médica, considerando sua influência na imprensa, de modo a relevamos como foram sendo elaborados as inter-relações entre o alcoolismo e o adoecimento mental.

Efetivamente, mesmo diante da escassez de medidas legislativas ao longo do século XIX, a condenação do consumo de álcool foi principalmente promovida em um âmbito psicossocial. Relatos médicos e sermões religiosos contribuíram para disseminar um temor em relação ao álcool, resultando na marginalização social dos alcoolistas, percebidos como agentes prejudiciais à raça, à estrutura familiar, aos preceitos religiosos e à coesão social.

A intensificação da intervenção regulatória sobre o consumo de bebidas alcoólicas foi motivada principalmente por dois fatores: as reformas urbanas implementadas nas principais cidades brasileiras e a adoção dos novos valores positivistas em relação ao trabalho. Essas reformas urbanas, que visavam modernizar e higienizar as cidades, desempenharam um papel crucial na regulação do álcool, especialmente ao restringir o acesso a locais de consumo, como bares e botequins, e ao impor limites à venda e ao consumo em locais públicos. Paralelamente, a ascensão dos valores positivistas, que enfatizavam a disciplina e a produtividade como pilares da sociedade, contribuiu para a promoção de políticas públicas voltadas para a moderação e o controle do consumo de álcool, considerado potencialmente prejudicial ao desempenho laboral e à ordem social. Neste ponto, constatamos a convergência de interesses entre médicos e religiosos no âmbito do debate público sobre as estratégias de combate ao alcoolismo. Ambos os grupos compartilhavam aspirações semelhantes, fundamentadas em uma retórica moralista, embora suas abordagens em relação à condução da educação moral se distanciassem. O pressuposto moral permeava tanto o discurso veiculado pelo jornalismo médico quanto pelo religioso. No entanto, a ênfase na ideia de degeneração e suas possíveis repercussões na produtividade econômica encontrava maior respaldo na imprensa médica.

Devemos ter perspectiva que o alcoolismo assumiu *status* de questão pública antes mesmo de ser reconhecido como um problema de saúde pública, considerando que a própria noção de saúde pública ainda estava em desenvolvimento no final do século XIX e início do século XX. Entretanto, através da análise da literatura jornalística médica e religiosa,

observamos diversas representações sociais do alcoolismo, retratando-o ora como uma “doença mental”, ora como um “vício” e ora como um desvio “moral”. Nesse contexto, profissionais da área médica e religiosa concordavam quanto à necessidade de medidas legislativas para restringir a importação, produção, venda, distribuição e consumo de certas substâncias alcoólicas – como a cachaça.

No contexto da saúde pública, a condução da luta contra o alcoolismo envolvia não apenas a participação da imprensa e das faculdades de Medicina, mas também órgãos governamentais, tanto do Império quanto da República. Estes órgãos tinham a responsabilidade de promover campanhas educativas, fornecer recursos para hospitais, asilos e hospícios, incluindo profissionais e medicamentos, e colaborar com outros departamentos governamentais na formulação de estratégias de combate ao alcoolismo. No entanto, ao longo do final do século XIX e início do século XX, as iniciativas promovidas por essas agências foram modestas e não tiveram grande impacto nacional.

Consideramos que, na ausência de um sistema punitivo capaz de controlar a produção, circulação e o consumo das substâncias alcoólicas, o controle se deu a partir do aparato médico, policial e religioso, com o uso da força, das internações, dos interditos e da reclusão. Além disso, operou-se no imaginário popular o processo de pedagogia do medo, no qual a imprensa desempenhou um papel importante, ao reportar os casos de morte, distúrbio, loucura e violência.

Assim, a imprensa operou enquanto um mecanismo pedagógico, em prol do saneamento moral da sociedade. Combater o alcoolismo passou a ser uma plataforma política, cujo horizonte era uma sociedade “civilizada” e alinhada aos ideais progressistas que eram determinados pelas nações ditas “civilizadas”.

No que diz respeito aos processos de criminalização do alcoolismo, as políticas brasileiras do final do século XIX e início do século XX negligenciavam aspectos como produção, importação e comercialização de substâncias, concentrando-se no consumo e nos grupos sociais que o praticavam em locais específicos. Portanto, nessas políticas autoritárias, identificamos o componente racial, manifestado na criminalização da ociosidade, da vadiagem e das “classes perigosas” que, em última instância, estava associada aos africanos e afro-brasileiros livres (pré-abolição), ex-escravizados (pós-abolição) e desempregados (brasileiros e imigrantes pobres, especialmente os urbanos). A partir das memórias e representações sociais dos médicos e agentes religiosos envolvidos com a imprensa, observamos como foram sendo pensadas as políticas de criminalização do alcoolismo, como elas foram moldadas e

disseminadas na sociedade, influenciando as percepções e atitudes em relação aos grupos sociais mencionados.

Concluimos que os modelos contemporâneos de abordagem das dependências químicas resultam da convergência de uma variedade de teorias, incluindo abordagens moralistas, biomédicas, naturais, espirituais, sociais, econômicas, racialistas, psicológicas, biológicas e de senso comum. Essas mesmas teorias estavam presentes no contexto social da passagem do século XIX ao século XX, especialmente, expressa no temor que os intelectuais religiosos e médicos se referiam aos alcoolistas, suas supostas propensões à loucura, à degeneração, ao crime, ao suicídio e à morte. Dessa forma, as transformações históricas nos modelos etiológicos de combate às dependências químicas, incluindo o alcoolismo, abrangem desde uma perspectiva moralista e determinista, que estigmatiza o alcoolista e determinadas substâncias alcoólicas, até a adoção de uma ou mais teorias, o que influenciam as estratégias adotadas para combater o consumo excessivo e o tratamento dos dependentes químicos. Estes indivíduos são por vezes considerados doentes, loucos ou criminosos, e mesmo atualmente, observamos a persistência de abordagens autoritárias em relação aos alcoolistas, a exemplo das campanhas religiosas de cura das dependências químicas, dentre elas o alcoolismo, e pela proliferação de centros religiosos de tratamento das doenças.

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha; VIANA, Larissa. “Festas religiosas, cultura e política no império do Brasil”. In.: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (Org.). **O Brasil Imperial, v. III: 1870-1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 233-270.

ABREU, Martha. **O Império do Divino**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: FAPESP, 2008.

ALAYA, Dorra Ben. “Abordagens filosóficas e teoria das representações sociais”. In.: ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; TRINDADE, Zeidi Araújo (orgs.). **Teoria das Representações Sociais: 50 anos**. Brasília: Technopolitik, 2014, p. 346-375.

ALBA, Martha de. “Representações sociais e memória coletiva: uma releitura”. In.: ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; TRINDADE, Zeidi Araújo (orgs.). **Teoria das Representações Sociais: 50 anos**. Brasília: Technopolitik, 2014, p. 520-573.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de; RENAUX, Maria Luiza. “Caras e modos dos migrantes e imigrantes”. In.: ALLENCASTRO, Luiz Felipe de. **História da vida privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 291-335.

ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira; SOUZA, Maria de Fátima de; TRINDADE, Zeidi Araújo. “Apresentação da 2ª edição”. In.: ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; TRINDADE, Zeidi Araújo (orgs.). **Teoria das Representações Sociais: 50 anos**. Brasília: Technopolitik, 2014, p. VII-VIII.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O racismo estrutural**. São Paulo: LDM, 2019.

ALONSO, Angela. “Apropriações de ideias no Segundo Reinado”. In.: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). **O Brasil Imperial, v. III: 1870-1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 83-118.

ALONSO, Angela. **Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz & Terra, 2002.

ALVES, Paulo César. **A cura da raça: eugenia e higienismo no discurso médico sul-rio-grandense nas primeiras décadas do século XX**. Passo Fundo: Editora Universitária de Passo Fundo, 2005.

ALVIM, Zuleika. “Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo”. In.: SEVCENKO, Nicolau. **História da vida privada no Brasil: República: da belle-époque à era do rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 215-287.

- ARRUDA, Angela. “Representações Sociais: dinâmicas e redes”. In: ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; TRINDADE, Zeidi Araujo. (Org.). (2011). **Teoria das representações sociais: 50 anos**. Brasília: Technopolitik, 2014, p. 441-490.
- AZEVEDO, Thales de. **Estado e Igreja em tensão e crise**. São Paulo: Ática, 1978.
- BARBOSA, Janyne Paula Ferreira Leite. “A doença como fenômeno social durante a Guerra do Paraguai (1864-1870)”. XII Encontro Estadual de História da ANPUH/PE. **Anais...** Recife: UFPE, 2018.
- BECKER, Howard Saul. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 2022.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In.: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. (Eds.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Coleção Psicologia social. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 25–57.
- BERGERON, Henri. **Sociologia da droga**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2012.
- BERTONI, Luci Mara. “Reflexões sobre a história do alcoolismo”. **Revista Hispeci & Lema**, Bebedouro, v. 9, p. 149-150, 2006.
- BERTONI, Luci Mara; VIANA, Angela Fernandes Machado; BATISTA, Williane de Fátima Vieira. “Medo, proibição e discurso político sobre drogas”. In.: BERTONI, Luci Mara; VIANA, Angela Fernandes Machado. **Memória, álcool e drogas: contribuições ao debate**. Brasília: Technopolitik, 2019, p. 15-23.
- BERTONI, Luci Mara; GALINKIN, Ana Lúcia. “Teoria e métodos em representações sociais”. In.: MORORÓ, Leila Pio; COUTO, Maria Elizabete Souza; ASSIS, Raimunda Alves Moreira de. **Notas teórico-metodológicas de pesquisas em educação: concepções e trajetórias**. Ilhéus: EDITUS, 2017, p. 101-122
- BESSONE, Tânia; RIBEIRO, Gladys Sabina; GONÇALVES, Monique de Siqueira; MOMESSO, Beatriz. **Cultura escrita e circulação dos impressos no Oitocentos**. São Paulo: Alameda, 2016.
- BETHENCOURT, Francisco. **Racismos: das cruzadas ao século XX**. [s.l.] Companhia das Letras, 2018.
- BOEHER, George. The church in the Second Reign (1840-1889). In: HENRY KEITH, S. F. Edwards (Ed.). **Conflict and continuity in Brazilina society**. Columbia: S. C., 1969.
- BOURDIEU, Pierre. “Campo de poder, campo intelectual e habitus de classe”. In: **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- BRASIL. (2016). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PeNSE 2015**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de->

[noticias/releases/9501-pense-2015-55-5-dos-estudantes-ja-consumiram-bebida-alcoolica-e-9-0-experimentaram-drogas-ilicitas](#). Acesso em: 20 mai. 2022.

BRASIL. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Dispõe sobre a reforma do regime penal brasileiro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm. Acesso em: 04 ago. 2021.

BRASIL. Lei de 16 de dezembro de 1830. Dispõe sobre a instituição do Código Criminal do Império do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm. Acesso em: 04 ago. 2021.

BRASIL. **Constituição do Império do Brasil**. Brasília: Senado Federal, [1824], 2012.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material e Capitalismo, séculos XV- XVIII**. Volume. I: As estruturas do cotidiano. Rio de Janeiro: Cosmos, 1970.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CARNEIRO, Henrique S. (2002a) “As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX”. **Outubro**, São Paulo, v. 6, p. 115-128, 2002.

CARNEIRO, Henrique S. (2002b). “A fabricação do vício”. **Site NEIP**, São Paulo, 23p., 2002. Disponível em: http://www.neip.info/downloads/t_hen1.pdf. Acessado em 23/09/2020.

CARNEIRO, Henrique S. As drogas à luz do dia: o controle social e o uso político dos psicoativos. **Verve (PUCSP)**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 300-304, 2003.

CARNEIRO, Henrique S. **Bebidas, abstinência e temperança na história antiga e moderna**. São Paulo: Senac, 2010.

CARNEIRO, Henrique Soares. **Drogas: a história do proibicionismo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. (ed.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CARVALHO, Alice Resende de. Temas sobre a organização dos intelectuais no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 26, n. 75, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/BpNSFvYH9DjRF74Y8NZh8td/?lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2022.

CARVALHO, João Gilberto da Silva; ARRUDA, Angela. Teoria das representações sociais e história: um diálogo necessário. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 18, n. 41, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/ZBKG85KCxmFwxwqYgjV4SfMH/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 set. 2022.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Marcelo José Pereira. “Cachaça e vontade de morrer: embriaguez e suicídio nas notícias impressas nos jornais belenenses (1889-1910)”. XIV Encontro Regional da Anpuh-Rio. **Anais...** Rio de Janeiro, 2010.

CARVALHO, Marina Vieira de. “Vadiagem e criminalização: a formação da marginalidade social do Rio de Janeiro de 1888 a 1902”. XII Encontro Regional de História da ANPUH/RJ. **Anais...** Rio de Janeiro, 2006.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro. Campinas: EdUnicamp, 2001.

CLÉMENCE, Alain; GREEN, Eva; COURVOISER, Nelly. Comunicação e ancoragem: a difusão e a transformação das representações. In.: ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; TRINDADE, Zeidi Araújo (orgs.). **Teoria das Representações Sociais**: 50 anos. Brasília: Technopolitik, 2014, p. 238-261.

CRUZ, Fatima Maria Leite; MORAIS, Edclécia Reino Carneiro de; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; ALÉSSIO, Renata Lira dos Santos. **Interação social e desenvolvimento humano**. Recife: Ed. UFPE, 2019.

DANTAS, Carlos Augusto Sousa. **Memórias e representações sociais do telejornalismo policial sobre usuários e traficantes de drogas ilícitas**. Dissertação. 162f. Orientadora: Luci Mara Bertoni. Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. Vitória da Conquista: UESB, 2020.

DESSOTTI, Isabel Cristina Caetano. **A educação operária no final do XIX e início do XX em Sorocaba sob o olhar da imprensa**: o escrito e o silenciado. Tese .Doutorado em Educação. Unicamp, Campinas, 2017.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ELTIS, David. The nineteenth-century transatlantic slave trade: an annual time series of imports into the Americas broken down by regions. **Hispanic American Historical Review**, v. 67, n. 1, p. 109-138, 1987.

EUGENIO, Alisson. O combate médico ao alcoolismo no Brasil do século XIX. **SÆCULUM – Revista de História**, João Pessoa, v. 38, jan./jun. 2018, p. 191-203.

EUGENIO, Alisson. **Arautos do progresso**: ideário médico sobre saúde pública no Brasil da época do Império. São Paulo: Edusc, 2012.

FAUCHEUX, Claude. (1971). **Psicología social y compromiso político**. Buenos Aires: Rodolfo Alonso, 1971.

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano**: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. **Social Memory**. Oxford: Blackwell, 1992.

FERREIRA, Luiz Otávio. Negócio, política, ciência e vice-versa: uma história institucional do jornalismo médico brasileiro entre 1827 e 1843. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.11, suplemento 1, p.93-107, 2004.

FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone Cruz. Redatores, livros e leitores em O Patriota. In.: KURY, Lorelai (org.). **Illuminismo e Império no Brasil**: “O Patriota”. Rio de Janeiro: Editora da FIOCRUZ, 2007.

FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone Cruz. O que liam os cariocas no século XIX?. IV Seminário de Produção Editorial e XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, **Anais...**Porto Alegre, 2004. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/eventos1/congresso-nacional/2004>. Acesso em: 12 fev. 2023.

FREITAS, Patrícia. Panorama da imprensa médica no Brasil: o lançamento da *Revista de Ginecologia e d’Obstetrícia* em 1907. **Patrimônio e Memória**, Franca, v. 4, n. 1, p. 25-41, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado e desenvolvimento urbano. São Paulo: Global, 2004.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime patriarcal. São Paulo: Global, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GAGLIARDO, Vinicius Cranek. **Imprensa e civilização no Rio de Janeiro oitocentista**. Tese. Doutorado em História. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca: Universidade Estadual Paulista, 2016.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOMES, César Leandro Santos. “**Por mercê de Deus e da Santa Fé**”: as representações do projeto de reestruturação católica no Bispado de Dom Antônio Manoel Castilho Brandão, Alagoas (1901-1910). Dissertação. Mestrado em História. Programa de Pós-graduação em História. Maceió: UFAL, 2019.

GOMES, Eustáquio. País tem história universitária tardia. **Jornal da UNICAMP**, n. 191, Ano XVII, 23-29 de set. de 2002. Disponível em: https://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/setembro2002/unihoje_ju191pag7a.html. Acesso em: 15 set. 2022.

GOMES, Marcos Alexandre de Souza. O papel da mídia da difusão das representações sociais. **Radiotube**, 21/02/2013. Disponível em: <https://www.radiotube.org.br/texto-1607tBsYa7rXg>. Acesso em: 14 set. 2022.

GONÇALVES, Monique da Silveira. “A imprensa médica na Corte Imperial: a loucura e as doenças nervosas nas páginas dos periódicos especializados (1850-1880)”. **Varia História**, v. 29, n. 49, 2013.

GONÇALVES, Paulo Cesar. Escravos e imigrantes são o que importam: fornecimento e controle da mão de obra para a economia agroexportadora Oitocentista. **Almanack**, São Paulo, v. 17, 2017.

GONDRA, José Gonçalves. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo (Org.). **Nação e Cidadania no Império**: Novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 93-122.

HALBWACHS, Maurice. (1950). **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

HALBWACHS, Maurice. (1925). **Los marcos sociales de la memoria**. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2004.

HAUK, João Fagundes. **História da igreja no Brasil**: ensaios e interpretação a partir do povo: segunda época, século XIX. Petrópolis: Vozes, 2008.

HOBBSBAWN, Eric. 1962. **A era das revoluções: 1789-1848**. São Paulo: Paz & Terra, 2012.

HUSS, Magnu. **Alcoholismus chronicus, eller chronisk alkoholsjukdom**; ett bidrag till dyskasiernas Kännedom, enligt egen och andras erfarenhet. Estocolmo: Kungliga biblioteket, 1851. Disponível em: <http://libris.kb.se/bib/893579>. Acesso em: 9 jun.2021.

IZECKSOHN, Vitor. A Guerra do Paraguai. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). **O Brasil Imperial, v. II**: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 385-424.

JODELET, Denise. A fecundidade múltipla da obra “A Psicanálise, sua imagem e seu público”. In.: ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; TRINDADE, Zeidi Araújo (orgs.). **Teoria das Representações Sociais**: 50 anos. Brasília: Technopolitik, 2014, p. 262-297.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In.: JODELET, Denise. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

KEMPER, Steve. Winslow, who launched public health at Yale a century ago, still influential today. **Yale News**, New Haven, v. 2, 2015.

KLOPPENBURG, Boaventura. **A Maçonaria no Brasil**: orientação para os católicos. Rio de Janeiro: Vozes, 1956.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. **Da Escravidão ao Trabalho Livre**. Campinas: Papirus, 1988.

LAPATE, Vagner. **Hora zero**: a independência das drogas – antes que os problemas cheguem. São Paulo: Scortecci, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: EdUnicamp, 2012.

LEONARD, Émile. **O protestantismo brasileiro**. São Paulo: ASTE, 2002.

LIMA, Marcus Eugênio Oliveira. **Psicologia Social do preconceito e do racismo**. São Paulo: Blucher, 2020.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. **Escravidão no Brasil**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

KLUNK, João. Imigração no Sul do Brasil. In.: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). **O Brasil Imperial, v. III**: 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 199-231.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. (1987). **Crime e escravidão**: trabalho, luta e resistências nas lavouras paulistas. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: 2014.

MACHADO, Maria Helena Toledo. Teremos grandes desastres, se não houver providência enérgicas e imediatas: a rebeldia dos escravos e a abolição da escravidão. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). **O Brasil Imperial, v. III**: 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 367-400.

MAGRI, Pedro Henrique Rodrigues. Formando a nação: o papel dos periódicos e do IHGB na construção da história do Brasil. **Grau Zero – Revista de Crítica Cultural**, Alagoinhas, v. 5, n. 1, p. 75-91, 2017.

MAIA, João Luiz de Araújo. Boticas, botiquinhas, botecos e botequins: sociabilidades e comensalidades dos espaços de lazer popular no moderno Rio de Janeiro. **Logos** 49, v. 25, n. 1, p. 9-22, 2018.

MAIO, Marcos Chor; SANTOS; Ricardo Ventura (Org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: EdFiocruz/CCBB, 1996.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. “A proibição do tráfico atlântico e a manutenção da escravidão”. In.: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). **O Brasil Imperial, v. I**: 1808-1831. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 207-233.

MARINS, Paulo César Garcez. Habitações e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau. **História da vida privada no Brasil**: República: da belle-époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 131-214.

MARQUESE, Rafael; TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). **O Brasil Imperial, v. II: 1831-1870**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 339-383.

MARTIN, Adriana Monica; RIGHI, Roberto. Memórias da Faculdade de Medicina da Bahia para o patrimônio das Ciências Médicas no Brasil. **Cadernos de História da Ciências**, v. 12, n. 1, p. 74-108, 2016. Disponível em: <https://periodicos.saude.sp.gov.br/cadernos/article/view/33871>. Acesso em: 09 ago. 2022.

MEDEIROS, Rodrigo Dantas de. **Dom Vital: a Questão Religiosa e a crise político institucional no Segundo Reinado**. Dissertação. Mestrado em Ciências Sociais. Faculdade de Ciências e Letras. Araraquara: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2020.

MENDES, Leonardo. Romantismo e alcoolismo na geração naturalista e parnasiana. In: BARBUIO, Eduardo. (org.). **Estudo da linguagem em perspectiva: pesquisas em linguística e literatura**. Recife: EDUFRPE, 2019, p. 142-155.

MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

MOSCOVICI, Serge. **El Psicoanálisis, su imagen y su público**. Buenos Aires: Huemil, 1979.

MOSCOVICI, Serge. (2000). **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2015.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Trad. Álvaro Cabral. [s.l.] Zahar, 1978.

MOSCOVICI, Serge. Notes towards a description of Social Representations. **European Journal of Social Psychology**, v. 18, n. 3, p. 211–250, 1988.

MOSCOVICI, Serge. **The invention of society**. 1 ed. Londres: Polity Press, 1993.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo, SP: Perspectiva, 2016.

NEVES, Guilherme Pereira das. “A religião do império e a Igreja”. In.: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (Org.). **O Brasil Imperial, v. I: 1808-1831**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 377-428.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. “Estado e política na independência”. In.: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (Org.). **O Brasil Imperial, v. I: 1808-1831**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 95-136.

NEVES, Margarida de Souza. “Uma cidade entre dois mundos – o Rio de Janeiro no final do século XIX”. In.: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (Org.). **O Brasil Imperial, v. III: 1870-1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 119-153.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. “Repercussões da revolução: delineamento do império do Brasil, 1808/1831”. In.: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (Org.). **O Brasil Imperial, v. I: 1808-1831**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 15-54.

OLIVEIRA, Janderson Carneiro de; BERTONI, Luci Mara. Memória coletiva e Teoria das representações sociais: confluências teórico-conceituais. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 12, n. 2, 2019, p. 244-262.

OLIVEIRA, Maria Ferreira de. Uma senhora na rua do Imperador: populações e transformações urbanas na cidade de São Paulo, 1870-1890. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). **O Brasil Imperial, v. III: 1870-1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 155-198.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. [OPA]. **Álcool**. Brasília: Organização Mundial da Saúde, 2024. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/alcool>. Acesso em: 15 dez. 2023.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. **Cadernos de Pesquisa**, v. 104, São Paulo: USP, 1998.

PALMONARI, Augusto; CERRATO, Javier. Representações sociais e Psicologia social. In: ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; TRINDADE, Zeidi Araújo. (org.). **Teoria das Representações Sociais: 50 anos**. Brasília: Technopolitik, 2014, p. 402-441.

PEREIRA, Cícero Roberto; COSTA-LOPES, Rui. (ed.). **Normas, atitudes e comportamento social**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012.

PEREIRA, Nilo. **Conflitos entre a igreja e o Estado no Brasil**. Recife: Massangana 1982.

PERRENOUD, Luciene Ogata; RIBEIRO, Marcelo. Etiologia dos transtornos relacionados ao uso de substâncias psicoativas. In.: DIEHL, Alessandra et al. **Dependência química: prevenção, tratamento e políticas públicas**. Porto Alegre: Artmed, 2011, p. 43-8.

PHILOGENE, Gina. “O alcance das representações sociais: impactos e ramificações”. In.: ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; TRINDADE, Zeidi Araújo. (org.). **Teoria das Representações Sociais: 50 anos**. Brasília: Technopolitik, 2014, p. 492-519.

RIBEIRO, Gladys Sabina; PEREIRA, Vantuil. “O Primeiro Reinado em revisão”. In.: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (Org.). **O Brasil Imperial, v. I: 1808-1831**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 137-173.

RODRIGUES, Jaime. “O fim do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil: paradigmas em questão. In.: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (Org.). **O Brasil Imperial, v. II: 1831-1870**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 297-337.

RODRIGUES, José Albertino. **Émile Durkheim: Sociologia**. São Paulo: Ática, 2000.

ROODAR, João Guilherme Leal. Criminalização da vadiagem na Primeira República: o sistema penal como meio de controle da população negra (1900-1910). **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, n. 135, p. 269-306, 2017.

RUSH, Benjamin. **An inquiry into the effects of ardent spirits upon the human body and mind**: with an account of the means of preventing, and of the remedies for curing them. Nova Iorque: Printed for Cornelius Davis, 1811.

SÁ, Dominichi Miranda. A sociedade culta da Capital Federal. In: **A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)**. Rio de Janeiro: EdFiocruz, 2006, p. 33-60.

SANTOS, Alessandro de Oliveira dos; SCHUCMAN, Lia Vainer; MARTINS, Hildeberto Vieira. Breve histórico do pensamento psicológico brasileiro sobre relações étnico-raciais. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 32, n. spe, p. 166– 175, 2012.

SALES, Eliana. Aspectos da história do álcool e do alcoolismo no século XIX. **Gênero & História**, Recife, v. VII, p. 167-203.

SALLES, Ricardo Henrique. O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado. **Almanack. Guarulhos**, Guarulhos, n.04, p. 05-45, 2012.

SANTOS, Adailton Ferreira dos. Faculdade de Medicina Bahia: percursos e reforma do ensino no século XIX. VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas em História, Sociedade e Educação. **Anais...** São Paulo, UNICAMP, 2009. Disponível em: https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/files/YOZZeNJy.pdf f. Acesso em: 14 set. 2022.

SANTOS, Fernando Sérgio Dumas dos. **Alcoolismo**: a invenção de uma doença. Dissertação. Mestrado em História. Campinas: Unicamp, 1995.

SANTOS, Fernando Sérgio Dumas dos. A construção do alcoolismo no conhecimento médico. In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo; CARVALHO, Diana Maul de; MARQUES, Rita de Cássia. **Uma história brasileira das doenças**. Brasília: Paralelo 15, 2004, p. 308-322.

SANTOS, Fernando Sérgio Dumas dos. Alcoolismo: algumas reflexões sobre o imaginário de uma doença. **PHYSIS – Revista de Saúde Coletiva**, v. 3, n. 2, p. 75-95, 1993.

SANTOS, Fernando Sergio Dumas dos; VERANI, Ana Carolina. Alcoolismo e medicina psiquiátrica no Brasil no início do século XX. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.17, supl. 2, dez. 2010, p.401-420.

SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. Alguns aspectos da história da medicina brasileira. MACHADO, Maria Helena. (org.). **Profissões de saúde: uma abordagem sociológica**. Rio de Janeiro: EdFIOCRUZ, 1995, pp. 91-96.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: 1998.

SEYFERTH, Giralda. Constituindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In.: MAIO, Marcos Chor; SANTOS; Ricardo Ventura. (Org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: EdFiocruz/CCBB, 1996, p. 41-58.

SILVA, Alessandra Lima; POLEZE, Lorena Huidobro. As mulheres no Hospício de Pedro II (1841-1889). XVII Encontro de História da Anpuh-Rio. **Anais...** Nova Iguaçu, 2016, p. 1-8.

SILVA, Marcela Pimentel da; MARTINS, Karla Denise. O lugar da religião no Brasil oitocentista. **Anais do Encontro Estadual da ANPUH/MG**, Mariana, 2012.

SILVA, Victor Henrique Diana da. **Um rei para o povo**: a popularidade de D. Pedro II através da imprensa. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Bacharelado em História. Instituto de História. Orientadora: Daniela Magalhães da Silva. Uberlândia: UFU, 2019.

SILVEIRA, Pollyanna Santos et al. Estigma e suas consequências para usuários de drogas. In.: RONZANI, Telmo Mota. (ed.). **Ações integradas sobre drogas**. Prevenção, abordagens e políticas públicas. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2013. p. 248–274.

SOUSA, Yuri Sá Oliveira. **Drogas e normalização**: uma análise psicossocial desde a perspectiva das representações sociais. Tese. Doutorado em Psicologia. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Pós-Graduação em Psicologia, 2017.

SOUSA, Yuri Sá Oliveira; ACIOLI NETO, Manoel de Lima; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Mídia e representações sociais: uma proposta de matriz teórico-metodológica. In. LUCENA, Juliana Maria Ferreira de et al. **Interação social e desenvolvimento humano**. Recife: EdUFPE, 2019. v. 2-Pesquisa em psicologia: diversidade e modos de fazerp. 225–250.

SOUSA, Yuri Sá Oliveira; CHAVES, Antonio Marcos. Representações Sociais. In.: TORRES, Ana Raquel Rosa et al. (ed.). **Psicologia Social**: temas e teorias. 3. ed. São Paulo, SP: Editora Blucher, 2023. p. 277–306.

SOUSA, Yuri Sá Oliveira; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; ALCIOLI NETO, Manoel de Lima. A Psicologia Social e os fenômenos relacionados ao “mundo das drogas”. In: CRUZ, Fatima Maria Leite; MORAIS, Edcléia Reino Carneiro de; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; ALÉSSIO, Renata Lira dos Santos. (org.). **Interação social e desenvolvimento humano** (v. 1) – Interfaces entre a Psicologia do conhecimento e a Psicologia Social. Recife: EdUFPE, 2019, p. 349-379.

SOUZA, Maximiliano Loiola Pontes de. (Org.). **Processos de alcoolização indígena no Brasil**: perspectivas plurais. Rio de Janeiro: EdFiocruz, 2013.

SOUZA, Raick de Jesus. A construção do alcoolismo enquanto um problema de saúde pública no Brasil (séc. XIX e XX). XIII Encontro Estadual de História da ANPUH/PE. **Anais...** Recife, 2020.

SOUZA, Ricardo Luiz de. Cachaça, vinho, cerveja: da colônia ao século XX. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.33, jan-jun. de 2004, p.56-75.

SOUZA, Ricardo Luiz de. O anticlericalismo na cultura brasileira: da colônia à república. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, n. 37, p. 175-199, 2005.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **A política biológica como projeto: a “eugenia negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)**. Dissertação. Mestrado em História das Ciências e Saúde. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/COC/FIOCRUZ, 2006.

STEPAN, Nancy Leys. **A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. Rio de Janeiro: EdFiocruz, 2005.

SPINK, Mary Jane. “O conceito de representações sociais na abordagem psicossocial”. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, 199, p. 300-308.

TERRA, Livia Maria. As ideias e o Brasil: apontamentos sobre os usos da Medicina Social à brasileira. **Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais**, Araraquara, v. 5, p. 27-40, 2014.

THORTON, Mary. **The church and freemasonry in Brazil (1872-1875)**. Washington: S. C., 1948.

TORCATO, Carlos Eduardo Martins. **A história das drogas e sua proibição no Brasil: da Colônia à República**. Tese. Doutorado em História Social. FFLCH, São Paulo: USP, 2016.

TORRES, Ana Raquel Rosa; CAMINO, Leoncio; SILVA, Khalil da Costa. Grupo social, relações intergrupais e identidade social. Em: TORRES, Ana Raquel Rosa et al. (Ed.). **Psicologia Social: temas e teorias**. 3. ed. São Paulo, SP: Blucher, 2023. p. 335–353.

TRINDADE, Zeidi Araújo; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira. Ancoragem: notas sobre consensos e dissensos. In: ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; TRINDADE, Zeidi Araújo. (org.). **Teoria das Representações Sociais: 50 anos**. Brasília: Technopolitik, 2014, p. 132-163.

TROTTER, Thomas. **An Essay Medical, Philosophical, and Chemical on Drunkenness and its effects on the human body**. Londres; Nova Iorque; Routledge, 1988.

UCHOA, Pablo. Brasil dominou tráfico de escravos no mundo. **BBCBrasil**, São Paulo, 09/04/2007. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2007/04/070405_escravos_database_pu. Acesso em: 15 dez. 2022.

VALA, Jorge; CASTRO, Paula. Pensamento social e representações sociais. In.: VALA, Jorge; MONTEIRO, Maria Benedicta. (ed.). **Psicologia Social**. 9. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2013. p. 569–602.

VARELA, André; XAVIER, Andréa Lemos. Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro. **Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)**, Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/escancimerj.htm>. Acesso em: 14 set. 2022.

VIANA, Oliveira. **O ocaso do Império**. Brasília: Senado Federal, 2004.

VIEIRA, David Gueiros. **O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil**. Brasília: UNB, 1980.

VILLAÇA, Antonio Carlos. **A história da questão religiosa no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1974.

VILLAS BÔAS, Lucia Pintor Santiso; SOUSA, Clarilza Prado de. Uma investigação da historicidade das representações sociais. **Temas em Psicologia**, v. 19, n. 1, 205-218, 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413-389X2011000100016&script=sci_abstract. Acesso em: 12 set. 2022.

WECHELKE, João Fernando Rech; CAMARGO, Brigido Vizeu. Representações sociais, representações individuais e comportamento. **Revista Interamericana de Psicologia/Interamerican Journal of Psychology**, v. 41, n. 3, 2007, p. 379-390.

WOLTER, Rafael Moura Coelho Peclý. Serge Moscovici: um pensador social. In: ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; TRINDADE, Zeidi Araújo (orgs.). **Teoria das Representações Sociais: 50 anos**. Brasília: Technopolitik, 2014, p. XXVIII-XXXIX.

APÊNDICE I - ROTEIRO DE PESQUISA

Tema de pesquisa: Memórias e representações sociais sobre alcoolismo no jornalismo médico e religioso brasileiro (1870-1909)

Natureza das fontes: Jornais impressos e fotocopiados disponíveis no Banco de Dados da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Informações técnicas:

Nome do jornal	
Período de circulação	
Edição consultada (edição/volume/número/data da publicação)	
Público-alvo	
Responsáveis (agentes e instituições)	
Periodicidade	

Conteúdo:

Nome da matéria	
Natureza da matéria (anúncio/obituário/crônica etc.)	
Assunto principal	
Autoria	
Principais ideias contidas na crônicas	
Observações complementares	